



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO - UFRJ
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO DA ESCOLA DE SERVIÇO SOCIAL

SOCIALISMO E DEMOCRACIA:
DILEMAS E PERSPECTIVAS DO DEBATE

TESE DE DOUTORADO

FLÁVIA CAVALCANTE NICOLIS

JANEIRO, 2006

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO DA ESCOLA DE SERVIÇO SOCIAL

SOCIALISMO E DEMOCRACIA:
DILEMAS E PERSPECTIVAS DO DEBATE

TESE DE DOUTORADO

FLÁVIA CAVALCANTE NICOLIS

ORIENTADOR: PROF. DR. YVES DO AMARAL LESBAUPIN

CO-ORIENTADORA: PROF^a DR^a CLEUSA DOS SANTOS

RIO DE JANEIRO

JANEIRO, 2006

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO - UFRJ
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO DA ESCOLA DE SERVIÇO SOCIAL

TESE DE DOUTORAMENTO

SOCIALISMO E DEMOCRACIA: DILEMAS E PERSPECTIVAS DO DEBATE

FLÁVIA CAVALCANTE NICOLIS

Submetida à Banca Examinadora do Programa de Pós-Graduação da Escola de Serviço Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro como requisito parcial à obtenção do título de Doutora em Serviço Social.

APROVADA POR:

PROF. DR. YVES DO AMARAL LESBAUPIN (ORIENTADOR)

PROF^a DR^a CLEUSA DOS SANTOS (CO-ORIENTADORA)

PROF. DR. RONALDO DO LIVRAMENTO COUTINHO

PROF.DR. CEZAR TEIXEIRA HONORATO

PROF^a DR^a LEILA ESCORSIM MACHADO

Rio de Janeiro, 03 de janeiro de 2006.

Ao Lúcio, meu amor, meu “porto seguro”, por estar ao meu lado nos bons e maus momentos, cujo apoio tem sido fundamental na minha vida e, especialmente, na conclusão desse difícil processo no qual dos meus “cacos” fiz um lindo mosaico.

Ao Prof. Ronaldo do Livramento Coutinho, pela sua presença vigorosa e generosa na minha vida, pelo seu apoio incondicional e, particularmente, por suas valiosas sugestões e críticas na elaboração e conclusão da minha tese.

À Prof^a Cleusa dos Santos, por me acolher num momento de crise e por acreditar em mim, pela sua generosidade e, sobretudo, por suas sugestões e críticas relevantes na elaboração e conclusão da minha tese.

AGRADECIMENTOS

Ao Programa de Pós-Graduação da Escola de Serviço Social da UFRJ que possibilitou uma interlocução profícua com professores e colegas.

Ao CNPq pela concessão da bolsa, suporte indispensável nesse difícil processo.

Ao Prof. Yves do Amaral Lesbaupin, meu orientador, por me acolher em primeiro lugar na Escola de Serviço Social da UFRJ, por seu apoio, suas sugestões e críticas.

À Profa Cleusa dos Santos, da Escola de Serviço Social da UFRJ, minha co-orientadora, pelas indicações e sugestões relevantes, além do apoio afetivo que foi muito importante nessa trajetória.

Ao Prof. Ronaldo do Livramento Coutinho, da Faculdade de Direito da Uerj, que contribuiu de maneira ímpar na elaboração e conclusão da minha tese, me acolhendo num momento de profunda crise e me conduzindo à saída do “labirinto” no qual me encontrava, por seu apoio incondicional, suas valiosas sugestões e críticas, sem os quais não seria possível chegar ao termo desse caminho.

Aos meus colegas de doutorado, pessoas especiais que tive o privilégio de conhecer e trocar experiências, além de compartilhar momentos difíceis e felizes, especialmente, Angela, Sara, Norma, Magdala, Mário, Juarez e Marcelo.

Ao Lúcio, meu companheiro de todas as horas, pelo carinho, apoio e compreensão que foram fundamentais para eu acreditar em mim mesma e não desistir.

À minha mãe, Neusa, e aos meus irmãos, Júlio, André, Nanda e Carla, por estarem sempre ao meu lado, me apoiando e me incentivando em todos os momentos de adversidade.

RESUMO

O objeto da nossa pesquisa consiste no debate acerca da relação entre socialismo e democracia (a “questão democrática”) e sua especificidade no seio da esquerda brasileira, particularmente entre 1980 e 2000. A pretensão aqui é captar a essência dessas controvérsias, desvelar sua pertinência na atualidade, além de problematizar algumas das teses da chamada “esquerda democrática”, em especial a negação do caráter de classe (burguês) da democracia que, a nosso ver, podem deslizar para a renúncia de uma perspectiva classista revolucionária.

A gênese desse debate e seus desdobramentos remetem às críticas de Marx e Engels ao reformismo nos seus escritos da década de 1840; às controvérsias entre Lênin e Rosa Luxemburgo sobre questões de organização e suas críticas ao revisionismo/reformismo bernsteiniano; ao *XX Congresso do Partido Comunista da União Soviética* (PCUS, 1956); à emergência do eurocomunismo na década de 1970 e à queda do socialismo real em 1989.

No Brasil, o Partido Comunista Brasileiro (PCB) se destaca na própria constituição da esquerda e nas diversas facetas desse debate, expressas em documentos como o *Manifesto de Agosto* (1950) e a *Declaração de Março* (1958), nas teses dos “restos feudais” e da “revolução em etapas”, na crítica de Caio Prado Júnior e no ensaio de Carlos Nelson Coutinho *A Democracia como Valor Universal* (1979).

As divergências entre os autores acerca desse debate – desde a afirmação de que a democracia é intrínseca ao socialismo até a veemente negação da possibilidade dessa vinculação – demonstram que seu cunho não é apenas teórico-metodológico, mas sobretudo político-ideológico.

Nesse cenário, é imprescindível o resgate do legado teórico-político de Marx e Engels e de outros importantes pensadores desta tradição como Lênin, Rosa Luxemburgo, Lukács e Gramsci, à luz das experiências concretas, para superar as insuficiências e contradições do passado – a teoria do socialismo num só país, a disjuntiva entre reforma e revolução, a substituição do proletariado por instâncias burocráticas, a imposição do partido único e a supressão das divergências teórico-políticas –, e retomar seus acertos – o internacionalismo e o protagonismo proletários nas lutas sociopolíticas associados à crítica radical à propriedade privada dos meios sociais de produção e à lógica do capital.

Palavras-chave: socialismo, democracia, questão democrática.

ABSTRACT

The object of our research consists of the debate concerning the relationship between socialism and democracy (the "democratic question") and its idiosyncrasy in the Brazilian left breast, especially between 1980 and 2000. The intention here is to capture the essence of those controversies, to unfold its pertinence at the present time, as well as questioning some of the theses of the known "democratic left", particularly the denial of the class nature of bourgeois democracy that, in our point of view, can slide into the renouncement of a classist revolutionary perspective.

The genesis of the debate and its unfoldings are remitted to the Marx and Engels' criticism about the reformism in the 1840's, the controversies between Lénin and Rosa Luxemburgo on organization issues and their criticisms of the Bernstein's revisionism/reformism; the XX Soviet Union Communist Party Congress (PCUS, 1956), the emergency of the eurocomunism in the decade of 1970 and the fall of the real socialism in 1989.

In Brazil, the Brazilian Communist Party (PCB) stands out as the main initiator of the left and of several facets of the debate, embodied in documents such as *Manifesto de Agosto* (1950) and *Declaração de Março* (1958), in theses such as the "feudal remains" and the "revolution by stages", and finally in the Prado Júnior's criticism and in the Coutinho's rehearsal *A Democracia como Valor Universal* (1979).

The divergences among the authors in this debate – from the statement that the democracy is intrinsic to the socialism until the strong refutation of that possibility – demonstrate that their posture has been not just theoretical-methodological, but above all political-ideological.

In that scenery, it is indispensable the ransom of the theoretical-political legacy of Marx and Engels and other important thinkers such as Lénin, Rosa Luxemburgo, Lukács and Gramsci, in view of the concrete experiences, to overcome the inadequacies and contradictions of the past – the theory of socialism for only one country, the disconnection between reform and revolution, the substitution of the proletariat for bureaucratic instances, the imposition of a unique party and the suppression of the theoretical-politics divergences –, and to retake its right points – the internationalism and the proletarian protagonism in the sociopolitical fights associated to the radical criticism to the private property of the social ways of production and the logic of the capital.

Keywords: socialism, democracy, democratic question.

*“E assim como na vida privada
se distingue
o que um homem pensa
e diz de si mesmo,
do que ele realmente é e faz,
nas lutas históricas deve-se
distinguir mais ainda
as frases e as fantasias dos partidos
de sua formação real e de seus interesses reais,
o conceito que fazem de si do que são na realidade [...].”*

Karl Marx (O Dezoito Brumário)

*“A crítica colheu nas algemas as flores imaginárias,
não para que o homem suporte as amarras
sem cuidado ou conforto, mas para que
lance fora as algemas e colha a flor viva [...].”*

Karl Marx (A Crítica da Filosofia do Direito)

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	10
CAPÍTULO 1. A GÊNESE E OS DESDOBRAMENTOS DO DEBATE ENTRE SOCIALISMO E DEMOCRACIA	30
1.1. Lênin e Rosa Luxemburgo: Seus Legados Teórico-Políticos	36
1.1.1. Lênin.....	37
1.1.2. Rosa Luxemburgo	49
1.2. A Emergência e o Significado do Revisionismo	59
1.3. O Eurocomunismo.....	64
1.3.1. A Crítica ao Eurocomunismo	69
CAPÍTULO 2. AS PECULIARIDADES DA FORMAÇÃO SOCIAL BRASILEIRA E O CONTEXTO SOCIOPOLÍTICO DO GOLPE DE 1964 AO PROCESSO DE DEMOCRATIZAÇÃO.....	78
2.1. O Período da “Abertura” Política: A Anistia e a Consolidação da Resistência Democrática.....	91
2.2. A Nova República: A Transição.....	102
2.3. A Democratização e sua Trajetória Problemática: de Collor a Cardoso	109
CAPÍTULO 3. AS VICISSITUDES DA ESQUERDA BRASILEIRA E A “QUESTÃO DEMOCRÁTICA”	117
3.1. A Trajetória Histórica e Política do PCB	129
3.2. A Questão das Alianças e as Viragens do PCB: o Manifesto de Agosto de 1950 e a Declaração de Março de 1958	138
3.3. As Polêmicas Suscitadas pelo Manifesto de Agosto	142
3.4. As Incidências do XX Congresso do PCUS sobre o PCB: A Emergência da “Questão Democrática” e a Defesa da Luta Armada.....	145
3.5. As Teses dos “Restos Feudais” no Brasil e da “Revolução em Etapas”	160
3.5.1. A Crítica de Caio Prado Júnior.....	164
3.6. A Tese do “Valor Universal” da Democracia	170
3.6.1. As Principais Teses da Esquerda “Democrática”	184
CONSIDERAÇÕES FINAIS	194
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	199

INTRODUÇÃO

Desde a segunda metade do século XIX e durante todo o século XX, o debate sobre a relação entre socialismo e democracia tem sido caracterizado por acesas polêmicas acerca da suposta incompatibilidade entre ambos, especialmente após o colapso do chamado socialismo real. Deve-se se ressaltar que esta concepção estreita deriva de um determinismo histórico, estranho ao pensamento original de Marx, que resultaria em desdobramentos autocráticos.

No que concerne à crise no Leste Europeu, esta foi proveniente da ausência de uma plena socialização do poder político, pois a superação da ordem burguesa requer uma radical democratização da vida econômica, social e política, incompatível tanto com os limites do movimento do capital quanto com as restrições de uma ditadura imposta aos trabalhadores, ainda que em seu próprio nome. Sendo assim, tal crise colocou em questão uma vertente teórica da tradição marxista, a stalinista, não o legado marxiano que constitui “a teoria do ser social na ordem burguesa e o método para dar continuidade à investigação desta ordem enquanto ela se mantiver enquanto tal” (Netto, 1993:70-73).

Por outro lado, deve-se reconhecer que na densa e fértil reflexão de Marx havia tensões que poderiam dar espaço a interpretações deterministas, transformando o caráter humanista e libertário, antiestatal e antiburocrático de sua obra numa lógica autoritária de poder. Mas, é importante destacar que a origem dessa transmutação reside justamente naquelas interpretações não no sentido nuclear e substantivo da obra marxiana (Guimarães, 1998:251-260).

O conceito de ditadura do proletariado utilizado por Marx, por exemplo, se relaciona diretamente com o período de transição no qual deveria ocorrer uma gradativa “extinção” do Estado enquanto órgão autônomo de dominação que, em comparação com a república democrática burguesa, resultaria numa extensão qualitativa do controle social sobre o Estado e na ampliação da liberdade. Portanto, a ênfase desse brilhante pensador se situa no caráter libertário que um regime revolucionário teria que empreender no confronto com a resistência das classes dominantes.

Nessa perspectiva, hoje não mais se sustenta a tese de um desdobramento autoritário “inevitável” do conjunto da obra marxiana porque a linha política nítida e coerente que prevalece em Marx (da juventude à maturidade) é “a constatação da insuficiência dos direitos políticos liberais para a emancipação plena do indivíduo, a

insuficiência da democracia representativa e a crítica radical ao estatismo e ao burocratismo em favor de formas diretas de autogoverno e de controle social” (Guimarães, 1998:253-254).

A despeito dos graves equívocos advindos das concepções deterministas, tema recorrente na crítica liberal, o marxismo tem fornecido contribuições históricas essenciais à concepção e à prática da democracia moderna, tais como: a projeção do tema da igualdade social antagonicamente ao elitismo liberal e às realidades excludentes do capitalismo; a liderança em uma diversidade de conjunturas e contextos históricos na luta contra a opressão nos primeiros regimes liberais ou semi-liberais que negavam o direito de voto e os mínimos direitos sociais à grande maioria dos seus povos; a luta decisiva contra o nazi-fascismo e a luta anticolonial contra regimes opressivos do Terceiro Mundo, inclusive racistas como o *apartheid*. Acresce-se a estas contribuições o fato de que “o marxismo esteve diretamente relacionado ao processo de universalização de direitos políticos básicos e de criação de direitos trabalhistas e sociais que hoje integram o patamar civilizatório mínimo das democracias liberais” (Id, *ibid*: 259-260).

Outrossim, tem sua inspiração na tradição marxista a emergência de uma cultura crítica fundamentada e consistente às conseqüências antidemocráticas do mercado capitalista e aos limites impostos a uma igualdade política real.

Também se destacam as correntes no seio do marxismo contrárias às vertentes autoritárias que se desenvolveram no seu interior e estas primeiras têm uma importância histórica determinante no renascimento de uma cultura democrática radical de resistência que aponta para um projeto anticapitalista emancipatório.

É imprescindível que na atualidade se faça esta distinção entre a tradição marxista e as insuficiências e contradições da experiência stalinista e se reconheça a significativa contribuição desta tradição às lutas do proletariado em todo o mundo, sobretudo, a concretização da primeira sociedade socialista (que contou com a vigorosa direção de Lênin) a qual apesar dos seus limites e problemas demonstrou ser possível e desejável uma outra realidade.

No século XX, durante décadas, tanto no ideário quanto nas práticas das classes trabalhadoras e subalternas, a Revolução de Outubro se constituiu como alternativa concreta à sociedade capitalista. Mas, após a crise do Leste Europeu diversas organizações de esquerda passaram a propugnar, com o mesmo dogmatismo de antes, a impossibilidade de uma alternativa a essa ordem (Dias, 1999a).

A compreensão desses fatos nos remete ao *XX Congresso do Partido Comunista da União Soviética* (PCUS, 1956) no qual vieram à tona as referidas insuficiências e contradições do período stalinista que se desdobrariam numa profunda crise sociopolítica cujo desfecho emblemático foi a queda do muro de Berlim em 1989.

A partir daí, o significado da democracia política para as estratégias de luta das classes trabalhadoras retornou ao debate no seio da esquerda internacional¹ sendo definido posteriormente como “questão democrática”. As controvérsias advindas desse debate poderiam ser sintetizadas na seguinte interpelação: *a democracia deveria ser entendida agora como um meio para se chegar ao socialismo ou como um fim?* Sendo assim, os sujeitos políticos deveriam “optar” entre duas concepções de democracia aparentemente exteriores à dinâmica da luta de classes na ordem burguesa: na primeira concepção, a democracia constitui um “simples meio” para se instaurar o socialismo, denotando uma visão “estreita”, “meramente instrumental”²; na segunda, como um fim a ser alcançado ou, melhor dizendo, um “valor universal”³ que não poderia ser descartado em hipótese alguma.

Esta autonomização entre meios e fins sugerida pelo debate trouxe como consequência candentes embates político-ideológicos na esquerda ao nível mundial. Porém, esta autonomia entre meios e fins é muito reduzida, pois os meios não são indiferentes aos fins e sua implementação contém a estrutura embrionária e antecipada dos objetivos finais. Por outro lado, deve-se atentar para o fato de que a íntima vinculação existente entre ambos não permite uma identificação devido à sua peculiar tensionalidade dialética (Netto, 1990:86).

Nesses embates, a equivocada correspondência estabelecida entre as idéias de Lênin e a experiência do stalinismo tem resultado na refutação (parcial ou total) da tese leninista segundo a qual a democracia constitui uma forma de dominação política do Estado capitalista, ou seja, de que “*não existe democracia em geral, sem conteúdo de*

¹ Essas polêmicas em torno do significado da democracia política e das reformas para as lutas do proletariado foram inauguradas por Marx e Engels a partir da década de 1840, tendo seu prosseguimento com Lênin, Rosa Luxemburgo e Bernstein entre o final do século XIX e o início do século XX. Portanto, esse debate não é novo, apesar de apresentar especificidades no período mais recente. Devido à sua relevância para nosso objeto de estudo, tais polêmicas serão abordadas no primeiro capítulo.

² Na verdade, trata-se de uma perspectiva classista revolucionária que se expressa nos segmentos mais aguerridos e combativos do movimento socialista e operário internacional. Todavia, é indubitável que após a experiência stalinista a defesa daquela perspectiva tem se tornado cada vez mais difícil no seio da esquerda e fora dela, justamente devido à equivocada identificação entre Lênin e Stálin.

³ Essa tese foi defendida na Itália por Enrico Berlinguer, Secretário Geral do Partido Comunista Italiano (PCI) em 1977, num discurso proferido por ocasião do 60º aniversário da Revolução de Outubro e inspirou os teóricos do chamado eurocomunismo (este último será analisado no primeiro capítulo da nossa tese). No Brasil, a referida tese foi explicitada e defendida por Carlos Nelson Coutinho em seu conhecido ensaio *A Democracia como Valor Universal* (1979) que suscitaria acesas controvérsias no seio da esquerda brasileira; no terceiro capítulo da nossa tese abordaremos alguns elementos desse debate.

classe, não existe democracia pura, a democracia sempre é burguesa ou proletária”⁴. Dessa forma, segmentos da esquerda internacional passaram a preconizar que a via para o socialismo se concretizaria na defesa da democracia política e nas reformas conquistadas pelos trabalhadores no interior da sociedade capitalista, não na ultrapassagem dessa sociedade mediante a conquista do poder político pelo proletariado e a supressão do trabalho assalariado⁵.

Na contemporaneidade, o apelo ao conceito de democracia por esses segmentos da esquerda parece dotado de uma função mágica que exorcizaria as “formas políticas autoritárias” do passado, mas, na verdade, refere-se à criação de uma falsa oposição entre socialismo e democracia (já que a democracia é intrínseca ao projeto socialista, como afirmou Lênin) e o ocultamento do domínio político burguês, isto é, o domínio de classe sobre o conjunto da sociedade (Naves, 1981:118-119).

Deve-se destacar que as críticas direcionadas ao stalinismo não têm se assentado na análise das relações de produção e de classe no processo contraditório da transição socialista, mas se restringido à superestrutura da formação social soviética, ao “culto à personalidade” (a influência de Stálin sobre a direção do PCUS, os métodos pelos quais ele estabeleceu e consolidou sua ditadura, etc.) e à “violação da legalidade socialista”, transformando todo o problema em uma mera questão jurídica (Mandel, 1978; Naves, 1981).

No próprio seio dos partidos comunistas da Europa Ocidental houve a denúncia acertada do caráter cientificamente insatisfatório e anti-marxista dessas críticas que foi compartilhada por diversas correntes comunistas anti-stalinistas, como a Quarta Internacional⁶.

Os graves problemas configurados nos países do Leste Europeu, principalmente na então União Soviética, estavam relacionados à degenerescência burocrática que lá se instalou e não a uma “opção ideológica” ou ao produto automático das “condições objetivas”, mas aos interesses de uma burocracia e sua vitória política sobre seus adversários. Por isso, a tentativa de encontrar os “germes” de tudo o que é deplorável no stalinismo desde a Revolução de Outubro, em Lênin e nos bolcheviques, constitui um

⁴ Lênin desenvolveu sua tese sobre a democracia burguesa no célebre *O Estado e a Revolução* (1917) e esta será explanada no item 1.1. do primeiro capítulo que trata do legado teórico-político do autor.

⁵ Esse debate remete ao revisionismo bernsteiniano e às críticas de Rosa Luxemburgo e Lênin a Bernstein que serão abordados no primeiro capítulo, no item 1.2.

⁶ A Quarta Internacional foi fundada em 1938 por iniciativa de Trotsky e pequenos grupos afins, em oposição à Segunda e à Terceira Internacionais, se mantendo restrita e sujeita a cisões. Bottomore, T. et al. *Dicionário do Pensamento Marxista*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1988, pp.195-198.

equivoco grosseiro, pois “para se instalar a ditadura stalinista precisou destruir fisicamente o partido de Lênin e este somente produziu aquela no mesmo sentido em que a vida ‘produz’ a morte como sua própria negação” (Mandel, 1978:80; 90).

Com efeito, Stálin se distanciou muito de Lênin e desenvolveu um método que nada tinha a ver, realmente, com o leninismo. Lukács definiu esse método - o stalinismo - como um *oportunismo taticista*: a elaboração teórica e estratégica renunciava à capacidade crítica da prática concreta se subordinando à justificação das ordens da direção do partido. “*Essa descarada instrumentalização do trabalho teórico prejudicou enormemente o enriquecimento e aprofundamento do marxismo, o avanço das investigações científicas realizadas pelos marxistas, comprometendo, além disso, a imagem do marxismo aos olhos de amplos setores da comunidade científica do mundo inteiro*” (Konder, 1980:89).

Lênin sempre adotou as medidas duras que considerou necessárias, mas, ao mesmo tempo, buscou controlar tais medidas, evitando o recurso sistemático à coerção para não fortalecer o que havia de “bárbaro” e “oriental” na sociedade russa. Foi assim quando Trotsky e Bukharin defenderam a idéia de o Estado designar os dirigentes dos sindicatos dos trabalhadores. Lênin contestou essa idéia e insistiu que os trabalhadores deveriam eleger seus próprios dirigentes e dispor de instrumentos adequados à defesa de seus interesses imediatos contra o próprio Estado, se necessário. Lênin se preocupava muito com a dimensão concretamente democratizadora que deveria ser empreendida pela política do Partido Comunista no seu país para ultrapassar o que ele denominava como “barbarismo” russo. Mais tarde, Stálin abandonou totalmente essa preocupação de Lênin com a democracia. Nessa direção, Stálin conceberia as divergências e resistências internas às suas ordens como sabotagem e para assegurar a execução destas recorreria a diversas medidas, como os instrumentos burocráticos, os “expurgos”, para liquidar seus opositores (Id, *ibid*:88-91).

De fato, uma parte considerável dos escritos de Lênin correspondia a períodos determinados da luta de classes (Que Fazer?, 1902; Um Passo Adiante, Dois Atrás, 1904; Duas Táticas da Social Democracia, 1905) e à necessidade de propostas concretas para problemas concretos - a necessidade de derrotar o economicismo, a luta contra o revisionismo e a defesa da ortodoxia marxista - por isso não deveriam ser generalizados e caracterizados como teoria geral do partido e da organização política (Doze Anos, 1906). Ademais, nos seus derradeiros escritos (1922, 1923), após se afastar das atividades políticas por motivos de saúde e antes de sua morte prematura (1924), Lênin recomendava que o aparelho estatal soviético fosse reduzido drasticamente e que alguns dos mais

destacados líderes do partido, inclusive Stálin, fossem destituídos de seus poderes devido à sua inflexibilidade (Carta ao Congresso, dezembro de 1922)⁷.

Estas são pequenas amostras de quão profundamente Lênin se distingue de Stálin (e do stalinismo) não só por seu exemplo pessoal (ele foi capaz de refletir e intervir sobre várias questões concretas, debater com seus adversários, fazer autocríticas, rever posições, reconhecer e apoiar iniciativas espontâneas das massas, como foi o caso dos soviets), mas, sobretudo, por seu legado teórico-político cujas valiosas contribuições à tradição marxista e às lutas dos trabalhadores em todo o mundo são inegáveis.

Nesse sentido, dentre as mencionadas contribuições desse grande pensador e revolucionário consideramos procedente destacar: a revitalização da teoria da revolução que enfatiza a luta de classes direcionada por um partido coesamente organizado, a teoria do imperialismo como último estágio do capitalismo onde se daria a revolução proletária internacional numa ditadura transitória do proletariado e, particularmente, a condução do partido bolchevique na Revolução Russa de 1917 (Fernandes, 1989; Bottomore, 1988).

O legado mais relevante de Lênin consiste de fato na sua direção da revolução internacional do proletariado, isto é, o modo exemplar como vinculou dialeticamente a ação prática e a teoria. Naquele contexto, ele pôde compreender o verdadeiro sentido da história, retomar concretamente o fio condutor da luta de classes e estabelecer, em condições adversas, o problema-chave da “atualidade da revolução” dirigindo a atividade política das massas (Lukács, 1974).

Quanto aos fatos, não é possível reduzir o “fenômeno stalinista”⁸ - terror estatal, ditadura de um homem, política toda-poderosa, dogmatismo ideológico etc. - a fenômenos do Estado, da superestrutura social, pois isso significaria colocar o materialismo histórico de cabeça para baixo. Efetivamente, esses fenômenos - ausência de autogestão dos produtores e de auto-administração dos cidadãos e de controle sobre a administração política e econômica; planificação burocraticamente centralizada; apropriação e distribuição do sobreproduto social pelo Estado fora do controle dos produtores; manutenção de estruturas hierárquicas; sistema de remuneração mantenedor de privilégios para altos funcionários - se imbricam num conjunto de relações sociais e relações de produção. Logo, todos os “desvios”, “erros” e “crimes” de Stálin e do stalinismo se deviam à existência de uma burocracia que acabou gerando na sociedade soviética (e nos outros

⁷ Carlo, A. *A Concepção do Partido Revolucionário em Lênin*. São Paulo: CEBRAP (15), 1976, pp.65-113.

⁸ Ellenstein, J. *Histoire du Phénomène Stalien*. Ed. Grasset, Paris, 1975 *apud* Mandel, E. *Crítica do Eurocomunismo*. Editora Antídoto, 1978.

países do Leste Europeu) problemas que correspondiam, em última análise, aos interesses gerais daquela burocracia. Por esse motivo, o stalinismo não se constituiu numa “deformação do Estado socialista” nem a soma das “instituições e práticas totalitárias” para “construir o socialismo por meios bárbaros” - as orientações políticas, as estruturas de poder, os métodos de governo e de planificação exprimiam o monopólio de poder dessa burocracia e a salvaguarda dos seus privilégios no interior daquela sociedade de transição (Mandel, 1978:78-79).

Após situar o contexto histórico e sociopolítico das críticas à tradição marxista, particularmente a Lênin, por parte da direita e segmentos da esquerda, cabe explicitar aqui nosso objeto de pesquisa que consiste no debate acerca da relação entre socialismo e democracia (a “questão democrática”) e sua especificidade no seio da esquerda brasileira nos últimos 20 anos, sobretudo, entre 1980 e 2000. A razão da escolha desse período se deve à importância daquele cenário que reporta ao declínio da ditadura militar, à transição “democrática”, à Anistia, à Constituinte, ao Movimento das Diretas-Já, entre outros processos, bem como pelo fato de as controvérsias em torno da “questão democrática” terem se configurado entre nós naqueles anos⁹.

Apesar de essas polêmicas sobre a relação socialismo e democracia não se constituírem como objeto específico do Serviço Social, sua relevância para o debate profissional pode ser demonstrada na análise da própria trajetória da profissão já que desde o final dos anos sessenta, período no qual emerge e se desenvolve o chamado *Movimento de Reconceituação*, segmentos da categoria se aproximaram da tradição marxista¹⁰ empreendendo análises profícuas que têm sido diretrizes relevantes nas intervenções teórico-metodológicas e políticas dos Assistentes Sociais. Desde então, esses segmentos têm contribuído de modo significativo tanto nas intervenções profissionais quanto na organização da categoria.

Além disso, no *Código de Ética do Assistente Social (1993)* se evidencia a referência ao projeto socialista e à tradição democrática como fios condutores das intervenções profissionais quando se preconiza a “opção por um projeto profissional vinculado ao processo de construção de uma nova ordem societária, sem dominação-exploração de classe, etnia e gênero”, que remete à “defesa do aprofundamento da

⁹ Devemos ressaltar, nesse aspecto, que nas intervenções teórico-políticas do Partido Comunista Brasileiro (PCB) a preocupação com a “questão democrática” já estava presente, sobretudo na conhecida *Declaração de Março de 1958*. No entanto, a constituição desse debate no seio da esquerda ocorre, de fato, com a publicação do ensaio de Carlos Nelson Coutinho *A Democracia como Valor Universal* (1979).

¹⁰ Dentre os autores que contribuíram para a aproximação do Serviço Social com a tradição marxista se destacam, inicialmente, Marilda Yamamoto (1983) e José Paulo Netto (1991).

democracia, enquanto socialização da participação política e da riqueza socialmente produzida”¹¹. Assim, em conformidade com aqueles segmentos profissionais e o Código de Ética (1993), ambos pautados na *perspectiva da totalidade e centralidade do trabalho, visando a construção de um projeto ético-político vinculado ao projeto histórico das classes trabalhadoras*, podemos sustentar nossa oposição ao liberalismo, ao humanismo abstrato e à vertente marxista anti-humanista. Seria um truísmo mencionar o fato de que essa postura de segmentos da categoria profissional se contrapõe frontalmente à realidade de hoje e que não deixa de suscitar controvérsias. Por outro lado, devemos reconhecer que a defesa dessa postura extrapola o universo do Serviço Social, remetendo ao conjunto das forças sociais comprometidas com aquela perspectiva e às lutas empreendidas pela sua hegemonia no interior da sociedade capitalista.

Como nossa Dissertação de Mestrado (ESS/UFRJ, agosto, 1996) versava sobre a chamada questão habitacional no Brasil e sua particularidade no município de Juiz de Fora (MG), entre 1982 e 1995¹²; no Doutorado, sentimos a necessidade de ultrapassar essa discussão de políticas setoriais e seu significado para apreender e aprofundar uma temática que desse conta das diversas problemáticas peculiares ao cotidiano das classes trabalhadoras e subalternas na perspectiva de sua superação, o que implica sem dúvida numa outra forma de sociabilidade. Desse modo, nos interessamos pelo debate em torno da crise contemporânea instalada após o colapso do socialismo real e da aparente ausência de alternativas nesse quadro. Daí surgiu a idéia de abordar o debate acerca da relação entre socialismo e democracia, sobretudo no Brasil, entre 1980 e 2000. Como mencionado, a escolha desse período se justifica pela sua importância, isto é, o ocaso da ditadura militar, o início do processo de transição “democrática”, seus desdobramentos e, especialmente, as polêmicas sobre a “questão democrática” no seio da esquerda em nosso país.

Nessa direção, consideramos indispensável abordar a gênese e os desdobramentos desse debate no interior do marxismo visando apreender sua essência. Ademais, a crise do socialismo real e suas implicações sobre o movimento socialista e operário internacional; também a emergência do chamado eurocomunismo que influenciou não só a grande maioria dos partidos comunistas ocidentais da Europa, mas do mesmo modo partidos

¹¹ CFESS. *Código de Ética do Assistente Social*. Princípios Fundamentais, p.11; aprovado em 13 de março de 1993.

¹² Esta pesquisa intitulada “*A Luta pela Habitação Popular: Espaço de Atores Sociais*” foi fruto da nossa experiência acadêmica e militante junto ao CDDH/JF (Centro de Defesa dos Direitos Humanos da Arquidiocese de Juiz de Fora) que prestava assessoria a segmentos sociais populares em diversas causas, dentre elas, a luta pela regularização da posse da terra e a inserção em programas habitacionais, através de uma equipe interdisciplinar integrada por profissionais e estagiários das Faculdades de Serviço Social, Direito, Arquitetura e Comunicação Social da UFJF (Universidade Federal de Juiz de Fora).

comunistas de outros países, inclusive no Brasil.

Antes de abordar a incidência da crise do Leste Europeu sobre a esquerda em nosso país, analisamos as peculiaridades da formação social brasileira e do Estado nacional, e também o contexto sociopolítico do golpe de 1964 ao processo de democratização no qual emergiram as lutas pela defesa de projetos de desenvolvimento econômico e social, bem como as polêmicas acerca da “questão democrática”. Nesse cenário, se sobressai a intervenção do Partido Comunista Brasileiro (PCB) na constituição da própria esquerda e na definição das várias facetas desse debate. Além desses fatos, merece destaque o conhecido ensaio de Carlos Nelson Coutinho *A Democracia como Valor Universal* (1979) que, inspirado pelo eurocomunismo, contesta a tese marxista enfatizada por Lênin segundo a qual a democracia constitui uma forma de dominação do Estado capitalista, propugnando a diluição da idéia de revolução na de evolução (a ampliação da democracia seria a forma política do socialismo), bem como o resgate de elementos da tradição liberal, ou seja, trata-se de uma *ruptura doutrinária* e uma tentativa de *reformulação programática e estratégica* para a esquerda (Quartim de Moraes, 1999:160).

O objetivo central da nossa pesquisa consiste em apresentar alguns elementos desse complexo e importante debate em torno da relação socialismo e democracia ou, melhor dizendo, da “questão democrática”, sobretudo em nosso país, ressaltando as principais questões levantadas pelos autores selecionados e sua pertinência nos dias de hoje. Dentre os autores mencionados, Carlos Nelson Coutinho (1979, 1980, 1992, 1994, 2000), Francisco Weffort (1984), Leandro Konder (1980), Florestan Fernandes (1995, 1987, 1981, 1979), João Quartim de Moraes (1999, 2001, 2003), Ronaldo Coutinho (2002), José Paulo Netto (1990, 1991, 1992, 1993, 2004), Caio Navarro de Toledo (1994), Márcio Naves (1981), Edmundo Fernandes Dias (1999), Juarez Guimarães (1998), Caio Prado Júnior (1987, 1980), Jacob Gorender (1987), Moisés Vinhas (1982), Octávio Ianni (1985, 1981, 1978), Antonio Carlos Mazzeo (2003), Ângelo Priori (2003), Lúcio Flávio Rodrigues de Almeida (2003), José Antonio Segatto (2003), Francisco Corsi (2003) e Marcos Del Roio (2003).

Além disso, pretendemos problematizar algumas teses da chamada esquerda “democrática”, especialmente, aquelas que atribuem à democracia um “valor em si” e negam o caráter de classe da democracia. Na nossa ótica, essas teses podem deslizar para a renúncia efetiva de uma perspectiva classista revolucionária na medida em que superestimam os traços de continuidade e obscurecem os de ruptura entre liberalismo e socialismo.

Devemos salientar que esta tese de doutoramento apresentada ao *Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Escola de Serviço Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro*, constitui mais do que o cumprimento de uma exigência de cunho acadêmico. Na verdade, a abordagem dessa temática responde também aos nossos anseios pessoais e profissionais de cunho ético-políticos que nos acompanham há algum tempo.

Portanto, o ingresso no curso de Doutorado tornou possível a reflexão e a sistematização desses interesses e anseios acerca do significado mais amplo das questões subjacentes às controvérsias entre socialismo e democracia. Nesse processo, nos deparamos com grandes dificuldades e desafios peculiares ao próprio curso e às deficiências da nossa formação acadêmica, especialmente aquelas relativas à complexa e instigante trajetória histórica da tradição marxista e do movimento socialista e operário internacional e às fecundas polémicas estabelecidas no seu interior.

Em alguns momentos, tivemos a estranha sensação de que buscávamos um objeto “obsoleto” e que nossas indagações estariam fora de lugar não correspondendo mais à realidade do século XXI. Hoje, passados aqueles momentos, nossa posição é que esse debate acerca da relação entre socialismo e democracia é fundamental para o enfrentamento dos desafios históricos colocados para o movimento socialista e operário internacional na atualidade. Nesse sentido, consideramos que socialismo e democracia não são incompatíveis e que a defesa da democracia em seu sentido mais amplo (político, econômico, social e cultural), não só como conjunto de regras normativas das instituições políticas, constitui tarefa primordial da esquerda, principalmente dos marxistas, em conjunto com as classes trabalhadoras e subalternas (Guimarães, 1998).

Apesar de a democracia política na ordem burguesa ser limitada e limitadora, seu valor reside justamente na possibilidade de organização dos trabalhadores, na constituição de sua consciência de classe e de sua hegemonia visando a superação dessa ordem. “*Se a democracia é espaço de luta ela pode, se não tiver uma postura desarmada, ingênua, vir a ser um instrumento de intervenção política, que se move, inicialmente, nos limites do campo da racionalidade dominante*” (Dias, 1999:65b).

Nessa perspectiva, a defesa da democracia política se torna imprescindível e se assenta em motivações político-classistas, isto é, na possibilidade concreta de emancipação das classes trabalhadoras, não em motivações ético-humanitárias como poderia parecer à primeira vista (Navarro de Toledo, 1994:133-134).

No Brasil, a configuração da própria esquerda e das diversas facetas desse debate contou com a intervenção singular do Partido Comunista Brasileiro (PCB) e por isso

destacamos sua trajetória. Até meados dos anos sessenta, o debate da esquerda estava centrado nas *reformas estruturais* (ou de base), nos modelos de desenvolvimento e na luta antiimperialista. Mais tarde, a partir dos anos setenta, na defesa das instituições democráticas e, por conseguinte, das garantias e dos direitos públicos, além do privilegiamento da aliança com segmentos da burguesia “nacional e antiimperialista”.

Foi indispensável aqui, a referência às teses dos “restos feudais” no Brasil e da “revolução em etapas”, assumidas pelo PCB em conformidade com as análises da Terceira Internacional, bem como à crítica de Caio Prado Júnior que teve grande repercussão sobre a esquerda.

Nesse debate, ressaltamos as concepções de revolução e de democracia que expressam guinadas políticas em documentos históricos do PCB, sobretudo no *Manifesto de Agosto* (1950) e na *Declaração de Março* (1958) que se traduziram em posições distintas adotadas por segmentos do Partido, respectivamente, a radicalização dos meios de luta, incluindo a luta armada, e a defesa das instituições democráticas e da aliança com a burguesia “nacional e antiimperialista”.

A despeito do fato de a “questão democrática” estar presente em alguns documentos do PCB, particularmente, na mencionada *Declaração de Março*, esse debate se constitui de fato no Brasil a partir da publicação do ensaio de Carlos Nelson Coutinho *A Democracia como Valor Universal* (1979) que, apoiado na própria tradição marxista, especialmente Gramsci, nos teóricos do eurocomunismo e na experiência do socialismo real, contesta a tese leninista acerca do caráter de classe da democracia e recomenda o resgate de elementos da tradição liberal. Esta tese tem gerado intensos embates político-ideológicos no interior da esquerda brasileira, particularmente entre os marxistas, daí a sua importância para nosso estudo.

As distintas posições assumidas pelos autores nesse debate - desde a afirmação de que a democracia é intrínseca ao projeto socialista até a negação veemente da possibilidade desta vinculação - demonstram que estas não se limitam ao aspecto teórico-metodológico, denotando posicionamentos polêmicos, contraditórios e até excludentes vinculados à perspectiva político-ideológica assumida pelos mesmos em suas análises e intervenções. Assim, o desvendamento desse debate no seio da esquerda vincula-se diretamente à dinâmica das lutas de classes na contemporaneidade e, sem dúvida, transcende o âmbito nacional.

Um dado importante é que todos os autores reconhecem o valor da democracia política para as lutas das classes trabalhadoras e subalternas, variando entre eles somente o peso atribuído a esse valor e ao seu significado. A maioria dos autores concorda que a democracia, apesar de fundamental, se configura como restrita e insuficiente para a plena emancipação/realização dos homens, sendo premente sua ampliação, seu aprofundamento e/ou até mesmo sua superação.

Deve-se reiterar que na tradição marxista a consideração da relevância da democracia política nas lutas do proletariado está intimamente relacionada à superação da ordem do capital e à construção de uma nova sociedade, implicando de fato numa ruptura.

Não obstante a relevância da democracia liberal para as lutas dos trabalhadores, deve-se reconhecer que esta tem contribuído eficientemente para o atendimento dos interesses das classes dominantes e, por conseguinte, para a manutenção do sistema capitalista, já que a democracia não implica numa igualdade social real, isto é, na igualdade diante dos meios sociais de produção.

Desse modo, torna-se imprescindível o resgate do legado teórico-político de Marx e Engels, inclusive seu caráter libertário, bem como de outros importantes pensadores da tradição marxista, como Lênin, Rosa Luxemburgo, Lukács e Gramsci à luz das experiências concretas. Esse procedimento deve visar, primordialmente, a distinção entre a tradição marxista e a experiência stalinista, a superação dos graves equívocos do passado - a teoria do socialismo num só país, a disjuntiva entre reforma e revolução, a substituição do proletariado por instâncias burocráticas, a imposição do partido único e a supressão das divergências teórico-políticas -, bem como seus acertos - o internacionalismo, o protagonismo proletário nas lutas sociopolíticas e a crítica radical à propriedade privada dos meios sociais de produção e à lógica do capital.

Com relação ao conteúdo da nossa pesquisa, supramencionado, este foi distribuído em três capítulos que explicitaremos a seguir.

No primeiro capítulo, analisamos a gênese e os desdobramentos do debate socialismo e democracia no seio da esquerda internacional que remete aos escritos de Marx e Engels, desde a década de 1840, bem como às controvérsias entre Lênin e Rosa Luxemburgo sobre questões de organização e suas críticas ao revisionismo/reformismo bernsteiniano, entre o final do século XIX e início do século XX, que são essenciais para a compreensão daquele debate no seio da tradição marxista.

Além disso, nos referimos ao *XX Congresso do Partido Comunista da União Soviética* (PCUS, 1956) onde foram desveladas as mencionadas insuficiências e

contradições da experiência stalinista e suas conseqüências. Outrossim, à crise dos países do Leste Europeu e ao surgimento do eurocomunismo, suas características e seu significado para o movimento socialista e operário internacional.

No segundo capítulo, nos ocupamos das peculiaridades da formação social brasileira e do Estado nacional, bem como do contexto sociopolítico entre o golpe de 1964 e o processo de democratização, ressaltando nesse período a instauração e o declínio da ditadura militar, o início do processo de transição “democrática”, a Anistia, a Constituinte, a Campanha das Diretas-Já e os Governos de José Sarney, Fernando Collor de Mello e Fernando Henrique Cardoso.

Nosso objetivo nesse capítulo consistiu em apreender a dinâmica das lutas dos diversos sujeitos políticos coletivos na defesa da democratização da sociedade brasileira e de projetos de desenvolvimento econômico e social que reportam ao cenário internacional e sua incidência sobre a esquerda, terreno fértil no qual emerge o debate acerca da “questão democrática”.

No terceiro capítulo, abordamos as vicissitudes da esquerda brasileira e sua relação com a “questão democrática” destacando, nessa análise, a intervenção teórico-política do Partido Comunista Brasileiro (PCB). Procedemos assim devido à contribuição singular desse Partido na própria constituição da esquerda em nosso país, concretizada em figuras históricas como Astrojildo Pereira. Também em função das intervenções do PCB junto às classes trabalhadoras e, particularmente, na configuração do debate sobre a “questão democrática” e suas diversas facetas. Como se sabe, até meados dos anos sessenta, o debate da esquerda estava centrado nas *reformas estruturais* (ou de base), nos modelos de desenvolvimento e na luta antiimperialista. Mais tarde, a partir dos anos setenta, na defesa das instituições democráticas e, por conseguinte, das garantias e dos direitos públicos, além do privilegiamento da aliança com segmentos da burguesia “nacional e antiimperialista”. Foi indispensável aqui, a referência às teses dos “restos feudais” no Brasil e da “revolução em etapas”, assumidas pelo PCB em conformidade com as análises da Terceira Internacional, bem como à crítica de Caio Prado Júnior às mesmas.

Em nossa investigação ressaltamos algumas das principais questões contidas nessas controvérsias, sobretudo no interior do PCB, tais como as concepções de revolução e de democracia que expressam significativas guinadas políticas em documentos diversos, especialmente no *Manifesto de Agosto* (1950) e na *Declaração de Março* (1958) que se traduziram em posições distintas adotadas por segmentos do Partido, respectivamente, a radicalização dos meios de luta, incluindo a luta armada, e a defesa das instituições

democráticas e da aliança com a burguesia “nacional e antiimperialista”. Esta última posição foi responsável pela primeira cisão no seio do PCB dando origem ao PCdoB em 1962 e também a outros grupos que discordavam da direção assumida pelo PCB naqueles anos. Em nossa análise, demonstramos que essas guinadas políticas do PCB estavam relacionadas não só às mudanças operadas no cenário nacional, mas do mesmo modo às mudanças em curso no quadro internacional.

Nesse capítulo, também foi indispensável analisar a mencionada tese do “valor universal” da democracia de Coutinho que ao longo dos anos tem estimulado e alimentado as teses da chamada esquerda “democrática”. Nos dias de hoje estas teses têm sido quase unânimes no debate da esquerda acerca da relação entre socialismo e democracia, sobretudo após o ocaso do Leste Europeu.

Nosso objetivo aqui foi apreender a essência dessas controvérsias, desvelar sua pertinência na atualidade, suas possíveis implicações nas lutas dos trabalhadores no período mais recente, além de problematizar algumas daquelas teses, em especial, a negação do caráter de classe (burguês) da democracia que, a nosso ver, pode significar a renúncia efetiva de uma perspectiva classista revolucionária.

É interessante observar que muitas das interpelações levantadas no final do século XIX e início do século XX - o significado do conceito de revolução e de democracia política que remetem à concepção do proletariado enquanto sujeito revolucionário (ou não), ao papel do partido e dos seus intelectuais, ao revisionismo/reformismo¹³, aludidas no primeiro capítulo da nossa tese -, mantêm sua atualidade na busca de respostas aos desafios históricos enfrentados hoje pelo movimento socialista e operário internacional em face da crise do Leste Europeu e da aparente ausência de alternativas.

No cenário nacional, entre as décadas de 1950 e 1960, a “questão democrática”¹⁴ se apresentava com uma importância secundária na reflexão teórica e na luta político-ideológica, porque a luta pela constituição da Nação era considerada imprescindível naquele momento. Tanto progressistas como comunistas afirmavam que as liberdades políticas formais somente teriam significado para as massas trabalhadoras quando suas

¹³ O revisionismo se refere à Teoria Social de Marx, propriamente dita, e o reformismo, às estratégias e táticas políticas no seio do movimento socialista e operário internacional. Estas controvérsias mobilizaram importantes expoentes do marxismo: Lênin e Kautsky (*A Revolução Proletária e o Renegado Kautsky*); Rosa Luxemburgo e Eduard Bernstein (*Reforma Social ou Revolução?*); *Problemas do Socialismo*; *As Premissas do Socialismo e as Tarefas da Social-Democracia*); Lênin e Rosa Luxemburgo (*Que Fazer?*); *O Estado e a Revolução*; *Questões Organizacionais dos Social-Democratas Russos*; *A Revolução Russa*).

¹⁴ Essas análises iniciais sobre a “questão democrática” no Brasil, entre 1950 e 1970, são de Navarro de Toledo, C. *As Esquerdas e a Redescoberta da Democracia in E. Dagnino (org.): Anos 90 – Política e Sociedade no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1994.

necessidades básicas fossem supridas pelo Estado, isto é, enquanto o desenvolvimento econômico e as reformas sociais estruturais não se concretizassem, a democracia política seria somente formal ou abstrata para a maioria da população.

Mas, em face da constante ameaça golpista por parte da direita, segmentos da esquerda apontavam para a necessidade da defesa da legalidade democrática, com a ressalva de que a democracia política por estar inserida no seio do capitalismo de forma dependente e subordinada não poderia ter um “valor em si”¹⁵.

Até meados da década de 1960, a esquerda brasileira - hegemônica pelo Partido Comunista Brasileiro - se mobilizava em torno das reformas sociais, das campanhas nacionalistas e da defesa do desenvolvimento econômico. Em alguns momentos históricos, como no *Manifesto de Agosto* (1950)¹⁶, sob a influência da Terceira Internacional¹⁷ e de Stálin, uma concepção negativa da democracia foi difundida, ou seja, como “o espaço da dominação burguesa e o lugar privilegiado da ilusão e da mistificação de classe”.

A partir de 1970, até o período mais recente, esse quadro tornou-se bastante diverso devido às duras experiências do socialismo real, ao nível internacional, e da ditadura militar, ao nível nacional, que contribuíram para a esquerda resgatar a “questão democrática”. Nesse contexto, segmentos da esquerda preconizam o compromisso amplo, irrestrito e incondicional com a democracia para superar todos os equívocos do passado, sobretudo, aquela concepção anterior da democracia como um meio ou instrumento para a

¹⁵ Como afirmaria Gorbachev, mais tarde, em seu escrito *Perestroika – Novas Idéias para o meu País e para o Mundo*. São Paulo: Best Seller, 1987.

¹⁶ Publicado na Voz Operária de 05/08/1950 anunciava a adoção de uma linha política “esquerdista”, caracterizada pelo voluntarismo e pelo dogmatismo. Os comunistas em todo o mundo, sob a liderança de Stálin, foram estimulados a concentrar seus ataques nos “aliados vacilantes”, nos “oportunistas”, nos elementos “pretensamente progressistas”, nos social-democratas e nos trabalhistas. A adoção de tal política contribuiu para o isolamento do PCB, assumindo as características de uma “seita”. Konder, L. *A Democracia e os Comunistas no Brasil*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1980, pp.73-80. As polêmicas em torno do Manifesto de Agosto e da Declaração de Março serão explanadas no terceiro capítulo da nossa tese.

¹⁷ A Terceira Internacional (Comunista, 1919-1943) também chamada de Comintern, foi criada em Moscou (março de 1919) pelos bolcheviques, após a vitória da Revolução de Outubro, num período de grande agitação revolucionária na Europa Central. Lênin defendeu a ditadura do proletariado e o poder soviético no lugar da democracia burguesa como princípios fundamentais desta organização. Posteriormente, após a morte de Lênin (1924), Trotsky foi expulso da direção executiva desta organização (1927) e, em 1928, foi aprovado um amplo programa, em grande parte formulado por Bukharin, no qual a social-democracia foi denunciada como “social-fascismo”, trazendo sérias conseqüências. Na década de 1930, os expurgos comandados por Stálin que se seguiram a esta concepção foram aprovados pela Terceira Internacional. Em agosto de 1939, a organização reviu sua estratégia anterior baseada na indiferenciação entre as democracias burguesas ocidentais e os Estados nazifascistas. Por fim, sua dissolução ocorreu em 1943 sob a alegação de que não seria mais possível a direção do movimento comunista por um centro internacional. Esta dissolução também teve por finalidade tranquilizar os aliados ocidentais de Stálin naquele período. Bottomore, T. et al. *Dicionário do Pensamento Marxista*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1988, pp.195-198.

realização do socialismo. Como aludido, esse novo posicionamento tem derivado em embates político-ideológicos na esquerda em todo o mundo e do mesmo modo no Brasil.

Apesar de já existir nas fileiras do PCB a preocupação com a “questão democrática” desde o início da década de 1960 (cf. documentos do Partido, especialmente a Declaração de Março de 1958), esse debate se constitui de fato no Brasil, no final da década de 1970, a partir do referido ensaio de Carlos Nelson Coutinho *A Democracia como Valor Universal* (1979), onde o autor critica a tese leninista segundo a qual “não existe democracia pura, a democracia sempre é burguesa ou proletária” e procura invalidá-la apoiando-se na própria tradição marxista, especialmente em Gramsci, nos teóricos do eurocomunismo e na experiência histórica do Leste Europeu.

Cabe destacar, nesse momento, que não é nossa intenção a discussão específica e exclusiva do pensamento de Carlos Nelson Coutinho, mas apenas um ângulo relevante de sua vasta obra, já que seu mencionado ensaio se transformou em um divisor de águas no debate que pretende o objeto da nossa tese, a saber, a relação entre socialismo e democracia, isto é, a “questão democrática”, especialmente no Brasil, entre 1980 e 2000. Mais ainda, por ser Coutinho, incontestavelmente, o autor mais expressivo de uma corrente de pensamento no seio da esquerda brasileira que preconiza a ruptura com o legado leninista e uma reformulação estratégica e programática.

As críticas de Coutinho em seus vários escritos, desde 1979 até o período mais recente, incidem basicamente sobre a concepção da democracia como uma etapa preliminar na direção do socialismo que deveria ser descartada no momento em que se instaurasse a ditadura do proletariado. Essa concepção da maioria da esquerda brasileira, hegemônica pelo PCB, até meados dos anos sessenta, foi denominada pelo autor como uma visão “estreita, instrumental, puramente tática da democracia”. Este posicionamento estaria pautado numa equivocada concepção da teoria marxista do Estado, numa falsa e mecânica identificação entre democracia política e dominação burguesa, além de uma visão “etapista” da revolução¹⁸.

Ulteriormente, sobretudo a partir da década de 1970, o autor destaca que segmentos da esquerda passaram a visualizar a democracia como um momento ineliminável não só da luta pelo socialismo, mas também de sua construção e organização. Esta nova postura estaria relacionada às profundas transformações ocorridas em nossa sociedade que tornariam anacrônica aquela estratégia tradicional da esquerda preconizada,

¹⁸ Esse debate no Brasil será abordado mais detidamente no terceiro capítulo da nossa tese.

particularmente, pelo PCB.

Coutinho prossegue dizendo que, entre a segunda metade do século XIX e durante todo o século XX, a socialização da política expressa na emergência de uma complexa rede de organizações coletivas (partidos de massa, sindicatos, associações profissionais, comitês de empresa e de bairro, organizações culturais, etc.) teria um papel relativamente determinante por constituir as massas populares e a classe operária como sujeitos políticos coletivos, algo não previsto pela tradição liberal. E estas profundas modificações remetem aos processos de socialização das forças produtivas impulsionados pelo próprio capitalismo, especialmente pelo capitalismo tardio. Assim, o Estado se amplia e deixa de ser um instrumento exclusivo de uma classe¹⁹ para se converter na arena privilegiada da luta de classes²⁰ e isso implicaria na necessidade de um novo conceito de revolução (processual) que se concretiza mediante reformas contínuas, visando aprofundar a democracia e superar o capitalismo. Nessa perspectiva, “o caminho do socialismo é a democracia e não pode existir socialismo sem democracia” (Coutinho, 1994).

Na ótica do autor, hoje, o resgate de elementos da tradição liberal seria uma necessidade para a esquerda, mas isso não significaria ocultar as diferenciações substantivas entre as concepções liberal e marxista de democracia, sendo o diferencial entre ambas o conceito de hegemonia. Por isso, a tese do liberalismo, especialmente o contemporâneo, de que a democracia é sinônimo de pluralismo e a hegemonia sinônimo de totalitarismo ou despotismo não mais se sustenta, já que o socialismo democrático reconhece o pluralismo (autonomia e diversidade dos múltiplos sujeitos coletivos) e propugna a descentralização do poder e a unidade política através da negociação e do consenso (Coutinho, 2000).

No que diz respeito à experiência dos países do socialismo real, o autor considera que esta teria comprovado de fato que a inexistência dos chamados aspectos formais ou procedimentais da democracia remete também à perda de seus elementos substantivos. Por conseguinte, “a relação da democracia de massas (ou socialista) com a democracia liberal não é uma relação de negação, mas de superação dialética: a primeira conserva e eleva a nível superior as conquistas da segunda” (Id, *ibid*:38).

¹⁹ Como Marx e Engels sustentaram no Manifesto Comunista (1848), correspondendo à realidade daquele período histórico e sociopolítico.

²⁰ “O poder consiste em uma série de relações entre as diversas classes sociais, concentradas por excelência no Estado, poder que é constituído pela condensação de uma relação de forças entre as classes”. Poulantzas, N. *O Estado, o Poder, o Socialismo*. Edições Graal, 1985, p.162.

A partir dessas análises, Coutinho atribui à democracia moderna um “valor universal” e isso significa que não se deve desconsiderá-la de modo algum e nem mesmo adjetivá-la como burguesa, já que esta seria imprescindível no processo de transição socialista e mesmo no período posterior.

Para tanto, como aludido, o autor recorre à tradição marxista, sobretudo Gramsci, às formulações dos teóricos do eurocomunismo e à experiência do socialismo real para recomendar à esquerda o abandono da tese marxista enfatizada por Lênin de que a democracia constitui uma forma de dominação do Estado capitalista e também o resgate de elementos da tradição liberal.

Recentemente, Coutinho (2000) retomou aquela tese para sustentar que talvez fosse mais apropriado atribuir “valor universal” ao processo de democratização, não à democracia, além de frisar que não pode haver democracia sem socialismo, apesar de estar em voga no campo da esquerda não só o abandono do projeto socialista, mas até mesmo a recusa da palavra socialismo em discursos, programas de governo, etc. Assim, o autor pondera que o necessário reexame da herança do leninismo e do bolchevismo não significa que se deva descartar o marxismo, pois este mantém seu valor analítico e sua atualidade prática, particularmente a contribuição de Gramsci, mesmo após a crise do socialismo real.

Como nossa pretensão aqui era somente esboçar a tese de Carlos Nelson Coutinho e situar o debate configurado na esquerda a partir daí, não nos detivemos em algo óbvio, esses argumentos foram alvos de duras críticas tanto por parte de segmentos da esquerda, particularmente marxistas, como da direita²¹ e, mesmo passados mais de 20 anos, estes continuam a estimular aceras polêmicas. Por isso, abordamos aqueles argumentos visando apreender sua essência e seus méritos, bem como suas possíveis implicações sobre o debate e as intervenções da esquerda brasileira, o que foi feito no terceiro capítulo da nossa tese.

Referindo-se a essas controvérsias, Quartim de Moraes (1999:160) afirma que o mero reconhecimento da democracia como um “valor” (de que a democracia envolve valores políticos, éticos e jurídicos) nada acrescenta ao seu intrínseco significado e nem suscita questionamentos. A seu ver, a verdadeira questão consiste em determinar o estatuto dessa universalidade. Por outro lado, o autor reconhece que a tese sustentada por Coutinho

²¹ José Guilherme Merquior acusou Coutinho de “tentar em vão democratizar a imagem do leninismo”. *As Idéias e as Formas*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1981, pp.232-240.

(1979) contém de fato duas novidades, mencionadas há pouco, uma *proposta de ruptura doutrinária* e uma tentativa de *reformulação estratégica e programática*²².

No entanto, Quartim de Moraes questiona se esta tese, original e inovadora da perspectiva dos comunistas italianos, não seria a mera reiteração (da perspectiva liberal) de uma concepção bem conhecida - “*a democracia é antes de mais nada, um princípio de legitimidade*”- expressa por Giovanni Sartori (1973), em seus estudos sobre o ideário democrático. Esta fórmula que identifica na democracia “um princípio de legitimidade” possui maior precisão filosófica do que a do “valor universal” por determinar a natureza dessa universalidade como “um princípio ético-político”. A legitimidade constitui uma categoria meta-jurídica ou meta-legal e a decisão acerca da legitimidade (ou não) de um conjunto de leis se baseia num critério extra (meta) legal que poderia ser designado como “ideológico”, mas a expressão “ético-político” seria mais apropriada por evidenciar o caráter complexo e problemático da concepção de legitimidade (Quartim de Moraes, 1999:160-161).

A trajetória do eurocomunismo que se propunha encontrar entre o comunismo soviético e a social-democracia uma “terceira via” para o socialismo, inspirada por Berlinguer, além de não confirmar aquelas expectativas otimistas conduziria o Partido Comunista Italiano à sua própria degeneração. Por conseguinte, quem retrocedeu no campo da *democracia realmente existente* não foi o “adversário de classe”, mas os herdeiros de Berlinguer que foram incapazes de contrapor uma alternativa concreta à ofensiva neoliberal²³.

O significado de “democracia” que se tornou dominante na atualidade, por meio da força econômica e militar do imperialismo norte-americano, dista muito daquelas expectativas de Berlinguer e seus sucessores. Na verdade, eles semearam ilusões desarmando teoricamente a esquerda ao deslizar da crítica ao socialismo real à renúncia ao comunismo e depois ao marxismo. Portanto, é indubitável que continuar a “beatificar a

²² Os teóricos do eurocomunismo, a quem Coutinho se vincula, alegam que o socialismo será alcançado quando a Vontade Geral for compatível com a vontade dos trabalhadores. Nesse ponto, a concepção desses autores se baseia nas idéias de Rousseau, donde surge a questão sobre o fundamento ontológico da universalidade da democracia: em Rousseau este fundamento é claramente ético-jurídico; em Kant, a “República” é uma idéia da Razão Prática na qual a máxima que orienta a ação de cada cidadão coincide com a lei universal. Quartim de Moraes, J. Contra a Canonização da Democracia. *Revista Crítica Marxista* (12). São Paulo: Boitempo Editorial, 2001.

²³ No terreno em que retrocederam os sucessores de Berlinguer se instalou o predomínio da concepção (neo) liberal, através do visível êxito da sua ofensiva que trouxe como conseqüências: a privatização, a terceirização, a dolarização, a degradação dos serviços públicos, a subordinação dos interesses coletivos à lógica do capital e a supressão dos direitos conquistados por lutas históricas dos trabalhadores. Quartim de Moraes, *op. cit.*, 2001:10-11.

democracia contribui, sobretudo, para superestimar os elementos de continuidade e obscurecer os de ruptura entre liberalismo e socialismo, alimentado ilusões desmobilizadoras” (Quartim de Moraes, 2001:11).

Como se pode perceber nessa breve referência a dois autores brasileiros contemporâneos, o debate entre segmentos da esquerda acerca da relação socialismo e democracia não se limita ao seu aspecto teórico-metodológico denotando posicionamentos polêmicos, contraditórios e até excludentes que correspondem à perspectiva político-ideológica assumida pelos mesmos em suas análises e intervenções.

Isso vem comprovar de modo claro que o desvendamento do significado e das implicações da “questão democrática” no interior da esquerda está intimamente vinculado à dinâmica das lutas de classe nos contextos nacional e internacional remetendo, portanto, à luta pela hegemonia de projetos societários.

Nesse aspecto, a centralidade da classe social se evidencia já que tais projetos se caracterizam por uma relativa flexibilidade, sendo mutáveis conforme fatores históricos e políticos próprios de cada período determinado. Assim, tanto a existência quanto a disputa entre distintos projetos societários estão diretamente relacionadas aos níveis de democracia política configurados em cada um desses períodos, o que demonstra a relevância da democracia para as lutas das classes trabalhadoras na constituição de uma nova forma de sociabilidade (Netto, 1992).

CAPÍTULO 1. A GÊNESE E OS DESDOBRAMENTOS DO DEBATE ENTRE SOCIALISMO E DEMOCRACIA

Após a crise dos países do Leste Europeu associada ao retrocesso do movimento socialista e operário internacional emerge um quadro que denota um incômodo e perplexo vazio, uma aparente ausência de alternativas. Nesse contexto, a aposta na democracia liberal como um modelo limitado mas único factível nos dias de hoje, até mesmo por segmentos da esquerda, tem conduzido à legitimação da sociedade capitalista e ao fortalecimento da tese liberal em torno da suposta incompatibilidade entre marxismo e democracia. Apesar de a relação entre o marxismo e a democracia ter sido historicamente complexa e ambígua, isso não comprova que exista de fato entre ambos uma incompatibilidade ou impossibilidade absoluta (Guimarães, 1998). Tal concepção deriva de um determinismo histórico totalmente estranho a Marx e a outros importantes pensadores vinculados a esta tradição como Rosa Luxemburgo, Gramsci e Lukács.

Devemos enfatizar que as teses acerca do suposto exaurimento e da inviabilidade do projeto socialista, sobretudo após o fim do socialismo real, e da subsunção ao projeto neoliberal²⁴ como algo inevitável na sociedade moderna, possuem evidente cunho ideológico e têm sido questionadas em vários países²⁵. Com efeito, a atual imposição do neoliberalismo vem minando as instituições democráticas e os direitos sociais e políticos, conquistas de lutas históricas dos trabalhadores, configurando um claro retrocesso ao capitalismo “selvagem” do século XIX.

Em face desses fatos, a defesa da democracia em seu sentido mais amplo constitui tarefa premente da esquerda, fundamentalmente dos marxistas, em conjunto com as classes trabalhadoras e subalternas visando a construção de um projeto alternativo tanto à democracia liberal como ao neoliberalismo (Guimarães, 1998).

As polêmicas estabelecidas em torno da relação entre socialismo e democracia denotam posicionamentos distintos entre os autores: desde a afirmação de que a democracia é intrínseca ao projeto socialista até a negação veemente da possibilidade desta vinculação, apoiada no fato de a democracia clássica ter surgido numa sociedade de

²⁴ O projeto neoliberal tem como características fundamentais a precarização das relações de trabalho, o desemprego e a despolitização das políticas sociais. Negrão, J.J. *Para Conhecer o Neoliberalismo*. São Paulo: Publisher Brasil, 1998.

²⁵ Estamos nos referindo aqui aos movimentos antiglobalização que têm emergido em diversos países, notadamente na Europa.

escravos e também na experiência mais recente dos países do socialismo real. Certamente, as experiências da democracia burguesa e do socialismo sino-soviético colocaram como questão da atualidade para a esquerda, especialmente para os marxistas, a necessidade de se repensar a relação entre socialismo e democracia (Chauí, 2000).

Mas, se a relação entre socialismo e democracia é controversa, o mesmo se constata na relação entre liberalismo e democracia. No passado, os chamados liberais “puros” concebiam a democracia (formal) como um caminho aberto em direção “à perda da liberdade, à revolta das massas contra as elites, à vitória do homem-rebanho sobre os pastores dos povos”, de modo similar como os democratas “puros” concebem hoje o socialismo (Bobbio, 1983).

O verdadeiro problema oculto nessas polêmicas seria demonstrar a compatibilidade (ou não) entre o projeto socialista e a democracia moderna (concebida, freqüentemente, como “um método”, um “conjunto de processos com algumas regras”)²⁶, tanto no período da conquista quanto no do exercício do poder.

Segundo as várias proposições enunciadas há algum tempo no debate da esquerda histórica italiana (e não somente italiana), “a relação entre democracia e socialismo é configurada como uma relação entre meio e fim, onde a democracia representa o meio e o socialismo o fim”. Isso significaria que “o socialismo não pode e não deve ser atingido senão através da democracia” ou que “a democracia é o único meio possível e lícito para se chegar a uma sociedade socialista”. Na ótica de Bobbio (1979), se as controvérsias residem, principalmente, na “via” para o socialismo e esta “via” é a democracia, então o significado de “democracia” que prevaleceria no binômio democracia-socialismo seria o da democracia como “método” e a relevância dos seus aspectos formais.

Nessas polêmicas acerca dos meios e fins, ou seja, entre valores instrumentais ou extrínsecos e valores finais ou intrínsecos, Bobbio sustenta que a democracia enquanto

²⁶ As regras mencionadas são as seguintes: “a) todos os cidadãos que tenham atingido a maioria, sem distinção de raça, religião, condições econômicas, sexo, etc., devem gozar dos direitos políticos, isto é, o direito de exprimir com o voto a própria opinião e/ou eleger quem a exprima por ele; b) o voto de todos os cidadãos deve ter peso idêntico, isto é, deve valer por um; c) todos os cidadãos que gozam dos direitos políticos devem ser livres de votar segundo a própria opinião, formando o mais livremente possível, isto é, em uma livre concorrência entre grupos políticos organizados, que competem entre si para reunir reivindicações e transformá-las em deliberações coletivas; d) devem ser livres ainda no sentido em que devem ser colocados em condição de terem reais alternativas, isto é, de escolher entre soluções diversas; e) para as deliberações coletivas como para as eleições dos representantes deve valer o princípio da maioria (relativa, absoluta, qualificada) em determinadas circunstâncias previamente estabelecidas; f) nenhuma decisão tomada pela maioria deve limitar os direitos da minoria, em modo particular o direito de tornar-se, em condições de igualdade, em maioria”. Bobbio, N. *Qual Socialismo? Debate sobre uma alternativa*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 3ª Edição, 1983, p. 56.

“método” tem um valor instrumental e intrínseco e isso significa que seu grau de prioridade depende do juízo que se atribui à sua maior ou menor capacidade de alcançar um fim desejável. “*Os que se opõem à aliança da democracia com o socialismo não têm, provavelmente, nada contra a democracia em si mesma: negam, porém, que seja um meio adequado ao fim*” (Bobbio, 1983). O autor questiona se o socialismo de que falam os defensores da chamada “via democrática” seria o mesmo a que se referem os defensores da outra via. Em suma, se a oposição à “via democrática” ao socialismo significaria somente uma mudança na concepção do meio ou também na concepção do fim.

Como mencionado, essa suposta autonomização entre meios e fins sugerida pelo debate é muito restrita, pois os meios não são indiferentes aos fins e sua implementação já contém a estrutura embrionária e antecipada dos objetivos finais. Mas, por outro lado, sabemos que sua íntima vinculação não significa uma identificação, pois entre meios e fins existe uma tensionalidade dialética que lhe é inerente (Netto, 1990:86).

Bobbio (1983:90) sustenta que a incompatibilidade entre socialismo e democracia preconizada tanto por adversários como por defensores do socialismo tem convergido em duas direções: *reformas de estrutura e alargamento da participação, inclusive na esfera do poder econômico*. Daí ele considera que se a impossibilidade de controlar “a partir de baixo” o poder econômico tem sido uma constante em Estados capitalistas e socialistas, a luta pela instituição da democracia socialista seria exitosa (ou não) justamente no terreno do controle democrático do poder econômico.

Ainda que se reconheça a estatura intelectual e política de Bobbio e sua contribuição a esse debate, torna-se necessário proceder a uma análise crítica dos seus posicionamentos que se tornaram uma referência para todos que têm se ocupado dessas questões, mesmo para aqueles que discordam das análises, propostas e conclusões do autor.

Em alguns momentos, nos parece que Bobbio se empenha em sustentar a possibilidade de uma “via democrática ao socialismo”, mas esta impressão logo se desfaz nos seus argumentos de que esta “via” não só inexistente como até mesmo seria inviável no mundo moderno. Ademais, o autor afirma haver “mais riscos para a democracia da parte do socialismo” do que da parte do liberalismo. Nas suas palavras, “a democracia liberal é uma realidade e o socialismo democrático, por enquanto é um desafio” (Bobbio, 1988:141-164) e a resolução para tal dilema residiria na fusão das contribuições (consideradas, na sua visão,) positivas das tradições liberal e socialista. Nessa proposta do autor fica evidente sua tentativa de esvaziar o conteúdo revolucionário do projeto socialista e seu total submetimento ao ideário liberal.

Devemos salientar que, no período mais recente, a obra de Bobbio tem contribuído efetivamente para atualizar as teses da suposta *incompatibilidade nuclear entre marxismo* (entendido como determinismo histórico) e *democracia* (concebida como “método”), e da suposta *relação orgânica entre liberalismo e democracia*. A sua intervenção crítica foi relevante na Itália em dois momentos principais: no debate com o Partido Comunista Italiano (PCI), após a morte de Stálin na década de 1950, e, posteriormente, em 1975, no contexto de ascenso eleitoral desse partido e da sua proposta do “compromisso histórico” que consistia numa aliança com os democratas-cristãos (então no governo) em torno de um programa de reformas. No primeiro momento, Bobbio debateu com Galvano Della Volpe e Palmiro Togliatti sobre a subestimação das instituições políticas liberais por parte do marxismo e previu que o PCI tenderia a uma maior aceitação dessas instituições posteriormente. No segundo momento, Bobbio exigiu do eurocomunismo uma proposta de democracia alternativa à democracia liberal, insistindo na incompatibilidade entre marxismo e democracia (Guimarães, 1998:28-32).

Reportando-se aos argumentos de Bobbio, especialmente “à provável inviabilidade de uma via democrática para o socialismo e os maiores riscos para a democracia partindo do socialismo”, Perry Anderson (2002:232-238)²⁷ demonstra que entre liberalismo e socialismo, na prática, Bobbio optou resolutamente pelo liberalismo. Em alguns momentos, para justificar sua preferência, Bobbio alega que “a democracia seria uma idéia muito mais radical, muito mais subversiva que o próprio socialismo”. E nos dias de hoje, tal argumento não pertence somente a ele, disseminando-se na *redefinição do socialismo como uma especificação setorial da democracia*. A concepção de socialismo de Bobbio enfatiza “o controle do poder econômico por uma extensão das chamadas regras do jogo democrático à fábrica ou à firma em geral, e não a transição de um modo de produção para outro” que envolveria uma “coletivização geral dos meios de produção”. Com efeito, essa reconceituação do socialismo como essencialmente uma *democracia econômica* responde objetivamente aos interesses das frações de classe burguesas e, por conseguinte, à manutenção da ordem vigente.

Quando Bobbio assevera que “não importa a classe que domina mas como domina”, se evidencia o pólo liberal dominante em seu pensamento e nas suas críticas

²⁷ Perry Anderson (2002:238) destaca que Bobbio estimulou o eurocomunismo no PCI e previu sua adoção pelo PCI vinte anos antes do ocorrido. Ademais, Bobbio desempenhou um papel significativo no abandono pelo PSI do seu passado marxista, também contribuiu para desacreditar o desafio da extrema esquerda no mesmo período e anteviu o repúdio da noção de Terceira Via pelos principais partidos do movimento operário italiano. Assim, Bobbio teve um efeito real e visível sobre a dinâmica sociopolítica do seu país, o que o distingue de outros intelectuais naqueles anos.

dirigidas à democracia representativa. Nessas críticas do autor há sem dúvida uma maior ênfase na crítica conservadora e não na socialista, o que pode ser atestado nas seguintes frases: “nada ameaça mais matar a democracia que um excesso dela” ou “a apatia política não é de modo algum um sintoma de crise num sistema democrático, mas geralmente um sinal de boa saúde”. Por conseguinte, ainda que Bobbio tenha sido um progressista em suas simpatias e intenções pessoais, seus argumentos tendem a se tornar uma perversa apologia do *status quo* (Perry Anderson, 2002:234-235).

Na atualidade, no seio da esquerda internacional, integrada por correntes marxistas e não-marxistas, parece consensual a tese de que sem democracia não há socialismo, mas cabe perguntar o que isso implicaria. *“Esta constatação negativa ressalta que a democracia é condição necessária mas não suficiente do socialismo, deixando em aberto a hipótese, positiva, de que pode haver democracia sem socialismo. O que não pode haver é socialismo sem democracia. Historicamente, esta consequência lógica verificou-se na experiência da União Soviética e do ‘Sorex’ em geral: o socialismo, instaurando-se como uma forma radicalmente democrática do poder político (a República dos Sovietes), crispou-se no coletivismo estatal”* (Quartim de Moraes, 1999:171).

Seria então o caso de considerar que *“essencialmente o socialismo consiste na democracia”*, ou, mais exatamente, *“a dimensão econômica da democracia”*? Na verdade, este é um pensamento confuso ou, quando claro, muito estreito, que visa corrigir as “falhas do mercado” por meio da “justiça social”, sem tocar nas estruturas econômicas e sociopolíticas do sistema capitalista. Mas o mercado nunca funcionou como um mecanismo espontâneo de auto-regulação das relações econômicas²⁸, por isso a concepção que reduz o socialismo ao aspecto econômico da democracia não se identifica com o estatismo ou intervencionismo, como sustenta a perspectiva neoliberal. *“O que realmente está em questão neste assunto são as prioridades do Estado, mais exatamente, em que medida devem levar em conta os interesses da maioria. A identificação do socialismo à democracia, mesmo quando politicamente consequente, isto é quando redundou em apreciáveis conquistas sociais da classe operária, como ocorreu notadamente na Europa a partir do término da Segunda Guerra Mundial, partilha na prática, senão na teoria, da idéia de que o mercado e a lógica objetiva da valorização do capital constituem o ‘fim da história’, ou, pelo menos, o fim da evolução das relações econômicas”* (Id, *ibid*:171-172).

²⁸ Tal fato é constatado até mesmo por um autor não-marxista como Karl Polanyi em seu livro *A Grande Transformação* (1980).

Nesse cenário, Quartim de Moraes (2001) assevera que a questão contemporânea fundamental para a esquerda internacional consiste em saber se o aprofundamento da democracia supõe, em alguma medida, a socialização do controle dos principais meios sociais de produção. Mesmo na perspectiva do chamado socialismo “ético” (mais igualdade, mais “justiça social”), cabe questionar se a concretização da democracia, isto é, a realização política de sua universalidade normativa ou a superação da contradição entre o ideário democrático e a democracia existente também supõe, no plano econômico, o predomínio dos interesses coletivos sobre os interesses privados de minorias detentoras da propriedade dos meios de produção.

A grande lição para a esquerda depois da crise do socialismo real consiste no reconhecimento de que, em condições revolucionárias, a estatização dos meios de produção não tende automaticamente à sua apropriação real na sociedade. E a apropriação coletiva dos meios de produção social não pode ser visualizada como apropriação social quando o Estado se autonomiza relativamente em relação à sociedade, erigindo-se, junto com o partido, em poder burocrático. Logo, a tese “sem democracia não há socialismo”, em seu sentido revolucionário, significa que o povo (a sociedade enquanto corpo político) é quem deve definir os interesses coletivos e, conseqüentemente, as grandes metas da planificação social. *“A democracia é revolucionária na medida em que assegura que a planificação estatal não há de se crispar em seu componente burocrático, mas deve evoluir para a apropriação social dos meios sociais de produção”* (Quartim de Moraes, 1999:172-173).

Como referido, a gênese dessas controvérsias sobre o significado da revolução e da democracia política para as lutas dos trabalhadores remete aos escritos de Marx e Engels, a partir da década de 1840, e ao debate entre Lênin, Rosa Luxemburgo e Bernstein²⁹, entre o final daquele século e o início do século XX. Portanto, ao contrário do que pode parecer à primeira vista, não foi o Congresso do PCUS de 1956 que inaugurou esse debate. Esse Congresso foi o espaço onde emergiram as insuficiências e contradições da primeira experiência socialista no mundo, sendo seus principais desdobramentos: a crítica necessária (mas insuficiente) do stalinismo; a equivocada identificação das idéias de Lênin com a experiência do stalinismo que contestaria (parcial ou totalmente) a tese leninista acerca do caráter de classe da democracia; o retorno das polêmicas sobre o significado da

²⁹ Eduard Bernstein era, junto com August Bebel e Karl Kautsky, um dos marxistas mais destacados do Partido Social-Democrata Alemão (SPD) e da Segunda Internacional tornando-se, posteriormente, o maior representante do revisionismo internacional.

revolução e da democracia política para as lutas das classes trabalhadoras e a adoção do revisionismo/reformismo pela maioria dos partidos comunistas ocidentais.

Nesse contexto, segmentos da esquerda internacional argumentavam que aquela grave crise não atingia o projeto socialista como um todo, mas tão somente a experiência stalinista³⁰ e, desse modo, seria possível construir uma alternativa socialista onde se preservassem as instituições democráticas, os direitos individuais e políticos, a pluralidade dos partidos, o parlamento etc., destacando-se o Partido Comunista Italiano (PCI) - nas figuras de Palmiro Togliatti e Pietro Ingrao, entre outros -, como precursor da chamada “via democrática e pacífica ao socialismo”. Esse processo sociopolítico será retomado e analisado nos itens 1.3 e 1.3.1 desse capítulo.

Como essas polêmicas no seio da esquerda internacional em torno do significado do conceito de revolução e de democracia política para as lutas dos trabalhadores - que reportam à concepção do proletariado enquanto sujeito revolucionário (ou não), ao papel do partido e dos seus intelectuais, e ao revisionismo/reformismo - se iniciaram com Marx e Engels e tiveram seu prosseguimento com Lênin, Rosa Luxemburgo e Bernstein, consideramos procedente recorrer inicialmente a esses autores para compreender a essência dessas controvérsias no seio do marxismo e seus desdobramentos que incidiram sobre o movimento socialista e operário em todo o mundo.

1.1. Lênin e Rosa Luxemburgo: Seus Legados Teórico-Políticos

Desde os últimos anos do século XIX se difundiu na Europa o revisionismo bernsteiniano que se caracterizava pelo questionamento das bases da Teoria Social de Marx, dentre as quais a vocação revolucionária da classe operária no quadro do desenvolvimento do capitalismo e do advento da democracia política. Os argumentos do revisionismo se assentavam na tese segundo a qual as liberdades burguesas e as melhorias na vida da classe operária resultariam no enfraquecimento da sua vontade de luta e na transformação da sua vocação revolucionária em práxis reformista.

Naquele período, segmentos do movimento socialista e operário inseridos na Segunda Internacional³¹ se confrontaram num intenso debate teórico-político: por um lado,

³⁰ Naquela perspectiva, o stalinismo era entendido como um modelo autoritário de construção do socialismo, uma forma burocrática de funcionamento do Estado socialista e dos partidos comunistas, e uma maneira monolítica de conceber teoricamente o pensamento marxista (Guimarães, 1998).

³¹ A Primeira Internacional (Associação Internacional dos Trabalhadores, 1864-1876), foi uma federação internacional da classe trabalhadora de diversos países da Europa Central e Ocidental, sendo fundada pelos

a defesa da necessidade de aprofundar a luta de classes para a superação da sociedade capitalista mediante a via revolucionária; por outro, a “via pacífica e gradual para o socialismo” que reportava à política de colaboração entre as classes e as ações democráticas e parlamentares, rechaçando a via revolucionária.

Entre os primeiros estavam Lênin e Rosa Luxemburgo que, a despeito de suas divergências em questões de organização, defenderam vigorosamente a necessidade da revolução (a conquista do poder político pelos trabalhadores e a supressão do trabalho assalariado) e a preparação do proletariado nesse sentido; entre os últimos, Bernstein e seus adeptos que propunham o abandono do objetivo final do movimento socialista e operário internacional.

Com efeito, Lênin e Rosa Luxemburgo se destacam pela dedicação de suas vidas à organização da vanguarda do proletariado, em seus respectivos países, através de intervenções teórico-políticas que contribuíram de modo significativo para a tradição marxista e para as lutas dos trabalhadores em todo o mundo, o que buscaremos demonstrar a seguir.

1.1.1. Lênin

Com relação a Lênin, podemos dizer que ele foi indubitavelmente o mais influente líder teórico e político do marxismo no século XX e tanto seu exemplo pessoal como seus escritos constituem uma referência importante para grupos e partidos na formulação, condução e justificação de suas políticas e estratégias.

No conjunto da obra de Lênin há uma cadeia de mediações, processos sociopolíticos e polêmicas teóricas que freqüentemente tornam os textos originais inapreensíveis e dos seus usos têm se derivado abusos. Em função da sua relevância no

esforços espontâneos dos trabalhadores de Londres e Paris, tendo como lideranças principais Marx e Engels. A Segunda Internacional (Socialista, 1889-1914), fundada no Congresso Internacional dos Trabalhadores organizado pelos marxistas em Paris em julho de 1889, tinha sua base mais ampla que a anterior apesar de o movimento operário europeu ser sua base fundamental. A Segunda Internacional foi dominada em grande parte pela Social-Democracia Alemã e os partidos a ela filiados haviam obtido (ou estavam em vias de obter) uma base de massas – em 1904, esses partidos participaram das eleições em 21 países e conquistaram mais de 6,6 milhões de votos e 261 assentos parlamentares, em 1914 contavam com 4 milhões de membros e 12 milhões de votos. A maioria dos partidos filiados tinha o marxismo como ideologia dominante, exceto o Partido Trabalhista Britânico (admitido em 1908), mas também havia outras correntes, como os anarquistas que, depois da derrota na questão da luta política nos congressos de 1893 e 1896, foram excluídos da organização. Os dois teóricos que, após a morte de Engels em 1895, mais contribuíram para o marxismo oficial da Segunda Internacional foram Kautsky e Plekhanov. A adesão da maioria dos partidos filiados da Segunda Internacional à deflagração da Primeira Grande Guerra conduziria ao colapso dessa organização. Bottomore, T. et al. *Dicionário do Pensamento Marxista*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1988, pp.195-198.

pensamento político do século XX e pelas particularidades da sua intervenção teórica e prática, Lênin tem sido mediado por várias leituras, exegeses, análises, interpretações, reinterpretações e mistificações que originaram diversas facetas do autor que podem agradar a todos os gostos: no contexto do XX Congresso do PCUS, Louis Althusser (1975) chegou a afirmar que Lênin compreendia Hegel antes de estudá-lo; e Antonio Carlo (1976), ao analisar a concepção lenineana do partido revolucionário, encontrou cinco Lênins³². Como Lênin raramente tem sido tomado na integridade da sua obra nessas leituras, torna-se necessário então criticar o seu lastro de arbítrio, equívoco e oportunismo (Netto, 2004:110).

Durante toda sua vida, Lênin buscou refletir sobre as antigas e novas questões que se apresentavam na realidade e poderiam interferir de algum modo sobre a organização do proletariado, as suas lutas sociopolíticas, bem como sobre o partido e seus intelectuais.

Nesse sentido, no escrito intitulado *Quem são os “Amigos do Povo” e como eles Lutam contra os Social-Democratas* (1894), Lênin combateu as idéias econômicas, sociais e políticas do populismo russo, tema no qual se debruçou até 1900. Lênin havia se tornado líder dos marxistas de São Petersburgo e influído para que estes se distanciassem da propaganda doutrinária em prol das atividades de agitação econômica das massas. Ele foi preso em dezembro de 1895, mas continuou a escrever na prisão apoiando as grandes greves ocorridas em 1896. Exilado na Sibéria, lá concluiu sua obra *O Desenvolvimento do Capitalismo na Rússia* (1899) que pode ser considerada, no seio do marxismo, como a mais completa análise histórica concreta das primeiras fases da evolução do capitalismo.

Em 1900, Lênin se uniu ao grupo de Plekhanov em Genebra e concebeu o plano de um jornal de cunho nacional denominado *Iskra* que visava articular os descontentamentos e as reivindicações populares contra o czarismo russo e intervir como arcabouço do partido responsável pela direção da revolução proletária.

Como o advento do regime democrático parlamentar trazia, além de melhorias nas condições de vida da classe operária, o risco de que as lutas dos trabalhadores fossem transformadas em práxis reformista, Lênin elaborou e defendeu a tese de que o partido deveria intervir firmemente para impedir que isso ocorresse. O tipo de partido necessário para desempenhar tal tarefa consistia numa organização centralizada e disciplinada, dotada

³² O Lênin “economicista” dos primeiros anos, o Lênin “intelectualista” do período 1899-1903, o Lênin “mais autêntico” do período entre 1905 e janeiro de 1919, o Lênin “burocrático” de 1919-1920 e o Lênin “angustiado” dos últimos anos que antecederam sua morte. Carlo, A. *A Concepção do Partido Revolucionário em Lênin*. Estudos Cebrap (15), São Paulo, jan/março de 1976, pp. 65-113.

de um grupo de revolucionários profissionais em tempo integral cuja formação teórica e treinamento político viabilizariam ao partido atuar como vanguarda do proletariado.

As concepções de Lênin sobre o partido e seus objetivos, bem como sobre as formas de organizações necessárias, na clandestinidade, foram sintetizadas em seus conhecidos textos *Que Fazer?* (1902) e *Um Passo Adiante, Dois Atrás* (1904).

Inicialmente, a tarefa do Partido Social-Democrata Russo consistia em demonstrar que um futuro próximo, capitalista, aguardava a Rússia e traria consigo uma numerosa e combativa classe operária. Daí surgiu uma extensa polêmica entre Lênin e os populistas que duraria décadas, pois estes negavam a viabilidade de um desenvolvimento em moldes capitalistas naquele país. Esta posição dos populistas se assentava nas condições peculiares da Rússia czarista, sobretudo, a extrema pobreza dos camponeses³³, que, na concepção dos populistas, inviabilizariam a existência de um mercado interno e também a disponibilidade de mercados externos (já ocupados pelas grandes potências da época).

Lênin, tendo como referência teórica o segundo livro d'*O Capital* de Marx, até então pouco conhecido, demonstrou de maneira inquestionável o caráter econômico e não geográfico do conceito de mercado cuja amplitude não poderia ser mensurada em quilômetros ou, em última instância, em milhões de habitantes, mas em função da divisão social do trabalho que, por sua vez, depende da evolução científica e tecnológica.

Naquele cenário, Lênin explicitou e defendeu sua visão acerca do papel do partido junto ao proletariado a partir de quatro teses principais: o partido deveria ser guiado pela teoria mais avançada, pois “sem teoria revolucionária não pode haver movimento revolucionário”; os impulsos e esforços espontâneos das massas da classe operária não produziram por si mesmos uma consciência revolucionária de classe, devendo ficar restritos aos sindicatos; a consciência socialista só poderia ser trazida para a luta dos operários de fora para dentro; a fim de concretizar essa tarefa, o partido precisava ser disciplinado e centralizado, os membros deveriam ser submetidos às decisões das organizações e as seções locais e os outros organismos deveriam ser coordenados pela autoridade central conforme um programa de ação convencionado. Posteriormente, essas medidas adotadas por Lênin foram denominadas como *centralismo democrático* (Outhwaite e Bottomore, 1996:418-420).

Na Revolução de 1905, Lênin argumentava que as medidas direcionadas à propriedade fundiária feudal seriam mais relevantes que os projetos constitucionais e nessa

³³ Cerca de 90% da população russa era constituída por camponeses. Além disso, a servidão somente foi extinta naquele país por volta de 1861.

direção destacava a importância de medidas como a nacionalização das terras para separar a burguesia dos grupos proprietários de terras, promover o rápido desenvolvimento do capitalismo no campo e atrair camponeses para o lado do proletariado. Em seu escrito *Duas Táticas da Social-Democracia na Revolução Democrática* (1905), Lênin se opunha tanto à concepção de revolução permanente defendida por Trotsky quanto à posição dos mencheviques que queriam entregar a liderança política aos liberais.

Em meados de 1906, Lênin publicou *Doze Anos* como prólogo a uma recompilação de textos do período 1895-1906 sendo quase totalmente voltado ao mencionado escrito *Que Fazer?* no qual o autor assumia posições que demonstram uma guinada em relação aos anos anteriores: “O erro principal dos que hoje polemizam com o *Que Fazer?* consiste em desligar por completo esta obra de uma situação histórica determinada, de um período concreto do desenvolvimento de nosso partido que passou há muito tempo [...] *Que Fazer?* É o compêndio da tática e da política iskrista em matéria de organização durante os anos de 1901 e 1902. Um compêndio, nem mais nem menos”³⁴.

Portanto, Lênin negava aqui que se devesse atribuir ao *Que Fazer?* o caráter de uma teoria geral do partido e da organização, não sendo este generalizável nem mesmo para a particularidade russa, por se tratar de uma tática utilizada pela social-democracia mais avançada entre 1901 e a revolução de 1905. Ademais, esse escrito se inseria num contexto no qual a necessidade da defesa da ortodoxia do marxismo e da luta contra o economicismo e o revisionismo estava na ordem do dia, se legitimando ao nível de teoria e de princípios gerais.

Um pouco mais tarde, em 1909, Lênin elaborou sua principal obra de cunho filosófico intitulada *Materialismo e Empiriocriticismo*³⁵, onde ele criticou os partidários russos, sobretudo Bogdanov, da filosofia positivista de Richard Avenarius e Ernst March, caracterizando-os como reacionários, fideístas e representantes do pensamento burguês. Os principais trabalhos de natureza filosófica de Lênin estão reunidos em *Cadernos Filosóficos* (1933).

No interior da social-democracia, desde o final do século XIX, estavam se desenvolvendo elementos que apontavam para a relevância de mudanças surgidas no capitalismo devido ao confronto entre as propostas tradicionais da social-democracia e a

³⁴ Doce Años, pp. 95-96 in Lênin. *Obras Completas*, Buenos Aires, 1960 apud Carlo, *op. cit.* pp. 89-90.

³⁵ No período da irrupção da Primeira Grande Guerra, Lênin fez um reexame da problemática da dialética com uma cuidadosa leitura de Hegel, o que lhe permitiu ultrapassar muito esta sua visão de 1909. Netto, J. P. Lênin e a Instrumentalidade do Estado in Netto, J. P. *Marxismo Impenitente*. São Paulo: Cortez, 2004, p. 120.

realidade concreta, além do embate com outras correntes políticas. Nesse processo, se sobressai o debate promovido por Bernstein caracterizado pela legitimação da renúncia efetiva ao projeto revolucionário.

Contudo, havia na análise desse autor uma percepção acertada de modificações concretas que estavam se configurando no ordenamento econômico-social burguês³⁶ e estas foram minimizadas nas primeiras réplicas a ele direcionadas que, de uma maneira geral, se baseavam no principismo doutrinário³⁷.

Lênin se contrapôs desde o início às proposições de Bernstein, mas, até 1914, seria um interlocutor de pouco destaque nesse debate com suas intervenções praticamente restritas aos social-democratas russos. Mesmo assim, acompanhou essas polêmicas e (após a adesão da Segunda Internacional à Primeira Guerra Mundial que traria o colapso dessa organização) passou a investigar em profundidade a natureza daquele processo.

Diante da deflagração da Primeira Grande Guerra e do posicionamento “patriótico” de líderes social-democratas e socialistas, Lênin considerou necessário se ocupar da teoria do capitalismo monopolista ou financeiro que fora desenvolvida por Hilferding e Bukharin, visando extrair daí subsídios para suas reflexões.

A irrupção desse conflito bélico foi um dos fatores responsáveis por inflexões no pensamento de Lênin³⁸ que intuiu o início de uma conjuntura histórica que trazia novas possibilidades estratégicas para o movimento socialista revolucionário. Dentre os líderes marxistas, Lênin foi o que mais rapidamente percebeu esse novo caráter do período de guerra imperialista ainda que inserido na estrutura capitalista estudada por Marx.

A peculiaridade desse período consistia no entrecruzamento de um conjunto de fenômenos e variáveis, com ênfase para a crise geral das estruturas sociais e políticas européias, o ocaso das monarquias tradicionais, a regressão ideológica da burguesia, o fim da Segunda Internacional, etc., num quadro de crise econômica e conflito bélico, que

³⁶ Bernstein negava a continuidade da crise econômica como característica da economia capitalista e criticava a “teoria do colapso”. Sua tese, ainda que equivocada, apreendia novos traços derivados do surgimento do monopólio e a resposta efetiva a essa problemática só viria mais tarde, com a teoria do imperialismo. Netto, 2004, *op. cit.* p. 120.

³⁷ Este foi o caso de Kautsky que, ao se contrapor a Bernstein, inseria os novos fatos nos quadros de apreciações apriorísticas. Id, *ibid.*

³⁸ Estas inflexões no pensamento de Lênin não comprometeram a unidade interna da sua reflexão - tornar a compreensão teórica um componente insuprimível da intervenção revolucionária, pois, “sem teoria revolucionária, não existe movimento revolucionário”, o que remetia a uma unidade de natureza metodológica - “a análise concreta de situações concretas é a essência do marxismo”. Netto, J.P. *op. cit.*, 2004, p.119.

permitia a colocação do problema da revolução mundial como um processo atual e a curto prazo³⁹.

Em 1916, Lênin produziu *O Imperialismo, Fase Superior do Capitalismo* onde sustentava que uma nova época havia surgido e nela o monopólio substituiria a concorrência e a concentração do capital. Nessa época, considerada como a última fase do capitalismo, as divisões de classe se acirrariam. A exportação de capitais substituiria a exportação de mercadorias e o território econômico de todo o mundo seria submetido à exploração parasitária dos Estados capitalistas mais poderosos. Ademais, o monopólio econômico entravaria seu complemento na uniformidade política e na erosão das liberdades civis. Quanto à sociedade e ao Estado, estes seriam subordinados aos interesses do capital financeiro. Esse estágio do capitalismo foi definido por Lênin como imperialismo e suas características eram, basicamente, o militarismo, o parasitismo, a opressão e a decadência.

Por outro lado, o autor considerava que essas profundas mudanças na sociedade capitalista haviam concentrado de tal modo a produção em trustes e cartéis e o capital nos bancos, que a tarefa de colocar toda a economia sob o controle da propriedade social teria se tornado demasiado simplificada e criado “uma base completa para o socialismo” facilitando muito a intervenção revolucionária do proletariado.

Lênin concluiu a partir dessa análise que esses novos processos colocavam na ordem do dia a revolução socialista: o imperialismo, “o capitalismo parasitário ou em estado de decomposição”, demarcaria a “era das revoluções proletárias”, fundamentalmente porque se caracterizaria como um “capitalismo agonizante”. Pautado nessas reflexões, nos anos turbulentos de 1914-1918, Lênin refundou seu esquema estratégico da revolução mundial: as contradições do imperialismo determinaram, através do seu produto, a guerra, a plena maturação das condições objetivas, tanto ao nível das estruturas econômicas como ao nível das forças sociais, da revolução socialista internacional. O imperialismo, a “putrefação parasitária” do capitalismo, consistia na “véspera da revolução social proletária” e por isso a revolução seria iminente. Nesse dado residia o eixo do giro do pensamento do autor no decurso da guerra, isto é, a concepção de que apesar da revolução não estar no horizonte seria quase imediata a sua realização (Netto, 2004:122).

³⁹ Lênin concebia a revolução socialista (assim como Marx), enquanto um processo mundial, sendo-lhe estranha a idéia, depois adotada pelo stalinismo, da possibilidade da construção do socialismo “num só país”. Por outro lado, Lênin (também como Marx) nunca pensou que a revolução irrompesse simultaneamente em todo o mundo. Netto, J.P. *op. cit.* 2004, p. 121.

A infirmação dessa projeção de Lênin se deve, principalmente, ao fracasso da revolução na Alemanha na qual ele depositava muitas esperanças. Foi nesse contexto de crise que o autor formulou *O Estado e a Revolução* que se referia às tarefas políticas do proletariado no processo revolucionário e nos seus desdobramentos. Desse modo, essa obra constituía o complemento d'*O Imperialismo, Fase Superior do Capitalismo* por vislumbrar a ruptura com a ordem capitalista nas condições globais colocadas pelo conflito bélico do “capitalismo agonizante” (Id, *ibid*).

Na visão de Lênin, a irrupção da Primeira Guerra Mundial e o colapso econômico tornavam imperativa a revolução socialista internacional como meio de sair da barbárie. Assim, o truste capitalista estatal e burocrático-militarista deveria ser substituído pelos órgãos administrativos similares aos da Comuna de Paris, cujas formas maduras eram os soviets. Como referido, as estruturas administrativas simplificadas dos bancos e dos trustes facilitariam a intervenção revolucionária do proletariado e, por conseguinte, o acesso à participação ativa de todas as pessoas na administração econômica da sociedade.

Logo, a tarefa do partido consistia justamente em conduzir a uma forma transitória de Estado, certamente ditatorial como todo Estado, mas este novo Estado deveria ser menos ditatorial e mais democrático do que o existente na república parlamentar burguesa. Estas concepções libertárias acerca da natureza do Estado foram desenvolvidas por Lênin no mencionado escrito *O Estado e a Revolução* e, em outubro de 1917, tendo conseguido a maioria dos principais soviets urbanos e militares, ele conduziu o partido bolchevique ao poder na Rússia destituindo de vez o czarismo.

A partir de 1918, Lênin (como presidente do conselho de comissários do povo) teve de enfrentar uma série crescente de crises: fome, colapso dos transportes e do exército, intervenção estrangeira e guerra civil. Sua preocupação naquele momento era fundamentalmente assegurar a mobilização mais eficiente possível dos escassos recursos do regime, restabelecer a disciplina firme e a confiabilidade do povo, bem como garantir a autoridade central.

No II Congresso da Terceira Internacional, entre julho/agosto de 1920, em Moscou, Lênin apresentou suas *Teses sobre a Questão Nacional e Colonial* onde destacava a necessidade de uma aliança antiimperialista dos movimentos de libertação nacional e colonial com a Rússia e os movimentos operários que combatiam o capitalismo.

Naquele mesmo ano, visando combater as tendências “esquerdistas” da Internacional, Lênin elaborou seu escrito *Esquerdismo, Doença Infantil do Comunismo* abordando questões como a participação dos comunistas nas eleições parlamentares e o seu

trabalho no interior dos sindicatos reacionários. No III Congresso da Internacional (1921), Lênin debateu essas importantes questões e nesse evento foi convocada uma “frente única” dos partidos da classe operária, nacional e internacional, para lutar pelas necessidades imediatas dos trabalhadores (Bottomore, 1988:199-200).

Com o fim da intervenção estrangeira e da guerra civil na então União Soviética, crescia o descontentamento de segmentos da população com o regime centralizado. Em face dessa situação, em março de 1921, Lênin dirigiu o partido na Nova Política Econômica que trouxe um relaxamento considerável dos termos de liberdade de comércio dos camponeses. Mas, concomitante a essa medida, o autor preconizava o fortalecimento da disciplina no interior do partido proibindo facções e adotando uma linha severa contra os críticos que não integravam o partido.

No que concerne à concepção de Lênin sobre a democracia, o autor argumentava que era natural um liberal falar de “democracia em geral”, mas um marxista nunca deixaria de perguntar: “para que classe?”. A seu ver, a democracia burguesa, como qualquer outra forma de Estado, consistia numa forma de dominação de classe que precisava ser “esmagada” e substituída pela ditadura do proletariado organizada em sovietes. Esta concepção, dominante entre leninistas e trotskistas, implicaria em uma política insurrecional de transição e uma indiferenciação entre as diversas formas burguesas de Estado, bem como em considerar a suspensão das liberdades democráticas burguesas nas sociedades socialistas compatíveis com o projeto socialista (Bottomore, 1988: 98).

Lênin nos alerta em seus escritos para o fato de que “a democracia também é Estado” (O Estado e a Revolução, 1970, p.22), ou seja, aparelho de dominação, opressão, submetimento político e ideológico de uma classe sobre as outras, ou seja, “a democracia significa dominação do povo” (As Tarefas do Proletariado em nossa Revolução, 1976). Destarte, para exercer sua função, o Estado intervém mediante formas diversas, desde as abertamente terroristas (como o nazifascismo) até as democráticas. O exercício do poder estatal mediante uma forma democrática não exclui o sentido desse exercício, a dominação de classe, na medida em que o Estado sempre visa assegurar a reprodução das condições gerais para extração da mais-valia (o Estado é sempre ditadura de uma classe). Assim, “a escravatura do salariado é a sorte do povo mesmo na mais democrática república burguesa” (O Estado e a Revolução, p. 23).

Nessa perspectiva, a democracia constitui uma forma particular de organização dos diferentes tipos de Estado de classe⁴⁰ (Conferência sobre o Estado, 1988; A Revolução Proletária e o Renegado Kautsky, 1988). Em relação ao caso específico do Estado burguês, este não foi o único Estado de classe a se organizar de modo alternado como democracia e como ditadura, também houve democracias escravistas (Atenas) e democracias feudais (Repúblicas italianas da Idade Média).

É evidente que esses distintos tipos de democracia de classe não são equivalentes. O Estado burguês e a democracia burguesa são mais desenvolvidos que os escravistas ou feudais porque somente nos primeiros é possível um mínimo de organização à classe dominada que pode reverter o quadro de fruição prioritária de direitos (como a liberdade de reunião, de associação, de palavra e de imprensa) pelas classes dominantes que dispõe de todos os meios necessários para realizá-los.

No primeiro capítulo d'*O Estado e a Revolução*, Lênin afirma que “a onipotência da riqueza está mais segura sob a república democrática, por não depender das imperfeições do envoltório político do capitalismo. A república democrática é a melhor forma possível para o capitalismo”, por outro lado, também assevera que “nós somos partidários da república democrática por ser a melhor forma de Estado para o proletariado em regime capitalista; mas não temos o direito de esquecer que a escravidão do salariado é o destino do povo, mesmo na mais democrática república burguesa”.

Lênin está se referindo aqui à *dupla possibilidade* objetivamente contida na democracia burguesa, ou seja, as instituições políticas democráticas tanto podem se constituir como instrumento de dominação ideológica sobre o proletariado como viabilizar o desenvolvimento da sua consciência revolucionária. Na primeira possibilidade, há o reconhecimento do risco do economicismo e do voluntarismo, além das potencialidades desorganizadoras das instituições democráticas burguesas (jogo parlamentar, sufrágio universal) e seu efeito político negativo sobre o proletariado. Na segunda possibilidade, o parlamentarismo burguês é concebido como necessariamente estreito e relativo, por implicar na gestação de uma nova contradição entre a igualdade política formal e as restrições reais, próprios a toda sociedade de classes. A percepção dessa contradição constitui um fator de desenvolvimento da consciência revolucionária do proletariado, isto é, de que a relação entre o Estado e o interesse geral da sociedade é ilusória e que o Estado

⁴⁰ As análises a seguir sobre o Estado burguês, a democracia burguesa e a dupla possibilidade contida na democracia burguesa são de Ronaldo Coutinho. “*Democracia Burguesa x Perspectiva Revolucionária: um embate necessário*” - palestra proferida no Seminário Democracia, Socialismo e Capitalismo, promovido pelo CRESS/ 7ª Região, setembro de 2002; este texto ainda é inédito e nos foi gentilmente cedido pelo autor.

é, sobretudo, uma organização que visa assegurar os interesses da classe dominante (Ronaldo Coutinho, 2002).

Deve-se frisar que nesse escrito Lênin concebe o Estado como um *instrumento privilegiado de coerção e repressão*, e nessa tese do autor reside tanto a força da sua teoria quanto o alvo de muitas das críticas a ele na atualidade. No entanto, as reflexões de Lênin contêm matizações e redimensionamentos em outros contextos: no período anterior a 1917, por exemplo, em alguns textos do final de 1890 no debate com os populistas e mesmo no escrito *Duas Táticas da Social-Democracia na Revolução Democrática* (1905), após 1917, na *Saudação aos Operários Húngaros* (1919). Sendo assim, deve-se admitir que *O Estado e a Revolução* não reflete a concepção inteira de Lênin sobre o Estado, mas um momento específico do seu pensamento (Netto, 2004:127).

Em Marx e Engels é inconteste que o Estado consiste num instrumento de domínio de classe, mas esse domínio não se exerce somente por meio da coerção aberta, isto é, o Estado não se constitui sempre e/ou necessariamente de modo direto e imediato como uma vontade política de classe. A concepção de Marx sobre o Estado moderno (burguês) comporta uma série complexa de mediações e o domínio de classe (ditadura) que o Estado compulsoriamente realiza não é nem unidimensional nem direto (Id, *ibid*).

Na obra *O Estado e a Revolução* a concepção de Estado é visivelmente unidimensional e direta, sendo nitidamente reducionista - a instância que expressa de modo imediato o domínio de classe por meio do seu poder de opressão. Esta concepção não viabiliza uma iluminação dialética e multilateral do Estado moderno (burguês), especialmente o contemporâneo, onde a coerção-repressão é um componente entre outros sem os quais a dominação de classe seria vulnerável. “[...] *Vale dizer: esta concepção ‘restrita’ do Estado aparentemente capaz de animar uma postura política extremamente radical, em verdade pode debilitar a intervenção política radical, ao privilegiar desmesuradamente, na complexa malha de instâncias por que transita o exercício real da violência de classe, uma instituição ou um segmento institucional, ainda que o de maior visibilidade*” (Netto, 2004:127-128).

É comum a afirmação de que esse posicionamento de Lênin se deve à particularidade da Rússia do início do século XX: protagonista político intervindo no interior de uma sociedade com débeis tradições democráticas, Lênin teria sido condicionado pelo seu confronto com o czarismo⁴¹. Netto (2004:128) considera que esta

⁴¹ Claudín, F. A Crise do Movimento Comunista. São Paulo: Global, vol.1, 1985, p.62. Coutinho, C.N. *A Dualidade de Poderes. Introdução à Teoria Marxista de Estado e Revolução*. São Paulo: Brasiliense, 1985,

explicação, de corte sociológico, não faz jus à universalidade teórica de Lênin. A hipótese vinculada ao contexto teórico-político, já referido, em que Lênin elaborou *O Estado e a Revolução* e sua projeção estratégica articulada no período da Primeira Grande Guerra seria muito mais plausível.

Naquele cenário, havia rebatimentos políticos além dos econômico-sociais que conduziam à liquidação dos conteúdos democráticos das liberdades políticas conquistadas na ordem burguesa. Assim, Netto (2004) sustenta que a projeção de Lênin sobre o imperialismo apontava para o esvaziamento da substância dos institutos democráticos e, por conseguinte, para a hipertrofia das funções coercitivo-repressivas do Estado.

Nesse sentido, as duras críticas de Lênin ao parlamentarismo burguês (cuja verdadeira essência seria a escolha periódica de “qual membro da classe dominante iria reprimir, esmagar o povo”) e seu menosprezo pela representatividade obtida através do sufrágio universal não significam que o autor desprezasse de fato as liberdades políticas existentes na ordem burguesa, mas a apreensão de uma tendência concreta no estágio imperialista que concentra o poder econômico e engendra condições para a concentração do poder político, projetando-a no seu limite (Netto, 2004).

Na análise de Lênin há a descoberta de um elemento fundamental, isto é, a tendencial e necessária incompatibilidade entre o imperialismo e a democracia política. Se, na gênese do pensamento socialista revolucionário, a relação entre democracia e interesses proletários supostamente era evidente, gradualmente ela foi se obscurecendo mediante a vinculação entre a democracia política e a tradição liberal como ocorreu na crise da Segunda Internacional (Bernstein o fez abertamente, Kautsky de modo evasivo). *“Recolocando com vigor que o princípio democrático é um princípio proletário, Lênin fere o nervo da prática política do social-democratismo e instaura uma chave crítica até hoje indispensável para demonstrar as mistificações segundo as quais a democracia política é inerente à ordem burguesa ‘normal’ ou ‘moderna’.* Sob este prisma, o traço apanhado por Lênin mostra-se rigorosamente comprovado pela experiência histórica: a emergência do imperialismo fragiliza os institutos e as práticas democráticos, seu desenvolvimento os esvazia e os golpeia” (Netto, 2004:130).

Da mesma maneira como Lênin postula, nesse texto, o Estado como pura instrumentalidade do grande capital, ele sustenta o seu caráter de instrumento direto da dominação do proletariado no período da transição. Desta concepção decorrem as funções

econômicas que ele atribui ao Estado a ser criado pela revolução e os papéis político-sociais que lhe confere e que estão intimamente relacionados. O Estado revolucionário, instrumento direto e expressão imediata da vontade política do proletariado, não poderia herdar estruturas anteriores, pois isso inviabilizaria a organização de uma nova economia e a repressão político-social dos beneficiários da velha ordem. Por ser um puro instrumento de classe, o Estado não poderia servir a um projeto alternativo de classe que se propõe a supressão das próprias classes.

Como se sabe, a problemática contida na idéia de ditadura do proletariado⁴², sem o concurso de Lênin e sob as acertadas advertências de Rosa Luxemburgo, na prática histórica com freqüência se degenerou em ditadura burocrática sobre o proletariado. Deve-se ressaltar, nesse ponto, que Lênin concebe a ditadura do proletariado como a *extensão/universalização das liberdades políticas para as massas trabalhadoras e a restrição/supressão destas liberdades para os beneficiários do velho sistema*. Esta concepção remete a uma democracia de exponencial participação ampliada, com incidências econômico-sociais induzidas e com nítido caráter de classe. Nessa perspectiva, há dois eixos evidentes na ditadura do proletariado: o deslocamento das instituições estatais precedentes e seu exercício pelas massas trabalhadoras que contêm a possibilidade concreta de, no seu desenvolvimento, tornar supérfluo o Estado. *“Se este é o instrumento da vontade política proletária, a articulação e a expressão desta pelos espaços ampliadamente democráticos da ditadura do proletariado são a condição da descartabilidade daquele instrumento. É neste sentido, aliás, que se resolve o aparente paradoxo formulado por Lênin: a realização da democracia equivale à sua abolição”* (Netto, 2004:131).

Em face dos dilemas contemporâneos, a obra *O Estado e a Revolução* de Lênin se revela, ao mesmo tempo, indispensável e insuficiente. Por um lado, ela é indispensável na desmontagem das legitimações ideológicas de uma transição socialista que cristalizou a socialização do poder político e para o repúdio do neo-reformismo que volta a entronizar as necessidades como virtudes; por outro lado, é insuficiente para desvendar as novas realidades colocadas pela complexa organização e gestão de sociedades nas quais a violência restringe cada vez mais a autonomia dos indivíduos (na máquina coercitivo-repressiva e burocrática do Estado ou nos diversos condutos econômico-sociais). Sendo

⁴² A gênese desta idéia está em Marx e Engels; na extensa bibliografia sobre esse tema há referências importantes como Lênin, *A Revolução Proletária e o Renegado Kautsky* (1988), Rosa Luxemburgo, *A Revolução Russa* (1991) e Balibar, *Sobre la Dictadura del Proletariado* (1977). Netto, J.P. *op. cit.* p.131.

assim, deve-se reconhecer que o modelo legado por Lênin “não se mostrou operacional e viável diante do desenvolvimento do Estado imperialista”, mas também que “ainda não se ofereceu uma alternativa, quer no plano teórico, quer na experiência histórica, que, minimamente testada, permita determinar cabalmente a sua superação” (Netto, 2004:133-134).

Portanto, tendo como referência essas análises, consideramos que as relevantes contribuições de Lênin à tradição marxista e às lutas do proletariado internacional, sobretudo a direção vigorosa do processo revolucionário na Rússia czarista, são inegáveis e os eventuais equívocos que esse grande pensador possa ter cometido, naquele contexto específico, devem ser analisados e superados pela esquerda, mas também que estes são menos importantes que seu exemplo pessoal e seus acertos.

1.1.2. Rosa Luxemburgo

Em meio a fatos relevantes como a ascendência do socialismo internacional, a irrupção da Primeira Guerra Mundial e a vitória da Revolução de Outubro, a obra de Rosa Luxemburgo despertou acesas polêmicas devido à sua própria interpretação da Teoria Social de Marx, sua oposição visceral àquela Guerra que a colocou em confronto com a postura “patriótica” do Partido Social-Democrata Alemão (SPD), bem como ao seu apoio crítico a Lênin, Trotsky e aos bolcheviques.

Em suas análises, Rosa Luxemburgo se contrapunha à concepção burguesa de democracia na qual a igualdade formal correspondia à desigualdade real e também à tese que preconizava no Estado burguês o caminho para o socialismo. Sua concepção de democracia articulava elementos apreendidos da realidade destacando a particularidade do caráter de classe das relações sociais capitalistas de dominação e subordinação, acrescida da apreensão dessas relações no processo de produção e reprodução social. Logo, a autora não confundia democracia com regime parlamentar, nem omitia as particularidades históricas presentes em cada contexto sociopolítico. Ela discutia a democracia a partir dessas relações sociais historicamente determinadas que se derivam do processo de produção (que é concomitante ao processo de valorização do próprio capital) e das relações políticas do Estado burguês (Oliveira, 2001).

O seu escrito *Reforma Social ou Revolução?* (1898) contém esse debate e foi considerado como um trabalho de erudição impecável e a refutação mais completa do revisionismo de Bernstein. Como resultante desse fato, o comitê de imprensa do SPD

elegeu por unanimidade Luxemburgo como Editora-chefe do *Sächsische Arbeiterzeitung*, uma honra nunca concedida a qualquer mulher até então. Assim, quatro meses após deixar a Polônia (sua terra natal) e chegar à Alemanha, a autora se tornara uma celebridade internacional, apesar de ser mulher, estrangeira, judia e possuir uma deficiência física.

Em 1903, Luxemburgo passou a integrar a diretoria da Segunda Internacional Socialista. No ano seguinte, em Amsterdã, no Congresso da Internacional⁴³, a autora adquiriu mais prestígio, pois ela tinha dois mandatos (um do Partido Social-Democrata Alemão e outro do Partido Social-Democrata Polonês) e fazia parte de duas comissões (uma sobre os trustes e o desemprego, outra sobre a tática socialista internacional). “*A luta de seis anos contra o revisionismo de Bernstein foi finalmente encerrada. A tática da Internacional, seguindo a orientação exposta por Luxemburgo em 1898 em ‘Reforma Social ou Revolução’ foi aceita pelo Congresso depois de quatro dias de debates eruditos, mas ásperos: a teoria da luta de classes foi aprovada, enquanto o revisionismo foi amplamente condenado; em vez de ‘reformar’ a sociedade burguesa, os membros do partido deveriam lutar por uma ordem revolucionária socialista*” (Ettinger, 1989:132).

No entanto, esse espírito que permeava a Segunda Internacional se desvaneceu juntamente com o socialismo na Europa a partir da irrupção da Primeira Guerra Mundial. Após o referido Congresso, Luxemburgo regressou à Alemanha e lá foi detida, entre 26 de agosto e 24 de outubro de 1904, devido a um discurso público considerado ofensivo ao Imperador Guilherme II.

As divergências, muitas vezes ácidas, entre Rosa Luxemburgo e Lênin tiveram seu início em 1904 e perdurariam até 1918, um ano antes da morte da autora, mas estas não diminuíram o respeito nutrido entre ambos. Luxemburgo o conheceu em 1901 em Berlim e foi uma das primeiras pessoas a reconhecer o gênio político de Lênin na Europa, considerando-o um parceiro valioso. A mente excepcional de Lênin, sua erudição, sua perspicácia e sua capacidade de decisão a impressionaram, diante dele os teóricos que Luxemburgo conhecia simplesmente se obscureciam (Ettinger, 1989:138; 155).

Lênin, por sua vez, estava consciente do papel desempenhado por Luxemburgo no Partido Social-Democrata Alemão (SPD) e da sua influência junto a Kautsky, bem como sua liderança no Partido Social-Democrata Polonês. “*Mas a atitude respeitosa de Lênin*

⁴³ Nesse Congresso, 22 países enviaram 476 delegados, dentre eles, August Bebel, Karl Kautsky, Rosa Luxemburgo (Alemanha), Jean Jaurès, Jules Guesde, Edouard Vaillant (França), Georgij Plekhanov (Rússia), Enrico Ferri (Itália), Sen Katayama (Japão), Victor Adler (Austro-Hungria), Émile Vandervelde (Bélgica), Morris Hielquit (Estados Unidos), Hijalmar Branting (Suécia), Pieter Troelstra (Holanda) e Keir Hardie (Inglaterra). Ettinger, E. *Rosa Luxemburgo – Uma vida*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1989, p. 132.

para com Luxemburgo não era motivada apenas pelo interesse pessoal - ele reconhecia a excelência de sua mente. Foi visitá-la com a mulher, Krupskaja, (...) e enviou a Rosa seu Materialismo e Empírio-Crítica com uma dedicatória amistosa” (Ettinger, 1989:185).

A despeito das discordâncias desses dois grandes pensadores sobre questões de organização⁴⁴, sua reação comum frente à Revolução Russa de 1905 os aproximou, pois, ambos divisaram para aquele país uma revolução burguesa efetivada sob a liderança do proletariado. Além disso, outro fato que os aproximou foi sua oposição visceral tanto à deflagração da Primeira Grande Guerra como ao apoio do Partido Social-Democrata Alemão a aquele conflito bélico que levaria ao rompimento entre os dois primeiros e Kautsky permeado por críticas públicas e duríssimas. A nosso ver, outros pontos comuns entre Lênin e Rosa Luxemburgo são, em sua essência, a concepção em torno da necessidade de uma ruptura radical com o capitalismo que teria no proletariado o sujeito revolucionário e a importância atribuída ao partido e aos seus intelectuais na preparação das massas proletárias para a revolução.

Nas ações de massa realizadas pelos trabalhadores russos em 1905, a autora concebeu uma idéia estratégica polêmica que iria defender no interior da social-democracia alemã: a greve de massas como a forma, por excelência, da revolução proletária, expressão espontânea do poder criativo das grandes massas e antídoto para a inércia burocrática (Greve de Massas, Partido e Sindicatos, 1906).

Nessa perspectiva, a greve vincularia as lutas políticas às econômicas e as exigências imediatas a outras mais profundas, num desafio potencialmente global ao capitalismo. Esta tese de Luxemburgo contribuiu para seu rompimento com Kautsky⁴⁵ devido à recomendação deste de uma política “cautelosa” (eleitoreira) para o SPD, associada à concepção da superação do capitalismo pela via parlamentar e, particularmente, ao mencionado apoio do mesmo à Primeira Grande Guerra que teve de Luxemburgo (e de Lênin) uma oposição pública e ativa. Em meio às lutas e prisões, as

⁴⁴ As discordâncias entre Rosa Luxemburgo e Lênin residiam, principalmente, na concepção do partido de vanguarda centralizado que, na visão de Luxemburgo, poderia significar a tutela da classe operária. Os temas fundamentais abordados pela autora em suas polêmicas se referiam à iniciativa independente dos trabalhadores, ao movimento espontâneo destes, à sua capacidade de aprender com a própria experiência e com os próprios erros, bem como a consequente necessidade de uma organização democrática de bases amplas. Bottomore, T. *op. cit.* 1988: 224-225.

⁴⁵ Rosa Luxemburgo divergia de Kautsky não só com relação às táticas e estratégias do SPD, mas também da interpretação do autor sobre a Teoria Social de Marx atravessada por um viés cientificista, positivista, que substituíva a dialética pelo evolucionismo e interpretava o materialismo histórico sob o prisma do darwinismo social.

teses da autora e sua militância política a tornariam vulnerável às forças repressivas e conservadoras da Alemanha.

As idéias de Rosa Luxemburgo estão presentes em diversas publicações e declarações - no artigo *Questões Organizacionais dos Social-Democratas Russos* (1904)⁴⁶, ela contestou as teorias básicas de Lênin que distorceriam o “marxismo revolucionário”; no referido escrito *A Greve de Massa, o Partido e os Sindicatos* (1906), estendeu sua crítica à “autoridade partidária central” contrapondo-a às greves espontâneas das massas que seriam a expressão da disposição dos trabalhadores definirem seus próprios destinos. No discurso proferido no V Congresso do Partido Social-Democrata Russo (1907, Londres), como delegada de dois Partidos, o da Social-Democracia Alemã e o da Social-Democracia Polonesa, ela se mostrou contrária ao conceito de “insurreição armada” de Lênin e aos meios artificiais de “desencadear” uma revolução, contrastando a visão “mecanicista” dos bolcheviques sobre a revolução⁴⁷ com a bem-sucedida confiança do partido polonês na vontade ativa do proletariado. Ademais, n’*A Questão Nacional e a Economia* (1908), ela condenou o nacionalismo como uma força divisória no movimento do proletariado, se contrapondo tanto à independência da Polônia⁴⁸ como ao direito das nações à autodeterminação, ambos defendidos por Lênin.

Na concepção da autora, as massas deveriam criar dentro de seu próprio tempo e em sentido ontológico o processo revolucionário. As greves de massas seriam a expressão e o instrumento da criatividade da classe trabalhadora e não do partido ou, mais precisamente, da sua vanguarda, como preconizara Lênin (1904).

Por essa razão, as estratégias propostas por Lênin, apesar de necessárias e coerentes na realidade russa daquela época, continham, no entendimento de Rosa Luxemburgo, possíveis desdobramentos históricos problemáticos. “*O ultracentralismo defendido por Lênin parece-nos impregnado não mais de um espírito positivo e criador, mas do espírito do vigilante noturno. Toda sua preocupação destina-se a controlar a atividade do Partido e não a fecundá-la, a restringir o movimento ao invés de desenvolvê-lo, a destruí-lo ao invés de unificá-lo*” (Luxemburgo, 1981:24).

⁴⁶ Luxemburgo escreveu este texto a pedido do *Iskra*, jornal fundado por Lênin que integrava a social-democracia russa contra o czarismo. Ela dizia sempre que suas críticas não se concentravam em nenhum indivíduo em especial e que seu objetivo era, sobretudo, contribuir para o avanço do movimento proletário internacional.

⁴⁷ A autora afirmava que o marxismo não é um dogma e sim um método científico para analisar uma realidade em constante mudança. Nesse sentido, a adesão servil ao Manifesto Comunista seria “um exemplo flagrante de pensamento metafísico”, uma distorção do marxismo. Ettinger, E. *op. cit.* 1989, pp. 165; 184.

⁴⁸ Marx apoiara a independência da Polônia como uma causa do proletariado internacional, assim como Lênin o fez mais tarde; na visão de Luxemburgo esta posição seria equivocada.

A autora argumentava que a ditadura do proletariado exigia a formação e a educação política das massas, elementos imprescindíveis na organização e na luta de classes, mas esses elementos deveriam ser desenvolvidos num processo democrático e livre. Por isso, a organização política não poderia ser considerada como um poder constituído, definido de forma abstrata e integrando uma minoria revolucionária. A inserção das massas, mediante processos democráticos, deveria remeter ao entendimento da organização como um poder que se constitui e cujo principal pressuposto seria a liberdade de participação. Nesse sentido, “a liberdade de quem pensa de maneira diferente” deveria ser assegurada, pois uma liberdade restrita somente aos que são favoráveis ao governo ou aos integrantes de um partido, ainda que estes sejam numerosos, não seria autêntica⁴⁹.

No período anterior à Primeira Guerra Mundial, Luxemburgo se ocupou da questão relativa ao imperialismo e a ameaça de um conflito bélico que ele representava. Assim, na sua obra *A Acumulação do Capital* (1913) ela procurou explicitar a causa subjacente do imperialismo. Nas suas palavras, uma economia fechada, sem acesso às formações sociais não capitalistas, tenderia a desmoronar devido à sua incapacidade de absorver toda a mais-valia por ela produzida. E o imperialismo, entendido como uma luta competitiva entre as nações capitalistas pelo restante do mundo não-capitalista, ao se expandir por toda essa periferia, conduziria ao predomínio universal das relações capitalistas e ao inevitável colapso do sistema (Bottomore, 1988:225).

Luxemburgo demonstrava nesse escrito a impossibilidade de uma acumulação contínua do capital que assegurasse bem-estar e progresso econômico. Para dar prosseguimento à sua acumulação, o capitalismo necessitaria de se expandir na periferia até dominar todo o mundo e tal fato conduziria a crises que fariam o sistema capitalista perecer.

Todavia, isso não remetia à visão de um “colapso automático” em função das contradições internas do sistema, mas a um processo que demandava a luta consciente das massas proletárias. Uma das preocupações fundamentais da autora nessas reflexões consistia em fazer com que os militantes compreendessem a relação existente entre a

⁴⁹ As idéias de Rosa Luxemburgo têm sido utilizadas pela social-democracia e outras correntes políticas com objetivos diversos: pelos trotskistas, por exemplo, para se contrapor ao burocratismo stalinista; pelos social-democratas, para rechaçar a via revolucionária; pelos eurocomunistas, para propor uma reformulação estratégica e programática que privilegia a aliança com a burguesia e a “via pacífica e gradual ao socialismo”. Na crise do socialismo real e seus desdobramentos, algumas das idéias de Luxemburgo foram retiradas de seu contexto e reduzidas a tal ponto que poderiam dar suporte a críticas de cunho liberal, reformista ou anarquista.

política expansionista e o estágio do capitalismo imperialista que traria a corrida armamentista.

Nessa época, Luxemburgo encontrava-se isolada no interior do SPD devido às suas posições que contrastavam com as de seus companheiros alemães. Por isso, ela buscava aproveitar todas as oportunidades disponíveis para fazer agitação nas bases, utilizando como recurso intervenções teórico-políticas.

Esse seu escrito sobre a acumulação capitalista gerou muitas polêmicas por ter sido entendido como a defesa da tese do “colapso inevitável e automático do capitalismo”. Em resposta a estas controvérsias, a autora asseverou no seu artigo *Anticrítica* que a crise profunda do capitalismo levaria sim a uma inevitável revolução socialista vitoriosa, mas, como aludido, enfatizou que essa inevitabilidade não prescindia da atividade revolucionária consciente do proletariado.

A partir da deflagração da Primeira Grande Guerra, Rosa Luxemburgo liderou a oposição a este conflito bélico na Alemanha⁵⁰ denunciando, no célebre panfleto *A Crise da Social-Democracia* (1915-1916) que ela assinou como *Junius* e também em outros escritos, o “patriotismo” da social-democracia como uma traição. As autoridades alemãs conservadoras concebiam Luxemburgo como uma “subversiva sem nenhuma consideração pelos interesses da pátria”, uma “agitadora hábil e particularmente influente”, portanto, um “perigo para a segurança do Reich”. Devido às suas atividades políticas a autora ficou detida durante três anos e quatro meses - um ano por ter incitado a desobediência civil em 1914 e o restante como medida preventiva. Com isso, os segmentos conservadores da Alemanha pretendiam quebrar a sua resistência (Bottomore, 1988:224-225; Ettinger, 1989:215).

O mencionado texto *A Crise da Social-Democracia* de Luxemburgo, representava um impiedoso acerto de contas da autora com a Segunda Internacional, com o SPD e até mesmo com o próprio proletariado por estes terem, cada qual a seu modo, aderido àquela Guerra. Na sua visão, a humanidade estava diante de uma dramática alternativa: *socialismo ou barbárie*. Mas, se as massas proletárias tirassem lições dos seus próprios erros nem tudo estaria perdido. Nessa direção, a revolução internacional do proletariado, que consistia numa longa e árdua tarefa, poderia evitar a possibilidade do caos e fundar uma nova

⁵⁰ Rosa Luxemburgo e Karl Liebknecht eram dirigentes da Liga Espartaco (Spartakus), um grupo de internacionalistas revolucionários contrários à Primeira Guerra Mundial que foi expulso do SPD (janeiro de 1917). Esse grupo criou o Partido Social-Democrata Independente (USPD). Nesse partido se constituíram vertentes políticas e a Liga Espartaco era uma delas, sendo a precursora do Partido Comunista Alemão (KPD) que foi fundado em 31 de dezembro de 1918.

ordem, o socialismo, com destaque para o papel dos revolucionários na educação das massas proletárias para desempenhar essa tarefa.

Um outro escrito muito importante da autora, redigido ainda na prisão, foi *A Revolução Russa* (1918)⁵¹ e este expressava sua solidariedade e afinidade de idéias com Lênin, Trotsky e os bolcheviques, na medida em que os erigia como exemplos para o proletariado mundial pelo êxito obtido em condições tão adversas. De fato, a autora reconhecia que as condições peculiares da Rússia czarista e o isolamento a que foram submetidos após o fracasso do processo revolucionário na Alemanha impeliram esses valiosos revolucionários a adotarem drásticas medidas.

Não obstante, Luxemburgo também formulou críticas sobre os pontos dos quais discordava no processo russo, especialmente, a centralização das decisões no partido ou na sua vanguarda, as propostas das políticas agrária e das nacionalidades, e a tendência em transformar necessidades⁵² (as condições peculiares da Rússia) em virtude, ou seja, como um “modelo” a ser seguido por todos os partidos de esquerda.

Na ótica da autora, a política agrária, de confisco e distribuição de terras, criaria uma poderosa massa de novos proprietários, inimigos potenciais da Revolução; a política das nacionalidades, o direito à autodeterminação nacional e o direito à separação da Rússia, favoreceriam sentimentos nacionalistas, minando a unificação do proletariado; por fim, a tendência a transformar as necessidades, a realidade russa, em virtude, privaria as massas trabalhadoras de instituições democráticas essenciais inviabilizando o desenvolvimento da vida pública naquele país (Ettinger, 1989: 242-243).

Ao se confrontar com as críticas de Rosa Luxemburgo relativas à centralização do partido, à substituição do proletariado pela vanguarda do partido e à falta de liberdade e crítica no interior da estrutura partidária, Lênin argumentava que “*a resposta mais certa a semelhante modo de interpretar minhas idéias seria expor os fatos concretos da luta mantida em nosso partido. À vista deles, todos veriam claramente com que força os fatos*

⁵¹ Como mencionado antes, tanto a social-democracia como outras correntes políticas têm recorrido às idéias de Rosa Luxemburgo com objetivos distintos. No caso específico desse escrito, suas idéias foram utilizadas por muito tempo pela social-democracia contra o comunismo. No período mais recente, na crise do socialismo real, algumas de suas frases como “a liberdade é sempre de quem pensa de maneira diferente” foram descontextualizadas e reduzidas a críticas de cunho liberal, reformista ou anarquista, o que é inteiramente falso.

⁵² Luxemburgo se referia aqui às medidas adotadas pelos bolcheviques, tais como a dissolução da Assembléia Constituinte, a abolição do sufrágio universal e a erosão das garantias democráticas mais relevantes como a liberdade de imprensa e o direito de associação e de reunião. A adoção dessas medidas se devia à alegação de que estas instituições não estariam afinadas com o processo revolucionário em curso, mas com o czarismo.

concretos contradizem os lugares comuns e as abstrações esquemáticas da camarada Luxemburgo” (Lênin, 1981:48).

Em sua análise do processo revolucionário russo, Rosa Luxemburgo valorizava a ditadura do proletariado e, ao mesmo tempo, reforçava a idéia de que a revolução socialista seria indissociável da democracia. Assim, na sua visão, a realização do socialismo remetia à vida pública, ao espaço público e, conseqüentemente, à liberdade de pensar e de intervir das massas trabalhadoras. Ela sustentava que somente a vontade enérgica do partido não seria suficiente para instaurar a nova sociedade. Para tanto, seria imprescindível considerar as experiências das massas e suas múltiplas formas de organização. Naquele período, a autora já alertava para o risco da burocratização resultante da dominação de um partido único que conduziria ao enfraquecimento da vida pública e à substituição do proletariado pelas instâncias burocráticas, o que de fato ocorreria no período stalinista.

As polêmicas travadas entre Rosa Luxemburgo, Kautsky e Lênin estão diretamente relacionadas ao isolamento dela no interior do Partido Social-Democrata Alemão (SPD) e à sua própria interpretação do socialismo que não se ajustava à linha partidária alemã e nem à russa, por isso ela buscava se diferenciar das estratégias de ambas. Esta nova interpretação de Luxemburgo surgiu de suas próprias divergências com a Teoria Social de Marx, as propostas e ações do SPD e as intervenções teórico-políticas de Lênin. Os princípios essenciais do pensamento da autora foram elaborados ainda de modo fragmentário em sua análise sobre a Revolução Russa (1918) e perpassariam todo o conjunto da sua obra (Ettinger, 1989:171;183).

Com relação ao legado de Rosa Luxemburgo, por vezes este tem sido concebido como uma espécie de fatalismo político devido à interpretação de suas idéias como a tese de um “colapso inevitável do capitalismo” e a uma crença sem limites na espontaneidade das massas. Entretanto, essa interpretação das suas idéias é inexata e até mesmo superficial. O colapso do capitalismo, referido pela autora, colocava o proletariado diante de alternativas distintas: por um lado, a crise, a reação, a guerra, a catástrofe e o barbarismo, e, por outro, o socialismo. Dessa forma, a luta ativa pelo socialismo se configurava como necessária e premente, e a substância dessa luta seria fornecida justamente pelos esforços espontâneos e auto-emancipatórios do proletariado. É importante ressaltar que a autora nunca negou a relevância da teoria marxista, a necessidade de organização e de uma vanguarda bem preparada, ao contrário (Bottomore, 1988: 224-225).

De modo geral, as divergências entre Rosa Luxemburgo e Lênin foram com freqüência exageradas no interior do marxismo e também fora dele. A preocupação de

Luxemburgo com a democracia e a liberdade, aliada à necessidade da revolução (a conquista do poder político pelo proletariado e a supressão do trabalho assalariado), demonstram sem dúvida que ela foi uma grande pensadora e revolucionária marxista. Por isso, constitui um equívoco grosseiro confundir suas críticas ao marxismo, num contexto específico de intensas lutas sociopolíticas, com críticas de caráter liberal, reformista ou anarquista (Id, *ibid*).

Lênin chamava publicamente Rosa Luxemburgo de “a águia da revolução” e mesmo considerando que a autora havia cometido alguns erros em suas análises - na questão da independência da Polônia; na avaliação do menchevismo em 1903; na teoria da acumulação do capital; na proposta de unificação entre bolcheviques e mencheviques em 1914 e nos textos redigidos na prisão em 1918 - recomendou que sua obra completa fosse publicada, cerca de dois anos após seu assassinato pela polícia alemã⁵³, contrariando outras vozes que temiam que seus escritos fossem mal compreendidos contribuindo para enfraquecer a Revolução de Outubro, isto é, que suas idéias dessem munição ao inimigo de classe (Ettinger, 1989:244).

Em 1931, numa direção totalmente contrária, Stálin acusou Rosa Luxemburgo de transformar o conceito de revolução de Marx numa “caricatura” o que resultaria na exclusão da autora dos cânones marxistas no Ocidente e no Oriente. Este fato demonstra claramente a grande diferenciação existente entre Lênin e Stálin. Enquanto Lênin considerava as divergências e o debate de idéias acerca de estratégias e táticas um solo fértil para as intervenções do partido, sua vanguarda e as lutas do proletariado, Stálin não admitia a diversidade nem qualquer tipo de oposição.

Portanto, o legado de Lênin não remete a um “desdobramento autoritário inevitável”, aos “germes” do stalinismo, como tem sido afirmado pela direita e também por segmentos da esquerda. Na verdade, as insuficiências e contradições daquele sombrio período estão relacionadas à ascensão de uma burocracia autoritária e a vitória política desta sobre seus adversários (Mandel, 1978) que foram perseguidos, presos e até mesmo assassinados como ocorreu com Trotsky, uma das mais expressivas lideranças da Revolução de Outubro.

⁵³ Houve muitos boatos sobre a morte de Rosa Luxemburgo e Karl Liebknecht, no início de janeiro de 1919, que ela tinha sido linchada por uma multidão enfurecida e ele baleado numa tentativa de fuga, a verdade é que ambos foram brutalmente assassinados pela polícia alemã (espancados e baleados). O corpo dela foi jogado num rio sendo encontrado somente alguns meses depois. Apesar de o governo social-democrata não ter sido diretamente responsável nesse caso, não fez nada para impedir que isso ocorresse. Ettinger, E. *op.cit*, 1989.

Após a morte de Stálin e a necessária crítica daquela experiência histórica, as idéias de Rosa Luxemburgo saíram do ostracismo voltando à cena pública. No período anterior, suas idéias foram muito importantes para as lutas contra a burocracia stalinista em todo o mundo e nos dias de hoje demonstram sua atualidade para as mais diversas lutas democráticas.

Com efeito, o legado de Rosa Luxemburgo tem sido objeto de controvérsias entre marxistas e não-marxistas há algum tempo. Entre os marxistas, as polêmicas se referem ao “espontaneísmo” da autora que teria subestimado o papel do partido e confiado demasiado na ação autônoma das massas proletárias, o que não é consensual. Entre os críticos não-marxistas do stalinismo (apoiados nas idéias democráticas da autora), percebe-se muitas vezes o intento de transformá-la numa liberal⁵⁴, ocultando o fato de que toda a sua vida foi dedicada à causa revolucionária e à preparação do proletariado nessa direção, o que lhe custou nada menos que a própria vida.

Diante dos desafios históricos contemporâneos, as idéias de Rosa Luxemburgo constituem uma das referências fundamentais para o movimento socialista e operário internacional na superação dos equívocos do passado, no resgate dos seus acertos e na desmistificação das ilusões do presente que remetem à crítica radical da sociedade capitalista (inclusive da propriedade privada dos meios de produção e à lógica do “mercado”) e ao desvendamento dos interesses classistas na dinâmica das lutas sociopolíticas, muitas vezes ausentes ou atenuados nos debates de segmentos da esquerda internacional (e nacional). Estas tarefas são prementes e imprescindíveis na atualidade, demandando a ação consciente e organizada de sujeitos políticos coletivos que visem efetivamente os interesses e as necessidades das massas proletárias.

Depois de explanar sobre as valiosas contribuições de Lênin e Rosa Luxemburgo à tradição marxista e às lutas do movimento socialista e operário internacional, nos voltaremos para a análise crítica do revisionismo/reformismo no interior do marxismo e suas conseqüências sobre as estratégias de luta das classes trabalhadoras.

⁵⁴ Bottomore, T. et.al. *op. cit.* 1988, pp. 224-225.

1.2. A Emergência e o Significado do Revisionismo

Na década de 1890, o chamado revisionismo se constituiu como uma corrente ideológica que se propunha revisar a Teoria Social fundada por Marx e Engels entre a Revolução de 1848 e a Comuna de Paris de 1871, sendo encabeçado por Eduard Bernstein, como aludido, um dos marxistas mais importantes do Partido Social-Democrata Alemão e da Segunda Internacional.

Rosa Luxemburgo, Lênin e outros pensadores marxistas demonstraram o fato de que, apesar de sua relativa homogeneidade, o revisionismo bernsteiniano não constituía a criação de um novo projeto, mas uma síntese que reunia elementos diversos advindos das críticas ao marxismo de origem burguesa, pequeno-burguesa ou socialista reformista. Logo, esse revisionismo era integrante de um fenômeno geral e neste se encontravam indícios de influências do socialismo inglês, francês e italiano, do socialismo de cátedra alemã e do neokantismo, de Sorel, de Croce e de outros (Gustafsson, 1975:11-17).

Em uma série de artigos intitulada *Problemas do Socialismo* (1896) e no escrito *As Premissas do Socialismo e as Tarefas da Social-Democracia* (1899), Bernstein argumentava que o capitalismo possuía uma grande capacidade de adaptação em meio às graves crises e que as melhorias nas condições de vida dos trabalhadores seriam irreversíveis e por isso a necessidade da revolução não se sustentaria mais. O autor preconizava a possibilidade da transição do capitalismo ao socialismo “no marco da luta legal”, ou seja, sem uma ruptura com o Estado burguês e suas instituições. Nesse sentido, a transição para o socialismo deveria ser “pacífica e evolucionista”⁵⁵.

Como, nessa visão, o êxito de uma revolução pressupunha uma economia com funcionamento normal, as teorias de Marx sobre a exploração, a mais-valia e a necessária derrubada do modo de produção capitalista deveriam ser descartadas. O fundamento e a base da revolução consistiriam numa nova moral, por isso o conceito de ditadura do proletariado teria se tornado anacrônico.

⁵⁵ Bernstein elaborou sua teoria pautando-se no exemplo da Sociedade Fabiana, desenvolvida na Inglaterra (1884), que defendia a idéia de que as sociedades por ações abriam a possibilidade de distribuição da riqueza social e a transição ao socialismo através da democracia parlamentar. Quanto aos antagonismos de classe, estes seriam gradativamente solucionados mediante as ações das cooperativas de consumo e de produção. Gustafsson, B. *Marxismo y Revisionismo – la crítica bernsteiniana del marxismo y sus premisas histórico-ideológicas*. Barcelona, Buenos Aires, México, D.F: Ediciones Grijalbo, 1975.

Assim, Bernstein abandonava a teoria marxista e o objetivo final do movimento socialista e operário internacional, propugnando a adaptação ao capitalismo e a adoção de uma “via pacífica e progressiva para o socialismo”. Nesse ponto, ele aderiu à concepção proudhoniana da concretização do socialismo por meio de reformas, colocando no mesmo nível o materialismo histórico e o materialismo mecanicista do século XIX. As teses bernsteinianas continham fundamentos teóricos e políticos reformistas que se apoiavam na moral, na ética e na justiça, abrindo caminho para um socialismo reformista que se contrapunha à conhecida assertiva de Marx segundo a qual não se poderia falar de uma verdadeira revolução se a economia capitalista não fosse derrubada.

Bernstein possuía uma concepção geral de democracia situada entre o liberalismo e o socialismo, suas idéias advinham mais de Lassalle, Lange e Dühring do que de Marx e Engels. O que atraía Bernstein em Dühring, por exemplo, era precisamente sua ênfase no elemento liberal atribuído ao socialismo. Já a sua concepção de socialismo era evolucionista e reformista, o socialismo não teria nenhuma meta senão um processo em contínuo fluir. Como a luta de classes não faria avançar o desenvolvimento social, a colaboração entre as classes se tornaria indispensável. Isso significa dizer que o socialismo surgiria de modo gradual com o desenvolvimento da industrialização, a ampliação do direito de voto e o papel crescente do Estado e dos municípios. Por esse motivo, o autor atribuía grande importância ao movimento sindical e às cooperativas de produção e consumo.

Bernstein considerava desnecessárias as “soluções abruptas” (revoluções) como saída para as contradições presentes na sociedade devido à capacidade de auto-recuperação inerente ao capitalismo - estas contradições seriam equacionadas pelos seus próprios “mecanismos de adaptação” (fusões de capital, crédito, aperfeiçoamento dos meios de comunicação, elevação do nível de vida do proletariado) que tenderiam a anular ou a atenuar as contradições da economia capitalista estimulando o crescimento sem avolumar as crises. Por um lado, as crises econômicas se reduziriam com a abolição do antagonismo entre a produção e a troca; por outro, a elevação do nível de vida do proletariado atenuaria o antagonismo entre o capital e o trabalho. Nessa direção, os lentos mas “eficazes” processos de reformas jurídicas presentes na sociedade moderna substituiriam as revoluções sociais e políticas (Oliveira, 2001: 158-159; 201-202).

Bernstein buscou em outros autores como Croce e Sorel referências próximas aos problemas do socialismo. A contribuição de Croce ao revisionismo, por exemplo, se centralizou na concepção da história e na teoria econômica. Croce construiu uma

reinterpretação idealista do marxismo partindo da filosofia neo-idealista alemã, da relativização da concepção materialista da história (levada a cabo por Labriola) e a crítica de Werner Sombart e Conrad Schmidt à teoria econômica de Marx. Quanto a Sorel, quase todos os elementos essenciais do revisionismo teórico de Bernstein se encontram nele: o substrato anti-revolucionário; o abandono da dialética; o rechaço de uma meta para o desenvolvimento social; o ceticismo quanto à explicação historicamente fundamentada da lei do valor dada por Engels; a crença de que as crises capitalistas se tornariam menos graves; a recusa da idéia de que o socialismo seria alcançado como resultado de uma catástrofe material; a afirmação de que o bom funcionamento da economia capitalista constituía uma condição prévia para se chegar ao socialismo; o abandono da ditadura do proletariado; a proclamação de um objetivo essencialmente ético como meta da luta do movimento operário (Gustafsson, 1975:438-439).

Como Bernstein alocava no pólo positivo as reformas e no pólo negativo a revolução, numa clara visão maniqueísta, e Rosa Luxemburgo, ao contrário, preconizava a unidade dialética entre reforma e revolução, foi inevitável um confronto teórico-político entre ambos que se concretizou no mencionado escrito da autora *Reforma Social ou Revolução* de 1898.

Nas polêmicas estabelecidas com Bernstein, a autora destacava a relevância das reformas para a organização dos trabalhadores na sociedade capitalista e, como referido há pouco, não contrapunha a reforma à revolução. Todavia, Luxemburgo enfatizava que as reformas estavam diretamente relacionadas à necessidade da revolução, ou seja, à conquista do poder político pelo proletariado e à supressão do trabalho assalariado.

Portanto, a revolução social era concebida por Luxemburgo como uma ruptura, uma transformação radical da sociedade, constituindo um processo histórico que se desenvolve pela acumulação de forças revolucionárias e as reformas como sínteses de conquistas parciais, de natureza econômica e/ou política, resultantes da dinâmica da luta entre as classes.

Luxemburgo salientava o papel complementar e, ao mesmo tempo, contraditório das reformas na acumulação de forças para a revolução. Sendo assim, tanto uma revolução social como uma reforma legal não se distinguiam pela sua duração, mas pelo seu conteúdo. Todo o segredo das revoluções históricas da conquista do poder político residia na passagem de simples modificações quantitativas para mudanças qualitativas que se concretizavam na transição de uma forma de sociedade a outra em um determinado período histórico.

Para a autora, a unidade dialética entre reforma e revolução na dinâmica da luta de classes remetia à compreensão de que as reformas conquistadas eram relevantes para a constituição da consciência de classe do proletariado, sendo um elemento fundamental no processo revolucionário. Entretanto, a reforma poderia deixar de ser uma das mediações para a revolução social e se transformar no reformismo que posterga ou mesmo abandona a idéia de revolução como estratégia.

Como se sabe, no período anterior, mais precisamente na década de 1840, Marx e Engels já haviam contestado o reformismo de modo vigoroso em seus escritos *A Miséria da Filosofia*, *A Sagrada Família* e *Manifesto Comunista*.

Na Teoria Social de Marx, a reforma constituía uma possibilidade real de constituição da consciência de classe do proletariado que viabilizaria a concretização da revolução. Dessa maneira, a reforma encontrava-se integrada à revolução ao incorporar questões relativas à democracia e à liberdade como componentes da emancipação humana.

A revolução era concebida por Marx como produto do desenvolvimento da sociedade e, por conseguinte, o processo básico da dissolução de uma sociedade e formação de outra, sendo esta identificada como fim da sociedade burguesa (a “pré-história da sociedade humana”). O homem era portador de uma natureza automodificada se diferenciando dos demais seres da natureza por realizar uma mudança concreta através de sua ação que operava, ao mesmo tempo, sobre o projeto que tinha em mente e no seu modo de trabalhar subordinando-o à sua vontade.

Marx construiu sobre esta base uma ontologia do ser social radicalmente nova, na qual o trabalho constituía a objetivação fundante do homem fazendo-o ultrapassar os limites de um ser natural. Nessa perspectiva, o trabalho consistia na atividade consciente que mediatizaria as transformações na natureza e no próprio homem. Conseqüentemente, na sua objetivação, o homem daria curso ao seu próprio desenvolvimento e também ao desenvolvimento da sociedade que se tornariam cada vez mais complexos.

Na obra *A Ideologia Alemã*, Marx apresentava o princípio da sucessão histórica dos modos de produção que culminaria n’*O Capital*, onde desenvolveu as teorias do valor, da mais-valia e da acumulação do capital que são imprescindíveis na leitura marxiana da sociedade moderna. E na formulação desses fundamentos teóricos, o autor apreendeu o desenvolvimento da sociedade capitalista e apontou a necessidade de sua superação mediante a via revolucionária. Nessa crítica à economia burguesa situa-se a base para a compreensão da teoria revolucionária marxiana e, por conseguinte, da concepção de revolução proletária que tem o proletariado como sujeito.

Já os argumentos de Bernstein visavam justamente demonstrar que haveria uma inadequação entre a teoria marxiana e a compreensão da sociedade capitalista. Dessa forma, os elementos adaptativos requeridos por Bernstein tinham um sentido inverso ao pensamento de Marx na medida em que nestes predominava o reformismo que rompia com a concepção de revolução originada no *Manifesto Comunista*.

No que concerne à Rosa Luxemburgo, a autora considera que a revolução socialista se assenta em uma democracia de massas, num longo decurso histórico e mundial, na direção de uma sociedade que supere a divisão de classes antagônicas na qual a emancipação do homem não seja apenas formal ou parcial. O proletariado é o sujeito dessa revolução, é ele que deve se apoderar do poder político e subverter o estatuto da propriedade privada dos meios de produção. Na visão da autora, esse processo seria marcado por reformas sociais e políticas conquistadas pelas lutas contínuas entre as classes sociais. No entanto, a autora nos alerta para o fato de que essas reformas têm em seu conjunto um potencial contraditório podendo dinamizar a formação da consciência de classe ou manter as condições sociais pré-existentes. Por essa razão, o processo de reformas deve ser sempre acompanhado de elementos de crítica e superação da propriedade privada dos meios de produção e das relações de exploração e dominação que constituem o sistema capitalista (Oliveira, 2001: 169-170).

Além disso, Luxemburgo afirma que a crítica e a autocrítica são indispensáveis tanto para a análise marxista como para o avanço do movimento socialista e operário mundial. Mas, como estas críticas não são neutras devem ser feitas com critério, com um objetivo, isto é, contribuir para o avanço da luta de classes na direção do socialismo.

Já as críticas de Bernstein à Teoria Social de Marx, ao contrário, visavam conduzir o partido ao abandono do objetivo final da social-democracia naquela época (a revolução social) e fazer da reforma (um simples meio da luta de classes) o seu fim último, preconizando a adaptação à ordem vigente.

Rosa Luxemburgo sustenta que nos argumentos de Bernstein não estavam em questão simplesmente esta ou aquela tática política, mas a própria existência do movimento socialista e operário enquanto tal, daí a importância de que o proletariado se conscientize dessa distorção defendida pelo autor, isto é, a reforma deixa de ser a mediação para viabilizar o processo revolucionário e passa a ser o próprio objetivo, deslocando os interesses da luta de classes para conquistas políticas e sociais dentro dos limites da própria sociedade capitalista.

Ao se referir à atitude dos revisionistas em relação ao objetivo final do movimento socialista e operário internacional de que este “não é nada, o movimento tudo”, Lênin (1988:42) considera que esta exprimia bem a sua essência, ou seja, determinar a conduta política a partir das circunstâncias, da adaptação aos acontecimentos do cotidiano, às viragens de pequenos fatos políticos. Isso implica em desconsiderar os interesses fundamentais do proletariado e os traços essenciais do regime capitalista e de toda a evolução do capitalismo, sacrificando esses interesses fundamentais em prol das vantagens reais ou supostas do momento presente.

A despeito disso, Lênin afirma que a luta travada contra os revisionistas contribuiu para um fecundo reavivamento do pensamento teórico do socialismo internacional, do mesmo modo como ocorreu na polémica entre Engels e Dühring. Esse quadro vivenciado amiúde no plano puramente ideológico nas disputas em torno das “emendas teóricas a Marx” somente se manifesta a propósito de certos problemas parciais, isolados do movimento operário, como divergências táticas com os revisionistas e cisões, já a classe operária inevitavelmente o enfrentará em proporções muito maiores na dinâmica concreta do processo revolucionário.

Como aludido anteriormente, apesar de a Segunda Internacional ter condenado o revisionismo bernsteiniano em seu Congresso realizado em Amsterdã no ano de 1904, mais tarde, esse espírito que permeava a Segunda Internacional se desvaneceu juntamente com o socialismo na Europa a partir da irrupção da Primeira Guerra Mundial. Nesse cenário, a adesão “patriótica” da social-democracia alemã a aquele conflito bélico resultaria no colapso da Segunda Internacional, no enfraquecimento do movimento socialista e operário em todo o mundo e no reforço das teses revisionistas/reformistas no interior dos partidos comunistas ocidentais, sobretudo, após a crise do socialismo real e é justamente nesse processo sociopolítico e suas implicações que nos deteremos a seguir.

1.3. O Eurocomunismo

Após o *XX Congresso do Partido Comunista da União Soviética* (1956), no qual foram desveladas as insuficiências e contradições do período stalinista, um novo processo foi se constituindo nos partidos comunistas ocidentais europeus (com destaque para o Partido Comunista Italiano) que se estenderia ao longo dos anos. Ulteriormente, este processo foi denominado como eurocomunismo e se caracterizou basicamente como um movimento de mudança estratégica e teórica, iniciado na década de 1970, por diversos

partidos comunistas situados em países capitalistas (especialmente, na Itália, França e Espanha) depois do referido Congresso e dos acontecimentos que o cercaram (a revolta húngara e outras revoltas em sociedades socialistas, a cisão sino-soviética, o crescimento da *détente* na política internacional); assim como às transformações do capitalismo avançado que se sucederam ao prolongado surto de prosperidade do pós-guerra. Ademais, os partidos comunistas supunham que seu êxito político dependeria, a partir de então, de sua capacidade de atrair novos eleitores além da classe operária, particularmente, das “novas camadas médias” e de estabelecer alianças funcionais com outras forças políticas (Bobbio, 1993; Bottomore, 1988).

Na essência do eurocomunismo está o que alguns autores, como Bobbio (1993), denominam como “desbolchevização” e isso pode ser comprovado na atenuação do compromisso com as políticas e métodos oriundos da Terceira Internacional. Assim, os partidos comunistas passam a afirmar que o “caminho para o socialismo deve ser pacífico, democrático e construído de acordo com as características próprias de cada sociedade nacional. O próprio socialismo deve ser democrático, conforme a lógica do desenvolvimento social interno”. O recurso aos padrões institucionais soviéticos, especialmente às “ditaduras proletárias unipartidárias” e a reprodução daquele “modelo” foram, em geral, descartados. Na maioria dos casos, a “desestalinização” e a democratização da vida interna do partido também foram propostas, processos estes que implicaram na recusa da hegemonia soviética sobre o movimento socialista internacional.

Depois desses acontecimentos, os partidos comunistas foram se distanciando tanto do leninismo como do stalinismo e buscaram adaptar suas estratégias aos contextos em que operavam. Dessa maneira, emergiram *tendências autonomistas e reformistas* como características marcantes desse processo: o autonomismo, como escolha da estratégia adequada a cada país, e o reformismo, como rejeição do modo leninista de conquista (o assalto revolucionário, a via insurrecional) e de gestão do poder (a ditadura do proletariado).

No interior do movimento comunista internacional (Iugoslávia, Hungria, Polônia, China, Romênia e na então Tchecoslováquia) da mesma forma se revelaram tendências autonomistas e estas exprimiam de modos diversos a busca de um outro “modelo” de socialismo que fosse mais apropriado às condições de cada país, independente do soviético. Sob muitos aspectos, o impulso decisivo para o eurocomunismo situou-se na análise e avaliação da experiência tchecoslovaca e em seu trágico desfecho (1968).

Nessa direção, se fortaleceram as tendências autonomistas e as aspirações reformistas dos partidos comunistas e gradualmente foi sendo aceito como necessário um juízo crítico sobre a política hegemônica da União Soviética e da construção do socialismo nos países do Leste Europeu.

O primeiro a adotar o eurocomunismo foi o Partido Comunista Italiano (PCI) depois de enunciar a sua estratégia do “compromisso histórico” em 1973, ou seja, a concepção de que o início de sua trajetória para o socialismo se daria mediante uma aliança com os democratas-cristãos, integrantes do governo, em torno de um programa de reformas democráticas.

O Partido Comunista Espanhol (PCE), após sair de décadas de clandestinidade sob o regime autoritário de Franco, optou por uma linha similar que envolvia a participação dos comunistas na construção de uma nova e avançada democracia na Espanha.

O Partido Comunista Francês (PCF), empenhado na tentativa de chegar ao poder aliado aos socialistas em torno de um programa de reformas democráticas, foi numa direção semelhante em seu XXII Congresso de 1976 quando a fidelidade ao modelo soviético e à ditadura do proletariado seria abandonada.

Numa declaração conjunta, de 15 de novembro de 1975, o PCI, o PCE e o PCF enfatizavam que sua aceitação da democracia tinha o valor de um princípio, que seu posicionamento não era tático, mas se originava da análise das condições objetivas e históricas específicas dos seus respectivos países e da reflexão sobre o conjunto das experiências internacionais. As definições eurocomunistas desses três partidos, embora diferenciadas entre si, inviabilizaram a recentralização do movimento comunista internacional em torno de uma linha pró-soviética na Conferência dos Partidos Comunistas em Berlim Oriental (1976).

Entretanto, o eurocomunismo que foi considerado na década de 1970 como uma nova trajetória plausível para a esquerda (dividida entre o comunismo e a social-democracia) mostrava sérias debilidades na década de 1980. Em alguns casos, como o do PCE e o do PCF, as modificações foram feitas tardiamente e demasiado incompletas para impedir que um movimento social-democrata revitalizado ocupasse o espaço político contestado. Mesmo na Itália, onde o eurocomunismo foi assumido de forma mais completa, não houve êxito político (Bobbio, 1993).

No que se refere especificamente ao Partido Comunista Italiano, Souza (1998: 01-08; 21-28) considera que este partido teria dado uma contribuição significativa no novo contexto político iniciado no final do século XIX e consolidado a partir de 1930,

principalmente, após o fim da Segunda Guerra Mundial. O autor menciona o texto intitulado *A Luta do Povo Espanhol Contra os Rebeldes Fascistas*, no início de outubro de 1936, onde Togliatti apontava “a necessidade política e histórica da defesa, por parte do proletariado, das instituições democráticas e republicanas contra o fascismo - uma democracia avançada, uma democracia revolucionária”. Aquele momento configurava “uma revolução democrática” (sem o adjetivo burguesa), não uma “revolução socialista”, por isso a palavra de ordem dos comunistas deveria consistir na “defesa da república democrática”.

Souza (1998) sustenta que foi no escrito *Sobre as Particularidades da Revolução Espanhola*, no final de outubro de 1936, que Togliatti se desvinculou de um tipo de “análise não-diferenciada”, onde o exemplo russo não deixava de iluminar o caso espanhol. A Revolução Espanhola era definida como “uma revolução que possui a mais larga base social, uma revolução popular, nacional, antifascista” e características específicas que a diferenciam do “modelo” criado por Lênin de “revolução democrático-burguesa”, por isso, o verdadeiro caráter da Frente Popular Espanhola não poderia ser explicado pela definição pura e simples de “ditadura democrática dos operários e camponeses”. Em primeiro lugar, porque essa Frente Popular não se apoiou somente sobre operários e camponeses, mas sobre uma base social mais ampla; em segundo, por ter adotado uma série de medidas, impulsionada pela própria guerra civil, que ultrapassavam o programa de um governo de ditadura democrático-revolucionária.

Togliatti definia nesse escrito o “novo tipo de república democrática” que se distinguia substancialmente das “repúblicas democráticas burguesas”, conduzindo-o, posteriormente, “a uma nova concepção de democracia, entendida como um processo de auto-aperfeiçoamento no sentido da afirmação radical do socialismo e não como um simples instrumento a ser descartado no instante da ruptura insurrecional” (Souza, 1998).

Nessa perspectiva, a defesa da democracia dependeria das classes trabalhadoras e subalternas por ter-se tornado um patrimônio dessas classes e uma ameaça às classes dominantes, isto é, a democracia poderia ser muito mais próxima à consecução do ideário socialista do que à manutenção do sistema capitalista.

A grande ambigüidade de Togliatti e também do PCI até os anos sessenta situava-se justamente na manutenção da “ligação de ferro” com o comunismo soviético junto à luta democrática pela Constituição Republicana na Itália. Mas, apesar de Togliatti sempre ter buscado compatibilizar suas posições políticas e convicções teóricas com Moscou, ao mesmo tempo, também procurava não se submeter. Souza (1998) menciona duas versões

acerca dessa postura de Togliatti e do PCI: a primeira, considera que os comunistas utilizaram a democracia de forma instrumental, visando de fato uma insurreição; e a segunda, a situa na contradição entre uma ideologia revolucionária e uma prática gradualista e reformista. Aparentemente, ambas caem no mesmo equívoco simplificador das práticas históricas maniqueístas. *“Ora, a concepção da revolução socialista como processo, implementada através de reformas estruturais nos quadros da democracia política, e a convivência entre os ideais nacional e democrático, por um lado, e o ideal socialista, por outro lado, constituíram não a doppiezza de Togliatti, mas a sua virtù”* (Souza, 1998:200-201).

Contudo, Souza (1998) pondera que isso não remete à negação do fato de que no interior do PCI (na sua direção e nas suas bases) havia uma concepção claramente instrumental da democracia política, um taticismo, que não estava presente em Togliatti e nem nos setores majoritários do partido. Togliatti, este importante pensador, não pode ser reduzido à rígida dicotomia stalinista ou democrata. Na verdade, uma personalidade política e intelectualmente complexa como ele é inacessível a leituras reducionistas ou maniqueístas. Compreender a sua obra teórica e o seu papel político requer percebê-lo como um comunista que aceitou grandes desafios.

Desse modo, Souza sustenta que continuidade e ruptura, tradição e renovação, permeiam a ação e o pensamento de Togliatti visando manter um equilíbrio, uma espécie de “contradição em suspenso”, uma “tensão permanente” que se constituía no projeto político de construção da “via italiana ao socialismo” sem romper a “ligação de ferro” com a então União Soviética, o primeiro país socialista do mundo. A virtude política e a inovação teórica desse pensador correspondiam, concomitantemente, ao limite mesmo do seu projeto naquele complexo cenário.

Tendo explicitado as características gerais do eurocomunismo consideramos procedente fazer uma análise crítica do mesmo. Para tanto, recorreremos às formulações de Ernest Mandel (1978) que abordam a origem histórica das principais teses e estratégias do eurocomunismo, o seu significado e suas implicações - a questão das alianças entre o proletariado e a pequena (e média) burguesia; a definição de proletariado; a identificação entre liberdades democráticas das massas e instituições democrático-burguesas; o significado da revolução socialista.

1.3.1. A Crítica ao Eurocomunismo

Nas controvérsias estabelecidas entre marxistas e revisionistas no interior do movimento socialista e operário internacional, o Prefácio de Engels (1895) à obra de Marx *As Lutas de Classe na França 1848-1850* desempenhou um papel particularmente relevante. Este escrito foi utilizado pelos eurocomunistas⁵⁶ na defesa da tática eleitorista que preconizava a acumulação gradual de forças para superar o capitalismo e, nessa direção, descartava o recurso da insurreição (considerado como obsoleto). Os principais representantes do eurocomunismo se reportaram com frequência a esse texto de Engels na justificação da “via pacífica, democrática e eleitoral para o socialismo”, da mesma maneira como o fizeram Bernstein, Ebert e Scheidemann contra Rosa Luxemburgo, Lênin, Trotsky e seus companheiros.

Deve-se ressaltar que esse escrito de Engels foi publicado pela social-democracia alemã com cortes a pretexto de evitar perseguições legais - Bernstein, Kautsky e seus companheiros nunca publicaram o texto integral que possuíam. Isso somente ocorreria por volta de 1930, graças ao Instituto Marx-Engels de Moscou.

Naquela época, Engels protestou energicamente sobre o ocorrido e se preocupou com a possibilidade de que seu texto fosse mal compreendido e que o figurasse como um “cultuador pacífico da legalidade”⁵⁷.

Engels reafirmava em seus protestos que sua análise não propugnava uma tática pacífica a todo custo e a recusa do emprego da violência. Ele se contrapunha à suposta aceitação absoluta da legalidade em todas as circunstâncias e à renúncia à ação direta,

⁵⁶ As principais teses dos teóricos eurocomunistas para alcançar o socialismo nos países capitalistas industrialmente avançados consistiam: na necessidade do consenso da maioria da população e a conservação das instituições parlamentares burguesas (que gozam do apoio dessa maioria); na possibilidade de esvaziamento do conteúdo de classe (burguês) dessas instituições; na negação de um confronto direto entre a burguesia e o proletariado (que resultaria na derrota do proletariado e na destruição das instituições parlamentares burguesas, retardando a possibilidade de ruptura); na conquista de maiorias parlamentares significativas (apoiadas pela pressão e mobilização das massas); na obtenção de reformas estruturais que transformariam gradualmente o sistema capitalista e, por fim, na constituição de uma aliança anti-monopolista (incluindo a classe operária e a massa de assalariados, uma parte do campesinato e da pequena e média burguesia). Havia a ressalva, por parte desses teóricos, de que o êxito desta aliança dependeria do não questionamento da propriedade privada. Através dessas medidas, aliadas a mecanismos de democratização da economia e da gestão do Estado, o peso e o poder das massas trabalhadoras na sociedade capitalista aumentariam qualitativamente, conduzindo ao socialismo. Mandel, E. *op. cit.*, 1978, pp.161-162.

⁵⁷ Isso de fato aconteceria logo, exatamente três anos após a morte de Engels (1898) quando Bernstein começou a apresentar suas idéias que conduziram às controvérsias revisionistas - o suposto “colapso inevitável” do capitalismo em um futuro próximo não passaria de um desejo distanciado da realidade e a viabilidade prática da revolução seria questionada junto à recomendação de que os trabalhadores recorressem, exclusivamente, aos métodos constitucionais. Bottomore, *op. cit.*, 1988, pp.32-33; 126-127; 323-324.

preconizando a resistência armada contra ilegalidades impostas. Ademais, enfatizava que transformar uma tática momentânea numa tática permanente, uma tática de aplicação relativa numa tática absoluta, constituía um grave equívoco com conseqüências desastrosas. Por essa razão, tanto o empreendimento social-democrata do passado, como o empreendimento eurocomunista mais recente, de colocar Engels a serviço de uma estratégia legalista não passou de uma grande fraude (Mandel, 1978).

No que concerne ao significado do eurocomunismo, este trouxe avanços e recuos significativos para o movimento socialista e operário internacional, respectivamente, a necessária e premente crítica ao burocratismo stalinista e o retorno ao revisionismo e ao reformismo. Sendo assim, o eurocomunismo se constituiu, sobretudo, como uma política de colaboração de classe com a burguesia (como foi o caso dos social-democratas no pós-1914) sacrificando não só a luta de classe revolucionária, mas também os interesses cotidianos imediatos dos trabalhadores assalariados, favorecendo os interesses da burguesia e, por conseguinte, a conservação da ordem. Estas características contraditórias demonstram inegavelmente que esse processo consistia num produto da crise do stalinismo, não a ultrapassagem ou a solução dessa crise na perspectiva burguesa ou proletária (Id, *ibid*).

O fator determinante dessa guinada à direita dos eurocomunistas foi sua decisão de romper com o isolamento no plano parlamentar e concretizar a vinculação com a social-democracia e a pequena burguesia. Essa guinada foi acolhida com desagrado e até hostilidade por parte das burocracias da União Soviética e do Leste Europeu devido ao risco (num caso de conflito com os países capitalistas da Europa Ocidental) de que os eurocomunistas se aliassem à sua própria burguesia.

Outrossim, devido às duras críticas dos eurocomunistas direcionadas a algumas intervenções da repressão burocrática, consideradas excessivas, dentre elas: a invasão da então Tchecoslováquia em 1968, o internamento dos opositores políticos em manicômios soviéticos e os ataques às liberdades democráticas e aos direitos cívicos, como a repressão de greves na Polônia. *“As declarações dos eurocomunistas em favor do pluralismo político e das liberdades democráticas, encontram evidentemente um eco na Europa de leste e na União Soviética, não devido a uma qualquer adesão ao capitalismo e ao Estado burguês mas, pelo contrário, porque são entendidas como uma alternativa às (...) formas políticas de dominação nos seus próprios países (isto é, como um modelo alternativo do Estado operário). É aí que reside o enorme potencial explosivo do eurocomunismo, do ponto de vista do Kremlin”* (Mandel,1978:50-51).

A partir daí, foi aberta uma fissura profunda no aparelho do stalinismo internacional agravando a sua crise e, particularmente, a crise das relações desse aparelho com as massas na então União Soviética e nas democracias populares.

O projeto estratégico eurocomunista se baseava numa posição intermediária, sendo totalmente distanciado da realidade, do mesmo modo como o foram os projetos de Kautsky⁵⁸ e da Unidade Popular Chilena. Por trás da estratégia eurocomunista (e de Kautsky) encontrava-se uma concepção manipuladora e burocrática do movimento operário, da política operária e da política em geral - a luta de classes era reduzida exclusivamente ao seu aspecto político-parlamentar e as relações entre as classes restringidas às relações entre as direções dos partidos políticos. Esta retórica sobre a “transição pacífica para o socialismo” preconizada por esses teóricos acabaria contribuindo para a consolidação da economia capitalista e do poder do grande capital (Mandel, 1978:167-168).

Como referido antes, o fundamento dessa guinada tática do eurocomunismo residia numa questão de política eleitoral, ou seja, na conquista de votos da classe operária e das camadas médias e era nesses setores que os partidos comunistas (da Espanha, França e Itália) esperavam obter os resultados mais consideráveis. Isso significa que a crescente crítica à burocracia soviética não era essencialmente uma concessão à burguesia, mas à classe operária da Europa Ocidental. Portanto, essa crítica consistia numa concessão ao componente anti-burocrático da consciência média dos trabalhadores combativos que se mostrava muito mais forte do que no passado.

Nesse aspecto, Mandel (1978) considera positiva a atitude dos eurocomunistas e o que pretende denunciar, nesse quadro, por parte dos eurocomunistas, não é a sua “capitulação perante o imperialismo”, mas a sua incoseqüência e a sua falta de coragem para conduzir o seu pensamento até às últimas conclusões: a crítica “objetivista” do stalinismo que tudo buscava explicar pelas “condições objetivas”; a vaga defesa do “pluralismo político” que não reivindicava claramente o direito de constituir diferentes partidos conforme o desejo das camadas trabalhadoras soviéticas, incluindo partidos de

⁵⁸ A “estratégia do esgotamento” de Kautsky foi formulada por volta de 1910, no debate estabelecido entre ele e Rosa Luxemburgo no interior da social-democracia alemã. Na luta que deveria ser desenvolvida pelo movimento operário na Alemanha (e em todos os países industrialmente avançados) para a conquista do poder, Kautsky distinguia duas estratégias: a “estratégia de assalto” e a “estratégia de esgotamento”, optando resolutamente pela segunda. O autor utilizava a metáfora de uma fortaleza inimiga que ao invés de ser tomada de assalto, de um só golpe, arriscando tudo e colocando em risco as conquistas parciais, o movimento operário deveria começar cercando essa fortaleza para minar o poder do adversário, provocando sua divisão e um progressivo enfraquecimento da sua vontade de vencer ou até mesmo de lutar. Dessa maneira, a fortaleza acabaria ruindo com pouco dispêndio, mas não sem luta. Mandel, E. *op. cit.*, 1978.

oposição e uma imprensa oposicionista; a referência à “democracia socialista” sem mencionar o poder democrático dos conselhos, a espinha dorsal da auto-administração dos trabalhadores.

A despeito disso, Mandel reafirma que os eurocomunistas representavam um avanço por terem se empenhado na luta contra o burocratismo stalinista⁵⁹, ainda que de modo insuficiente. Um fato que o autor destaca nesse quadro é que devido às contradições internas do eurocomunismo, seus integrantes fizeram concessões simultâneas tanto à pressão reformista pequeno-burguesa de direita quanto à pressão antiburocrática de esquerda.

A origem histórica da estratégia dos teóricos eurocomunistas se situa na mencionada “estratégia do esgotamento” de Kautsky que além de não conduzir à derrocada do capitalismo, levou à derrota do movimento operário alemão nas etapas de 04 de agosto de 1914, na sufocação das revoluções de 1918 e 1923 e, mais tarde, na sua capitulação em face da ascensão dos nazistas em 1933. *“Sucessivas aplicações de similar estratégia pelo PCF e pelo PCE entre 1935 e 1938, conduziram igualmente a derrotas sangrentas. Estratégia análoga foi ainda aplicada pelos PC em França, em Itália e nos pequenos países da Europa entre 1944 e 1947; fracassou também”* (Mandel, 1978:164).

No Chile, nas condições peculiares de um país semicolonial, mas dotado de um movimento operário autônomo e organizado, foi implementada estratégia semelhante no final dos anos 1960 e início dos anos 1970 com a Unidade Popular, sendo seu desfecho uma sangrenta derrota com o Golpe de Pinochet em 1973 (Id, *ibid*).

Em Portugal, embora conservando uma posição acrítica em relação à burocracia soviética, o partido comunista também aplicou a estratégia da “aliança anti-monopolista” e da “democracia avançada” entre abril de 1974 e novembro de 1975, inclusive integrando uma coligação governamental com segmentos burgueses. Naquele contexto, os grandes monopólios foram suprimidos devido à pressão de impetuosas mobilizações de massas, não por um plano consciente do partido comunista. Todavia, o capitalismo não foi

⁵⁹ Antes do referido Congresso do PCUS de 1956, não eram permitidas críticas à União Soviética e todos os interesses do movimento socialista e operário internacional se subordinavam aos da defesa do “bastião” soviético e da sua burocracia. Toda e qualquer crítica era visualizada como expressão da influência política da burguesia e, em última instância, a manifestação de uma traição de classe, ou seja, favorável ao imperialismo. Depois desse Congresso e dos seus desdobramentos, esse sistema fechado começou a deixar transparecer os diversos problemas presentes na sociedade soviética que conduziram ao seu colapso. Nesse novo contexto foi possível fazer duras críticas àquela experiência, constituir questionamentos e a exigência de debates abertos sem que isso significasse uma capitulação. Mandel, *op. cit.*, 1978.

seriamente atingido e a burguesia passou à contra-ofensiva colocando a classe operária na defensiva, desorientada e dividida (Id, *ibid*).

Para Mandel (1978), a metáfora utilizada por Kautsky reporta a uma visão profundamente mecanicista e errônea das relações de dominação burguesa, isto é, a representação do poder da burguesia como uma fortaleza no interior do campo social e o movimento operário podendo reunir gradualmente as forças da sociedade, independentemente do poder burguês e contra ele. Na verdade, durante todo o período em que a burguesia detém o poder político e econômico, os trabalhadores vivem e intervêm em condições de dependência material em relação à classe dominante (seu emprego, seus rendimentos, seu nível de vida são determinados, em última análise, pelos mecanismos econômicos de acordo com as metas de valorização e acumulação do capital). Da mesma forma, o poder político da classe dominante (que reside tanto nos aparelhos de repressão quanto nos de manipulação ideológica) não é exterior à ação e ao comportamento político do proletariado (e das massas pequeno-burguesas), mas perpassa constantemente em graus variáveis a conjuntura e a dinâmica da luta de classes.

Nesta situação, a idéia de um agrupamento gradual de todas as forças ativas da sociedade visando organizar um assédio de longa duração, ou mesmo permanente, à “fortaleza capitalista”, consiste em mero idealismo - o capitalismo dispõe de imensos redutos de defesa ao redor da sua “fortaleza” e no próprio seio do corpo social supostamente sitiado e esses meios defensivos não permitem quaisquer agrupamentos prolongados. Somente em ocasiões determinadas eles podem ser desmantelados, quando um conjunto de circunstâncias momentaneamente enfraquece ou até paralisa a capacidade do seu uso pelo inimigo de classe. Todavia, essas ocasiões não são de longa duração por se constituírem justamente como períodos de “crise revolucionária”.

Em suas análises, Mandel (1978) conclui que as contradições internas do eurocomunismo se acirraram devido ao não rompimento definitivo e irrevogável com a burocracia soviética e, ao mesmo tempo, às suas concessões à burguesia. Como mencionado, isso demonstra claramente que tal processo consistia num produto da crise do stalinismo, não sua ultrapassagem ou solução quer no sentido burguês ou proletário e se configurava, fundamentalmente, como uma estratégia reformista a serviço da burguesia e da manutenção do *status quo*.

Uma outra questão essencial abordada pelo autor relaciona-se à suposta necessidade de aliança entre o proletariado e a pequena (e média) burguesia para suprimir a dominação do capital. Os eurocomunistas asseguravam que sem esta aliança aquele empreendimento

seria utópico e por essa razão desempenhava um papel dominante na justificação da sua estratégia. A tentativa dos teóricos do eurocomunismo de reduzir o peso do proletariado ocidental ao de uma força minoritária no interior da sociedade se baseava numa grosseira revisão da definição do proletariado enquanto classe do trabalho assalariado, elaborada por Marx e por outros pensadores afins.

Na perspectiva marxista, o proletariado emerge como o conjunto de todos aqueles que são constringidos a vender sua força de trabalho de modo contínuo por não terem acesso aos meios de produção e de subsistência (e não dispõem também de recursos suficientes em dinheiro, meios de troca, para obter meios de subsistência sem vender a sua força de trabalho). Logo, não se restringe aos “trabalhadores produtivos” ou somente aos “trabalhadores manuais” e, muito menos, aos “operários da grande indústria”.

Lênin, por exemplo, argumenta que os operários industriais constituem a vanguarda do proletariado, mas não o conjunto das suas forças. O proletariado inclui os assalariados agrícolas, os empregados (inclusive empregados comerciais e bancários), todos os pequenos funcionários e, em geral, todos os “trabalhadores de colarinho”, com exceção dos quadros superiores, bem como os técnicos e todas as “novas camadas” de assalariados.

Mandel (1978) prossegue dizendo que esta não é uma definição meramente teórica, sobre o qual o debate poderia prosseguir sem referência à realidade das lutas de classe. Desde que se reconheça esta evidência e se mantenha a definição clássica do proletariado, o problema das alianças que continua a ser relevante, ocupa um lugar secundário em relação ao candente problema da *unidade de ação dos próprios assalariados*. Este sim constitui efetivamente o problema-chave de uma estratégia real (não imaginária ou demagógica) para a revolução socialista nos países industrializados e, nessa direção, como dizia Marx (2000:60), “para aplainar diferenças é necessário que estejam em jogo grandes interesses comuns”.

Dentre as confusões que estão por trás da revisão teórica marxista do Estado burguês, Mandel (1978) menciona a identificação entre liberdades democráticas das massas e instituições burguesas, isto é, instituições do Estado burguês sob a forma de democracia parlamentar. O Parlamento não é uma instituição “imposta” à burguesia pela luta das massas trabalhadoras, mas uma instituição de origem burguesa destinada a controlar a utilização dos impostos pagos pela burguesia. Por esse motivo, tradicionalmente a burguesia se opunha ao sufrágio universal, visando garantir aos proprietários o direito de eleger seus parlamentares. Todas as demais instituições do Estado

burgueses têm essa mesma gênese e essa mesma função, isto é, assegurar os interesses dos proprietários (no passado contra o absolutismo e no presente contra o povo espoliado).

Por outro lado, o sufrágio universal constitui uma conquista do movimento operário, com algumas exceções como o caso da Alemanha. O mesmo se aplica à liberdade de associação, à liberdade de manifestação e à liberdade de imprensa, bem como ao direito de greve. A burguesia buscou restringir a extensão das liberdades democráticas fundamentais para que estas não conflitassem com a defesa da propriedade privada, seu interesse primordial. Foi o avanço do movimento operário organizado ao longo do tempo que pôde suprimir uma parte daquelas limitações (Id, *ibid*).

Sendo assim, deve-se frisar que tanto a classe operária quanto o seu movimento organizado não são indiferentes ao grau de extensão das liberdades democráticas das massas no interior do Estado burguês, pois a forma democrática parlamentar viabiliza o desenvolvimento da luta e da organização proletárias, a ampla expansão do movimento, a acumulação de experiências e a possibilidade de educação que são favoráveis ao desenvolvimento da sua consciência de classe.

A valorização da democracia burguesa que se constata na atualidade⁶⁰ se deve, sobretudo, às experiências do nazifascismo e do stalinismo que atingiram duramente o proletariado europeu e as massas em geral, o que é compreensível. Entretanto, a burguesia tem se aproveitado dessa nova situação utilizando-a como uma das suas principais armas ideológicas ao propugnar falsos axiomas, isto é, a suposta impossibilidade de haver liberdade política e individual sem a democracia parlamentar burguesa (Mandel, 1978:233).

Nos dias de hoje se sustenta a necessidade da defesa, da consolidação, da extensão e do alargamento qualitativo das liberdades democráticas das massas. Mas, todo esse processo certamente se defrontará com as estruturas do Estado burguês, mesmo as democráticas-parlamentares⁶¹. Nesse quadro, devido ao nível de experiência e consciência das massas trabalhadoras nos países capitalistas industrialmente avançados, devem ser

⁶⁰ Mandel (1978) afirma que entre 1929 e 1936, o quadro era diverso pois, naquele período, a democracia burguesa estava bastante desacreditada aos olhos das massas e do movimento socialista e operário internacional.

⁶¹ Da perspectiva política, esse conflito poderia derruir progressivamente a legitimidade do Estado burguês, proporcionando às massas concretizar a experiência de uma democracia mais elevada, uma ampliação de direitos e liberdades que lhes são negados na democracia burguesa, fundando uma legitimidade democrática nova e superior - a democracia proletária. Da perspectiva prática e institucional, esse conflito poderia conduzir à instauração de órgãos de poder operário e popular concretizada em um novo Estado (um novo poder de classe) e à salvaguarda da extensão dos direitos e liberdades políticas e individuais das massas, não apenas uma extensão dos direitos econômicos e sociais. Mandel, E. *op. cit.*, 1978.

preconizados o pluralismo dos partidos políticos e a liberdade de expressão de todas as correntes ideológicas, políticas e culturais, ou o empreendimento revolucionário não será exitoso (Id, *ibid*).

Deve-se salientar ainda que revolução socialista não se restringe à ação insurrecional e muito menos à “escolha entre insurreição ou eleições”, como têm sugerido a direita e mesmo segmentos da esquerda. Na verdade, a insurreição constitui somente o ponto inicial do processo revolucionário que, em condições favoráveis, poderia se realizar sem derramamento de sangue - a partir da desagregação moral e política prévia do aparelho repressivo da burguesia e do reconhecimento da legitimidade das organizações dos trabalhadores pela grande maioria da população. Nesse sentido, os marxistas revolucionários não consideram que se possa transitar de um só golpe de um poder estatal burguês para o novo poder estatal dos trabalhadores, ao contrário. Essa transição exige tempo, principalmente nos países onde as instituições da democracia burguesa gozam de grande prestígio e legitimidade diante da maioria dos trabalhadores. *“As massas devem fazer a aprendizagem das formas superiores e novas da democracia. Devem ter tempo para assimilar o significado e a utilidade dos órgãos estatais novos, que estão em vias de criar. Simultaneamente, as instituições do poder burguês – a começar pelo armado – devem passar por um processo de decomposição e de paralisia progressivas, sem o qual é aliás inconcebível a instalação de órgãos de poder dos trabalhadores”* (Mandel, 1978:243).

Nesse primeiro capítulo, contextualizamos a gênese e os desdobramentos do debate em torno da relação socialismo e democracia que remetem às críticas de Marx e Engels ao reformismo nos seus escritos da década de 1840 que tiveram prosseguimento nas controvérsias estabelecidas entre Lênin e Rosa Luxemburgo sobre questões de organização e as críticas de ambos ao revisionismo bernsteiniano. Nesse quadro, se destaca o XX Congresso do PUCS (1956) no qual foram revelados os muitos problemas da experiência stalinista e suas principais conseqüências: o surgimento do eurocomunismo, a crítica necessária (ainda que insuficiente) ao stalinismo e a adoção do revisionismo/reformismo pela grande maioria dos partidos comunistas ocidentais.

No segundo capítulo, analisaremos as características da formação social brasileira e do Estado nacional, bem como o contexto sociopolítico desde a instauração do golpe de 1964 até o estabelecimento do processo de democratização. Como mencionado, a razão da escolha desse período se deve à sua importância, ou seja, o declínio da ditadura militar, o início do processo de transição “democrática” e seus desdobramentos. Nosso objetivo

nesse capítulo consistirá em apreender o quadro nacional mais amplo e identificar os principais sujeitos políticos nas lutas em prol da democratização da sociedade e de projetos de desenvolvimento econômico e social, terreno fértil no qual se constituem as controvérsias em torno da “questão democrática”. Desde já, devemos ressaltar a intervenção do Partido Comunista Brasileiro tanto na configuração da própria esquerda em nosso país quanto no debate em foco que será abordado mais detidamente no terceiro e último capítulo da nossa tese.

CAPÍTULO 2. AS PECULIARIDADES DA FORMAÇÃO SOCIAL BRASILEIRA E O CONTEXTO SOCIOPOLÍTICO DO GOLPE DE 1964 AO PROCESSO DE DEMOCRATIZAÇÃO

No Brasil, um dos traços peculiares do início do desenvolvimento capitalista consiste na ausência de transformações estruturais que em outros países, notadamente na Europa, foram pré-requisitos para aquele desenvolvimento, tais como a abolição do trabalho escravo, a extinção do latifúndio e a instituição do trabalho livre e assalariado. Nessa contradição reside uma das determinações essenciais da gênese do capitalismo brasileiro, isto é, a economia comercial e urbano-industrial se realiza aqui mediante estruturas coloniais escravistas.

Essa transição de um tipo de economia para outro trouxe mudanças significativas, dentre elas, a concentração de renda, do prestígio e do poder nos estratos sociais importantes estrategicamente para o núcleo hegemônico de dominação externa, a coexistência de estruturas econômicas, socioculturais e políticas diferenciadas, mas interdependentes e necessárias à articulação e à expansão da economia, bem como “a exclusão de uma ampla parcela da população nacional da ordem econômica, social e política existente como um requisito estrutural e dinâmico da estabilidade e do crescimento do sistema” (Fernandes, 1981:20).

Esses rearranjos políticos no seio do bloco de poder não foram isentos da resistência de frações das classes dominantes em diversos momentos relevantes na história do país, por exemplo, na instituição do trabalho livre e assalariado, na proclamação da República ou nas mudanças advindas da crise da oligarquia. Nesse quadro, a manutenção de funções e estruturas arcaicas se tornaria uma prática recorrente denotando a conciliação de interesses incompatíveis e até mesmo antagônicos.

Historicamente, o Brasil tem se caracterizado como um país capitalista periférico e dependente, cujas raízes colonial e escravista inviabilizaram a realização de uma revolução burguesa clássica incidindo na formação de uma burguesia débil política e economicamente que forjou um Estado de cariz conservador e antidemocrático. Em face dessa situação, para garantir seu poder, a burguesia tem recorrido tanto à referida conciliação de interesses contraditórios quanto à repressão das massas populares. Logo, se

constitui em nosso país um tipo de capitalismo peculiar oriundo do colonialismo, do escravismo e da exclusão do homem pobre livre para a superexploração da massa aos despossuídos, da opressão despótica dissimulada sob o paternalismo e o patrimonialismo, para a extrema concentração de riqueza, do prestígio social e do poder (Fernandes, 1981:61).

No que concerne ao processo de industrialização capitalista mais amplo, sua concretização remete a uma base material, isto é, a relações mercantis determinadas, a uma divisão do trabalho desenvolvida e, por conseguinte, ao trabalho livre assalariado. Estas condições se realizaram tardiamente em nosso país, o que levou alguns autores a considerá-lo como uma formação social na qual se constitui a chamada “via prussiana”⁶². E uma das peculiaridades do processo de industrialização brasileiro consiste no destacado papel do Estado nacional que promoveu, conduziu e forneceu, além da infraestrutura necessária, as condições econômico-financeiras e políticas que resultariam na ampliação das importações e na concentração de capitais.

Há várias interpretações e controvérsias acerca das especificidades da formação social brasileira - há aquelas que discordam que esta tenha sido capitalista desde o início, há também as que a visualizam como um tipo especial de capitalismo ao qual se combinam modos não capitalistas -, o consenso entre os autores reside na constatação de que aqui se conciliaram elementos incompatíveis em outros países capitalistas, como aludido, o escravismo, o latifúndio e o trabalho livre assalariado.

Além das controvérsias acerca das particularidades da formação social brasileira, mencionadas há pouco, existem diversificadas interpretações sobre a revolução burguesa no Brasil, sua existência ou não, seu caráter, seus desdobramentos e sua periodização. De um modo geral, os autores⁶³ consideram que esta revolução teria abrangido os períodos da abolição do trabalho escravo, da queda da monarquia, da imigração de braços para a lavoura, do protagonismo dos fazendeiros do café e do desenvolvimento capitalista.

⁶² Dentre esses autores, Carlos Nelson Coutinho em *Realismo e Anti-realismo na literatura brasileira*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968 e José Chasin em *O Integralismo de Plínio Salgado*. São Paulo: Ciências Humanas, 1978. Os autores aqui têm como referência a análise de Lênin acerca da “via prussiana” no desenvolvimento burguês que, ao analisar a evolução da economia agrária alemã, descobriu a universalidade desta “via” e sua função como meio de impedir a revolução. Mais tarde, Lukács examinou os efeitos da “via prussiana” sobre a superestrutura política e cultural na Alemanha e na Hungria. Na análise da formação social brasileira, diversos estudiosos têm adotado a “via prussiana” para examinar o desenvolvimento capitalista no Brasil que é concebido como um processo tardio de acumulação do capital.

⁶³ Os autores supramencionados são: Euclides da Cunha, Alberto Torres, Rui Barbosa, Oliveira Vianna, Gilberto Freyre, Astrojildo Pereira, Sérgio Buarque de Holanda, Caio Prado Júnior, Nelson Werneck Sodré, Hélio Jaguaribe, Celso Furtado, Florestan Fernandes, Edgard Carone, Antonio Cândido, Raymundo Faoro e Carlos Nelson Coutinho, entre outros. Ianni, O. O Ciclo da Revolução Burguesa no Brasil. In: *Temas de Ciências Humanas* (10), São Paulo, 1981.

A problemática da revolução emerge com especial destaque quando os autores examinam as formas históricas do Estado nacional que desde a Independência até o período mais recente denotam a persistência de soluções autoritárias para assegurar interesses oligárquicos, burgueses ou imperialistas em detrimento dos interesses das demais classes, sobretudo, das classes trabalhadoras.

Ao analisar essa questão, Ianni (1981:22-24) sustenta que a revolução burguesa no Brasil poderia ser localizada entre a abolição do escravismo (as campanhas republicana e abolicionista precedem as principais lutas da revolução burguesa deflagrada em 1888-1889) e o desfecho da ditadura militar (as políticas adotadas nesse período estimularam a ascensão da grande burguesia, concomitante ao desenvolvimento das contradições de classe). Ele destaca aqui os desdobramentos da revolução burguesa em nosso país, tais como: a ampliação e a dinamização do mercado; a generalização da mercadoria; a crescente subordinação das diversas formas de trabalho ao capital; o desenvolvimento da indústria cultural; a expansão do sistema público e privado de ensino; a diversificação das correntes de opinião pública; o desenvolvimento das classes sociais e da consciência de classe, etc. Mas, por outro lado, também demonstra que esta revolução produz e reproduz notáveis e profundas contradições no seio dos diversos segmentos sociais: entre a burguesia, sobretudo, a grande burguesia financeira e monopolista, e os trabalhadores; entre os trabalhadores da cidade e os trabalhadores do campo; entre as classes dominantes nacionais e as estrangeiras.

Diversos estudiosos têm demonstrado distintas tendências possíveis na organização concreta do Estado brasileiro: alguns deles se mostram claramente favoráveis a formas autoritárias de organização do poder estatal, como Oliveira Vianna; outros preconizam soluções liberais, como Rui Barbosa; há aqueles que apontam para o socialismo, como Astrojildo Pereira; finalmente, há os que oscilam entre essas diferenciadas posições.

Gostaríamos de ressaltar que não é nosso objetivo aprofundar os traços constitutivos desta formação social, cuja análise rigorosa e profícua já foi empreendida por autores brasileiros contemporâneos como Sérgio Buarque de Holanda, Caio Prado Júnior, Jacob Gorender, Raymundo Faoro, Florestan Fernandes, Octávio Ianni, dentre outros. Nosso objetivo, nesse capítulo, é tão somente traçar em linhas gerais as características sociopolíticas do nosso país e do Estado nacional, bem como a dinâmica dos sujeitos

coletivos mais relevantes, sobretudo, no período de 1980 a 2000 e sua relação com a constituição do debate acerca da “questão democrática”⁶⁴.

Nas análises sobre a formação social brasileira e, mais especificamente, sobre a revolução burguesa nacional, diversos autores têm identificado a conciliação de estruturas e interesses incompatíveis, por um lado, e a questão do Estado forte ou da “via prussiana”, por outro. Alguns autores se referem à “via prussiana” em contraposição à “via democrática”, como Lênin sugeriu apoiando-se em indicações de Marx e Engels; outros autores visualizam uma “revolução passiva” ou “revolução-restauração”, expressão oriunda de Gramsci. Mas, apesar desses diferenciais, todos os autores frisam o caráter autoritário do Estado brasileiro no decurso das fases em que se desenvolve a revolução burguesa (Ianni, 1981:05-06).

Através da mencionada conciliação de interesses contraditórios e de medidas aplicadas de “cima para baixo”, as classes dominantes têm conseguido, de uma maneira geral, monopolizar amplamente o poder de Estado através da violência, de medidas paliativas ou mesmo da cooptação de lideranças e organizações populares. Dessa forma, as classes dominantes têm imposto seus interesses particulares sobre as classes trabalhadoras e subalternas tanto na cidade como no campo.

De acordo com Ianni (1981), a análise acerca da forma “prussiana” ou “passiva” da revolução burguesa no Brasil muitas vezes supõe ou afirma a “fragilidade” da sociedade civil⁶⁵ e, por conseguinte, a nulidade da cidadania. Esta tese tem subsistido em diversas esferas, na ideologia das classes dominantes, na contra-revolução burguesa permanente, na conciliação pelo alto e nas distintas correntes intelectuais e políticas. A esta análise tem sido associada a idéia do caráter “não violento” da nossa história, do mito da “democracia racial”, da política de integração regional e da “harmonia” entre capital e trabalho,

⁶⁴ Este debate sobre o significado da democracia política para as estratégias de luta das classes trabalhadoras emerge no seio da esquerda internacional a partir das formulações de Marx e Engels na segunda metade do século XIX e prossegue no debate entre Rosa Luxemburgo, Lênin e Bernstein, no final do século XIX e início do século XX, retornando com vigor após a crise do Leste Europeu e seus desdobramentos, com destaque para o eurocomunismo, já abordados no primeiro capítulo. No Brasil, essas controvérsias emergem pela primeira vez na conhecida *Declaração de Março de 1958*, documento histórico do PCB que refletia a incidência do *XX Congresso do PCUS (1956)* no qual foram desveladas as insuficiências e contradições do stalinismo. Todavia, esse debate se constitui de fato em nosso país com a publicação do ensaio de Carlos Nelson Coutinho *A Democracia como Valor Universal* (1979) que será analisado mais detidamente no terceiro capítulo da nossa tese.

⁶⁵ Tal idéia se encontra em pensadores distintos, desde conservadores e fascistas até liberais, desde social-democratas até marxistas, que demonstram de modo explícito ou não sua concepção da sociedade civil como “amorfa”, “frágil”, “débil”, isto é, o povo brasileiro e suas formas de intervenção política seriam incapazes de se contrapor ao Estado autoritário e à força das classes dominantes nacionais e/ou estrangeiras.

reiterados ao longo das décadas pelas classes dominantes, a despeito da realidade demonstrar a cada dia justamente o contrário.

Ao desconsiderar as revoltas e revoluções, as greves e os movimentos sociais, as diversificadas lutas populares na cidade e no campo, alguns autores deixam escapar a tese básica da “revolução pelo alto”, dos arranjos “de cima para baixo” das classes dominantes. Este é o caso de um autor expressivo da esquerda brasileira como Leandro Konder (1980:15), por exemplo, que afirma que o Estado nacional tem sido forte devido aos traços peculiares da sociedade civil⁶⁶ em nosso país, isto é, a sua “anemia” e sua ausência de articulação política desde o período colonial.

Em muitos círculos políticos e intelectuais, de modo explícito (ou não), tem sido colocada a “necessidade” de proteger o povo e o cidadão comum inclusive de si mesmos. Nessa perspectiva, devido às suas precárias condições de educação e cultura o povo precisaria de uma força que o tutelasse, o educasse e o conduzisse por estar sujeito a lideranças carismáticas e manipulações políticas de todo tipo e despreparado para usufruir de uma democracia plena. Assim, diante de uma sociedade civil “frágil”, “débil” e “incapaz”, caberia ao Estado esse papel, isto é, proteger, tutelar e disciplinar o cidadão comum e o povo como um todo já que a liberdade e os direitos seriam provenientes do aparelho estatal (Ianni, 1981:10).

A despeito das diversas expressões concretas (e muitas vezes vigorosas) da sociedade civil, estas têm sido visualizadas como precárias, débeis e incapazes, o que implica na desconsideração ou desqualificação das lutas históricas empreendidas pelas liberdades democráticas em nosso país desde Frei Caneca a Rui Barbosa e Raymundo Faoro, passando pelo abolicionismo, o civilismo, até a oposição à ditadura do Estado e também à ditadura do regime militar (Id, *ibid*).

No Brasil, há uma longa história de lutas populares perpassada pelas relações e contradições de classes nas esferas local, regional e nacional, e esta nem sempre tem sido devidamente considerada pelos autores. Em diversos momentos históricos, as classes trabalhadoras e subalternas têm protestado, reivindicado, realizado greves, movimentos, etc., o que contribui de fato para o desenvolvimento de sua organização política e de sua consciência de classe (Id, *ibid*:28;30).

⁶⁶ A sociedade civil aqui é concebida no sentido atribuído por Gramsci, ou seja, inclui o conjunto das instituições privadas que o Estado não absorve como os sindicatos, as organizações profissionais, as entidades religiosas, associações de bairro, clubes, imprensa, etc.

Deve-se ressaltar, nesse aspecto, que cada processo de redefinição da hegemonia política no seio do bloco de poder tem expressado um conteúdo e um significado histórico específicos no cenário nacional. As intervenções dos militares no processo político brasileiro, por exemplo, em alguns momentos se caracterizam como intervenções “progressistas” (Abolição da Escravidão; Proclamação da República em 1888-1889; Revolução de 1930) e em outros como “conservadoras” (instauração do Estado Novo em 1937 e do Golpe Militar de 1964). Essa diversidade de significados também pode ser restituída na análise do período republicano: a liquidação da “democracia oligárquica” (1889-1930) representou a superação de uma forma de Estado e de um regime político cujo funcionamento concreto favorecia os interesses de frações das classes dominantes (a burguesia comercial-exportadora) e inviabilizava a aceleração do processo de industrialização e a integração política das classes trabalhadoras urbanas; a destruição da “democracia populista” (1945-1964) se constituiu como um processo contra-revolucionário favorável aos interesses do capital monopolista e do imperialismo, de “contenção política” das massas, objetivamente envolvidas, desde 1961, num processo de “dinamização pela esquerda” da democracia vigente (Saes, 2001).

Nas condições de um país capitalista periférico e dependente como o Brasil, os chamados “direitos sociais” são restringidos e isso se deve tanto às práticas de uma burguesia que não realizou suas “tarefas históricas” como à influência de um liberalismo destituído do seu conteúdo democrático-burguês. Aqui, o reconhecimento dos “direitos de cidadão” se efetiva através do direito de propriedade, numa relação de continuidade com a estrutura colonial escravista na qual se mantinha o controle e a exclusão das massas populares (Quirino e Montes, 1987:48).

Foi nesse quadro e nessa perspectiva que se configurou a chamada “cidadania regulada” que não tem sua gênese “em um código de valores políticos, mas em um sistema de estratificação ocupacional”, no qual a lógica do capital se impõe a todas as relações da sociedade, sem mediações. Em suma, são cidadãos todos os integrantes da comunidade que se inserem em quaisquer das ocupações reconhecidas e definidas legalmente. A extensão dessa cidadania se realiza através da regulamentação de novas profissões e/ou ocupações, bem como pela ampliação do escopo dos direitos associados a estas profissões. Desse modo, a cidadania estaria contida na profissão e os direitos do cidadão se limitariam aos direitos relacionados ao lugar ocupado por essa profissão no processo produtivo e esta deveria ser reconhecida por lei (Santos, 1979:05).

Com relação à influência do liberalismo sobre a burguesia nacional, esta se deu mediante duas polarizações. Na primeira polarização, o liberalismo era visualizado como um dos processos de consciência social que objetivavam a emancipação e assumia duas funções: dar conteúdo e forma às manifestações igualitárias pautado nos princípios liberais de liberdade, igualdade e fraternidade, visando suprimir as restrições da estrutura colonial; e operar uma redefinição das relações de dependência política do Brasil com o mercado externo e as grandes potências. Nesse quadro, a burguesia local passa a reconsiderar a condição de dependência e exclusão, dominação e subordinação, como uma interdependência vantajosa e consentida entre as nações, isto é, uma pré-condição para a modernização. Na segunda polarização, o liberalismo se colocava como uma utopia na construção do Estado nacional, dando-lhe uma programática para sua criação (Fernandes, 1987:34-35).

Assim, o processo de construção do Estado brasileiro se realiza sob um ideário conservador que vem sendo mantido através dos anos e conjuga o princípio da representação com a existência de um Executivo forte. A própria Independência (momento de ruptura com o estatuto colonial) concretiza uma transformação jurídico-política no âmbito estatal (e sob seu controle) que inicia um tipo de autonomia política que não atinge a esfera econômica. Nesse contexto, a Independência foi “solapada como processo revolucionário, graças do predomínio de influências histórico-sociais que confinavam a profundidade da ruptura com o passado. O estatuto colonial foi condenado e superado como estado jurídico-político. O mesmo não se sucedeu com o seu substrato material, social e moral, que iria perpetuar-se e servir de suporte à construção de uma sociedade nacional” (Id, *ibid*:33).

Isso demonstra mais uma vez que, apesar dos distintos interesses que mobilizam os segmentos das classes dominantes, o ponto comum que unifica as classes e frações de classe dominantes, sem dúvida, é a sua perspectiva de preservação da ordem, isto é, a manutenção da estabilidade financeira, econômica, política e cultural, associado à exclusão das classes trabalhadoras e subalternas.

Desde o fim do Estado Novo, segmentos sociais, até então marginalizados, passaram a reivindicar o atendimento de seus interesses e necessidades e, nesse quadro, as instituições foram atravessadas pelas contradições de interesses burgueses acirrados diante daquela possibilidade. Assim, entre 1946 e 1964, ocorre um avanço no nível de organização e democratização obtido pelas diversas instituições da sociedade civil

(partidos, sindicatos, associações de classe) nas atividades políticas e culturais empreendidas nas lutas democráticas.

No entanto, o caráter autoritário do Estado e de outras instituições políticas persistia e era “contra esse ascenso, contra a metamorfose da massa em classe que cai toda brutalidade do Golpe de Estado de 31 de março de 1964. Tratava-se, mais uma vez, como em muitas ocasiões no passado, de bloquear o processo político e destruir as conquistas democráticas” (Ianni, 1985:91).

Desse modo, a instauração da ditadura militar contra as instituições democráticas formais se configurava como “um instrumento utilizado pelas classes e frações dominantes, associadas ao capital estrangeiro, para justificar e legitimar a perpetuação por meios não-democráticos de um modelo altamente explorador de desenvolvimento dependente”. Essa ditadura, inspirada na doutrina de segurança nacional e desenvolvimento, possuía uma teoria de guerra, uma teoria da revolução e subversão interna; uma teoria do papel do Brasil na política mundial e de seu potencial geopolítico como potência mundial; e um modelo específico de desenvolvimento econômico associado-dependente. A resultante desses elementos constituiu um mecanismo vigoroso, racional e eficiente de controle e dominação sobre a sociedade civil e suas instituições (Moreira Alves, 1989:23;26).

O objetivo primordial desse golpe consistia em ajustar o Brasil à nova divisão internacional do trabalho e derruir qualquer forma de resistência àquelas diretrizes, bem como fazer frente ao “espectro” da revolução e do comunismo. No entanto, a explicação para esse fato transcende o cenário nacional já que, em meados da década de sessenta, diante da profunda modificação na divisão internacional do trabalho em curso, os centros imperialistas, hegemônicos pelos Estados Unidos, promoveram uma sucessão de golpes de Estado especialmente em países do capitalismo periférico.

Nos países onde esse tipo de intervenção foi exitoso seus resultados gerais se tornaram visíveis: a afirmação de um padrão de desenvolvimento econômico associado subalternamente aos interesses imperialistas; a articulação de estruturas políticas que asseguravam a exclusão de sujeitos comprometidos com projetos nacional-populares e democráticos; e um discurso oficial e uma prática policial-militar anticomunista. A conjunção desse discurso e dessa prática ao nível interno se implementou através da doutrina da segurança total e a criminalização do dissenso político (o “inimigo interno”) e ao nível externo, no alinhamento no compromisso com Washington e na tese das “fronteiras ideológicas” (Netto, 1991:17-18).

Sendo assim, a ditadura militar no Brasil expressava uma crise de hegemonia do poder burguês na garantia das novas condições de desenvolvimento capitalista, deixando visível uma faceta da luta de classes nos âmbitos nacional e internacional. Além disso, o predomínio das classes e frações de classe dominantes sobre o Estado e a sociedade civil que destruiria as limitadas conquistas democráticas obtidas ainda no quadro da democracia liberal. Dessa forma, tais segmentos pretendiam assegurar o desenvolvimento capitalista e impedir o avanço do movimento operário que poderia se confrontar com esse modelo de desenvolvimento.

Todavia, é importante dizer que essa ditadura não se constituiu como um processo sem divergências, contradições e inflexões. Na verdade, havia uma permanente tensão entre projetos políticos que ao incorporar interesses contrários, nem sempre antagônicos, multipolarizam as forças sociais naquele quadro (Moreira Alves, 1989).

Deve-se enfatizar que o golpe de 1964 não se configurava como um acontecimento estritamente político ou político-militar, ele possuía raízes econômicas importantes que o tornaram viável: a deterioração das relações de troca que conduzia a economia brasileira a ingressar na etapa da industrialização de alto nível técnico, bem como na exportação de manufaturados; a reformulação e eliminação das defesas que viabilizaram a criação e expansão do setor industrial, no período da política de substituição de importações; também a reformulação do modo de inserção da economia brasileira na economia internacional. A necessidade de o Brasil buscar alto nível técnico exigia a associação crescente com as organizações que monopolizavam a tecnologia mais moderna nos países de industrialização avançada, nesse caso, as empresas multinacionais (Ianni, 1978).

Nesse sentido, esse golpe militar foi um dos resultados da redefinição sociopolítica e econômica em curso por parte de frações de classe burguesas, em conjunto com segmentos militares, que se contrapunham à “democracia populista” e às estruturas próprias do período Vargas.

Por outro lado, é importante observar que desde 1930 o Estado nacional vem atuando com sucesso como um vetor de desestruturação das classes trabalhadoras e subalternas através de diversos meios, de forma explícita ou velada, desde a repressão até a cooptação. Isso evidencia o fato de que o Estado tem servido historicamente como um eficiente instrumento contra a emergência, na sociedade civil, de protagonistas políticos portadores de vontades coletivas e projetos societários alternativos. Assim, o desenvolvimento capitalista no Brasil tem sido caracterizado pela heteronomia em relação

ao capitalismo internacional e pela exclusão das classes trabalhadoras e subalternas dos processos políticos decisórios no âmbito interno (Netto, 1991:19).

No período anterior ao golpe, os protagonistas políticos comprometidos com as forças democráticas, sobretudo aqueles vinculados às classes trabalhadoras e subalternas, contribuíram para a mobilização desses segmentos. Como se sabe, a revitalização do campo democrático e popular vinha ocorrendo desde o Governo Constitucional de Vargas, com a articulação de uma ação unitária no meio sindical e a colocação da bandeira das reformas de base que contestavam a peculiaridade histórica da sociedade brasileira, isto é, a concretização do capitalismo sem reformas e a exclusão das massas (Id, *ibid*).

Um fato novo no cenário nacional daquela época consistia na emergência de amplos segmentos da classe trabalhadora, urbanos e rurais, que estimulavam segmentos pequeno-burgueses (com destaque para os intelectuais) e sensibilizavam setores da Igreja Católica e até das Forças Armadas. Entretanto, essa mobilização política de setores democráticos e populares não remetia ao questionamento imediato da ordem capitalista, mas a modalidade específica de desenvolvimento capitalista adotado em nosso país. Por isso, não se constituía naquele momento na sociedade brasileira um quadro pré-revolucionário, a despeito de aspirações e demandas com conteúdos revolucionários, nitidamente classistas, sobretudo nas articulações do movimento operário e sindical. Essa mobilização política de segmentos sociais que se contrapunham à exploração imperialista e latifundista, acrescida das reivindicações em torno de uma participação cívico-política ampliada, apontavam para uma reestruturação daquele padrão de desenvolvimento econômico e para uma profunda democratização da sociedade e do Estado (Id, *ibid*:22).

Nesse quadro, a instauração do golpe militar de 1964 inaugura “um padrão compósito e articulado de dominação burguesa” e seu significado político e econômico imediato era claro, a derrota das forças democráticas, nacionais e populares. Mas, seu significado histórico-social era bem mais amplo - a derrota de uma alternativa de desenvolvimento econômico-social e político que poderia reverter o fio condutor da formação social brasileira. Esse golpe deflagrou uma dinâmica nova, especialmente na economia, mas também resgatou as piores tradições da nossa sociedade, como a heteronomia, a exclusão e as soluções “pelo alto”, por isso seu caráter foi indubitavelmente reacionário e antidemocrático (Id, *ibid*: 25).

Em suma, o golpe de 1964 se constituiu como uma aliança política civil-militar voltada para os seguintes objetivos: afastar o risco da tomada do poder pela esquerda ou por grupos nacionalistas favoráveis à política externa independente e à doutrina do “Brasil

potência”; controlar as conseqüências negativas da inflação, restaurando o seu caráter de técnica de poupança monetária forçada (inflação de rendimentos) e liquidando os mecanismos (“política de massas”) que a faziam funcionar como inflação de custos; reintegrar o Brasil no sistema capitalista mundial, segundo as determinações da estratégia baseada na hegemonia dos Estados Unidos e na hipótese de futura guerra total; restaurar a integridade e a integração dos poderes político e econômico, parcialmente dissociados no final do período da “democracia populista”. Portanto, os Atos Institucionais, a Constituição de 1967, a reforma da Legislação Trabalhista, a modificação da estrutura partidária, a reforma universitária, o controle das organizações sindicais e estudantis foram fatos relacionados e visavam derruir o modelo de desenvolvimento anterior e neutralizar as classes assalariadas e parte do empresariado brasileiro que o sustentaram (Ianni, 1978:150-151).

Até 1964, os interesses dos segmentos sociais se polarizavam entre os trabalhadores, as pequenas e médias empresas e os setores voltados para a substituição de importações. Após 1964, a condensação de interesses entre representantes do poder político, dirigentes dos grupos nacionais e das multinacionais, viabilizava a concentração do poder em torno das multinacionais que detinham o acesso ao mercado mundial de produtos e de capitais. Destarte, as determinações mais gerais do capitalismo foram mantidas e também a dependência histórica dos países periféricos (Singer, 1978:96).

No período posterior a 1974, o modelo vigente desde meados da década de cinquenta concretizado no tripé capital externo, capital privado nacional e financiamento estatal, começa a demonstrar sinais de esgotamento. E isso ocorre devido à crise do chamado “milagre” brasileiro que entre os anos de 1968 e 1971 acelerou o crescimento do PIB (Produto Interno Bruto). A explicação daquele período relativamente prolongado de crescimento com baixa inflação reside no modo como a repartição da renda foi “disciplinada” mediante uma “política salarial” rígida e centralizada que, do ponto de vista da acumulação capitalista, era muito eficiente; bem como pela crescente integração internacional das economias capitalistas que ocasionou mudanças na divisão internacional do trabalho proporcionando amplo influxo de capital externo (Id, *ibid*:10;15).

Entre 1974 e 1980, o Estado responde de maneira positiva à crise do petróleo, mas isso não impede a deflagração da grande crise da economia nos anos oitenta com o retorno da inflação, a elevação da dívida externa e a desestruturação do setor público. Naquele momento, uma das mudanças profundas que se realiza na dinâmica das forças sociais

consiste na fragmentação dos interesses da burguesia (agrária, industrial e financeira) e também dos interesses das classes trabalhadoras e subalternas.

Entre 1974 e 1979, os objetivos estratégicos do II Plano Nacional de Desenvolvimento consistiam, fundamentalmente, na ampliação da base do sistema industrial e no aumento do grau de inserção da economia nacional na divisão internacional do trabalho (Furtado, 1981:49). A realização desses objetivos colocava as bases sobre as quais a classe operária iria se ampliar e se fortalecer com manifestações que culminam em greves no final da década de 1970.

Na década seguinte, a economia brasileira e seu processo de industrialização, em face da nova divisão internacional do trabalho e da necessidade de conquista de novos mercados, sofrem profundas transformações. O mesmo vai ocorrer com outras economias de países periféricos onde o processo de industrialização também se acelera de modo crescente. Nesse quadro, numa conjuntura de revitalização do movimento operário, o debate em torno da estrutura sindical e da constituição de uma Central Sindical se configura. Ademais, ocorre uma divisão no interior do movimento sindical em 1983 com o surgimento da CUT e da CONCLAT; esta última se transforma em CGT em 1986 e, mais tarde, em 1991 se cria a Força Sindical.

No que concerne ao movimento sindical brasileiro, este tem sido atravessado por forças políticas divergentes que preconizam a organização dos trabalhadores no seio da estrutura sindical, por um lado, e a organização fora dessa estrutura, por outro. Esta última perspectiva emerge no fim de 1950 e início de 1960, e expressa a desconfiança de segmentos organizados dos trabalhadores desde o vínculo estabelecido entre o Estado Novo e a estrutura sindical oficial que serviu à repressão dos próprios trabalhadores. Deve-se enfatizar que todo o desenvolvimento posterior do movimento operário brasileiro está marcado por essa divergência em torno da estrutura sindical (Frederico, 1994:68).

Entre 1987 e 1989, a economia brasileira se caracteriza pelo aumento das taxas de inflação, pela estagnação da produção econômica e pelo desemprego que afeta um grande contingente de trabalhadores, contribuindo para arrefecer a organização e a intervenção do movimento operário no cenário nacional.

O declínio da ditadura militar e o processo de transição “democrática” com a chamada Nova República (1985-1989) induziriam as aspirações populares no sentido da melhoria das condições de vida, o que não se concretizou. Na verdade, em alguns casos estas condições até pioraram e isso em parte se explica pelo fato de que muitas dessas aspirações remetiam à necessidade de profundas *reformas estruturais* (ou reformas de

base) como a reforma agrária ou a reforma urbana que atingiriam diretamente os interesses de frações de classe burguesas, daí a sua não realização naquela época e tampouco no período mais recente.

Na dinâmica do processo de transição “democrática”, a proposta da Constituinte (1974) foi sendo esvaziada de seu conteúdo político progressista e, em face dessa situação, o movimento operário se dividiu em duas vertentes que preconizavam a luta democrática institucional, por um lado, e as reivindicações político-classistas, por outro (Frederico, 1994:75).

No período posterior à Nova República emerge a necessidade de gerir a crise das políticas econômicas adotadas pelo Estado até então, pois tanto os planos econômicos heterodoxos, como o Plano Cruzado (1986), quanto os ortodoxos, como os Planos Bresser (1987) e Verão (1989), não cumpriram sua meta de promover a estabilização monetária e financeira.

Na década de 1990, a economia brasileira sofre profundas modificações com a redefinição do peso econômico dos distintos segmentos capitalistas. Por um lado, o capital monopolista estatal e o capital monopolista privado nacional tendem a perder sua importância, o primeiro, através da privatização; o segundo, mediante a desnacionalização, o que favorece o capital monopolista externo (industrial ou financeiro). Esta redefinição do desenvolvimento capitalista no Brasil viabilizou o estabelecimento de múltiplos interesses monopolistas que contaria com a direção do capital bancário e a conjunção entre a empresa estatal, o capital privado nacional e o capital privado estrangeiro (Saes, 2001).

O processo constituinte de 1988 serviria efetivamente a esse novo arranjo sóciopolítico e econômico, por isso a democracia limitada que se configura naquele período não impediria a formação de governos como os de Fernando Collor de Mello ou Fernando Henrique Cardoso voltados prioritariamente ao atendimento dos interesses do capital financeiro internacional, o que pode ser demonstrado nas políticas de privatizações, desregulamentação, abertura econômica, desqualificação de direitos dos trabalhadores, etc. de ambos os governos (Id, *ibid*).

Nesse modelo de desenvolvimento (capitalista), o Estado brasileiro tem assegurado a realização de mudanças sociais nos limites do *status quo*, pois “ele contém o braço político e o braço militar da burguesia. Deve empenhar-se para que a ordem não sofra abalos e para que as classes dominantes não se vejam ameaçadas em sua capacidade de exercer em toda a plenitude a sua dominação de classe” (Fernandes, 1987:27).

Por outro lado, se evidencia que a adoção e implementação dessas políticas neoliberais, sob a chancela do capital financeiro internacional, não têm sido realizadas sem tensões e oposição, e estas se configuram tanto no seio do bloco de poder como na sua base popular de apoio (segmentos das classes médias e das classes trabalhadoras), particularmente, quando seus interesses específicos são atingidos.

A seguir, nos deteremos na explicitação e análise de alguns períodos sociopolíticos e históricos que se constituíram no terreno fértil do qual emergem as lutas pela defesa da democratização da sociedade e de projetos de desenvolvimento econômico e social e também o debate acerca da “questão democrática”⁶⁷.

2.1. O Período da “Abertura” Política: A Anistia e a Consolidação da Resistência Democrática

O início do processo de “abertura” política no Brasil ocorre no Governo Geisel, fruto de pressões da oposição organizada composta por lideranças políticas, segmentos da classe média (intelectuais e categorias profissionais), estudantes e setores da Igreja Católica que se contrapunham ao uso sistemático da tortura e as demais arbitrariedades praticadas pelo regime militar. Essa “abertura” seria definida pelo próprio Presidente como “lenta, gradual e segura”. Na prática, esse processo de “abertura” denominado a princípio “distensão”, seguiu um caminho tortuoso, com pequenos avanços e muitos recuos, sendo caracterizado pelo controle rigoroso dos militares que se opunham ao aprofundamento desse processo e à possibilidade da oposição chegar ao poder.

Nesse governo se considerou que a concentração do poder no aparelho repressivo por um período longo teria produzido efeitos negativos na hierarquia das Forças Armadas, distorcendo seus princípios básicos. Assim, para restaurar a hierarquia e combater esses efeitos, considerava-se necessário neutralizar a “linha dura”, amenizar a repressão e promover “a volta dos militares aos quartéis”.

A partir daí, o governo passou a travar no seu interior uma luta contra a “linha dura” e, ao mesmo tempo, permitiu que se realizassem as eleições de 1974 num clima de relativa liberdade, tendo os partidos acesso aos meios de comunicação como o rádio e a tevê. Os resultados das eleições surpreenderam o governo, na medida em que um considerável avanço do MDB se concretizou, sobretudo, nos grandes centros urbanos e nos

⁶⁷ Esse debate sobre a “questão democrática” no seio da esquerda brasileira será analisado mais detidamente no terceiro e último capítulo da nossa tese.

Estados mais desenvolvidos. No ano seguinte, o governo combinou medidas liberalizantes com medidas repressivas, isto é, a suspensão da censura aos jornais paralela a uma forte repressão direcionada especificamente ao PCB (que seria responsável pela vitória eleitoral do MDB).

Em meio a esses fatos, a prática de tortura contra pessoas consideradas “perigosas” ou “inconvenientes” ao regime teve continuidade: no ano de 1975, o jornalista da *Teve Cultura* de São Paulo Vladimir Herzog foi intimado a comparecer ao DOI-CODI (devido à suspeita de sua vinculação com o PCB) e de lá não saiu com vida. A versão dos militares para sua morte foi de suicídio por enforcamento mas, na verdade, se tratava de tortura seguida de morte. Esse fato provocou grande indignação em São Paulo, especialmente no seio da classe média profissional e de setores da Igreja, resultando na mobilização de segmentos da Igreja, OAB e ABI que objetivavam denunciar o uso sistemático da tortura e os assassinatos, ambos encobertos pelo regime (Moreira Alves, 1984).

Passados poucos meses, em janeiro de 1976, o operário metalúrgico Manoel Fiel Filho também foi vítima da repressão, perdendo sua vida em circunstâncias similares às de Herzog. Diante desse fato, Geisel substituiu o comandante do II Exército que foi conivente nesses casos. Com isso, a tortura nas dependências do DOI-CODI parecia ter cessado por algum tempo mas, em São Paulo, o clima de violência contra a população foi mantido (Id, *ibid*).

Por outro lado, o MDB acabou se transformando no canal político de expressão da grande maioria da população, integrando em seus quadros desde liberais até socialistas e comunistas. Nessa conjuntura, o partido obteve bons resultados nas eleições conquistando a Prefeitura de São Paulo e a maioria das Câmaras Municipais em 59 dos 100 maiores centros urbanos do país, apesar da Lei Falcão (de julho de 1976) impedir o acesso dos candidatos ao rádio e à tevê. A campanha eleitoral daquele ano contou com o apoio de estudantes, sindicalistas, advogados, entre outros, bem como de integrantes de organizações de base vinculadas à Igreja. Esses grupos estabeleceram uma conexão entre o MDB e a grande massa da população, reduzindo o problema da impossibilidade de se ter livre acesso ao rádio e à tevê para divulgar suas idéias e propostas (Boris Fausto, 2001).

A reação do governo ao êxito da oposição nas eleições foi colocar o Congresso Nacional em recesso e introduzir uma série de medidas denominada como “pacote de abril”. Uma dessas medidas consistiu na criação da figura do senador “biônico” que objetivava impedir que o MDB se tornasse majoritário no Senado.

Concomitantemente, em 1978, devido às pressões da sociedade civil organizada, o governo deu início a encontros com lideranças da oposição e de setores da Igreja, visando encaminhar a restauração das liberdades públicas. A partir de 1979, o AI-5 deixou de ter vigência e, por conseguinte, os direitos individuais e a autonomia do Congresso Nacional foram finalmente restaurados.

A despeito da dura repressão do regime aos sindicatos de trabalhadores urbanos e rurais, estes não foram totalmente desmantelados. No campo, a Contag (Confederação Nacional dos Trabalhadores Agrícolas) vinha intervindo autonomamente diante do governo e estimulando a organização de federações de sindicatos em todo o país, desde 1968. Naquele ano, o número de sindicatos rurais era de 625 e passou, em 1972, a 1.154; em 1976, a 1.745, e em 1980, a 2.144. Esse grande aumento do número de trabalhadores rurais sindicalizados após 1973 (cerca de 2,9 milhões em 1973 para 5,1 milhões em 1979) foi incentivado pela administração dos programas de previdência social através dos sindicatos (Boris Fausto, 2001:276).

Nesse novo cenário, emergiram lideranças combativas sob a influência da Igreja Católica, através da Comissão Pastoral da Terra (CPT), e as alternativas em torno da luta pela posse da terra ou da extensão dos direitos trabalhistas no campo que, no pré-64, haviam dividido as lideranças, adquiriam um conteúdo mais definido. A luta pela posse da terra seria mantida e até mesmo ampliada, as greves no campo iniciadas a partir de 1979 (como a de cortadores de cana de Pernambuco), despertariam o interesse da opinião pública. Por outro lado, surgiam sindicatos de trabalhadores de “colarinho branco” que abrangiam não só os bancários e professores, mas também médicos sanitaristas e outras categorias profissionais (Id, *ibid*).

No que se refere ao movimento operário, este emergiu no Governo Geisel com novo ímpeto e novas feições adotando uma postura autônoma diante do Estado, a partir do local de trabalho, organizando e ampliando comissões de fábrica. Desse modo, o sindicalismo do ABC nasceu e cresceu com características próprias, sendo as mais relevantes: sua maior autonomia em relação ao Estado, seu elevado índice de organização (em 1978 cerca de 43% dos operários eram sindicalizados) e a afirmação de seus líderes fora da influência do PCB, a chamada esquerda tradicional (Id, *ibid*).

Verifica-se então que, nesse momento histórico, o eixo combativo das classes trabalhadoras se deslocou das empresas públicas para a indústria automobilística - a grande concentração de trabalhadores em um pequeno número de unidades e a concentração geográfica do ABC paulista foram fatores importantes nessa guinada. Em São Bernardo do

Campo havia, em 1978, aproximadamente 125 mil operários na indústria mecânico-metalúrgica, com forte predominância de indústria automobilística, desse total, 67,2% se concentrava em empresas com mais de mil operários. Em 1976, na capital de São Paulo, havia no mesmo ramo industrial 421 mil operários, mas somente 20,8% se concentravam em empresas com mais de mil operários (Boris Fausto, 2001:276-277).

Esta revitalização do movimento operário estava diretamente relacionada à “abertura” política em nosso país. Este “novo” sindicalismo se constitui a partir do trabalho de organizações em que se destacavam lideranças operárias muitas vezes vinculadas à Igreja e aos advogados que atuavam no interior dos sindicatos de trabalhadores.

Um fato relevante a ser mencionado, nesse contexto, refere-se à admissão por parte do governo (em agosto de 1977) de que os índices da inflação de 1973 e 1974 haviam sido manipulados. Como esses índices regulavam o reajuste dos salários, constatou-se que os assalariados tinham sofrido uma perda de 31,4% em seus salários. Em face dessa situação, o Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo iniciou uma campanha para a correção dos salários que conduziu às grandes greves de 1978 e 1979, reunindo milhares de trabalhadores. Os metalúrgicos lideraram movimentos que abrangeram também outros setores. Em 1979, cerca de 3,2 milhões de trabalhadores entraram em greve no país - houve 27 paralisações de metalúrgicos, abrangendo 958 mil operários; simultaneamente, ocorreram 20 greves de professores, reunindo 766 mil assalariados. Estas greves visavam um amplo leque de reivindicações como aumento de salários, garantia de emprego, reconhecimento das comissões de fábrica e liberdades democráticas (Boris Fausto, 2001: 277).

Assim, a partir do sindicalismo urbano e rural, de setores da Igreja e da classe média profissional, surge o Partido dos Trabalhadores (PT)⁶⁸ que se propunha representar os interesses das amplas camadas de assalariados existentes no país baseando-se num programa de direitos mínimos e transformações sociais que conduziriam ao socialismo. O PT adotava uma postura contrária ao PCB e ao “culto” à União Soviética, ao mesmo tempo

⁶⁸ Hoje, para nós que fomos filiados e militantes do “falecido” Partido dos Trabalhadores, desde 1989, constitui um duro golpe assistir à degeneração desse partido nos últimos 10 anos, sobretudo, após chegar à Presidência da República (2002). É óbvio que os fatos tornados públicos nas denúncias de corrupção, tráfico de influência, compra de votos, etc., a partir de junho de 2005, estão intimamente relacionados, entre outros fatores, ao abandono dos princípios que fundaram e direcionaram o PT, como a bandeira da “ética na política” e a vinculação orgânica com as bases. Nessa direção, houve a superestimação da disputa eleitoral, o estabelecimento de alianças esdrúxulas, para dizer o mínimo, e a ascensão de uma burocracia totalmente descolada das bases. Assim, é lamentável e absolutamente inaceitável que tanto o PT quanto o Governo Lula tenham reproduzido as coisas abomináveis que historicamente fazem parte da prática política dos partidos e dos governos em nosso país.

evitava definir-se acerca da natureza do socialismo que defendia. Isso ocorria devido à existência de correntes políticas opostas em seu interior, por um lado, adeptos da social-democracia e, por outro, partidários da ditadura do proletariado. No campo sindical se estabeleceram laços estreitos entre o partido e o sindicalismo do ABC que se constituiu um dos centros mais importantes na formação do PT.

As diferenciações em torno de posicionamentos nos partidos e movimentos de oposição também se configuraram no campo sindical. Em agosto de 1981, a I CONCLAT (Conferência Nacional da Classe Trabalhadora) se realizou reunindo representantes de diversas tendências do sindicalismo brasileiro. Nesse evento duas correntes principais se definiram: uma delas, muito próxima ao PT, apostava em uma linha reivindicatória agressiva na qual a mobilização dos trabalhadores seria mais relevante do que o processo de abertura política, sendo seu núcleo impulsionador o sindicalismo do ABC; a outra, defendia a necessidade de restringir a ação sindical a lutas que não colocassem em risco o processo de abertura e não assumia uma clara definição ideológica, sustentando a relevância de conquistas concretas e imediatas para os trabalhadores - essa corrente abrangia sindicatos importantes, como o Sindicato de Metalúrgicos de São Paulo, controlados por sindicatos menos definidos politicamente e por membros do PCB e do PCdoB. Em 1983, o sindicalismo identificado com o PT fundou a CUT (Central Única dos Trabalhadores) sem a participação dos segmentos considerados moderados. Estes formaram a CGT (Central Geral dos Trabalhadores) em março de 1986. Desse modo, estabeleceram-se duas correntes sindicais com perspectivas opostas que se confrontariam ao longo dos anos (Boris Fausto, 2001:277).

Durante o ano de 1983, o PT assumiu como uma de suas prioridades a promoção de uma campanha pelas eleições diretas para Presidente da República. Sendo assim, pela primeira vez, a direção do PT se dispôs a integrar uma frente com outros partidos visando um objetivo político mais amplo. Um grande comício foi realizado em São Paulo, no mês de janeiro de 1984, após diversas manifestações, reunindo mais de 200 mil pessoas. A partir daí, o *Movimento pelas Diretas* - que envolvia além dos partidos políticos, organizações da sociedade civil - foi se convertendo em uma quase unanimidade nacional.

Na campanha pelas eleições diretas a população brasileira tinha como expectativas uma representação política autêntica e também a resolução de diversos problemas (salário insuficiente, inflação, segurança pública, o problema da terra, entre outros) que somente a realização daquela eleição não poderia equacionar, na verdade esses problemas demandavam reformas estruturais.

Entre o período da “abertura” política e o final da década de 1980, tanto o aparelho de Estado quanto o cenário político brasileiros não foram efetivamente desmilitarizados e, apesar das “medidas liberalizantes”, as Forças Armadas continuavam a deter o controle do processo decisório em última instância, como no Conselho de Segurança Nacional e no SNI. Na prática, essa situação debilitava o Legislativo (na figura do Congresso) através da vigência do “decurso de prazo” e dos decretos-lei (Saes, 2001).

Ademais, as autoridades executivas civis e o Congresso não abordavam temas considerados “tabus” (política nuclear, política de segurança, questões estratégicas, etc.), sendo estes reservados às Forças Armadas, além de auscultarem previamente, por vias diversas (“vazamento de opiniões militares” pela imprensa, por consultas diretas, etc.), a posição dos militares acerca de temas-chave oficialmente confiados aos civis (reforma agrária, medidas de reserva de mercado, calendário eleitoral, etc.). Em diversos Ministérios e Secretarias, as Forças Armadas estavam próximas aos segmentos civis do aparelho estatal através de assessorias de segurança e esta presença visava assegurar a influência dos militares na definição e implementação da política de Estado. Em suma, no Brasil, no final da década de 1980, as Forças Armadas continuavam intervindo paralelamente nos diversos ramos do aparelho estatal e controlando a certa distância o processo decisório mais amplo (Id, *ibid*).

Quando o General Ernesto Geisel foi empossado, em março de 1974, ainda havia um clima de euforia advindo dos anos do “milagre” econômico. A política econômica do seu governo ficou a cargo de Mário Henrique Simonsen, que substituiu Delfim Neto no Ministério da Fazenda, e de João Paulo dos Reis Veloso no Ministério do Planejamento. A primeira grande crise do petróleo havia ocorrido ainda no período Médici, em outubro de 1973, devido à Guerra do Yom Kippur, patrocinada pelos Estados Árabes contra Israel. Essa crise atingiu profundamente o Brasil que importava mais de 80% do total de seu consumo (Boris Fausto, 2001).

Nesse cenário, Geisel lançou o II PND (Plano Nacional de Desenvolvimento)⁶⁹ que objetivava completar o processo de substituição de importações modificando seu conteúdo. A preocupação do governo com o problema energético era evidente na medida em que

⁶⁹ O I PND havia sido formulado por Roberto Campos, em 1967, para reequilibrar as finanças e combater a inflação. Nesse momento, não se tratava mais de substituir a importação de bens de consumo, mas de avançar no caminho da autonomia no campo de insumos básicos (petróleo, aço, alumínio, fertilizantes, etc.) e da indústria de bens de capital. Boris Fausto, *op. cit.* 2001.

propunha o avanço na pesquisa do petróleo, o programa nuclear, a substituição parcial da gasolina pelo álcool e a construção de hidrelétricas.

O II PND estimulou os investimentos da grande empresa na produção de bens de capital e todo o sistema de incentivos e créditos do BNDE foi direcionado nesse sentido. A nova política econômica colocou no centro da industrialização brasileira a grande empresa estatal, com gigantescos investimentos a cargo do sistema Eletrobrás, da Embratel (telecomunicações) e de outras empresas.

As conseqüências do II PND em nosso país geraram uma grande controvérsia entre os economistas: por um lado, consideravam-no uma tentativa inoportuna de crescimento acelerado que serviu para adiar o ajuste da economia e agravar o problema da dívida externa; por outro, uma verdadeira mutação no ramo da industrialização brasileira pela qual se avançou de modo qualitativo no processo de substituição de importações (Boris Fausto, 2001).

Esse Plano foi atingido pela recessão internacional e pela elevação da taxa de juros, mas ele também tinha um problema de fundo, pois se adequava a um esquema de industrialização ultrapassado nos países do Primeiro Mundo devido às suas conseqüências negativas, como o consumo de muita energia e a poluição do meio ambiente (por exemplo, na indústria do aço, do alumínio, entre outras). Não obstante, a partir desse Plano algumas conquistas foram alcançadas na substituição de importações, especialmente com relação ao petróleo.

O Governo Geisel, de modo geral, apresentou bons resultados: o PIB cresceu na média anual em 6,7% e 4,2% no cálculo per capita entre 1974 e 1978; a inflação subiu em média 37,9%, no mesmo período. No entanto, havia muitos riscos nessa política como a contenção da inflação à custa de artifícios, por exemplo, na oferta de bens produzidos pelas empresas estatais a preço abaixo do custo tornando-as cada vez mais deficitárias. Além disso, a dívida externa crescia a cada dia conduzindo à busca de novos empréstimos; já a dívida interna começava a pesar por causa da correção monetária e o pagamento de juros elevados, comprometendo o orçamento da União. A indexação anual dos salários também contribuía para agravar o descontentamento dos assalariados com o governo (Boris Fausto, 2001:275).

No que tange à sucessão do Presidente Geisel, este conseguiu fazer seu sucessor, o General João Batista Figueiredo, derrotando o candidato do MDB Ulysses Guimarães no Colégio Eleitoral em 14 de outubro de 1978. Figueiredo foi chefe do Gabinete Militar no Governo Médici e chefe do SNI no Governo Geisel. Figueiredo tinha como tarefa dar

continuidade ao lento processo de “abertura” e, ao mesmo tempo, neutralizar a “linha dura” das Forças Armadas. De qualquer modo, constituía um paradoxo o fato de que o homem indicado para dar prosseguimento à “abertura” política tivesse sido o chefe de um órgão repressivo (Id, *ibid*:278).

No Governo Figueiredo houve tanto a ampliação da “abertura” política como o aprofundamento da crise econômica. O novo Presidente foi empossado em março de 1979 e durante o seu governo o processo de “abertura” política, iniciada pelo Governo Geisel, teve continuidade. Uma das primeiras e mais relevantes decisões do Governo Figueiredo foi política, apesar dos problemas econômicos serem urgentes naquele momento. Esta decisão dizia respeito à *Anistia*, questão vital para que o Brasil deixasse de lado o regime autoritário e reintegrasse na sociedade e na política os milhares de exilados políticos que haviam fugido do país ou sido perseguidos desde 1964. A oposição conseguiu mobilizar considerável apoio à questão da Anistia e, onde quer que se encontrasse uma multidão, bandeiras eram desfraldadas com a inscrição *Anistia Ampla, Geral e Irrestrita*. As mães, esposas, filhas e irmãs de presos e exilados políticos se destacavam pelo seu ativismo, tornando difícil para a “linha dura” do governo militar desacreditar o movimento. Posteriormente, o Cardeal Arns denominou a luta pela anistia como “a nossa maior batalha” (Skidmore, 1988:423-427).

Dessa forma, a revogação da maioria dos atos de banimento por Geisel, em dezembro de 1978, foi seguida pela promulgação da *Lei da Anistia* pelo Congresso, em agosto de 1979, pelo Governo Figueiredo. Foram beneficiados com essa lei todos os presos e exilados por crimes políticos a partir de 02 de setembro de 1961, mas ficaram excluídos os culpados por “atos de terrorismo” e de resistência armada ao governo. Foram restabelecidos também os direitos políticos daqueles que os haviam perdido devido aos atos institucionais. Por conseguinte, retornaram ao país grande número de exilados como Leonel Brizola, Luís Carlos Prestes, Miguel Arraes, Márcio Moreira Alves e Francisco Julião, juntamente com figuras-chave do PCB e do PCdoB que se encontravam na ilegalidade. Com o retorno dos exilados e a relativa liberdade de imprensa crescia a popularidade de Figueiredo na sociedade brasileira.

As lutas pela Anistia em nosso país floresceram desde a promulgação do AI-1 e o movimento em torno desta cresceu tanto que, já em 1978, o governo militar não podia mais ignorá-lo. Nesse contexto, houve passeatas, manifestações e comícios, bem como a pressão junto ao Congresso Nacional no sentido da criação de uma lei que concedesse anistia a

todos os presos políticos e a todos os cidadãos que tivessem sido banidos por motivos políticos.

A promulgação da Lei da Anistia, em 1979, foi resultante de intensas negociações entre a oposição e o governo, mas essa lei tinha seus limites: ela não concedia anistia aos envolvidos com a luta armada e nem a liberdade imediata aos presos políticos que tentaram reorganizar um partido legal; os servidores públicos, diplomatas, professores universitários e juízes poderiam retornar às suas atividades somente se houvesse um parecer favorável por uma comissão especial de inquérito; os militares expurgados por motivos políticos não poderiam reassumir suas funções, apesar de poderem receber o pagamento integral por aposentadoria ao invés de pensões parciais. Porém, o mais grave nessa lei foi o perdão incondicional aos integrantes do aparelho repressivo que estiveram envolvidos com a tortura. Esse dispositivo da lei configurava uma evidente vitória dos setores da “linha dura” e inviabilizava a possibilidade de denúncia criminal contra os acusados pela prática de tortura, bem como dificultava eventuais investigações sobre as atividades do aparato repressivo, ou seja, constituía de fato uma derrota para a oposição.

Apesar de suas limitações, a Lei da Anistia representou um efetivo avanço, pois, como aludido, tornou possível o regresso dos exilados e a recuperação dos direitos políticos dos líderes deles destituídos. Ademais, a modificação da Lei das Inelegibilidades permitiu a candidatura dos anistiados. Desse modo, as lideranças expurgadas do processo político puderam retomar suas atividades e os presos políticos foram sendo libertados após a análise individual dos casos. No entanto, a Lei da Anistia tinha poder apenas retroativo, o que não eliminava os processos em nome da lei de segurança nacional e a real possibilidade de novos presos políticos.

A despeito do reconhecimento da importância da promulgação da Lei da Anistia, uma conquista da sociedade civil organizada, o Movimento Pró-Anistia exigia a responsabilização daqueles que assassinaram cerca de 197 brasileiros desde 1964. Havia dossiês detalhados sobre muitos deles, inclusive relatos de outros presos que foram testemunhas oculares desses fatos. Nesse ponto, a oposição tocava justamente em uma questão complexa, ou seja, o receio dos militares de que uma investigação judicial pudesse um dia responsabilizá-los pela violação de direitos humanos concretizada na tortura e morte de opositores políticos⁷⁰.

⁷⁰ A reação da “linha dura”, nesse contexto, consistiu no fechamento da Revista *Veja* (março de 1979) devido a uma reportagem sobre supostos campos de tortura com fotografias, bem como a apreensão de exemplares do *Em Tempo*, um quinzenário esquerdista que, em meados de março, publicou uma lista de 442

Aparentemente, Figueiredo resolveu essa questão na Lei da Anistia beneficiando com o referido dispositivo tanto os responsáveis por delitos “políticos” quanto os que cometeram crimes “conexos”, ou seja, os opositores do regime militar torturados e os representantes do regime, seus torturadores. Como se sabe, após o fim do Estado Novo, em 1945, ocorreu algo similar na medida em que não houve qualquer investigação acerca dos “excessos” cometidos pelas forças da repressão contra a população (Skidmore, 1988).

Deve-se frisar que no processo de “abertura” política a “linha dura” das Forças Armadas se fez presente em uma série de atos criminosos como, por exemplo, a colocação de bombas em bancas de jornais e outras localidades. O ponto culminante desses atos foi a tentativa de explodir bombas num centro de convenções do Rio de Janeiro, em abril de 1981, onde se realizava um festival de música com milhares de jovens. Uma dessas bombas explodiu no interior de um carro ocupado por dois militares, um deles morreu no local e o outro ficou gravemente ferido. O governo conduziu uma investigação sobre o caso e apresentou uma absurda versão dos fatos, isentando os responsáveis. O pedido de demissão de Golbery da Casa Civil em agosto de daquele ano certamente estava relacionado à manipulação desse inquérito (Boris Fausto, 2001).

Apesar da impossibilidade de se processar os torturadores do regime, familiares e amigos de vítimas, as próprias vítimas e seus advogados se empenharam na divulgação dos fatos ocorridos naqueles anos sombrios. Nesse sentido, em maio de 1985, a Editora Vozes (vinculada à Igreja Católica) lançou o livro *Brasil: Nunca Mais* que consistia no relatório de um grupo de ativistas católicos de São Paulo sobre aquele período (1964-1979) e incluía os nomes das vítimas e de seus torturadores, junto com a época e o local da tortura, baseados em registros militares oficiais. Esse mesmo grupo de São Paulo publicou posteriormente uma lista contendo nomes de 444 policiais e também de oficiais das Forças Armadas envolvidos em atos de tortura. O objetivo dos autores consistia na máxima publicidade daqueles atos abomináveis para que estes não se repetissem no Brasil.

O interesse da opinião pública brasileira por essa questão vinha crescendo desde abril de 1985 quando nove dos membros das juntas militares que governaram a Argentina entre 1976 e 1982, inclusive os presidentes Videla, Viola e Galtieri, foram julgados pelas atrocidades cometidas sob suas ordens. Em 1984, a *Comissão Nacional sobre os Desaparecidos na Argentina* publicou um relatório com base em depoimentos das vítimas

supostos torturadores feita pelo Comitê de Solidariedade aos Revolucionários do Brasil e publicada em Portugal pelo Comitê Pró-Anistia Geral do Brasil. Skidmore, *op. cit.* 1988.

e suas famílias, além de outras testemunhas. Nesse documento denunciavam-se diversos crimes desde o furto de objetos de uso pessoal até a tortura, relacionando o desaparecimento de 8.960 pessoas. A tortura de presos políticos pelos militares na Argentina não diferia das atrocidades cometidas no Brasil pelos DOI-CODI, por Sérgio Fleury e pelo CENIMAR. Por isso, havia muita apreensão por parte dos torturadores brasileiros diante do desenrolar desses acontecimentos (Skidmore, 1988:514-15).

Entretanto, como o regime militar no Brasil causou menos mortes⁷¹ do que as ditaduras militares argentina e chilena houve uma reação menor por parte da sociedade e isso tornou mais fácil para os políticos da Nova República conviver com a Anistia de 1979 e os desobrigou também dos intermináveis questionamentos sobre quem processar e até onde estender as limitações da lei. Portanto, naquele momento, os militares e a polícia foram colocados fora do alcance da justiça.

No que se refere à política econômica do Governo Figueiredo, esta continuou sob o comando de Simonsen como Ministro do Planejamento. Todavia, depois de impor uma política de restrições no país e sofrer oposição de diversos setores, inclusive de empresários brasileiros e muitos integrantes do próprio governo, Simonsen foi substituído por Delfim Neto (agosto de 1979). O prestígio de Delfim Neto ainda era grande porque, naquele período, ele era reconhecido como o “homem do milagre” (Boris Fausto, 2001).

Mas, a situação naquele momento era muito diferente do período anterior, tanto ao nível nacional quanto internacional. No segundo choque do petróleo houve a elevação dos preços e o agravamento da balança de pagamentos. As taxas internacionais de juros continuaram a subir complicando ainda mais a situação; a obtenção de novos empréstimos se tornava cada vez mais difícil e os prazos para pagamentos diminuía.

Nesse quadro, Delfim Neto optou por uma política recessiva no final de 1980 que trouxe a restrição severa da moeda, o corte de investimentos estatais, o aumento das taxas de juros internos e o declínio dos investimentos privados. Nos três anos seguintes, o PIB declinou em média 1,6%. Os setores mais prejudicados foram as indústrias de bens de consumo durável de capital que se concentravam nas áreas mais urbanizadas do país, gerando desemprego (Boris Fausto, 2001).

Mesmo com todos esses sacrifícios impostos à sociedade brasileira, a inflação não declinou de modo significativo. Em 1980, o índice anual era de 110,2%, chegou a cair para

⁷¹ O número de brasileiros mortos por tortura, assassinato e “desaparecimento” sob o regime militar entre 1964-1981 seria de 333, incluindo 67 mortos na guerrilha do Araguaia em 1972-1974. Na Argentina, seriam cerca de 8.960 mortes e “desaparecimentos”, mas muitos observadores informam que o total verdadeiro seria de 20.000 pessoas. Skidmore, T. *op. cit.* 1988:516.

95,2% em 1981, mas voltou a subir para 99,7% em 1982. Configurou-se então naquela fase um quadro de “estagflação”, isto é, a combinação de estagnação econômica com inflação. Desse modo, em 1983, com suas reservas em dólares esgotadas, o Brasil precisou recorrer ao FMI para obter empréstimos. A receita do FMI consistia em melhorar as contas externas do país e, ao nível interno, cortes de despesas e a compressão ainda maior dos salários. Houve uma série de discordâncias entre o Brasil e o FMI. No Brasil, havia pressões contra as medidas restritivas e os pagamentos dos juros das dívidas; no FMI, a insatisfação com o não cumprimento do acordo. Nesse cenário, o FMI não concedeu novos prazos para o pagamento da dívida e nem taxas mais baixas de juros (Boris Fausto, 2001).

Não obstante, os esforços do governo brasileiro para melhorar as contas externas foram exitosos na medida em que a economia foi reativada a partir de 1984. Isso ocorreu, particularmente, devido ao crescimento das exportações destacando-se os produtos industrializados. A queda do preço do petróleo contribuiu para que este não pesasse tanto no conjunto das importações. Acresce-se a esse fato, a redução da importação do petróleo e de outros produtos devido aos investimentos concretizados a partir do II PND. Mas, a inflação ainda continuava subindo e interferindo negativamente na economia nacional. Quando Figueiredo deixou o governo, no início de 1985, a situação do país era de temporário alívio com o retorno do crescimento. Apesar disso, o balanço daqueles anos não se mostra nada positivo: a inflação se elevou de 40,8% em 1978, para 223,85 em 1984, e, nesse mesmo período, a dívida externa cresceu de US\$ 43,5 bilhões para US\$ 91 bilhões (Id, *ibid*).

2.2. A Nova República: A Transição

No Brasil, a chamada Nova República foi consequência de um acordo entre segmentos moderados da oposição democrática e dissidentes do regime militar sob circunstâncias muito complexas, particularmente para um Presidente, como José Sarney, que assumia o governo num período de grave crise econômica e social sem um plano de governo concreto e sem legitimidade⁷². Nesse quadro, vários tipos de pressão se

⁷² José Sarney era uma figura marcada por anos de vínculos com os militares, não integrando o PMDB (o partido da oposição consentida pelo regime). Antes da eleição, havia restrições ao seu nome devido ao fato dele se constituir em uma das principais figuras do PDS (o partido de sustentação da ditadura) sendo inclusive eleito senador e presidente da Casa por essa legenda. Por isso, seu nome tinha pouco ou nada a ver com a bandeira da democratização levantada pela oposição. Mas, como a Frente Liberal decidiu por Sarney, o PMDB acabou aceitando seu nome. Dessa forma, a 15 de janeiro de 1985, Tancredo Neves e Sarney foram eleitos dando a vitória à oposição, ainda que por caminhos tortuosos. Com a morte de Tancredo, devido a

configuravam tanto da parte de forças heterogêneas integrantes do governo que visavam o controle desse processo, quanto de segmentos da oposição que preconizavam uma democratização mais ampla para o país.

Esta transição política poderia ser definida como um caso bem sucedido de transição “pactada”, “por continuidade”, ou “sem ruptura” que foi possível devido ao relativo êxito econômico obtido pela ditadura militar no Brasil e pelo seu caráter menos repressivo, se comparado a outros países como a Argentina ou o Chile que também sofreram com regimes ditatoriais militares. A resultante disso foi que os militares “saíram” do cenário nacional sem de fato terem abandonado o seu centro político na configuração do novo governo civil. Esta continuidade produziu bloqueios muito graves para a dinâmica da transição e para a adoção de políticas públicas que atendessem efetivamente às principais expectativas populares que emergiram na fase mais avançada desse processo (Moisés, 1989:149).

Portanto, a *continuidade* com o regime militar foi a marca dessa transição política remetendo ao controle e à restrição das reformas propostas e implementadas segundo os interesses das Forças Armadas. Nesse sentido, podemos citar como exemplos a manutenção da legislação eleitoral do período anterior, a reprodução e inserção do antigo pessoal do corpo político e administrativo no novo governo civil e a indefinição quanto ao tempo de duração desse novo governo. Diante desses fatos, se evidencia claramente um rearranjo sociopolítico e econômico em vez de uma ruptura com a ditadura militar (Saes, 2001; Moisés, 1989).

Apesar disso, no Governo Sarney houve uma série de leis voltadas à restauração de instituições políticas democráticas: o restabelecimento de eleições diretas para a Presidência da República, para os Governos Estaduais e as Prefeituras de todos os municípios; a indicação de uma Assembléia Constituinte; a instituição do direito de voto dos analfabetos; a legalização de todos os partidos políticos, inclusive o PCB e o PCdoB; o fim da censura política e a anistia para todos os dirigentes sindicais destituídos de seus cargos desde 1964. Mas, concomitante a essas medidas, houve outras que demonstravam a referida continuidade com o passado - este foi o caso do SNI que, além de não ser extinto, ainda recebia recursos substanciais do governo (Boris Fausto, 2001; Skidmore, 1988).

problemas de saúde, Sarney assumiria o cargo de Presidente da República. Kinzo, M.D.G. A Democratização Brasileira - Um Balanço do Processo Político desde a Transição. São Paulo. *Revista São Paulo em Perspectiva*, 15 (4), 2001.

Quando Sarney assumiu o governo, a situação da economia brasileira era menos grave do que a do período anterior. O saldo da balança comercial de US\$ 13,1 bilhões se devia à queda das importações e ao avanço das exportações, e esse saldo viabilizava o pagamento dos juros da dívida externa. Também foram acumuladas reservas em torno de US\$ 9 bilhões no final de 1984. Dessa maneira, o governo podia negociar com os credores externos e se poupar de ir ao FMI, concentrando-se no acordo direto com os bancos credores privados. No entanto, o problema das dívidas externa e interna subsistiria a longo prazo, bem como o problema da inflação que chegaria aos índices dramáticos de 223, 8% em 1984, e 235,5% em 1985 (Boris Fausto, 2001:286).

O Ministro da Fazenda nessa época era Francisco Dornelles e este adotaria uma receita ortodoxa para o combate da inflação. Mas, as pressões contrárias a uma política de austeridade nos gastos públicos e a competição por cargos estratégicos no governo resultariam na demissão de Dornelles no final de agosto de 1985. Dornelles foi substituído por Dílson Funaro, presidente do BNDES, que mantinha contato com economistas vinculados a Universidades e era resistente às fórmulas recessivas para o enfrentamento da inflação. Quando Funaro e o Ministro do Planejamento João Sayad assumiram a política econômica⁷³, o Governo Sarney enfrentava uma grave crise política, pois cresciam as disputas partidárias, havia acusações de favoritismo a amigos pessoais e a grupos econômicos e se configurava a imagem de um Presidente que somente favorecia interesses particulares.

Visando o enfrentamento dessa crise, o Presidente Sarney anuncia o Plano Cruzado através de uma rede nacional de rádio e tevê (em 28 de fevereiro de 1986): o cruzeiro seria substituído pelo cruzado, considerado uma moeda forte, na proporção de 1.000 por 1; a indexação seria abolida; os preços e a taxa de câmbio seriam congelados por prazo indeterminado e os aluguéis por um ano; o reajuste do salário mínimo seria corrigido pelo valor médio dos últimos seis meses, acrescido de um abono de 8%, com reajustes

⁷³ Havia muitas críticas às medidas econômicas do governo, um grupo de economistas da PUC/RJ se opunha à tese de que a contenção das atividades econômicas e a redução do déficit do Estado resultariam necessariamente na queda da inflação. Para tanto, utilizavam o exemplo da recessão de 1981/1983, quando o país regrediu com elevado custo social e a inflação não foi reduzida de modo significativo. Tal exemplo contrastava com o de países desenvolvidos onde a recessão, apesar de seus inconvenientes, constituía um instrumento eficaz para combater a inflação. Questionavam por que isso ocorria e o argumento central era de que uma economia indexada como a do Brasil, a inflação passada ficaria embutida na futura como “inflação inercial”. Desse modo, se configuraria um círculo vicioso de onde somente seria possível sair com a quebra do mecanismo da indexação. Essa quebra só seria eficaz por meio de uma “terapia de choque” que eliminaria a correção monetária e estabeleceria uma moeda forte. Essa proposta vinha ao encontro dos interesses do governo que objetivava restaurar sua credibilidade e seu prestígio. Boris Fausto, *op. cit.*, 2001.

automáticos sempre que a inflação chegasse a 20%. Nesse cenário, se instala um clima de grande otimismo em nosso país. Contudo, passado o primeiro impacto de entusiasmo pelas novas medidas adotadas pelo governo, o Plano Cruzado começa a mostrar problemas. De fato, esse Plano foi lançado em um momento de expansão das atividades econômicas e resultou em aumentos reais de salário, mas o congelamento de preços trouxe uma verdadeira corrida ao consumo, desde a carne e o leite até os automóveis e as viagens ao exterior, por conseguinte, o congelamento começou a ser desrespeitado. Um outro problema foi o desequilíbrio das contas externas ocasionado por um impulso a importações advindo do fortalecimento artificial da moeda brasileira (Boris Fausto, 2001:288).

Nesse período, diversos segmentos sociais demonstravam interesse em encaminhar suas reivindicações por melhores condições de vida através daquele incipiente processo democrático que emergia e isso fazia crescer a mobilização política em torno de várias questões: os sindicatos se uniram e 230 deles criaram o DIAP (Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar) visando influenciar os parlamentares em Brasília na defesa dos interesses dos trabalhadores nas votações; os milhares de mutuários em atraso com o BNH suspenderam o pagamento de suas hipotecas como forma de protesto contra as taxas de indexação aplicadas às suas prestações; os empregados de dois bancos do Rio Grande do Sul que haviam declarado falência em 1985 se organizaram em uma caravana e foram à Brasília conseguindo persuadir o Congresso a intervir no problema; também foi criado o Movimento de Defesa dos Contribuintes, em meados de 1985, que logo se transformaria em plataforma para pequenos empresários que se sentiam lesados pelas reformas tributárias do Governo Sarney; por fim, houve um outro movimento liderado por empresários do Rio Grande do Sul e de São Paulo que tinha uma base mais ampla e apresentava suas reivindicações e críticas ao governo (Skidmore, 1988; Boris Fausto, 2001).

A Nova República denotava problemas desde sua gênese, dentre eles a debilidade dos partidos políticos, sua manipulação por personalidades fortes e também a colocação de interesses privados acima dos interesses públicos. Além disso, havia outras práticas discutíveis no Congresso Nacional, como o pagamento de um *jeton* ao deputado ou senador que comparecesse às sessões, mais tarde pago ao parlamentar independentemente de sua presença; também a votação de um parlamentar por outro que estivesse ausente, este apertava ao mesmo tempo o seu botão e o do colega durante uma votação eletrônica. A imprensa publicou fotos desses deputados (“pianistas”) que votavam duas vezes e houve muitas críticas a tal fato. Acresce-se a isso os casos de nepotismo, isto é, a nomeação de

parentes e amigos pelos parlamentares tanto na esfera federal quanto na estadual. Ademais, durante todo o ano de 1985, o Congresso não votou leis vitais, como as medidas destinadas a resgatar poderes legislativos fundamentais, particularmente orçamentários, apropriados pelos governos militares, e deixou intocadas as principais leis autoritárias do regime anterior, como a Lei de Imprensa, a Lei de Segurança Nacional ou o Decreto 1077 que autorizava a censura prévia (Skidmore, 1988).

Quando se realizaram eleições em novembro de 1986, o Plano Cruzado já havia fracassado, mas isso ainda não era do conhecimento do grande público. Após as eleições, houve aumento das tarifas públicas e dos impostos indiretos contribuindo para o retorno da inflação. A crise das contas externas conduziu o Brasil à moratória em fevereiro de 1987, sendo esta recebida com indiferença tanto ao nível interno quanto externo. Dessa forma, passada a euforia pelo Plano Cruzado emergia um clima de decepção e desconfiança por parte da opinião pública quanto aos rumos da economia brasileira.

Não obstante, estas eleições demonstravam que o PMDB e o Governo Sarney ainda mantinham um grande prestígio elegendo os governadores de todos os Estados (exceto o de Sergipe) e conquistando a maioria absoluta na Câmara dos Deputados e no Senado. Nas eleições municipais de novembro de 1985, o PMDB havia sido vitorioso em 19 das 25 capitais e em 110 das outras 201 cidades, o que parecia surpreendente. No entanto, o partido perdera em 04 das mais importantes capitais do país, em São Paulo, no Rio de Janeiro, em Porto Alegre e no Recife.

Nessas eleições, a maioria do eleitorado votou no centro e centro-esquerda, e o populismo ressurgiu nas figuras de Leonel Brizola e Jânio Quadros, dois políticos anteriores a 1964. Por outro lado, também houve a volta da direita com certo ímpeto por meio da UDR (União Democrática Ruralista), uma aliança entre proprietários rurais que se opunham à reforma agrária; o voto se tornava cada vez mais polarizado e ideológico e essa tendência se confirmava no surgimento do “novo” sindicalismo e do Partido dos Trabalhadores, bem como no crescimento de grupos não partidários organizados como as CEBs (Comunidades Eclesiais de Base), os sindicatos independentes e algumas categorias profissionais (Boris Fausto, 2001).

Com relação às pressões dos militares no início da Nova República, estas foram mais fortes onde já se esperava, isto é, nas medidas que afetavam diretamente as Forças Armadas. Um exemplo disso foi a lei aprovada pela Câmara dos Deputados em outubro de 1985 que anistiou 2.600 oficiais do Exército, da Marinha e da Aeronáutica, cassados ou demitidos entre 1964 e 1979. Além de receber todos os atrasados, os oficiais poderiam

retornar aos seus postos com a patente devida se tivessem sido regularmente promovidos. Houve reação imediata das Forças Armadas vetando a referida lei sob a alegação de que se isso fosse cumprido o caos se instalaria. Já em outras questões os militares foram vencidos, como na lei sobre o registro dos partidos políticos que, como mencionado, trouxe à legalidade o PCB e o PCdoB e também o reatamento das relações diplomáticas com Cuba (suspensas desde 1964) que se concretizou em julho de 1986 (Id, *ibid*).

Uma outra implicação do processo constituinte foi o fortalecimento do Executivo diante do Legislativo manifesto na criação de um instrumento mais poderoso que o antigo decreto-lei, isto é, a *medida provisória*. Dessa forma, a nova democracia brasileira se encontrava limitada por uma combinação complexa de resquícios da ditadura militar e de dispositivos constitucionais que contribuíam para a implantação de um hiperpresidencialismo capaz de sufocar a ação parlamentar das diversas forças políticas, algo incomum nas democracias ocidentais dos países capitalistas do chamado Primeiro Mundo. Além do mais, foi mantida a prerrogativa das Forças Armadas de intervir politicamente para “assegurar a ordem” sem prévia autorização do Congresso e garantida a presença destas no conjunto do aparelho de Estado brasileiro (não só nos setores especificamente militares). Deve-se frisar que em países capitalistas ocidentais do Primeiro Mundo temas como a questão nuclear, a política de fronteiras, etc., são responsabilidade e competência exclusivas do Parlamento, não das Forças Armadas como ocorre no Brasil (Saes, 2001).

Não obstante, as reformas políticas implementadas nesse processo, ainda que insuficientes para liquidar o caráter ditatorial do Estado, contribuíram para o desenvolvimento da organização das classes trabalhadoras manifesto no crescimento do “sindicalismo combativo” e “antipelego”, também para a experiência propriamente político-partidária das massas, na transição de um trabalhismo populista e “pelego” peculiar ao antigo PTB para um trabalhismo “autêntico” tendencialmente expresso no PT, e finalmente, para o trabalho organizacional e de propaganda empreendido pela esquerda marxista (Id, *ibid*).

No que concerne aos procedimentos que nortearam a Assembléia Constituinte, uma outra abordagem (Kinzo, 2001:08) sustenta que o resultado desse processo teria se mostrado muito mais democrático do que poderia se esperar de um processo controlado como foi o caso brasileiro e, nessa direção, ressalta seus aspectos principais: uma estrutura descentralizada que garantia a participação dos parlamentares nas diversas fases da constituinte e a participação dos representantes da sociedade civil, seja de forma direta,

através de demandas e sugestões na fase de trabalho de subcomissões, ou indireta, por meio de pressões para aprovação de suas propostas no plenário, além da ampla cobertura de toda a imprensa.

Nessa perspectiva, a Constituição de 1988, apesar de suas deficiências, configurou um significativo avanço para a sociedade brasileira que poderia ser demonstrado na garantia de todos os mecanismos da democracia representativa e os da democracia direta (como o plebiscito, o referendo e o direito de apresentar um projeto de lei oriundo da iniciativa popular); na descentralização do poder com o fortalecimento do Legislativo, do Judiciário e dos municípios e também na liberdade de organização partidária; no reconhecimento e na garantia de direitos individuais, direitos das chamadas minorias (com a introdução de penalidades rigorosas para discriminações contra mulheres e negros) e direitos coletivos (como os trabalhistas), e no estabelecimento de padrões de proteção social sob um modelo mais igualitário e universalista. No entanto, algumas questões importantes permaneceram intocadas como, por exemplo, o problema da terra, a prerrogativa de intervenção dos militares numa eventual crise política e a manutenção de traços peculiares à estrutura corporativa de representação de interesses (Kinzo, 2001:08).

A possibilidade de superação da ditadura militar em nosso país através de um processo “pacífico”, de uma transição concretizada em rupturas parciais e progressivas “negociadas” e não de uma ruptura “única” e “explosiva”, estimulava segmentos da esquerda brasileira entre o final dos anos setenta e início dos anos oitenta. Mas, nem todos os sujeitos políticos que se empenharam nessa direção consideraram, naquele momento, o risco contido nessa forma de transição “negociada” que não rompia com os traços autoritários e excludentes peculiares ao modo tradicional de se fazer política no Brasil. O triunfo dessa transição “fraca” consistia em uma das alternativas possíveis. A esta se contrapunha a possibilidade de uma transição “forte”, isto é, uma efetiva ruptura com a ditadura e com toda a herança elitista e excludente de nossa história política, que conduziria a uma radical renovação democrática de nossa sociedade. Esse outro modo de transição (“forte”) resultaria da hegemonia das forças que pressionaram pela abertura a partir “de baixo”, da sociedade civil - o “novo” sindicalismo, os novos e antigos partidos populares, inclusive parte do PMDB pré-“Nova República”, os setores progressistas da Igreja Católica, etc. (Coutinho, 1992:54-55).

No que se refere ao processo sociopolítico brasileiro entre 1978 e 1988, este foi marcado por insuficiências e contradições manifestas na defasagem entre “intenções” e resultados dos diversos sujeitos envolvidos, não se constituindo como o cumprimento

gradual de um único projeto, mas se prestando a objetivos políticos múltiplos e heterogêneos de diversos segmentos sociais⁷⁴. Nesse quadro, a revitalização do movimento sindical operário, entre 1979 e 1980, contribuiria para desviar a classe média liberal da luta pela democratização do Estado e do regime político burguês, bem como para atenuar suas críticas à política econômica. Assim, a resultante final desse processo foi um conjunto de reformas políticas que não correspondia de forma integral à plataforma democrática burguesa, nem às disposições iniciais das outras frações das classes dominantes contrárias a essa plataforma e tampouco às aspirações das classes trabalhadoras⁷⁵.

2.3. A Democratização e sua Trajetória Problemática: de Collor a Cardoso

Desde a segunda metade da década de 1980 foi se definindo progressivamente o estabelecimento de um novo arranjo interno no sistema hegemônico de interesses capitalistas monopolistas. Nesse novo arranjo interno se destacam duas características fundamentais: o capital financeiro internacional passa a direcionar o sistema de interesses monopolistas e não mais o capital puramente bancário, em grande parte nacional; o “tripé” fundamental da economia brasileira pós-64 se desfaz, os interesses vinculados à preservação da empresa estatal e da empresa monopolista privada nacional passam a ser cada vez menos relevantes no processo decisório do Estado. Na década seguinte, se constitui uma nova fase na economia brasileira na qual se reiteram suas características de economia capitalista, monopolista e dependente, por um lado, e a redefinição do peso econômico dos distintos setores capitalistas, por outro. Dessa forma, o capital monopolista estatal e o capital monopolista privado nacional tendem a perder peso econômico, o primeiro, através da privatização; o segundo, através da desnacionalização, em benefício do capital monopolista estrangeiro industrial ou financeiro (Saes, 2001).

Assim, se redefine a direção do desenvolvimento capitalista no Brasil que trouxe, no plano político, uma nova organização interna do sistema de interesses capitalistas que

⁷⁴ Os segmentos sociais supramencionados são: a grande burguesia monopolista (nacional ou estrangeira) e os latifundiários que apoiavam a ditadura militar; a classe média liberal que aspirava pela redemocratização efetiva do Estado e do regime político; a média burguesia nacional que esperava que a própria ditadura militar reorientasse sua política econômica numa direção nacionalista e antimonopolista; e as classes trabalhadoras na cidade e no campo que se contrapunham abertamente à política social e salarial do governo e, indiretamente, ao caráter ditatorial da forma de Estado e do regime político. Décio Saes. *op. cit.* 2001.

⁷⁵ A certa altura essas reformas passaram a receber o apoio de segmentos, como a burguesia monopolista e imperialista, antes contrários às reformas e isso se deve à tentativa destes segmentos em cristalizar tais reformas para impedir seus possíveis desdobramentos em novas transformações políticas e econômicas. Id, *ibid*, 2001.

exercia, desde 1964, a hegemonia no seio do bloco de poder. Tal redefinição permitiu o estabelecimento de múltiplos interesses monopolistas que marcaria os anos posteriores.

Um fato marcante no final da década de 1980 consiste na realização das primeiras eleições diretas para Presidente da República (1989), objeto de amplas aspirações populares, onde tivemos duas candidaturas que polarizaram de um lado as forças conservadoras e de outro as forças progressistas e democráticas da sociedade brasileira, respectivamente, Fernando Collor de Mello e Luis Inácio Lula da Silva.

Com a derrota da proposta democrática e progressista naquelas eleições, esvaziou-se uma oportunidade inédita para que a representação de um novo projeto societário fosse vitorioso através das urnas. Conseqüentemente, se desencadeou um processo de desmobilização e refluxo de movimentos da sociedade civil.

A partir da vitória de Collor houve a introdução da política neoliberal em nosso país que se caracteriza pela recessão, pelo arrocho salarial, pelo empobrecimento da grande maioria da população e pelo ataque aos direitos e garantias conquistados pelas lutas dos trabalhadores. Nessa direção, o governo Collor deu início à privatização de estatais e ao ajuste das contas públicas, bem como à quebra do poder dos sindicatos e de outras organizações das classes trabalhadoras.

Quando Collor foi empossado, em 1990, iniciou-se o desmonte do Estado nacional mediante a adoção do ideário neoliberal. As drásticas medidas econômicas desse governo decretadas imediatamente à posse do Presidente (a interferência arbitrária na poupança popular e nos investimentos financeiros; a ampla liberalização comercial) logo se mostraram ineficazes para conter a crise econômica e social pela qual o país passava conduzindo à perda do apoio da população (Kinzo, 2001:09). Em meio a esse processo houve atitudes inconstitucionais, escândalos e denúncias de corrupção contra o governo que conduziram ao *impeachment* de Collor, um fato inusitado na nossa história.

Como mencionado, desde que Collor assumiu foi se estabelecendo uma desarticulação generalizada na sociedade civil e a apatia parecia tomar conta de todos os segmentos sociais. Mas, a partir daquelas denúncias em 1992 e do avanço das investigações, o povo voltou às ruas exigindo a moralização do país e a saída do Presidente que até então subestimara as denúncias e as investigações em curso, “sua última jogada, ajudou-o a perder o poder. A CPI já tinha revelado quase todos os escândalos que rondavam a Casa da Dinda, mas o povo ainda não ia às ruas pedir o *impeachment*. Collor acreditava que as investigações não tinham respaldo popular e foi à tevê solicitar à população que demonstrasse seu apoio vestindo verde-amarelo nas ruas. Resultado:

reeditou as grandes passeatas, cobrindo o país de negro. Estudantes reviveram os anos rebeldes e estimularam a votar sim” (Jornal do Brasil, 30/09/92).

Dessa forma, em outubro de 1992, durante uma sessão histórica no Congresso Nacional, decretava-se o *impeachment* do Presidente Collor, após 930 dias de mandato e muitas denúncias de corrupção. O *impeachment* foi possível devido às graves denúncias de corrupção em seu governo seguidas por uma expressiva mobilização popular e a ação decisiva do Congresso em enfrentar aquela crise política. Após esse fato, assumiu o governo o Vice-Presidente Itamar Franco (político vinculado ao PMDB) e nos dois anos que se seguiram foram mantidas as tendências do período anterior, mas com evidente diferenciação ética⁷⁶. Como aquele era um governo de transição, seu principal objetivo consistia em manter a tranquilidade no país entre o trauma e a absoluta novidade histórica do *impeachment* e as eleições presidenciais que se realizariam em 1994, por isso uniu em torno de si diversas forças políticas (Negrão, 1998).

Ainda nesse governo, o então Ministro da Economia Fernando Henrique Cardoso implementou o Plano Real que trouxe a queda da inflação e a estabilização da economia. E esses fatos alavancaram a candidatura de Cardoso à sucessão presidencial, configurando uma alternativa à provável vitória da candidatura da esquerda encabeçada novamente por Lula, do Partido dos Trabalhadores⁷⁷ que no segundo turno da eleição presidencial alcançou cerca de 31 milhões de votos contra os 35 milhões de Collor.

Em torno da candidatura de Cardoso, intelectual reconhecido e de passado comprometido com as lutas democráticas da sociedade brasileira, formou-se uma ampla coalizão conservadora e de partidos do centro à direita e seu vice ficou a cargo do Partido da Frente Liberal (PFL). Ainda havia o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) e outros partidos menores e o explícito apoio da grande burguesia (Fiesp), dos grandes proprietários rurais e dos grandes meios de comunicação, destacando-se a Rede Globo (Negrão, 1998). A campanha eleitoral de Cardoso foi pautada em promessas na área social (saúde, educação, emprego, agricultura, segurança) dando-lhe a vitória sobre a candidatura de Lula em 1994. No seu governo, Cardoso se empenhou eficazmente em dar continuidade ao

⁷⁶ É importante destacar que no período do Governo Itamar Franco não houve nenhuma privatização, pois o Presidente assumia uma postura clara e favorável à defesa do patrimônio público e nacional.

⁷⁷ Como mencionado, a vitória do PT finalmente concretizada no Governo Lula em 2002 não significou uma mudança de rumos na política e na economia, ao contrário, houve o aprofundamento das medidas adotadas por Cardoso (em conformidade com o receituário neoliberal), associado às denúncias de corrupção, tráfico de influência, compra de votos, etc. (junho de 2005), reproduzindo e reiterando práticas detestáveis que historicamente têm caracterizado os partidos e os governos no Brasil.

referido desmonte do Estado nacional, iniciado por Collor, que faz parte da agenda neoliberal (Lesbaupin,1999).

O Governo Cardoso tinha como eixo central a necessidade de estabilização da moeda e o controle da inflação, que seriam condições essenciais para “o resgate da dívida social” em nosso país. Para tanto, preconizava as chamadas “reformas estruturais” que incluíam a reforma da Previdência Social, as reformas administrativa e fiscal, o aprofundamento do processo de privatização das estatais e a atração de recursos externos. Nessa perspectiva, o Estado brasileiro ficaria mais “enxuto”, sairia da crise e retomaria o crescimento econômico, solucionando os problemas sociais. Tais elementos podem ser claramente identificados com a fórmula do *Consenso de Washington* (versão americana da globalização neoliberal) que, a princípio, tinha caráter acadêmico mas que depois se tornaria o receituário imposto pelas agências internacionais para a concessão de crédito aos diversos países que a elas recorriam (Negrão, 1998).

No início de 1995, o Brasil ainda possuía um parque industrial significativo, com imensos recursos naturais, empresas estatais altamente competitivas em áreas estratégicas como a Petrobrás, a Companhia Vale do Rio Doce, o setor de Telecomunicações e o setor de Energia Elétrica. Todavia, após quatro anos desse governo, o Brasil mergulhou numa grave crise econômica: recessão, privatização da maioria das empresas estatais (inclusive a Companhia Vale do Rio Doce), perda de uma parte considerável de reservas cambiais, crescentes índices de desemprego e queda na renda salarial média, acentuada deterioração dos serviços públicos de saúde, educação, assistência, previdência e moradia; e aumento da dívida externa de US\$ 149 bilhões (dezembro de 1994) para US\$ 229 bilhões (final de 1998). O término desse governo contou com a maior taxa de desemprego⁷⁸ da nossa história e com o mais alto grau de concentração de renda⁷⁹.

⁷⁸ Entre 1995-1998 houve a redução de 897.000 postos de trabalho, segundo o CAGED-Lei 4923, do Ministério do Trabalho. Mattoso, J. Produção e Emprego: renascer das cinzas. In: Lesbaupin, I. *O Desmonte da Nação*, 1999:126.

⁷⁹ Cerca de 400 mil famílias, pouco mais de 1,5 milhão de pessoas, controlam 20% da renda nacional e mais da metade do estoque de riqueza nacional; considerando um PIB de US\$ 800 bilhões e um estoque líquido de riqueza privada de US\$ 2 trilhões, as elites brasileiras controlam uma renda anual de US\$ 160 bilhões e uma riqueza de US\$ 1,1 trilhão, o que corresponde a uma renda familiar anual média de US\$ 400 mil e uma riqueza familiar média de US\$ 2,7 milhões; o restante da população brasileira, isto é, 99% (39, 6 milhões de famílias ou 158 milhões de pessoas) responde por uma renda familiar anual média de US\$ 16.000 e uma riqueza familiar média de US\$ 24.000. Portanto, a renda média das elites é 25 vezes maior que a renda média do restante da população e a riqueza média das elites é 110 vezes maior do que a riqueza média do resto da população. Nos EUA, por exemplo, as proporções correspondentes entre elite econômica x restante da população são de 9 para a renda e 35 para a riqueza. Gonçalves, R. Distribuição de riqueza e renda: alternativa para a crise brasileira. In: Lesbaupin, I. *op. cit.* 1999:45-46.

Nesse governo, os recursos do Estado nas políticas sociais foram restringidos sob o pretexto da necessidade de reduzir o déficit público e houve aumentos contínuos de impostos, atingindo inclusive aposentados e pensionistas do setor público civil. Por outro lado, os impostos sobre a renda do capital e sobre o capital especulativo investido no Brasil foram diminuídos. Ademais, os sonegadores de impostos, especialmente os grandes sonegadores, não foram enfrentados, também não se instituiu o imposto sobre as grandes fortunas (Lesbaupin, 1999).

No campo, o governo renegociou as dívidas dos latifundiários e, ao mesmo tempo, comprometeu a política de crédito rural ao contrair as fontes de financiamento, recuando na política pública de formação de estoques e descuidando da política de abastecimento e segurança alimentar. Como se sabe, os maiores massacres de trabalhadores rurais - Corumbiara (1995) e Eldorado de Carajás (1996) - ocorreram nesse período (Id, *ibid*).

Sob a alegação da necessidade premente de diminuir o déficit público que traria a resolução dos problemas sociais, o governo colocou à venda nossas estatais, a princípio as supostamente deficitárias, a seguir as que eram lucrativas e também as estratégicas⁸⁰. Nessa direção, o Brasil foi se tornando cada vez mais dependente dos capitais externos, sobretudo dos capitais especulativos, trazendo sérias conseqüências: na crise asiática (segundo semestre de 1997) e na crise russa, (segundo semestre de 1998), nosso país foi duramente atingido e o governo recorreu ao FMI que impôs medidas recessivas que agravaram ainda mais aquela situação. Com a abertura econômica e os juros altos, diversas empresas faliram, o parque industrial brasileiro se reduziu e se desnacionalizou e, por conseguinte, o desemprego cresceu de modo alarmante (Lesbaupin, 1999).

Cabe perguntar aqui como foi possível então o governo propor e implementar tais medidas que incontestavelmente se contrapõem à soberania nacional, às instituições democráticas e aos interesses públicos.

Em primeiro lugar, deve-se considerar que “os meios de comunicação, com seu apoio incondicional às privatizações, foram um aliado poderoso. Houve a campanha de desmoralização das estatais e a ladainha do esgotamento dos recursos do Estado” (Biondi, 1999:14). Ademais, as diversas denúncias de corrupção, dentre elas, os casos SIVAM, a “pasta rosa”, a compra de votos para a reeleição, o grampo no BNDES e o dossiê das Ilhas Cayman, desapareceram da imprensa devido à colaboração da mídia e à vigorosa

⁸⁰ Os argumentos do governo de que essas estatais não seriam lucrativas e não prestariam serviços públicos de qualidade não são verdadeiros, a Companhia Vale do Rio Doce, por exemplo, era muito lucrativa; já os serviços públicos, mesmo tendo problemas no período anterior, pioraram sensivelmente depois da privatização, como foram os casos da telefonia e do sistema elétrico.

intervenção do governo. A imprensa também deixou de veicular praticamente todos os manifestos e declarações contrários ao governo federal emitidos por órgãos, associações e entidades da sociedade civil (CNBB, OAB e ABI). *“A eleição presidencial de 1998 foi a mais despolitizada desde aquela de 1970, em plena ditadura militar: não se fez qualquer avaliação dos quatro anos de governo para evitar que o povo pudesse escolher com melhor conhecimento de causa. A reeleição de Fernando Henrique foi um estelionato eleitoral, que apenas se confirmou com o fim do ‘Plano Real’ em janeiro de 1999”* (Lesbaupin, 1999:11).

Durante os seus primeiros quatro anos de governo, Cardoso editou mais medidas provisórias⁸¹ do que os governos anteriores juntos e pressionou o Congresso para aprovar os projetos de seu interesse por meio de pressões diversas, inclusive a compra de votos e as campanhas na mídia. Isso explica em parte a ausência de debate público acerca das reformas aprovadas e implementadas pelo governo. A Constituição de 1988 acabou se tornando uma lei ordinária modificada conforme os interesses privados, desde então o atendimento destes têm ocorrido em detrimento dos interesses públicos e, nessa direção, o governo sustentava a necessidade de “flexibilizar” os direitos dos trabalhadores segundo os ditames do capital financeiro internacional.

Com efeito, a meta prioritária desse governo - o controle da inflação e a estabilidade da moeda - foi alcançada, mas isso somente foi possível devido às medidas adotadas que produziram o desemprego, o rebaixamento dos salários e a precarização do emprego, também ao rígido controle sobre os trabalhadores e sobre suas manifestações que foram duramente reprimidas e/ou desqualificadas, como a emblemática greve dos petroleiros.

Portanto, esta política de abertura econômica, associada à sobrevalorização do real e aos juros altos que deveria conduzir o país, segundo o governo, a uma maior competitividade a nível internacional produziu o efeito inverso. Na área social também foram desastrosos seus efeitos: o aumento da desigualdade social, da pobreza e da miséria nos meios rural e urbano; a degradação dos serviços públicos de saúde, previdência e assistência; o desmantelamento da Universidade pública, a deterioração das condições de pesquisa no país e o direcionamento da educação em geral para os interesses do “mercado” (Lesbaupin, 1999)

⁸¹ Como referido, a medida provisória constitui um instrumento mais poderoso que o antigo decreto-lei presente no regime militar, ambos possuem um cunho autoritário.

Por fim, deve-se reconhecer que a eleição de Fernando Henrique Cardoso e seu governo viabilizaram uma coalizão liberal-conservadora no Brasil que foi capaz de sustentar o programa de estabilização e reformas preconizado pelo capitalismo financeiro internacional. Nesse sentido, a “contribuição” de Cardoso para a atualização do capitalismo brasileiro consistiu numa gigantesca privatização da riqueza e recomposição patrimonial (Fiori, 1997), na defesa dos interesses da acumulação capitalista privada e na tentativa de quebra de direitos sociais assegurados, sobretudo, pelas lutas populares na Constituição de 1988.

No que concerne à democracia limitada do processo constituinte de 1988, esta serviu concretamente ao novo arranjo sociopolítico e econômico que se configurava no Brasil naqueles anos. Por isso, tal formato institucional não se consistiu em obstáculo à formação de governos como o de Fernando Collor de Mello ou de Fernando Henrique Cardoso cujas políticas de privatizações, desregulamentação, abertura econômica, etc., eram prioritariamente direcionadas pelos interesses do capital financeiro internacional. Nesse quadro, tais governos sustentavam que a suposta garantia da estabilidade da democracia em nosso país, a médio prazo, implicaria na adequação aos desígnios do capital financeiro internacional (Saes, 2001).

Apesar da ausência de uma vigorosa oposição popular às políticas neoliberais próprias desses governos, o papel dirigente do capital financeiro internacional não tem se exercido sem tensões e estas se manifestam no seio do bloco de poder, no sistema de interesses monopolistas e na própria base popular de apoio (segmentos das classes médias e das classes trabalhadoras). Isso ocorre porque as outras frações integrantes do bloco de poder e os segmentos que compõem o sistema de interesses monopolistas (os proprietários fundiários, a burguesia industrial e os grandes bancos nacionais), ainda que se submetam ou demonstrem apoio no plano político ao projeto neoliberal, se mostram reticentes quando seus interesses específicos são atingidos (Id, *ibid*).

No quadro do capitalismo contemporâneo tem se observado a “flexibilização” e a precarização da força de trabalho, o controle do uso e das condições de trabalho e de salário como medidas de enfrentamento da crise global em curso que incluem, entre outras medidas já referidas, a destruição de direitos e conquistas sociais e políticas dos trabalhadores e o retrocesso de avanços democráticos (Netto, 1996:94).

Diante disso, deve-se inferir que enquanto a esquerda não se voltar para a promoção de rupturas nas estruturas fundamentais de poder, não haverá grandes transformações na

sociedade brasileira que beneficiem concretamente a grande maioria da população (Moreira Alves, 1984).

Tendo abordado as características gerais da formação social brasileira e do Estado nacional, bem como o contexto sociopolítico desde o golpe de 1964 até o processo de democratização, nos voltaremos, a seguir, para o debate acerca da “questão democrática” no seio da esquerda nacional.

CAPÍTULO 3. AS VICISSITUDES DA ESQUERDA BRASILEIRA E A “QUESTÃO DEMOCRÁTICA”

Desde os eventos que marcaram o colapso do socialismo no Leste Europeu e, por conseguinte, o retrocesso do movimento socialista e operário internacional, tem se tornado cada vez mais comum entre segmentos da esquerda a preconização da inviabilidade de uma alternativa à ordem do capital e a recomendação de que a luta dos trabalhadores não transcenda os limites dessa ordem.

Nos intensos embates político-ideológicos advindos desses fatos, a equivocada correspondência entre as idéias de Lênin e a experiência do stalinismo tem resultado na refutação (parcial ou total) da tese marxista enfatizada por Lênin segundo a qual a democracia se configura como uma forma de dominação do Estado capitalista, isto é, de que “não existe democracia em geral, sem conteúdo de classe, não existe democracia pura, a democracia sempre é burguesa ou proletária”⁸².

Assim, a experiência do chamado socialismo real acrescida das duras críticas tecidas por Lênin ao parlamentarismo burguês e seu menosprezo pela representatividade mediante o sufrágio universal, têm servido como justificativa para a proscricção desse grande pensador e revolucionário do meio da esquerda internacional.

Diante disso, torna-se cada vez mais premente a necessária distinção entre a tradição marxista e as insuficiências e contradições da experiência histórica stalinista⁸³ que implica no reconhecimento da inegável contribuição desta tradição às lutas do proletariado em todo o mundo⁸⁴, particularmente, a Revolução de Outubro de 1917 que contou com a vigorosa direção de Lênin.

⁸² Esta tese sobre a democracia burguesa foi desenvolvida por Lênin no célebre *O Estado e a Revolução* (1917) que foi analisado no item 1.1. do primeiro capítulo da nossa tese que aborda o legado teórico-político do autor.

⁸³ Como mencionado na introdução da nossa tese, estas insuficiências e contradições do stalinismo se deviam à configuração de uma burocracia que se impôs sobre o proletariado e não deu prosseguimento às medidas necessárias naquela sociedade de transição para se alcançar a superação das características da ordem burguesa, dentre essas medidas, a socialização do poder político vinculada à socialização do poder econômico. Esses fatos acabaram gerando na sociedade soviética (e nos outros países do Leste Europeu) problemas que correspondiam, em última análise, aos interesses gerais daquela mesma burocracia. Por isso, o stalinismo não se constituiu numa “deformação do Estado socialista” nem a soma das “instituições e práticas totalitárias” para “construir o socialismo por meios bárbaros” - as orientações políticas, as estruturas de poder, os métodos de governo e de planificação exprimiam o monopólio de poder dessa burocracia e a salvaguarda dos seus privilégios no interior daquela sociedade de transição. Mandel, E. *op. cit.* 1978:78-79.

⁸⁴ Dentre as contribuições da tradição marxista às lutas dos trabalhadores temos: a projeção do tema da

Como aludido anteriormente, a superação da ordem burguesa remete a uma radical democratização da vida econômica, política e social incompatível tanto com os limites do movimento do capital quanto com as restrições de uma ditadura imposta sobre o proletariado, ainda que esta tenha sido realizada em seu próprio nome. Nesse cenário, a crise do socialismo real estava relacionada à ausência de uma plena socialização do poder político associada à socialização do poder econômico e de outras medidas necessárias à ultrapassagem da ordem burguesa. Logo, essa crise colocou em questão uma vertente da tradição marxista - a stalinista - não o legado marxiano que constitui “a teoria do ser social na ordem burguesa e o método para dar continuidade à investigação desta ordem enquanto ela se mantiver enquanto tal” (Netto, 1993:70-73).

Deve-se destacar ainda que as críticas de Lênin ao parlamentarismo burguês e ao sufrágio universal não significam que o autor de fato desqualificasse as liberdades políticas existentes na sociedade capitalista e sua relevância para as lutas dos trabalhadores, mas denotam a apreensão de uma tendência concreta no estágio imperialista que se caracteriza pela concentração do poder econômico e do poder político (Netto, 2004:130).

Em suas análises Lênin descobre um elemento fundamental, isto é, a tendencial e necessária incompatibilidade entre o imperialismo e a democracia política. Na gênese do pensamento socialista revolucionário a vinculação entre democracia e interesses proletários parecia evidente, mas aos poucos esta relação foi sendo obscurecida devido à ligação que foi se estabelecendo entre a democracia política e a tradição liberal, e isso pode ser demonstrado na crise da Segunda Internacional. Ao recolocar com afincado que *o princípio democrático é um princípio proletário*, Lênin atinge o cerne da prática política do social-democratismo e institui uma chave crítica indispensável na desmistificação das teses de que a democracia política seria inerente à ordem burguesa moderna. Desse modo, Lênin demonstra algo que tem sido comprovado historicamente, isto é, “a emergência do imperialismo fragiliza os institutos e as práticas democráticos, seu desenvolvimento os esvazia e os golpeia” (Id, *ibid*).

Ao longo da nossa pesquisa pudemos constatar que as controvérsias acerca da relação entre socialismo e democracia ou, melhor, da “questão democrática”, tem se

igualdade social antagonicamente ao elitismo liberal e às realidades excludentes do capitalismo; a liderança em uma diversidade de conjunturas e contextos históricos na luta contra a opressão nos primeiros regimes liberais ou semi-liberais que negavam o direito de voto e os mínimos direitos sociais à grande maioria dos seus povos; a luta decisiva contra o nazifascismo e a luta anticolonial contra regimes opressivos do Terceiro Mundo, inclusive racistas como o *apartheid*. Acresce-se a estas contribuições o fato de que “o marxismo esteve diretamente relacionado ao processo de universalização de direitos políticos básicos e de criação de direitos trabalhistas e sociais que hoje integram o patamar civilizatório mínimo das democracias liberais”. Guimarães, J. *op. cit.* 1998, pp. 259-260.

caracterizado por posicionamentos contraditórios e até mesmo excludentes, não se limitando ao seu aspecto teórico-metodológico. A nosso ver, esse debate tem sido sobretudo de cunho político-ideológico e se relacionado ao posicionamento assumido pelos autores em suas análises. Por isso, seu desvendamento vincula-se diretamente à dinâmica das lutas de classes na contemporaneidade e, sem dúvida, transcende o âmbito nacional.

Destarte, o significado dos conceitos de revolução e de democracia política para as estratégias de luta das classes trabalhadoras e subalternas se torna imprescindível para a compreensão da essência desse debate no interior da esquerda⁸⁵ que poderia ser sintetizada na seguinte interpelação: *a democracia deveria ser entendida agora como um meio para se chegar ao socialismo ou como um fim?* O modo como vem sendo colocado esse debate parece sugerir que os sujeitos políticos deveriam “optar” entre duas concepções de democracia supostamente exteriores à dinâmica das lutas de classes na ordem burguesa: a democracia como um meio, um “instrumento”⁸⁶, ou como um fim a ser alcançado, um “valor universal”⁸⁷.

Como se sabe, a suposta autonomização entre meios e fins sugerida por essas controvérsias tem resultado em acesos embates político-ideológicos no interior da esquerda internacional. No entanto, essa autonomia entre meios e fins é muito reduzida, os meios não são indiferentes aos fins e sua implementação contém a estrutura embrionária e antecipada dos objetivos finais. Por outro lado, a íntima vinculação entre ambos não permite uma identificação dos mesmos devido à sua peculiar tensionalidade dialética (Netto, 1990:86).

A partir da crise do socialismo real, segmentos da esquerda internacional têm sustentado que o socialismo somente se concretizaria através da defesa da democracia

⁸⁵ Como explanado no primeiro capítulo da nossa tese, esse debate aparentemente novo, na verdade, foi inaugurado por Marx e Engels na segunda metade do século XIX, tendo seu prosseguimento com Lênin, Rosa Luxemburgo e Bernstein, entre o final do século XIX e início do século XX. Estas controvérsias retornariam com vigor após a crise do socialismo real e a emergência do eurocomunismo, sendo seus principais desdobramentos: a crítica necessária (ainda que insuficiente) da experiência stalinista; a equivocada identificação entre as idéias de Lênin e o stalinismo; e o retorno do revisionismo e do reformismo, adotados pela grande maioria dos partidos comunistas ocidentais.

⁸⁶ Com freqüência, as críticas ao socialismo real têm deslizado não só para a negação, mas também para a renúncia efetiva de uma perspectiva revolucionária de nítido caráter classista que tem se expressado nas lutas históricas dos segmentos mais aguerridos e combativos do movimento socialista e operário internacional. É evidente que após a experiência do stalinismo a defesa dessa perspectiva tem se tornado cada vez mais difícil no interior da esquerda e fora dela, e isso se deve à mencionada identificação equivocada entre Lênin e Stálin.

⁸⁷ Essa tese foi defendida na Itália por Enrico Berlinguer, Secretário Geral do Partido Comunista Italiano (PCI) em 1977, num discurso proferido por ocasião do 60º aniversário da Revolução de Outubro e inspirou os teóricos do chamado eurocomunismo (este último foi analisado no primeiro capítulo da nossa tese). No Brasil, a referida tese foi explicitada e defendida por Carlos Nelson Coutinho em seu conhecido ensaio *A Democracia como Valor Universal* (1979) que suscitaria candentes polêmicas no seio da esquerda brasileira.

política e das reformas conquistadas pelos trabalhadores no seio da sociedade capitalista, não mediante a via revolucionária, isto é, a superação dessa sociedade que remete à conquista do poder político pelo proletariado e ao fim da divisão social do trabalho e do trabalho assalariado⁸⁸.

Nos dias de hoje, esse apelo ao conceito de democracia por segmentos da esquerda parece dotado da capacidade de exorcizar o “autoritarismo” do passado, mas, na verdade, ele tem resultado na criação de uma falsa oposição entre socialismo e democracia, já que a democracia é intrínseca ao socialismo, como afirmara Lênin, além do ocultamento do domínio político burguês sobre o conjunto da sociedade (Naves, 1981:188-119).

Deve-se ressaltar que as controvérsias em torno da relação socialismo e democracia (a “questão democrática”) denotam a complexidade dos muitos desafios e dilemas que se colocam na atualidade a todos aqueles que não deixaram de vislumbrar em seu horizonte a possibilidade concreta de uma nova sociedade e, sobretudo, àqueles que têm como referencial teórico-político a tradição marxista.

No Brasil, a crise do socialismo real e seus desdobramentos incidiram sobre a esquerda se constituindo como debate no final dos anos setenta, particularmente, com a publicação do mencionado ensaio de Carlos Nelson Coutinho *A Democracia como Valor Universal* (1979)⁸⁹. Desde então, a democracia vem sendo concebida por segmentos da esquerda como “o” caminho para o socialismo e esse fato tem gerado controvérsias tanto no campo da direita quanto no da esquerda, particularmente marxista, remetendo à luta pela hegemonia de projetos societários⁹⁰.

Na atualidade, é inegável que a redefinição do socialismo essencialmente como uma “democracia econômica” presente nos segmentos da esquerda em todo o mundo, isto é, como uma “especificação setorial da democracia”, tem respondido objetivamente aos interesses de classe da burguesia e, conseqüentemente, à manutenção do *status quo* (Perry Anderson, 2000:234).

⁸⁸ Esse debate reporta ao revisionismo bernsteiniano e às críticas de Rosa Luxemburgo e Lênin a Bernstein que foram analisados no primeiro capítulo da nossa tese no item 1.2.

⁸⁹ É importante destacar que a “questão democrática” emerge no cenário nacional, pela primeira vez, na *Declaração de Março de 1958* do PCB, documento que remetia ao *XX Congresso do PCUS (1956)* no qual vieram à tona os graves problemas da experiência stalinista.

⁹⁰ Historicamente, os projetos societários têm a classe social como núcleo central e estes são relativamente flexíveis e mutáveis conforme fatores históricos e políticos próprios de cada período determinado. Tanto a existência quanto a disputa entre distintos projetos societários estão diretamente relacionadas aos níveis de democracia política configurados em cada um desses períodos. Netto, J. P. *Capitalismo Monopolista e Serviço Social*. São Paulo: Cortez, 1992.

Nesse momento, cabe frisar que na perspectiva marxista a democracia se configura como uma forma de Estado, um instrumento de dominação política, por isso a democracia não se constitui como um “fim em si”. Isso significa dizer que a democracia se subordina a fins determinados principalmente pelos interesses de classes e pelas lutas sociopolíticas. Portanto, o princípio da soberania popular não independe da base econômica da sociedade e nem da alternativa capitalismo/socialismo (Quartim de Moraes, 2001:20).

Na perspectiva liberal contemporânea, a democracia se afina com os interesses burgueses e os fins supremos do liberalismo, preservando a minoria que comanda a valorização do capital, a defesa da propriedade privada e a lógica de mercado em detrimento dos interesses e necessidades da coletividade. Na perspectiva das Luzes e, especialmente, na perspectiva do movimento socialista, os valores fundamentais da democracia são a igualdade, o interesse público e a satisfação dos interesses e necessidades coletivos. Sendo assim, mesmo na mais estabilizada democracia liberal se evidencia a grande tensão política existente entre liberais e democratas (Id, *ibid*).

Nesse sentido, a questão essencial para a esquerda internacional (e nacional) hoje consiste em saber se o aprofundamento da democracia política supõe a socialização dos principais meios de produção. Mesmo na perspectiva do socialismo ético (mais igualdade, mais “justiça social”), cabe perguntar se a concretização da democracia, isto é, a realização de sua universalidade normativa ou a superação da contradição entre o ideário democrático e a democracia existente, também reporta, na esfera econômica, ao predomínio dos interesses coletivos em detrimento dos interesses de minorias detentoras da propriedade dos meios sociais de produção (Quartim de Moraes, 1999:172).

Depois da experiência do Leste Europeu, a grande lição que ficou para a esquerda é que, num processo revolucionário, a estatização dos meios de produção não significa necessariamente a sua apropriação real e imediata pelas classes trabalhadoras e subalternas. Ademais, coloca a existência do risco concreto de que essa apropriação se concentre numa burocracia estatal e partidária que se autonomiza em face do conjunto da sociedade, como antes.

Por conseguinte, a experiência histórica do socialismo real se constitui como um alerta para que os equívocos do passado⁹¹ não sejam reeditados e para que sejam

⁹¹ Dentre esses equívocos, a emergência da teoria do “socialismo em um só país”, algo completamente estranho às formulações de Marx e Engels; a substituição do proletariado por uma burocracia estatal e partidária; a ausência da socialização do poder político junto à socialização do poder econômico; a equivalência entre social-democracia e fascismo que resultou nos célebres processos de Moscou e seus “expurgos” (perseguições, prisões e assassinatos de lideranças revolucionárias expressivas, inclusive

engendradas novas formas de conquista e exercício do poder político pelo proletariado visando uma plena socialização do poder político, não somente a do poder econômico. Para tanto, é fundamental a autocrítica e a superação daqueles equívocos e, ao mesmo tempo, o resgate dos acertos dessa experiência que não foram poucos e nem desprovidos de significado. Aqui, o ponto central nos parece ser a disjuntiva estabelecida entre reforma/revolução no debate teórico-político do movimento socialista e operário internacional, desde a segunda metade do século XIX e durante todo o século XX.

No que diz respeito ao conceito de revolução, Marx o concebe como um complexo processo mediante o qual uma classe determinada (o proletariado) subverte a ordem (burguesa) visando instaurar uma nova sociedade sem classes e antagonismos⁹². Deve-se enfatizar que esse processo configura a condensação de tendências concretas existentes na realidade, não se constituindo como um projeto ideal. Nessa direção, o primeiro passo consiste na conquista do poder político (cujo eixo é o poder de Estado) pelo proletariado, associada a um conjunto de medidas socioeconômicas que se sustenta na supressão da propriedade privada dos meios sociais de produção, condição indispensável para o fim da divisão social do trabalho e do assalariamento. Esse novo poder político, assentado numa *democracia de massas*, torna-se essencial para promover a socialização da economia e da política, bem como para as demais mudanças necessárias à ultrapassagem da divisão da sociedade em classes sociais e os antagonismos que a caracterizam.

Portanto, deve-se reiterar que para Marx somente existe revolução quando uma classe social (o proletariado) se apropria do poder político e do poder econômico subvertendo os fundamentos da sociedade (burguesa) ao promover a transformação estrutural no estatuto da propriedade privada dos meios de produção que resulta na supressão das classes, dos antagonismos sociais e do poder político enquanto tais.

Como essa questão no interior do marxismo é complexa e polêmica, sobretudo, após a crise do socialismo real, consideramos procedente abordar aqui a concepção de revolução no pensamento marxiano e as mudanças ocorridas em função do contexto concreto em que operava.

Em 1847, Marx concebia a revolução sob uma modalidade específica, a insurrecional, o que pode ser demonstrado em vários escritos, especialmente no *Manifesto*

Trotsky) e no impedimento da unificação de forças socialistas, democráticas e progressistas diante do nazifascismo que triunfou naquele período.

⁹² Essas análises sobre a concepção de revolução em Marx e, a seguir, sobre a Segunda Internacional estão contidas em Santos, C. *Reforma/Revolução – pólos de tensão na constituição do movimento socialista*. Tese de Doutorado: PUC/SP, março, 1998, pp.112-129.

Comunista onde Marx e Engels (1986:123) sustentam que os objetivos dos comunistas “só podem ser alcançados pela transformação violenta de toda a ordem social até hoje existente”. Esta concepção “explosiva” da revolução levou Marx a protagonizar os eventos de 1848-1849 e avaliar as duras derrotas do proletariado da Europa Ocidental naquela época.

No entanto, esta concepção “explosiva” do autor expressava as condições concretas da dinâmica da luta de classes na primeira metade do século XIX, quando o Estado era de fato um “comitê executivo a serviço da burguesia”. Na segunda metade do século XIX, devido às necessidades de expansão do próprio capital, inclusive de sua legitimação, e às pressões das lutas organizadas dos trabalhadores, notadamente na Europa Ocidental, o Estado burguês passa a recorrer não só a medidas coercitivas. Nesse cenário, tanto a burguesia como o proletariado buscariam novos meios de intervenção política e social visando atingir seus interesses e necessidades. A “legislação social” de Bismarck que incidiria de modo significativo nas formas de expressão das lutas de classe, constitui um bom exemplo disso.

Sendo assim, em face das profundas mudanças em curso na ordem capitalista, Marx começa a “ampliar” sua concepção de Estado sem deixar de lado seu conteúdo de classe, como podemos perceber no *Dezoito Brumário* e nos *Grundrisse* onde o autor insere a categoria revolução num abordagem global do processo social.

Na década de 1860, após as derrotas sofridas pelo proletariado entre 1848-1849, Marx passaria a considerar o processo real de acumulação de forças que, na perspectiva do avanço revolucionário, a classe operária poderia realizar ainda no interior da ordem do capital e sem o recurso a formas insurrecionais. Nessa direção, Marx saúda a conquista da limitação da jornada de trabalho “como a primeira vitória da economia política do proletariado, do trabalho, sobre a economia política do capital”.

Entretanto, ao contrário do que parece sugerir a extensa bibliografia que trata das relações entre reforma e revolução no pensamento de Marx, não é a forma do processo revolucionário (insurrecional ou não) que define o corte entre ambas. No plano da sua proposta política o que define decisivamente a revolução é a perspectiva de classe (proletária), a relação que estabelece com a propriedade privada dos meios sociais de produção, isto é, a perspectiva de sua supressão (Santos, 1998:127).

Desse modo, o que diferencia a proposta revolucionária de Marx diante dos mais variados projetos reformistas no seio esquerda internacional, sem dúvida, é a sua perspectiva de classe que remete à superação da propriedade privada dos meios sociais de

produção, condição imprescindível para a instauração de uma nova sociabilidade, isto é, “o fim da pré-história da humanidade” (Santos, 1998; Quartim de Moraes, 1999, 2001).

A análise das propostas elaboradas por Marx como programática da revolução socialista, desde o *Manifesto Comunista* até *O Capital*, demonstra inegavelmente que a eliminação da propriedade privada dos meios sociais de produção é o ponto fundamental desse processo. Por outro lado, é importante reconhecer que a categoria marxiana de revolução é flexível o bastante, ainda que determinada, para extrapolar as formas insurrecionais, o que não significa concebê-la como um processo idílico, pois a revolução sempre implica em rupturas. De fato, Marx reconhecia a relevância de algumas reformas conquistadas pelas lutas dos trabalhadores no interior da sociedade capitalista como, por exemplo, a legislação fabril na Inglaterra. Todavia, essas reformas estavam inseridas numa perspectiva classista revolucionária que visava (e visa) a superação da ordem burguesa (Santos, 1998:127-128).

Nesse momento, a referência à Segunda Internacional (sucessora da Associação Internacional dos Trabalhadores⁹³) torna-se indispensável, na medida em que esta se configura como cenário das controvérsias acerca da reforma/revolução e da cisão que se estabelece entre reformistas (revisionistas) e revolucionários (marxistas ortodoxos), acirrada após a Revolução de Outubro, trazendo sérias conseqüências para o movimento socialista e operário em todo o mundo.

Uma das características mais relevantes da intervenção política da Segunda Internacional foi seu papel de difusora do pensamento de Marx no seio do movimento operário. De fato, a Segunda Internacional junto com o Partido Social-Democrata Alemão (SPD) se constituíram nos principais meios de divulgação das idéias marxianas entre grandes contingentes de operários em diversos países.

Porém, essa difusão do pensamento de Marx foi extremamente problemática no nível teórico. Em primeiro lugar, porque uma parte considerável da obra marxiana (como os Manuscritos de 1844, A Ideologia Alemã e os Grundrisse), fundamental para sua proposição política revolucionária, permaneceu inédita durante todo o período de existência da Segunda Internacional. Em segundo lugar, porque seus principais dirigentes (intelectuais e políticos) tiveram sua formação básica no pós-1848. Naqueles anos, Hegel e a dialética foram totalmente desqualificados e aquelas eram referências essenciais para apreender a Teoria Social de Marx. Por isso, Plekhanov interpretava Hegel sob a

⁹³ Como aludido no primeiro capítulo da nossa tese, os fundadores da Associação Internacional dos Trabalhadores foram Marx, Engels e segmentos combativos do proletariado europeu.

perspectiva do materialismo mecanicista do século XVIII e Kautsky pensava Marx se pautando nas idéias de Darwin. Até mesmo Lênin só apreendeu um rigoroso conhecimento com a dialética em seu exílio na Suíça (Santos, 1998:135).

Com efeito, para além d'*O Capital* e do *Manifesto Comunista*, a vinculação da Segunda Internacional com o legado teórico de Marx se realizou sobretudo mediante o ensaio de Engels contra Dühring (Engels, 1972) que é considerado como uma introdução ao estudo do socialismo. Esta fragilidade dos suportes teóricos contribuiu de forma decisiva para que o marxismo da Segunda Internacional fosse contaminado pelo cientificismo e pelo positivismo predominantes na Europa naquele período. A despeito de algumas diferenciações no seu interior, notadamente as formulações de Rosa Luxemburgo, esta era a concepção dominante de marxismo na Segunda Internacional. Assim, não é por acaso que muitos dos dirigentes desta organização como Bernstein e os austro-marxistas buscaram uma fundamentação filosófica para o socialismo em Kant por haver “lacunas” na obra de Marx (Gustafsson, 1975:35 *apud* Santos, 1998).

Estas limitações teóricas incidiram profundamente sobre as concepções políticas próprias do marxismo da Segunda Internacional - o gradualismo, o evolucionismo, a concepção fatalista da transição ao socialismo por mera indução do desenvolvimento capitalista -, ainda que estas se configurassem visivelmente apenas na crise de 1914, quando expressivos segmentos daquela organização aderiram ao “social-patriotismo”⁹⁴, o apoio explícito à Primeira Guerra Mundial, como foi o caso de Kautsky, conduzindo ao colapso da Segunda Internacional. A explicação para essa situação se encontra indubitavelmente na deficiente e/ou equívoca apreensão do pensamento marxiano e sua vinculação com o cientificismo e positivismo dominantes naquela época (Santos, 1998:140-141).

Não obstante, a Segunda Internacional se constituiu como centro organizador e modelo para os partidos social-democratas europeus e outras organizações dos trabalhadores. Sua influência ideológica e organizativa se realizou por meio de publicações e congressos, além de órgãos específicos direcionados a segmentos e categorias sociais determinados (sindicalistas, parlamentares, jovens e mulheres), influenciando em suas estruturas, concepções e práticas. Se com Marx emerge a expressão teórico-revolucionária do proletariado como sujeito político autônomo, com a formação empreendida pela

⁹⁴ No primeiro capítulo da nossa tese, nos referimos ao fato de que tanto Rosa Luxemburgo quanto Lênin teceram acerbas críticas a essa posição da Segunda Internacional e de Kautsky que resultariam no rompimento entre eles.

Segunda Internacional surge um movimento de massas (partidário e sindical) que incorpora e realiza aquela expressão (Id, *ibid*).

A emergência desses partidos social-democratas se insere no contexto da industrialização nos países europeus que, a despeito de suas diferenciações, ocorreu entre a metade de 1870 e final de 1880. Essas organizações surgiram justamente em meio à profunda depressão que atingiu a economia mundial entre 1873 e 1896. Assim, as formas anteriores de organização dos operários (associações culturais, sociedades de socorro mútuo, corporações sindicais e núcleos associativos que reuniam operários das novas indústrias e trabalhadores das velhas manufaturas) foram impelidas a se unificar devido à constituição dos Estados nacionais, ao desenvolvimento industrial e ao rebaixamento geral das condições de vida e trabalho em toda a Europa (Id, *ibid*).

Além disso, tal cenário se inseria no período de transição do capitalismo a um novo patamar do seu desenvolvimento, isto é, o estágio dos monopólios. Os principais traços constitutivos desse período - a fusão entre o capital bancário e o capital industrial, criando uma oligarquia financeira, a extrema relevância atribuída à exportação de capitais e a formação de associações internacionais monopolistas de capitalistas que partilham o mundo entre si, comandada pelas potências capitalistas mais importantes - foram apreendidos e sintetizados por Lênin na sua obra *Imperialismo, Estágio Superior do Capitalismo* (1916)⁹⁵.

As transformações societárias advindas do ingresso do capitalismo no estágio imperialista são diversas e profundas (Netto, 1992), incidindo de modo peculiar na Alemanha devido ao seu tardio processo de unificação e ao modelo político particular que o conduziu⁹⁶. Nessas condições, a Alemanha se tornaria o espaço privilegiado para o protagonismo acentuado do proletariado no último quartel do século XIX, bem como para o início do reacionarismo que conduziria, no século XX, ao nazifascismo⁹⁷.

⁹⁵ A abordagem das características e do significado do imperialismo se encontra no primeiro capítulo da nossa tese no item 1.2. que trata do legado teórico-político de Lênin.

⁹⁶ Esse processo e esse modelo foram analisados sob a designação de “via prussiana”, categoria cunhada por Lênin que, mais tarde, foi retomada por Lukács (1968). A alusão à “via prussiana” se encontra no segundo capítulo da nossa tese quando tratamos do debate acerca das peculiaridades da formação social brasileira.

⁹⁷ Nas primeiras décadas do século XX, a Alemanha ocupou uma posição central nos eventos revolucionários e esta se relaciona a um rápido, embora tardio, desenvolvimento do capitalismo - entre 1882 e 1895 o número de trabalhadores nas indústrias cresceu de 7.300.000 para 10.200.000, cerca de 40%, os operários se concentravam nas grandes empresas e o pessoal empregado nas fábricas passa de 213.000 a 448.000. Santos, 1998, *op. cit.* p.143.

É nesse contexto que se concretiza a experiência do Partido Social-Democrata Alemão (SPD) e a difusão do marxismo da Segunda Internacional para o conjunto do movimento socialista e operário organizado. O Partido Social-Democrata Alemão não foi apenas um modelo em que se inspiraram os demais partidos social-democratas de todo o mundo. Na verdade, o SPD consistiu num espaço no qual se condensavam e se desenvolviam tendências que, de uma maneira ou de outra, perpassariam também os outros partidos. Por essa razão, as grandes polêmicas teórico-políticas que marcaram o SPD não expressavam somente suas particularidades, mas, em suas linhas fundamentais, um processo de discussão e de divisão internacional. Com efeito, o debate reforma/revolução perpassou o conjunto do movimento socialista e operário mundial (Santos, 1998: 145-168).

Essa assertiva pode ser demonstrada no debate estabelecido na Segunda Internacional, desde os fins do século XIX e início do século XX, acerca da reforma e revolução que foi colocado de modo disjuntivo, caracterizando as designações e as práticas no interior do movimento socialista: “reformistas e revolucionários”, “revisionistas e ortodoxos”, “minimalistas e maximalistas”, “direita e esquerda”. Os reformistas concebiam a via ao socialismo como gradual e evolutiva, os revolucionários apostavam na violência necessária para confrontar a dominação do capital. No fundo dessas controvérsias estava a questão da propriedade privada dos meios sociais de produção: os reformistas preconizavam sua democratização e/ou eventual controle social; os revolucionários sustentavam seu antagonismo diante de qualquer tentativa na direção de uma sociedade sem exploração e alienação (Id, *ibid*:192-196).

Deve-se ressaltar que essas controvérsias situaram a problemática em suas dimensões mais substantivas e, decorrido mais de um século daqueles embates, o seu cerne permanece na questão da propriedade privada dos meios sociais de produção. Com a irrupção da Primeira Grande Guerra e a crise da Segunda Internacional decorrente da sua adesão àquele conflito bélico, o debate acerca dessa questão seria interrompido no plano teórico (Id, *ibid*).

A partir daí, a cisão no interior da social-democracia se manifestaria plena e irreversivelmente, sendo a Revolução de Outubro (1917) o seu ponto culminante - concebida por Lênin como *o golpe no elo mais frágil da cadeia imperialista*, o passo inicial de um processo revolucionário mundial. Os diferentes posicionamentos dos líderes e integrantes do movimento socialista e operário internacional diante dessa Revolução expressavam aquela cisão que daria origem aos partidos comunistas. Na defesa de um projeto classista revolucionário, os bolcheviques criaram a Internacional Comunista (ou

Terceira Internacional, 1919) para se contrapor à Segunda Internacional e os reformistas decidiram conservar a denominação “social-democrata” ou “socialista” adjetivada freqüentemente como “democrática”.

Como aludido, esta cisão trouxe conseqüências desastrosas para o movimento socialista revolucionário, em particular, e para o movimento operário, em geral, bem como para o conjunto das forças sociais e políticas democráticas - inviabilizou a unificação de socialistas, comunistas e democratas contra a emergência do nazifascismo que se imporia naquele período e, após a queda do nazifascismo, impediu avanços sociais de longa duração no quadro da chamada “Guerra Fria”.

Nas últimas décadas do século XX, tanto a crise do socialismo real quanto a do Welfare State, no quadro de uma crise global do capitalismo, sugerem novas condições para repensar a disjuntiva reforma/revolução e, por conseguinte, o futuro do movimento socialista e operário internacional. Historicamente, tem sido comprovado que a alternativa excludente, disjuntiva, entre reforma e revolução tem sido pouco profícua para as forças sociais efetivamente voltadas para a superação da ordem do capital. Portanto, o enfrentamento dessa crise contemporânea remete à constituição e ao fortalecimento de uma perspectiva classista revolucionária que vise, sobretudo, a supressão da propriedade privada dos meios sociais de produção, como preconizara Marx. Nesse sentido, a análise desse grande pensador acerca do significado da revolução - concebida aqui como o processo real que destrói as bases do *status quo* - e sua definição e delimitação diante da reforma mantém sua relevância para as lutas sociopolíticas do proletariado no presente (Santos, 1998:198-201).

A partir do exposto, se evidencia que hoje é premente o retorno ao legado teórico-político de Marx e Engels, bem como aos legados de outros importantes pensadores como Lênin, Rosa Luxemburgo, Lukács e Gramsci, à luz das experiências históricas concretas, objetivando o resgate da unidade dialética entre reforma e revolução, do internacionalismo e do protagonismo proletário nos processos revolucionários. É indubitável que esse empreendimento reporta ao desvendamento dos interesses e necessidades político-classistas nas lutas sociais atuais (Quartim de Moraes, 1999, 2001), à questão da unidade de ação dos trabalhadores e das alianças (Mandel, 1978), além da intervenção teórico-política que vise, fundamentalmente, a superação da propriedade privada dos meios de produção, da lógica do capital e das mediações sociais centradas na dinâmica do mercado (Netto, 1993).

A tese quase unânime no seio da esquerda internacional de que “sem democracia não há socialismo” significa (na perspectiva revolucionária) que o povo (a sociedade enquanto corpo político) é responsável pela definição dos interesses coletivos e, por consequência, das grandes metas da planificação social indispensáveis na construção de uma nova sociedade. Nessa direção, a democracia poderia garantir que a planificação estatal não se cristalice em seu componente burocrático, mas evolua para a apropriação social dos meios de produção (Quartim de Moraes, 1999:172-173).

Visando aprofundar o contexto sociopolítico e histórico no qual emerge a “questão democrática” no Brasil, consideramos necessário fazer uma digressão para compreender as mudanças que vêm se processando desde a crise do Leste Europeu e sua incidência sobre esquerda e as lutas dos trabalhadores, particularmente, no quadro nacional.

Como a presença do PCB⁹⁸ e sua significativa intervenção política na sociedade brasileira em períodos históricos relevantes é incontestável - nas eleições de 1945, 1950, 1955 e 1960, na campanha pela anistia dos presos políticos durante o Estado Novo, sobretudo, às vésperas da sua liquidação (1944-1945), na campanha pela exploração nacional do petróleo brasileiro (1947-1953), na campanha pelas reformas de base (1961-1964) e na campanha pelo plebiscito que visava restaurar o presidencialismo e as prerrogativas de João Goulart (1962-1963)⁹⁹ -, nossa abordagem será direcionada inicialmente à apreensão da trajetória desse Partido em nosso país e seu papel na configuração da esquerda junto às classes trabalhadoras.

3.1. A Trajetória Histórica e Política do PCB

No cenário político nacional, a incipiente classe operária brasileira se apresenta pela primeira vez, exigindo seu reconhecimento como sujeito coletivo, nas emblemáticas greves realizadas entre 1917 e 1920. No entanto, como se sabe, a classe operária foi derrotada em

⁹⁸ A constituição do PCB se realizou sob o impacto da Revolução Russa, a partir dos paradigmas políticos e organizacionais da Terceira Internacional ou Internacional Comunista que situara o Brasil no rol dos países “semicoloniais”, oferecendo ao Partido um mecanismo de explicação e uma proposta de transformação da realidade econômica, social e política do país. “*Com múltiplas modificações e adequações ‘táticas’ realizadas durante décadas e que prosseguiram mesmo depois da dissolução formal da Internacional Comunista (em 1943) esse modelo desembocou na proposta gradualista de transformação da sociedade brasileira, na qual se enfatiza o caráter nacionalista das reformas e o destacado papel que nelas teria o Estado*”. Garcia, M.A. Esquerdas: rupturas e continuidades, in Dagnino, E. (org.). *Anos 90 – política e sociedade no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1994, p.121.

⁹⁹ Em todos esses momentos, o PCB interveio em conjunto com outras forças políticas como o PSB, setores amplos do PTB e setores restritos do PSD, além de sindicatos e confederações sindicais, organizações estaduais e nacionais de estudantes universitários, grupos de intelectuais e militares. Ianni, O. *O Colapso do Populismo no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

meados de 1920 e foi dessa derrota da primeira grande expressão do internacionalismo dos trabalhadores em nosso país que nasce o movimento comunista¹⁰⁰, fruto de uma cisão na aguerrida vanguarda anarcossindicalista que conduzira a classe operária naqueles anos. Esse segmento vislumbrou no marxismo e na vitória da Revolução Russa não só uma forma de instrumentalizar a luta social concreta no contexto nacional, mas também a possibilidade de preservar o internacionalismo. Do mesmo modo como ocorrera em Portugal, na Espanha e, em parte, na França, o comunismo emergia no Brasil de uma cisão no seio do anarcossindicalismo. *“Os primeiros anos de existência do Partido Comunista no Brasil foram dedicados a delinear a sua identidade, reforçando o espírito de cisão e a propugnar a organização de uma frente única proletária contra o Estado liberal oligárquico e o capital. A pretensão em tornar-se uma efetiva vanguarda operária fez com que a disputa no seio do próprio movimento operário fosse o eixo da sua inicial ação política”* (Del Roio, 2003:282).

Devido ao perfil artesanal e manufatureiro da incipiente classe operária brasileira, os primeiros comunistas visualizavam na pequena burguesia urbana seu mais possível aliado. Dessa maneira, foi se delineando a transmutação da marca urbana peculiar ao anarcossindicalismo para a política de alianças quando esta se tornou necessária. *“De outra parte, a crise do Exército, manifestada nos anos 1920 por meio de um sem-número de eclosões de revolta contra a ordem oligárquica, num amálgama entre a exigência de um liberalismo democratizado e a recuperação da vertente progressiva da ideologia positivista, que supunha direitos sociais, criou uma ponte de aproximação entre a juventude militar e os comunistas”* (Id, ibid:283).

Nesse quadro, a questão agrário-camponesa foi visualizada pelo PCB, em grande medida, como indução da Internacional Comunista. Mesmo sabendo que a situação do nosso país demandava a realização do predomínio da industrialização e a constituição da classe operária como sujeito coletivo relevante e, por conseguinte, à derrubada do Estado liberal oligárquico, os comunistas não perceberam naquele momento que o fundamental era a liquidação do latifúndio. Somente após o III Congresso do PCB, no início de 1929, que uma teoria da revolução brasileira foi delineada graças, principalmente, a Astrojildo Pereira e Octávio Brandão. *“O desenho estratégico era calcado na aliança da classe*

¹⁰⁰ Esta exigência de reconhecimento da classe operária como sujeito coletivo capaz de conduzir a história está relacionada ao contexto mundial naquele período marcado pela vitória da Revolução Russa. Del Roio, M. De um século a outro: trajetória e atualidade da questão comunista no Brasil. in Mazzeo, A.C. & Lagoa, M.I. (Orgs). *Corações Vermelhos: os comunistas brasileiros no século XX*. São Paulo: Cortez, 2003, pp.281-300.

operária, ainda em fase de organização, com as camadas médias urbanas representadas parcialmente na juventude militar rebelada. As divisões nas e entre as oligarquias regionais criavam as condições para o fim do regime e para o avanço da burguesia industrial, bem como o da classe operária e do próprio campesinato. Com isso, também a luta pela autonomia nacional diante da compressão imperialista ver-se-ia fortalecida” (Del Roio, 2003:283).

Nessa perspectiva, o PCB se esforçava em realizar uma revolução democrática que desenvolvesse as forças produtivas do capital, incluindo a classe operária. Para tanto, seriam necessárias a derrubada do Estado oligárquico e a instauração de um Estado democrático pequeno-burguês¹⁰¹.

Na sua intervenção junto ao movimento sindical, os comunistas definiam como sua tarefa principal e permanente a unificação e organização da classe operária, a elevação de sua consciência, bem como o direcionamento de suas lutas por reivindicações comuns, para que esta classe desempenhasse sua função de direção na sociedade brasileira. Nesse sentido, preconizavam a unificação das diversas correntes (comunista, trabalhista, socialista, católica) existentes no interior do movimento sindical, a arregimentação dos trabalhadores desorganizados que constituíam a grande maioria e a utilização das conquistas da legislação social vigente, procurando sua concretização e seu aperfeiçoamento¹⁰².

Não obstante, os comunistas também sustentavam que os segmentos mais críticos e organizados do proletariado deveriam estar atentos para os aspectos negativos transmitidos pelas instituições existentes na sociedade burguesa, tais como: a negação da luta de classes, a preconização da “paz social”, isto é, a suposta “harmonia” entre capital e trabalho e a colaboração entre as classes que tinham como escopo esvaziar e/ou controlar o conteúdo político das lutas dos trabalhadores.

¹⁰¹ No final do século XIX, Engels preconizava o mesmo para a Itália; no início do século XX, Bukharin também defendeu algo similar para a China, isto é, o predomínio da pequena produção mercantil. Del Roio, M. *op. cit.*, 2003, p.283.

¹⁰² As ações dos comunistas incluíam o fortalecimento dos sindicatos, a ampliação dos seus quadros, a realização de campanhas de sindicalização, a criação de comissões para estudo e defesa dos diversos interesses proletários (previdência social, higiene, segurança do trabalho, salário profissional, salário-família e escala móvel) e de outras comissões similares para lutar contra a carestia da vida, pela democratização dos órgãos públicos de controle dos preços, para realizar a estatística do custo de vida, incentivar o esporte, a recreação, a cultura e a arregimentação de jovens e mulheres. Por isso, os comunistas recomendavam que os cursos realizados pelo SENAI e SENAC fossem utilizados, bem como aqueles organizados pelo Ministério do Trabalho, SESI e outras instituições afins que objetivavam a elevação do nível profissional dos trabalhadores. Ianni, O. *op. cit.* 1978.

Essa compreensão dos comunistas acerca das condições de luta política no seio do proletariado se estendeu para o âmbito nacional, especialmente naqueles momentos citados há pouco. Assim, foram definidas as contradições principais e secundárias, internas e externas, como alvos estratégicos e táticos da atividade política da esquerda em nosso país. Dentre essas contradições se destacavam o desenvolvimento econômico nacionalista e o imperialismo, a ascensão das massas camponesas e o latifúndio, e estas envolviam as reformas de base, a “frente única” com a burguesia nacional, a aliança operária e estudantil, a valorização do nacionalismo e do “espírito democrático” das Forças Armadas, etc.

Tal compreensão da realidade brasileira foi colocada em prática em diversos momentos e, para Octávio Ianni (1978:105-106), a síntese dessa interpretação e dessa prática emerge em diversas resoluções partidárias, especialmente do PCB, naquele período:

- A sociedade brasileira encerra duas contradições fundamentais que exigem solução radical na atual etapa histórica de seu desenvolvimento. A primeira é a contradição entre a Nação e o imperialismo norte-americano e seus agentes internos. A segunda é a contradição entre as forças produtivas em crescimento e o monopólio da terra, que se expressa, essencialmente, como contradição entre os latifundiários e as massas camponesas;
- A contradição antagônica entre o proletariado e a burguesia, inerente ao capitalismo, é também uma contradição fundamental da sociedade brasileira. Mas esta contradição não exige solução radical e completa na atual etapa da revolução, uma vez que, na presente situação do País, não há condições para transformações socialistas imediatas.

Logo, a revolução brasileira era visualizada como antiimperialista e antifeudal, nacional e democrática, sendo suas tarefas essenciais:

- A completa libertação econômica e política da dependência em relação ao imperialismo, o que exige medidas radicais para eliminar a exploração dos monopólios estrangeiros que operam no País, principalmente os norte-americanos;
- A transformação radical da estrutura agrária, com a eliminação do monopólio da propriedade da terra, das relações pré-capitalistas de trabalho e, conseqüentemente, dos latifúndios como classe;

- O desenvolvimento independente e progressista da economia nacional, mediante a industrialização do País e a superação do atraso de nossa agricultura;
- A elevação efetiva do nível de vida material e cultural dos operários, dos camponeses e de todo o povo;
- A garantia real das liberdades democráticas e a conquista de novos direitos democráticos para as massas¹⁰³.

A concretização dessas tarefas remetia a profundas mudanças estruturais que implicavam em uma outra correlação de forças políticas na sociedade brasileira, inclusive a passagem do poder estatal para as forças antiimperialistas e antifeudais - a classe operária, os camponeses e segmentos da burguesia vinculados aos interesses nacionais. Todavia, é importante destacar que *a direção desse processo cabia ao proletariado* por este se configurar como a força revolucionária mais conseqüente.

Estas propostas constituíam uma síntese da política populista com a linha política de segmentos da esquerda, envolvendo o proletariado, a burguesia nacional e outros setores da sociedade, numa combinação entre o modelo de substituição de importações e as reformas de base em prol do desenvolvimento nacionalista. Esta era a essência da “democracia populista” como modelo político de desenvolvimento, onde se encontrava a singularidade da via brasileira para a industrialização, o desenvolvimento econômico em geral e a democratização.

Deve-se frisar que a adesão à “democracia populista” não foi exclusiva do PCB, outros segmentos políticos também foram nessa mesma direção concebida como recurso de ação política concreta e possível naquele contexto. Desse modo, ao PCB se juntaram o PCdoB (Partido Comunista do Brasil, maoísta), o PSB, o PTB, a FPN (Frente Parlamentar Nacionalista), a FLN (Frente de Libertação Nacional, 1961), a CGT (Confederação Geral dos Trabalhadores), a UNE (União Nacional dos Estudantes), a POLOP (Política Operária), a AP (Ação Popular, católica) e as Ligas Camponesas (sob a liderança de Francisco Julião). Além disso, outras figuras como Leonel Brizola, Miguel Arraes, Almino Afonso, San Tiago Dantas, entre outros, mais à esquerda ou mais à direita das diretrizes aludidas, se inseriram nesse quadro. Em nome do nacionalismo, da defesa nacional e do desenvolvimento econômico, até o Clube Militar se envolveu nessa corrente (Ianni, 1978).

¹⁰³ Resolução Política da Convenção Nacional dos Comunistas, Rio de Janeiro, 1961, pp.15-16, in Ianni, O. op. cit., 1978, pp.105-106.

Este foi o universo da “democracia populista” em nosso país, na luta pela industrialização e pela realização do ideal de um “Brasil potência”: por um lado, alguns setores da burguesia visando transformar nosso país numa “potência” no Terceiro Mundo aceitavam taticamente o apoio e a colaboração aberta ou velada da esquerda; por outro, a esquerda concebia a luta no seio da “democracia populista” como um momento tático para a concretização de objetivos socialistas.

No entanto, houve segmentos da esquerda brasileira que se colocaram num posicionamento mais radical, procurando evitar os inconvenientes ou o fascínio da “democracia populista”, lutando por preservar a pureza ideológica na teoria e na prática. Esse foi o caso da POLOP e da AP¹⁰⁴, cada uma à sua maneira. O radicalismo marxista-leninista e o radicalismo cristão, próprios desses grupos, objetivavam corrigir as confusões entre reformismo, oportunismo e revolução, preconizando a substituição da “frente única” por uma “frente de esquerda” e o combate às interpretações mecanicistas, isto é, a confusão entre meios e fins e o otimismo inerentes aos compromissos com a “democracia populista”.

Nessa perspectiva, a POLOP elaborou um programa de reivindicações concretas referentes ao custo de vida, à autonomia e liberdade sindical, às lutas camponesas, à luta antiimperialista, política externa, etc. Mas, de uma maneira geral, os itens das reivindicações apresentadas pela POLOP não se diferenciavam dos apresentados pelas outras organizações. O que mudava fundamentalmente na formulação da POLOP em relação às outras era o seu tom mais radical, como se pode observar a seguir: combate aos especuladores de gêneros na cidade e no campo mediante confisco de estoques, aplicação de medidas de exceção, etc., e liquidação do latifúndio; dissolução do Fundo Sindical e da Comissão de Enquadramento; abolição do direito de intervenção, de reconhecimento e de dissolução dos sindicatos pelo Ministério do Trabalho, assim como do controle financeiro, que o Ministério exerce através do Banco do Brasil; expropriação dos latifúndios, sem indenização, e entrega da terra aos camponeses; bloqueio das remessas de capitais, royalties e juros; denúncia dos tratados interamericanos e do Acordo Militar Brasil-EUA.¹⁰⁵

¹⁰⁴ A POLOP e a AP, dentre outras organizações de esquerda surgidas de uma série de cisões no movimento comunista brasileiro (PCdoB, PCBR, POC, ALN e MR-8), visualizavam a questão agrária como essencial e central na estratégia revolucionária pautada na construção da aliança operário-camponesa. Ainda que suas concepções de organização ou táticas diferissem, todas elas pensavam como o “atraso” poderia ser uma vantagem nesse processo. Em meados da década de 1970, essa estratégia que considerava decisivo o confronto armado foi cabalmente derrotada pela força repressiva do Estado. Del Roio, M. *op. cit.* 2003, p.286.

¹⁰⁵ Política Operária (06), Rio de Janeiro, s/d, pp.4-6. in Ianni, O. *op. cit.*, 1978, p.110.

Tal tentativa de “purificação” empreendida por esses segmentos da esquerda brasileira obteve maior êxito no seio da juventude universitária, e enfrentou dificuldades para transpor os muros das Universidades. Esses jovens já estavam envolvidos nas lutas nacionais e reformistas desde o final da Segunda Guerra Mundial, nas campanhas pela anistia dos presos políticos, pela exploração nacional do petróleo, pela democratização das instituições políticas, pela reforma dos sistemas de ensino e, a partir de 1960, pelas reformas de base, dentre elas a reforma universitária.

Porém, as rupturas desejadas pelos estudantes e por outros segmentos sociais organizados estavam inseridas no projeto de industrialização e desenvolvimento econômico do modelo Vargas, por isso as lutas pela transformação da sociedade eram sempre “corrigidas” pelas técnicas e alvos do populismo.

Destarte, a cultura política de esquerda em nosso país não conseguiu se libertar da “democracia populista” estando sempre balizada pelas suas técnicas e pela sua ideologia. Conseqüentemente, a esquerda se expôs às circunstâncias imediatas, oscilando entre o sectarismo e o oportunismo, sem uma linha definida que a orientasse de maneira segura, em cada momento, a ação revolucionária. Nessa situação, se sucederam derrotas e frustrações, diretamente relacionadas à reversão entre meios e fins, pensamentos e realidade, tais como: na deposição de Getúlio Vargas em 1945; no seu suicídio em 1954; na conjunção entre a “democracia populista” e o desenvolvimento internacionalista, direcionado por Juscelino Kubitschek em 1956-1960; na renúncia de Jânio Quadros em 1961 e na instauração do Golpe Militar de 1964 (Ianni, 1978:114-115).

No que se refere especificamente à trajetória histórica e política do PCB, há dois momentos que merecem destaque por expressarem as viragens políticas do Partido no cenário nacional que se configuraram, sobretudo, no *Manifesto de Agosto de 1950* e na *Declaração de Março de 1958*.

O primeiro documento, o *Manifesto de Agosto*, reflete o período repressivo do Governo Dutra, no qual segmentos do PCB passaram a defender a ampliação e a radicalização dos meios de luta política naquele cenário, inclusive o recurso da luta armada. Esta mudança de direção adotada por segmentos do PCB está diretamente relacionada aos contextos nacional e internacional, respectivamente, a dura repressão do Governo Dutra voltada aos segmentos organizados, sobretudo os comunistas, a perspectiva de um conflito bélico mundial entre as potências hegemônicas daquele período (a URSS e os EUA) e a vitória da Revolução Chinesa (1949).

O *Manifesto de Agosto* foi denominado por seus críticos tanto no interior do Partido quanto por estudiosos como uma postura que denotava “esquerdismo”, “sectarismo” e “voluntarismo”, um evidente distanciamento da realidade já que o período da eleição e posse de Vargas se distinguiu do Governo Dutra possibilitando um clima de relativa liberalização política, inclusive com a livre circulação da imprensa partidária.

Nesse aspecto, uma outra abordagem (Almeida, 2003:93) sustenta que as análises do *Manifesto de Agosto* devem considerar não só seus inegáveis traços sectários, mas também os acertos relacionados a aspectos gerais contidos nesse documento - uma fundamentada crítica da política do Estado naquele contexto histórico (a prisão e tortura de comunistas, a intervenção em mais de 140 sindicatos, a proibição da Confederação Geral dos Trabalhadores do Brasil e uma draconiana legislação antigreve) e a convocação de uma *Frente de Libertação Nacional* sem distinção de credo religioso, filosófico ou político que excluía somente aqueles segmentos mais reacionários das classes e frações dominantes, como os grandes comerciantes e industriais, banqueiros e latifundiários, associados aos interesses do imperialismo.

Ademais, havia no *Manifesto de Agosto* a defesa explícita das liberdades de pensamento, imprensa, reunião, associação, organização e do direito de voto aos analfabetos, bem como outras liberdades democráticas “secundárias”, dentre elas, a abolição de todas as desigualdades econômicas e jurídicas que pesavam sobre a mulher, a liberdade irrestrita à prática de todos os cultos, a supressão de todas as discriminações de etnia, credo, nacionalidade, etc., o auxílio e a proteção aos indígenas, a defesa de suas terras e o estímulo à sua organização autônoma. Dessa forma, as reivindicações relacionadas ao “modo de vida” e ao reconhecimento da “diferença” que caracterizam os movimentos sociais nos fins dos anos sessenta já estavam presentes nesse documento do PCB em 1950. É evidente que algumas dessas reivindicações poderiam ser concretizadas no interior da sociedade capitalista e outras somente através de uma luta nacional-revolucionária (Id, *ibid*).

O segundo documento, a *Declaração de Março*¹⁰⁶, expressa a incidência do XX Congresso do PCUS de 1956 sobre a esquerda brasileira, particularmente, o PCB. A partir

¹⁰⁶ Almeida (2003:115) sustenta que Jacob Gorender, um dos que elaboraram a *Declaração de Março*, fez uma excelente análise crítica desse documento e da posição política que este manifestava. Mas, no que concerne à sua aplicação prática, a análise de Gorender teria sido prejudicada por uma crítica unilateral à predominância da tendência direcionada por Prestes e Giocondo Dias (Gorender, 1980:30-32). Na verdade, os problemas desse documento estavam relacionados ao contexto internacional, por isso a vertente dominante não foi a única responsável pelos erros ou acertos da política do PCB entre 1958 e 1964.

desse Congresso, no qual foram desveladas as insuficiências e contradições da experiência histórica stalinista, houve reações distintas no interior do PCB; por um lado, alguns segmentos preconizavam, na prática, a sua dissolução; por outro, havia aqueles que defendiam a necessidade de empreender uma autocrítica profunda que, ao mesmo tempo, preservasse o Partido. Nessa última perspectiva, houve empenho de alguns de seus segmentos em refletir sobre o significado da democracia política e de suas instituições (no contexto do capitalismo) para as lutas dos trabalhadores e o papel assumido pelo Partido nesse processo.

Dessa maneira, na *Declaração de Março*, a direção do PCB identificava a existência de um processo concreto favorável à luta pela democracia política vinculada ao desenvolvimento do próprio capitalismo no cenário nacional que beneficiaria diretamente o proletariado urbano e os demais segmentos da sociedade tanto ao nível social e econômico como ao nível político. Para tanto, seria imprescindível constituir uma aliança entre as forças nacionais, populares e democráticas contra o imperialismo norte-americano e as “sobrevivências feudais” em nosso país visando sua superação. Nessa perspectiva, a luta armada seria concebida como um grave equívoco político por inviabilizar a realização de uma base consensual entre essas forças e por contribuir para o isolamento de segmentos da esquerda (Konder, 1980:104-105).

Essa viragem do PCB que preconizava a “via nacional” da revolução enfatizando a democratização do Estado e o jogo institucional para conquistar uma efetiva democracia burguesa, gerou muitos conflitos internos no Partido que resultariam em cisões na década seguinte. Esse novo posicionamento refletia a grave crise que atingia duramente a base político-ideológica do movimento socialista e operário internacional. Diante desse fato, não somente o PCB, mas a grande maioria dos partidos comunistas ocidentais em todo o mundo passaram a considerar a chamada “questão democrática” como alternativa política concreta.

Devemos reiterar, nesse momento, que esses documentos do PCB expressavam profundas mudanças e inflexões em curso no contexto macrosocietário, especialmente na Terceira Internacional. As principais implicações dessas mudanças foram analisadas ao longo desse capítulo devido à sua importância para nossa pesquisa.

3.2. A Questão das Alianças e as Viragens do PCB: o Manifesto de Agosto de 1950 e a Declaração de Março de 1958

A proposta de aliança dos comunistas com outras forças políticas da sociedade, inclusive a burguesia, tem sua origem histórica no período da ascensão de Hitler na Alemanha (1933) quando a Terceira Internacional reviu sua linha política (o “social-fascismo”) e adotou (no segundo semestre de 1934) a tática do *Front Populaire*, isto é, a aliança entre comunistas, socialistas, liberais e democratas contra o nazifascismo. No Brasil, essa linha também foi implementada resultando na criação de uma ampla coligação de forças políticas visando se contrapor ao perigo nazifascista¹⁰⁷, ou melhor, no nosso caso, ao integralismo. Assim, em março de 1935, emergia a *Aliança Nacional Libertadora*, sendo Luis Carlos Prestes seu presidente (Konder, 1980: 45).

Essa política de alianças culminaria no processo de democratização de 1945 e no surgimento (embrionário) de um partido comunista de massas no quadro nacional. Naquele período, a possibilidade da consolidação de uma democracia liberal burguesa permeada pelos direitos sociais estabelecidos pelo Estado corporativista parecia factível. “*A aliança com a burguesia em nome da soberania nacional e do desenvolvimento autônomo das forças produtivas teria o significado de uma reversão democrática do processo de revolução burguesa e de desconstrução da ‘via prussiana’, separando a burguesia das oligarquias latifundárias*” (Del Roio, 2003:287).

Dessa maneira, em abril de 1945, com o fim do Estado Novo, Prestes e seus companheiros foram anistiados e em maio daquele mesmo ano o PCB foi legalizado. Entre maio de 1945 e maio de 1947, como referido há pouco, o PCB se configura em nosso país como um partido de massas. Antes, o PCB havia vivenciado poucos e curtos períodos de legalidade (três meses e meio após a sua fundação, em 1922, e no primeiro semestre de 1927). No cenário internacional, a vitória da ampla coligação de nações (União Soviética, Estados Unidos, Inglaterra, França, etc.) constituída contra o nazifascismo aparentemente criava condições adversas para os regimes de direita em todo o mundo.

Contudo, essa ilusão logo se desfaz diante da situação concreta vivenciada no Brasil com a cassação do registro do PCB (maio de 1947), o rompimento das relações

¹⁰⁷ No VII (e último) Congresso da Terceira Internacional, em 1935, no qual estavam representados mais de três milhões de comunistas (785 mil em países capitalistas) por meio de 65 partidos, houve uma vigorosa manifestação favorável à constituição de uma “frente única” dos partidos da classe operária e à sua ampliação numa “frente popular” para conter o avanço do nazifascismo em todo o mundo. Bottomore, T. et.al. *op. cit.*, 1988, p. 199-200.

diplomáticas entre o governo brasileiro e a URSS (outubro de 1947), a cassação dos mandatos dos deputados comunistas (janeiro de 1948) e a invasão e depredação de redações de jornais comunistas pela polícia em várias cidades. Ao mesmo tempo, o quadro internacional se mostra desfavorável, nos Estados Unidos era acionada a comissão liderada pelo senador Joseph Mac Carthy que investigaria as chamadas “atividades antiamericanas”, isto é, uma linha política claramente anticomunista que empreenderia uma verdadeira “caça às bruxas” naquele país; na Itália, o Papa Pio XII reforçaria esse clima adverso para os comunistas mediante sua “excomunicação” pública (Konder, 1980:72).

Por conseguinte, entre os militantes do PCB difundia-se o amargo sentimento de que eles haviam superestimado a liberal-democracia, resultando numa guinada política “esquerdista”, a partir de 1948, culminando no mencionado *Manifesto de Agosto* (1950).

Em face daquela conjuntura crítica, esse documento preconizava a ampliação das formas de organização política, inclusive a luta armada como possibilidade concreta de libertação nacional. Nesse sentido, segmentos do PCB propunham para a conquista do poder a constituição de uma *Frente Democrática de Libertação Nacional* e um programa de nove pontos, sintetizados na luta contra o imperialismo e pela soberania nacional.

No que se refere ao campo, o PCB propunha medidas contundentes visando combater o latifúndio através do confisco e distribuição de terras para os trabalhadores. Entretanto, essa “solução revolucionária” evocada pelo *Manifesto de Agosto* não excluía totalmente encaminhamentos reformistas de luta política, pois “o programa enfocava também a extensão da legislação social aos trabalhadores agrícolas e a liberdade de organização sindical” (Priori, 2003:67).

Essa mudança radical da linha política do PCB não se devia somente ao período da sua ilegalidade, da cassação dos mandatos de seus parlamentares e à repressão crescente do Governo Dutra sobre os trabalhadores e suas organizações. Na verdade, havia uma relação direta com a própria conjuntura internacional, particularmente, com a leitura advinda da URSS. Em setembro de 1947 foi instituído o *Bureau Comunista de Informação* (Cominform) que, de certa maneira, viabilizava um relacionamento mais estreito entre o PCB e o PCUS. Por conseguinte, tanto o PCB como outros partidos comunistas latino-americanos substituíram o “reformismo da frente popular” por uma “retórica revolucionária” (Id, *ibid*:68).

Concretamente, essa viragem política do PCB denominada por alguns dos seus segmentos e estudiosos como “esquerdista”, “sectária” e “voluntarista”, vai resultar na

organização de movimentos armados como os de Porecatu, de Trombas e Formoso, por exemplo. De certo modo, houve forte influência da Revolução Chinesa (1949) sobre esses segmentos que se entusiasmaram com aquela experiência e tentaram reproduzir no Brasil a principal estratégia elaborada por Mao Tsé-Tung na qual “o campo cerca a cidade” (Id, ibid: 70).

Como mencionado, essa linha política sofreu muitas críticas tanto da parte de militantes do próprio PCB como de estudiosos. A mais severa destas no interior do Partido foi a de Moisés Vinhas (1982) no seu célebre livro intitulado *O Partidão*. Neste, o autor sustenta que o PCB havia formulado sua política tendo como referência a atuação repressiva do Governo Dutra (cassação do registro do PCB e do mandato de seus parlamentares), mas não teria considerado o novo momento político próprio da eleição e posse de Vargas em 1950. Naquele período, o país voltava a desfrutar de algumas liberdades democráticas o que permitia um clima de relativa liberalização, possibilitando a intervenção dos comunistas no cenário político, inclusive a livre circulação da imprensa partidária. Apesar de os dirigentes do Partido utilizarem essa liberdade de imprensa para emitir suas opiniões, eles permaneceram na clandestinidade e isso estaria mais relacionado às suas próprias concepções dominantes naquele período do que com a realidade (Vinhas, 1982: 129).

Nessa perspectiva, a análise simplista da prática do PCB do período da legalidade pautada em “ilusões direitistas” e pelo “colaboracionismo de classe”, presentes no *Manifesto de Agosto* e corroboradas no IV Congresso do PCB (1954), teriam conduzido o Partido ao ímpeto da “revolução”. Como resultado, o Partido passaria a considerar os sindicatos como órgãos do Estado e a serviço da burguesia e do latifúndio que deveriam ser substituídos por novas organizações “revolucionárias”, “puras”, “autônomas”, “independentes” e “paralelas”.

Jacob Gorender (1987) também elaborou duras críticas à essa viragem política do PCB, naqueles anos, que se aproximam das análises de Moisés Vinhas. Na visão de Gorender (1987:21), a direção nacional do PCB teria reagido ao caráter repressivo do Governo Dutra com “extremismo e desequilíbrio passional”, adotando uma posição “catastrofista e apocalíptica”, isto é, do pacifismo anterior à defesa explícita da violência revolucionária imediata.

Apesar de a repressão do segundo período do Governo Vargas ter sido menos intensa que a do Governo Dutra, possibilitado uma revitalização das atividades sindicais e a realização de eleições, os comunistas se mantiveram afastados dos sindicatos e não

participaram das eleições de 1950, seguindo orientação do *Manifesto de Agosto*¹⁰⁸. Esse distanciamento dos sindicatos oficiais e a orientação de organizar entidades “paralelas” externas trouxeram como conseqüências tanto a perda de espaço pelos comunistas como o fortalecimento dos trabalhistas nos sindicatos.

Um pouco mais tarde, diante da redução significativa de militantes do PCB (de cerca de 200.000, em 1946, para menos de 20.000), aquela posição seria revista resultando no retorno ao trabalho junto aos sindicatos entre 1952-1953. Naquele cenário, as campanhas de massa promovidas anteriormente pelo PCB, como a defesa da paz mundial em contraposição à ameaça de uma guerra atômica, na esfera internacional, e a defesa do nosso petróleo contra os trustes, na esfera nacional, garantiram que o Partido não fosse reduzido a dimensões ainda mais ínfimas (Konder, 1980:94).

Deve-se enfatizar que a linha política adotada pelo PCB nem sempre foi incorporada de modo integral pelos seus militantes, especialmente no meio sindical onde a dissociação entre direção e militância foi maior. Desse modo, surgia uma tensão entre a base sindical e a cúpula do Partido e emergia a figura da dupla militância, isto é, a tentativa de conciliar convicções pessoais com a disciplina partidária¹⁰⁹.

Como aludido há pouco, entre 1952 e 1953, o PCB reformulou suas linhas gerais de intervenção no meio sindical, generalizando o que já ocorria na prática - o retorno aos sindicatos, a ampliação das reivindicações dos trabalhadores, a constituição de alianças com outras forças políticas, notadamente os trabalhistas, a retomada da luta pela sindicalização e unidade sindical (Vinhas, 1982:130).

A partir daí, os comunistas se empenhariam na “exploração dos espaços existentes”, buscando organizar o movimento sindical “por baixo” (“comissões de fábrica”, “comissões de salários” e levando as decisões mais relevantes para assembléias por categorias e gerais¹¹⁰) e “por cima” (criando organismos que contemplassem a unidade da

¹⁰⁸ Numa Resolução sobre o trabalho sindical, o *Manifesto de Agosto* frisava que as lutas e greves salariais não objetivavam somente a conquista de reivindicações econômicas, mas, fundamentalmente, a educação da classe operária e o reforço da sua organização e da sua unidade, visando sua preparação para a missão histórica que lhe cabia, isto é, liquidar o capitalismo e conquistar o socialismo. Essa posição é compatível com uma perspectiva classista revolucionária que visa transcender o individualismo e o corporativismo nas lutas dos trabalhadores objetivando uma nova sociabilidade, por isso mesmo ela é defensável nos dias de hoje. Talvez pudéssemos contestar a maneira como essa posição política se concretizou naquele período histórico, mas não o seu conteúdo a não ser que renunciássemos àquela perspectiva.

¹⁰⁹ No fim da década de 1980, a direção do PCB defendia que a fração sindical deveria continuar vinculada à CGT e a maioria da militância defendia uma maior aproximação com a CUT; no início da década de 1990, a fração sindical do PCB se vinculou à CUT. Priori, A. *op. cit.* 2003:75.

¹¹⁰ Como se pode perceber o “novo sindicalismo” dos anos oitenta foi antecedido por essas medidas formuladas nos anos cinquenta pelo PCB. Logo, o “novo sindicalismo” não era tão “novo” assim. Priori, A.

classe trabalhadora). Como consequência surge o *Pacto da Unidade Intersindical* (PUI) durante a grande greve de 1953, mais conhecida como a greve dos “300 mil”, depois o *Pacto de Unidade e Ação* (PUA) e, finalmente, o *Congresso Geral dos Trabalhadores* (CGT) que se tornou a mais importante organização sindical vertical, fora da estrutura oficial, até o golpe militar de 1964 (Priori, 2003:76-77).

Foi essa aproximação com os trabalhistas e os sindicatos oficiais que permitiu ao PCB liderar a “greve dos 300 mil” de 1953 e as que se sucederam nos anos imediatos. Mas, como essa nova postura no meio sindical foi imposta pela militância à direção do Partido, naqueles anos, sua linha política “sectária” e “esquerdista” se manteve, sendo reiterada no seu IV Congresso. A seguir, nos detemos nessa viragem “esquerdista” do PCB e seus desdobramentos buscando sua compreensão naquele contexto histórico e sociopolítico.

3.3. As Polêmicas Suscitadas pelo Manifesto de Agosto

Na segunda metade da década de 1940, o breve período de existência legal vivenciado pelo PCB lhe garantiu uma excelente votação nas eleições¹¹¹. Naquele cenário, como mencionado, o Partido adotou uma linha política que privilegiava a aliança com a burguesia nacional por considerar que esta expandiria o mercado interno conduzindo ao desenvolvimento do país e beneficiando diretamente o proletariado urbano. Entretanto, nenhuma fração da burguesia se manifestou favorável a essa aproximação com os comunistas, tanto a sua fração mercantil-financeira (que era mais comprometida com a dependência em relação ao imperialismo norte-americano e adotava as posturas mais antipopulares) quanto a industrial (da qual o partido esperava uma postura nacional e antiimperialista) assim procederam. Enquanto o PCB defendia a política de “união nacional”, a burguesia (que o Partido considerava como vinculada aos interesses nacionais) aderiu rapidamente à “Guerra Fria” e aos interesses do capital internacional (Almeida, 2003: 90).

op. cit. 2003:77.

¹¹¹ Nas eleições presidenciais de 02 de dezembro de 1945, o PCB obteve 9, 7% dos votos (com Yeddo Fiúza, um candidato não comunista, praticamente desconhecido e lançado 17 dias antes); Prestes foi eleito senador pelo Distrito Federal e deputado federal por quatro Estados (mais o Distrito Federal) e mais 14 representantes na Câmara dos Deputados (com 109 suplentes); o PCB também obteve uma excelente votação em importantes capitais e centros industriais. Nas eleições suplementares de janeiro de 1947, foram eleitos 46 deputados para 15 assembleias legislativas, constituindo a maior bancada de vereadores no Distrito Federal. Almeida, L.F.R. Insistente Desencontro: o PCB e a Revolução Burguesa no Período 1945-1964. In *Corações Vermelhos: os comunistas brasileiros no século XX*. São Paulo: Cortez, 2003, p. 89.

Isso demonstra claramente que o PCB superestimou a “vocação democrática e antiimperialista” da burguesia brasileira e, ao mesmo tempo, desconsiderou as mudanças em curso no plano internacional, com o desencadeamento da “Guerra Fria” e a ruptura dos governos burgueses com os partidos comunistas, mesmo naqueles países onde estes tinham profundas ligações com as classes trabalhadoras (Id, *ibid*).

Em nosso país, a guinada do Governo Dutra para uma postura mais acentuada de direita foi viabilizada por um acordo entre o PSD, a UDN e o PL, resultando nos fatos já aludidos - uma repressão implacável aos trabalhadores, com amplo e irrestrito recurso aos dispositivos legados pela estrutura sindical corporativista, o rompimento das relações diplomáticas entre o governo brasileiro e a URSS, bem como a cassação do registro do PCB e de todos os seus parlamentares.

Nesse cenário, como referido anteriormente, o PCB se caracterizaria por viragens políticas, deslizando para o “esquerdismo” expresso no Manifesto de Agosto de 1950. Mas, é importante frisar que esse documento foi elaborado sob o impacto da Guerra da Coreia e da tomada do poder pelos comunistas na China (1949). “*Sem dúvida, dado o seu caráter altamente reativo e carregado de frustrações frente à ‘traição’ das classes dominantes (burguesia progressista inclusa), o Manifesto de Agosto transpirava sectarismo. Mesmo assim, esta avaliação deve ser nuançada por uma série de motivos, a começar pelo fato de que o isolamento político foi anterior à guinada à esquerda, o que se revelou na total ausência de apoio de massa para que o partido lutasse efetivamente contra sua cassação e, mais tarde, também dos eleitos por sua legenda*” (Almeida, 2003:92).

Por outro lado, deve-se reiterar que o *Manifesto de Agosto* apresentava uma bem fundamentada crítica da política repressiva do Estado nacional, naquele momento, e conclamava a constituição de uma *Frente Democrática de Libertação Nacional* sem distinção de credo religioso, filosófico ou político, excluindo apenas os segmentos politicamente mais reacionários das classes dominantes.

Isso significa dizer que, naquele quadro, o *Manifesto de Agosto* continha mais acertos relativos a aspectos gerais do que os tão propalados equívocos apontados pelos seus críticos. Além da defesa das liberdades de pensamento, imprensa, reunião, associação, organização e o direito de voto para os analfabetos, havia um item dedicado explicitamente a outras liberdades democráticas, muitas delas consideradas “secundárias”, direcionadas à abolição das opressões e discriminações de gênero, etnia, credo, nacionalidade, etc. Logo, como referido, as reivindicações relacionadas ao “modo de vida” e à “diferença” que

caracterizam os movimentos sociais do final da década de 1960 já estavam presentes no *Manifesto de Agosto* (em 1950), sendo algumas destas realizáveis no seio da própria sociedade capitalista, outras mediante uma luta nacional-revolucionária (Almeida, 2003:93).

No que concerne à posição dos comunistas no período eleitoral, a exemplo do que fizeram em 1945, eles demoraram a se definir nas eleições presidenciais de 1950. A campanha de Vargas, sustentada por amplos segmentos da burguesia industrial, dos trabalhadores urbanos e da burocracia nacionalista estatal, crescia a cada dia.

Nesse contexto, O PCB propôs o voto em branco e isso tem gerado acerbas críticas de “esquerdismo” e distanciamento da realidade e, em geral, estas críticas partem da suposição de que o correto seria o apoio explícito e imediato. Mas, o voto em branco foi proposto pelo Partido somente para as eleições presidenciais e não era uma posição abstencionista de princípio. É evidente que o Manifesto de Agosto apresentava posições sectárias, mas não onde a maioria dos seus críticos indicava. *“A denúncia do caráter de classe do Estado e da política barbaramente repressiva por ele desencadeada era correta. Considerar as eleições um processo, no geral, secundário da luta política de classes não deveria surpreender marxistas. Para estes, até hoje esta formulação, embora não mais predominante, é, no geral, defensável: rompe com as ilusões eleitoralistas sem ignorar a importância da luta eleitoral”* (Almeida, 2003:94).

Diante daquela conjuntura específica, visualizada por esses segmentos como prenúncio de uma Terceira Guerra Mundial envolvendo os blocos hegemônicos da época (EUA e URSS) e tendo como referência a recente Revolução Chinesa (1949), evitar o eleitoralismo remetia a uma coerente tentativa de aproximação com a realidade, não o oposto. *“Dada a turbulência da conjuntura internacional, conclamar a luta armada não foi irrealista. O problema foi ter mantido a conclamação por um longo período e ela ter se reduzido a mera peça de retórica. Talvez pelo menos parte da explicação deve ser buscada nas relações com o PC da URSS”* (Id, ibid:95).

Ainda que o Projeto de Programa do PCB elaborado para ser debatido no VI Congresso do Partido tenha considerado o Governo Vargas como “de traição nacional” (Gorender, 1987:22), houve outros momentos que se diferenciam nitidamente deste como, por exemplo, o empenho do Partido na direção do movimento pela paz e a sua participação na campanha do petróleo, já mencionados.

No contexto internacional daquela época, ainda rigidamente bipolar, o Governo Vargas buscou impulsionar uma política de desenvolvimento do capitalismo industrial no

Brasil em novos termos. Nesse caso, não se tratava de desenvolver uma economia “autárquica” e fechada à participação de capitais estrangeiros. Mas, uma política de desenvolvimento capitalista que implicaria num rearranjo das forças internas em detrimento da fração mercantil-financeira da burguesia e redefinição das (não o combate às) relações de dependência em face dos países capitalistas avançados, sobretudo os Estados Unidos (Almeida, 2003:96).

Diante da crescente oposição do imperialismo norte-americano acrescida da virulência da direita civil e militar nacional só restava a Getúlio Vargas dois caminhos - o enfrentamento ou a capitulação. “A opção de Vargas foi mais sofisticada: suicidou-se em agosto de 1954, levou um manifesto de forte apelo político e polarizou imensa adesão popular [...]” (Almeida, 2003:96). Esse fato ocasionou uma “autêntica comoção nacional. O conteúdo antiimperialista da *Carta Testamento* era muito claro, não havia como escamoteá-lo. As massas saíram às ruas, depredaram a embaixada americana no Rio e danificaram alguns estabelecimentos de firmas ligadas aos Estados Unidos. Os comunistas também sofreram um impacto e se aproximaram espontaneamente da massa getulista” (Konder, 1980:95). Contudo, esse fato não impediu o ataque da massa trabalhista às sedes do PCB e das publicações comunistas em cidades como Porto Alegre e Belo Horizonte (Gorender, 1987:22).

No IV Congresso do PCB, realizado em novembro de 1954, na clandestinidade, emergiram algumas mudanças decorrentes desses fatos - o suicídio de Vargas e a aproximação dos comunistas com a massa getulista - associadas ao abandono do abstencionismo eleitoral pelo Partido que tornou possível seu apoio à chapa de Juscelino Kubitschek e João Goulart contra a chapa do General Juarez Távora em 1955, levando JK à vitória (Konder, 1980:95-96).

3.4. As Incidências do XX Congresso do PCUS sobre o PCB: A Emergência da “Questão Democrática” e a Defesa da Luta Armada

Em fevereiro de 1956, no XX Congresso do PCUS, três anos após a morte de Stálin, veio à tona o célebre relatório de Krushev que revelava as aludidas contradições e insuficiências da experiência histórica stalinista. “*O tal ‘informe secreto’ teve o efeito de uma bomba sobre o movimento comunista mundial. Os comunistas de todos os países ficaram constrangidíssimos. [...] Palmiro Togliatti [...] falou, amargamente, em*

manifestações de ‘degenerescência’ do socialismo na União Soviética e alvitrou a possibilidade de a revolução mundial ter entrado em nova fase, na fase do policentrismo” (Konder, 1980:98).

No Brasil, a perplexidade entre os comunistas foi ainda maior que em outros países, pois, durante alguns meses, o PCB não se manifestou publicamente sobre aqueles fatos. Num período em que a autenticidade do relatório de Krushev já era reconhecida pelos principais partidos comunistas ocidentais, os simpatizantes e militantes do PCB ainda o concebiam como uma falsificação da CIA, uma fraude. Foi desse modo que tal relatório, publicado entre junho/julho de 1956, no *Diário de Notícias* do Rio de Janeiro, foi recebido entre nós. O debate público finalmente se constituiu quando uma carta assinada por Maurício Ferreira foi respondida através da *Voz Operária* e da *Imprensa Popular* de 06/10/1956 por João Batista de Lima e Silva que sustentava a necessidade de discussão. A partir daí, a direção do Partido se manifestou e durante meses “os militantes e simpatizantes exteriorizaram suas dúvidas, remorsos, irritações, apreensões e mágoas nas páginas da *Imprensa Popular*” (Id, *ibid*:99).

Em sua autocrítica, o PCB afirmava ter infringido os princípios do marxismo ao deixar de avaliar com espírito crítico tudo que advinha de Stálin, do PCUS e da União Soviética. Ademais, sugeria uma crítica concreta ao próprio PCUS que não havia informado ao PCB os últimos acontecimentos, mas sim a imprensa burguesa. Diante disso, alguns militantes do PCB se insurgiram contra o Partido e suas críticas preconizavam, na prática, a sua dissolução (Agildo Barata e Osvaldo Peralva, dentre outros). Havia também aqueles que consideravam arriscada uma mudança nos rumos do Partido e preconizavam o recuo diante de qualquer crítica substancial (Diógenes Arruda, João Amazonas, Maurício Grabois, Pedro Pomar e outros).

Dessas duas posições, prevaleceu no seio do PCB uma corrente disposta a promover uma autocrítica profunda concomitante à preservação do Partido. Esta corrente admitia a necessidade de uma nova reflexão acerca da “questão democrática” tanto ao nível da intervenção político-partidária como ao nível da sociedade em geral. A resultante desses fatos foi a emergência de uma nova linha política que se expressou na mencionada *Declaração de Março de 1958*, publicada na *Voz Operária*. Nesse documento, a direção do Partido considerava que havia no Brasil um processo objetivamente favorável à luta pela democracia associado ao desenvolvimento do capitalismo, sendo esta uma tendência permanente. Por isso, tornava-se necessária “uma aliança entre todas as forças interessadas na luta contra a política de submissão ao imperialismo norte-americano”, pois

historicamente na vida política brasileira “as vitórias antiimperialistas e democráticas só puderam ser obtidas pela atuação em frente única daquelas forças” (Konder, 1980:104-105).

Nessa perspectiva, os comunistas deveriam ampliar e consolidar uma base consensual que seria imprescindível aos avanços necessários à sociedade brasileira, visando a conquista dos objetivos vitais do proletariado e do povo “por um longo caminho de luta árdua, cheio de contradições e choques, que poderia evitar o derramamento de sangue na insurreição armada ou na guerra civil”¹¹².

Portanto, depois do XX Congresso do PCUS de 1956 ocorre uma redefinição profunda na concepção dos partidos comunistas ocidentais quanto ao significado dos conceitos de revolução e de democracia política para as lutas dos trabalhadores e esta se refletiu sobre a grande maioria dos partidos comunistas em todo o mundo, inclusive o PCB. O reconhecimento da diversidade e particularidade de situações sócio-históricas nas quais os comunistas deveriam intervir conduziu à busca das chamadas “vias nacionais ao socialismo”. A exemplo do que ocorria na Europa, nos influentes partidos comunistas da França e da Itália¹¹³, também no Brasil e em outros países do Terceiro Mundo, de um modo geral, a democracia política, suas instituições e as amplas alianças sociais passaram a ser muito valorizadas.

¹¹² É importante enfatizar aqui a evidente semelhança entre essas posições de segmentos do PCB (1958) e as idéias que mais tarde, sobretudo, na década de 1970, se manifestariam no eurocomunismo (abordado no primeiro capítulo da nossa tese). Essas posições de segmentos do PCB antecedem as formulações do eurocomunismo, mas se aprofundam no final da década de 1970 com a publicação do ensaio de Carlos Nelson Coutinho *A Democracia como Valor Universal*, claramente inspirado nos teóricos do eurocomunismo. Na verdade, as análises de Coutinho remetem ao debate sobre o revisionismo bernsteiniano no interior do marxismo, entre o final do século XIX e o início do século XX, que tratava, fundamentalmente, da possibilidade de transição ao socialismo “no marco da luta legal”, de modo pacífico e gradual, sem ruptura com as estruturas capitalistas, argumento central que também se encontra no eurocomunismo. Assim, consideramos procedente listar as principais teses do eurocomunismo: 1) Necessidade do consenso da maioria da população e conservação das instituições parlamentares burguesas (que gozam do apoio dessa maioria); 2) Possibilidade de esvaziamento do conteúdo de classe (burguês) dessas instituições; 3) Negação de um confronto direto entre a burguesia e o proletariado (que resultaria na derrota do proletariado e na destruição das instituições parlamentares burguesas, retardando a possibilidade de ruptura); 4) Conquista de maiorias parlamentares significativas (apoiadas pela pressão e mobilização das massas); 5) Obtenção de reformas estruturais que transformariam gradualmente o sistema capitalista; 6) Constituição de uma aliança antimonopolista (incluindo a classe operária e a massa de assalariados, uma parte do campesinato e da pequena e média burguesia). Ademais, havia a ressalva, por parte dos teóricos do eurocomunismo, de que essa aliança somente seria possível se não fosse questionada a propriedade privada dos meios sociais de produção. Através dessas medidas, associadas a mecanismos de democratização da economia e da gestão do Estado, o peso e o poder das massas trabalhadoras na sociedade capitalista aumentariam de forma qualitativa conduzindo ao socialismo nos países industrialmente avançados. Mandel, E. *Crítica do Eurocomunismo*, 1978, pp. 161-162.

¹¹³ Naquela época, Palmiro Togliatti escreveu *O Caminho Italiano para o Socialismo* (janeiro, 1958) e, mais tarde, *O Memorial de Ialta* (agosto, 1964), documento histórico considerado como seu testamento político.

Essa nova direção assumida pelo PCB, expressa na *Declaração de Março*, em meio a sérios conflitos internos que antecipavam as cisões da década seguinte, preconizava a “via nacional” da revolução enfatizando a democratização do Estado e o jogo institucional para alcançar uma efetiva democracia burguesa. Para tanto, seria necessária a constituição de uma ampla frente nacionalista e democrática contra o imperialismo e as “sobrevivências feudais” no Brasil. Essa frente seria composta pelo proletariado, pela burguesia nacional, pela pequena burguesia e pelo campesinato, em oposição ao imperialismo e seus aliados na formação social brasileira - o latifúndio e os segmentos burgueses a ele associados.

No que se refere a essa guinada política do PCB, devemos destacar que ela estava relacionada à postura da Internacional Comunista naqueles anos e sobre isso nos deteremos mais adiante quando tratarmos das teses sobre a “revolução em etapas” e “os restos feudais” nos países latino-americanos, incluindo o Brasil.

O programa nacional-democrático que sustentava a proposta de uma frente nacionalista contra o imperialismo deveria ser associado a um conjunto de *reformas de estrutura* ou “reformas de base”, com destaque para a reforma agrária, além de um redirecionamento geral das políticas públicas, da política econômica e da política externa. Ademais, a questão da cultura e da identidade nacional também foram muito valorizadas nas intervenções teórico-políticas que emergiram naquele período (Del Roio, 2003:287-288).

Devido à debilidade do movimento operário e à situação embrionária da organização camponesa, o PCB considerava indispensável atrair e respaldar a parcela da burguesia brasileira que pudesse se opor ao imperialismo, assumindo o programa nacional-democrático. Nessa perspectiva, o Partido concebia a reforma agrária como uma reforma econômica voltada para o fortalecimento do mercado interno que se desdobraria em melhores condições de vida e trabalho no campo. “*O PCB não se deu conta de que a aliança política entre o proletariado urbano e o campesinato deveria ser o eixo estratégico do processo revolucionário e de que a ‘reforma agrária’ seria então uma palavra de ordem voltada mais para esse fim do que a realização de uma reforma econômica burguesa*” (Id, *ibid*:288).

Os que se opunham à estratégia política da “via nacional” perceberam, até certo ponto, essa limitação identificada como “etapista”, embora reproduzissem aspectos dessa mesma formulação. No início dos anos sessenta, a aceleração desse processo sociopolítico resultou na fragmentação da esquerda brasileira, no seio do PCB emerge o PCdoB e, no seu exterior, a POLOP e a AP. “*O debate que se passou a travar foi em torno da tensão*

teórica e estratégica que perpassara toda a trajetória do PCB até então: se a aliança fundamental seria aquela entre a classe operária e o campesinato e se o objetivo estratégico seria desde já o socialismo, ou se antes seria necessária uma conclusão nacional e democrática para a revolução burguesa em processo, com um papel importante a ser desempenhado pela própria burguesia” (Id, ibid:289).

Na *Declaração de Março*, o PCB sustentava que a revolução brasileira se daria em duas etapas, na primeira, como uma revolução nacional e democrática, de conteúdo antiimperialista e antifeudal; na segunda, como uma revolução socialista, propriamente dita. A composição de forças sociais para a realização das tarefas revolucionárias em nosso país seria a mesma nas duas etapas - o proletariado, os camponeses e a burguesia nacional, incluindo a pequena burguesia.

Nesse documento, o PCB reconhecia o desenvolvimento capitalista em curso no Brasil, o que até então o Partido negara. Como o desenvolvimento capitalista ainda não se completara, nem amadurecera para a revolução socialista, cabia aos comunistas lutar pelas *reformas de estrutura* (ou “reformas de base”) visando transformar esse desenvolvimento em uma revolução nacional e democrática. Partindo do pressuposto de que havia uma situação internacional favorável ao socialismo e, do mesmo modo, na sociedade brasileira, o PCB apostava na possibilidade de um “*caminho pacífico*” para a revolução. A concretização desse caminho se daria na luta em prol da ampliação das liberdades democráticas e das reformas de estrutura, ainda no quadro da sociedade capitalista. No entanto, havia a ressalva de que a reação conservadora empreendida pelas classes e frações dominantes poderia impelir o Partido a optar por um outro caminho, o da luta armada (Caio Prado Júnior, 1987).

Apesar de seus problemas, como as teses sobre a existência de uma burguesia nacional antiimperialista, o “espírito democrático” das Forças Armadas, o feudalismo no passado histórico do Brasil e as conseqüentes “sobrevivências feudais” na contemporaneidade¹¹⁴, a *Declaração de Março* continha um elemento acertado e fecundo - a indicação da luta pelas reformas de estrutura ou reformas de base que tornou viável a mobilização e aglutinação de um grande conjunto de forças sociais entre 1963 e 1964. Naquele quadro, os comunistas puderam implementar uma orientação tática adequada

¹¹⁴ Estas teses do PCB, naqueles anos, foram contestadas por Caio Prado Júnior em sua obra *A Revolução Brasileira* (1987) tendo grande repercussão no seio da esquerda brasileira. Esta crítica do autor será abordada nesse capítulo no item 3.5.1.

àquela realidade concreta que fosse coerente com a linha política adotada pela direção do Partido (Jacob Gorender, 1987).

Nas guinadas políticas do PCB se destaca o anúncio dos novos estatutos do Partido (agosto de 1961) que trouxe, além da mudança no seu nome (de Partido Comunista do Brasil para Partido Comunista Brasileiro), a abolição da referência à ditadura do proletariado. Nas palavras de Luis Carlos Prestes¹¹⁵, na época, “os comunistas brasileiros reafirmam ainda uma vez que não são contra o regime democrático. Ao contrário, lutam pela democracia e são favoráveis à pluralidade de partidos, que exprime os diversos interesses e tendências do povo brasileiro”. Além do mais, os comunistas reconhecem “que o povo brasileiro é herdeiro de um rico patrimônio de tradições liberais. Essas tradições são valores que os comunistas querem enriquecidos para todo o povo e não apenas para as camadas mais afortunadas, como, de fato, tem ocorrido em nossa história” (Konder, 1980:110).

Essas mudanças, reflexos do XX Congresso do PCUS de 1956 que culminaram na *Declaração de Março de 1958*, incluindo o nome do PCB, a ausência da referência à ditadura do proletariado e a valorização da democracia política e das tradições liberais no Brasil, contrariaram os militantes “esquerdistas”, muitos dos quais decidiram manter o PCdoB, com um novo Comitê Central, em fevereiro de 1962. Em sua nova linha política, o PCB se distanciou claramente do recém-criado PCdoB e os militantes mais destacados do Partido assumiram em sua intervenção política e em seus debates uma nova postura, expressando a preocupação com a democratização dos métodos e do trabalho político empreendidos.

Durante a vigência do Governo de Juscelino Kubitschek, contexto sociopolítico no qual foi formulada a *Declaração de Março*, a postura do PCB consistia num apoio crítico que se explica pela sua nova postura expressa na defesa da democracia política - visando novas e amplas alianças para concretizar as mudanças necessárias ao país - e pela aposta na política de industrialização, considerada naquele momento indispensável à emancipação nacional que beneficiaria diretamente os trabalhadores.

¹¹⁵ Na trajetória de Luis Carlos Prestes e nos seus posicionamentos percebe-se uma clara preocupação com a “questão democrática” no Brasil, mas também guinadas que se manifestam entre o final de 1979 e início de 1980, período em que ele se mostrou favorável aos segmentos “esquerdistas” do Partido. E isso pode ser demonstrado numa entrevista ao *Jornal do Brasil* de 08 de dezembro de 1979, onde ele sustenta que o “pacifismo” do PCB na época do VI Congresso teria conduzido muitos jovens a se afastarem do Partido e a ingressarem na luta armada, por isso o PCB seria “responsável” por aquelas mortes. Além disso, em uma outra entrevista no *Jornal Hora do Povo* de 04 de janeiro de 1980, Prestes equipara o socialismo à democracia, dissolvendo a democracia no socialismo. Konder, L. *op. cit.* 1980, p.138.

O PCB apoiava aquele modelo de desenvolvimento (capitalista) por considerar que, naquela etapa da revolução brasileira, o mesmo correspondia “aos interesses do proletariado e de todo o povo”. Isto é, no cenário de uma revolução que ainda não era socialista, mas “antiimperialista e antifeudal, nacional e democrática”, a contradição entre o proletariado e a burguesia não exigia “uma solução radical”.

Assim, as diferentes classes poderiam se aliar “em torno do objetivo comum de lutar por um desenvolvimento independente e progressista contra o imperialismo”. O campo dos adversários principais era formado, fundamentalmente, pelo imperialismo norte-americano e seus aliados internos, os latifundiários, “numerosos intermediários do comércio exterior, os sócios de empresas controladas pelo capital monopolista norte-americano e determinados agentes de negócios bancários e comerciais” (Almeida, 2003:184-187).

Visando combater esse bloco que era pequeno mas poderoso, o PCB propunha a constituição da mencionada “frente única” de forças da sociedade que lutaria por um governo nacionalista e democrático. Nessa direção, os comunistas apoiavam “os elementos nacionalistas e democratas” existentes no conjunto dos partidos políticos, abrindo mão da sua hegemonia a curto prazo no seio dessa frente política ao adotar “*a via pacífica da revolução*”.

Desse modo, os comunistas atribuíam grande importância à eleição de políticos nacionalistas e democratas como um objetivo tático imediato, já em outubro de 1958, visando eleger uma chapa nacionalista nas eleições presidenciais de 1960. Mas, o problema de fundo nesse quadro consistia no fato de que o nacionalismo do Governo JK não era antiimperialista, como pressupunha o PCB.

Sob diversos aspectos, muitas das formulações da *Declaração de Março* revelavam uma fina análise do processo político brasileiro naqueles anos. Como aludido anteriormente, ao mesmo tempo em que apoiava o desenvolvimento capitalista em nosso país, o PCB o criticava pela sua dependência e subordinação ao imperialismo. Por outro lado, o Partido considerava que a contradição existente entre a burguesia e o proletariado não demandava uma solução radical naquele momento. “*É bastante provável que esta avaliação tenha ido longe demais e que os comunistas tenham perdido de vista que, para amplos setores da burguesia brasileira, a mesma realidade era vista com os sinais trocados. O grande problema não era o imperialismo, mas as classes populares*” (Almeida, 2003:119).

A análise do PCB de que o movimento nacionalista tenderia a crescer revelou-se ainda mais correta no início dos anos sessenta. No entanto, o Partido não teria percebido que se tratava de uma outra configuração do nacionalismo, pois a forte presença das classes populares, inclusive do meio rural, continha um potencial antiimperialista incompatível mesmo com amplos segmentos da “parte boa” do Governo JK, aquela que o Partido pretendia fortalecer, e que o nacionalismo adotado por esse governo não era antiimperialista e sua democracia (burguesa) de baixíssima intensidade (Id, *ibid*:121).

Em setembro de 1960, o V Congresso do PCB confirmou, em sua essência, a linha assumida na *Declaração de Março*, sendo endossada a idéia da necessidade de aprofundar a análise da “questão democrática”. Na Resolução Política desse Congresso, a democracia era concebida na sociedade brasileira como uma etapa a ser ultrapassada posteriormente por um regime socialista que, por representar os interesses da maioria do povo (as massas trabalhadoras), poderia ser dispensado de ser *formalmente* democrático (Konder 1980:106-109).

Alguns anos depois, a instauração do golpe militar de 1964 desencadearia uma nova onda de repressão atingindo os comunistas e inviabilizando sua intervenção política e suas publicações. Nesse cenário, foi se estabelecendo no interior do PCB um intenso debate no qual a linha política adotada no V Congresso seria duramente criticada por segmentos “esquerdistas” que sustentavam a necessidade de uma resistência armada ao golpe.

Entre o segundo semestre de 1966 e o primeiro semestre de 1967, começou a circular clandestinamente a *Tribuna de Debate* onde os comunistas que preconizavam a luta armada como saída para o “oportunismo” do V Congresso passaram à ofensiva, preconizando a criação de um “foco guerrilheiro” e a adoção de uma plataforma socialista revolucionária. Na visão desses segmentos, as propostas do PCB não diferiam muito das propostas do MDB, por isso seria indispensável retomar a frente democrática baseada na aliança operário-camponesa; também havia a defesa do abstencionismo eleitoral e a denúncia da “farsa das eleições”. Uma das críticas mais ácidas foi de que a direção do PCB havia se transformado “num mero apêndice da oposição burguesa conciliadora” (Konder, 1980:114-115).

Nessa direção, novas organizações foram criadas (PCBR, ALN, VPR, MR-8) visando constituir uma alternativa revolucionária ao “reformismo” do PCB e muitos dos integrantes destas organizações perderam suas vidas tentando colocar em prática esta linha política. Esses segmentos da esquerda que optaram pela luta armada consideravam que no

Brasil se constituía uma situação pré-revolucionária que tornaria possível a tomada do poder por via da insurreição (Id, *ibid*:116).

Quanto a essa visão da conjuntura nacional, naquele período, uma outra análise (Netto, 1991:22-25) sustenta que não havia de fato uma situação pré-revolucionária no país, mas o questionamento do modelo de desenvolvimento capitalista historicamente adotado, cujas características principais eram a ausência de reformas, as soluções “pelo alto” e a exclusão das massas dos processos decisórios mais amplos. Nesse quadro, se configurava a possibilidade de conjunção entre as forças democráticas, nacionais e populares em torno de um novo projeto distinto daquele. Logo, não era a ordem burguesa que estava sendo colocada imediatamente em xeque, mas o modelo de desenvolvimento capitalista adotado no país até então. Por outro lado, isso não significa que inexistissem aspirações revolucionárias de conotação classista, especialmente entre segmentos que atuavam em algumas organizações de esquerda e no movimento sindical. Como se pode apreender desse processo, a instauração do golpe militar em 1964 representou a derrota das forças democráticas, nacionais e populares no cenário brasileiro.

Apesar das críticas e pressões dos segmentos “esquerdistas”, o VI Congresso do PCB (1967) decidiu manter e aprofundar a linha do V Congresso (1960), que havia reiterado a posição assumida pela *Declaração de Março* (1958), conclamando os comunistas a uma intervenção contínua vinculada concretamente à experiência cotidiana das massas populares.

Assim, a Resolução Política do VI Congresso do PCB preconizava a ampla mobilização das massas contra o regime militar visando sua derrota e a conquista das liberdades democráticas. Acresce-se a essa posição, as críticas às tendências “esquerdistas” que haviam chegado à direção do PCB e se serviam das mesmas concepções do passado (“de caráter pequeno-burguês e golpista”) que concebiam o processo revolucionário como resultante da ação de cúpulas ou do Partido e não como um fenômeno de massas. Esta concepção imprimiria na intervenção dos comunistas um sentido imediatista, de pressão pequeno-burguesa, desviando-os da perspectiva de uma luta permanente pelos objetivos táticos e estratégicos mediante o processo de acumulação de forças e a conquista da hegemonia pelo proletariado (Konder, 1980:117).

Com o AI-5, a repressão do regime militar se aprofundou e as organizações “esquerdistas” responderam através de “golpes de audácia” e de “atos de repercussão”, além da criação de “focos guerrilheiros”. Como se sabe, sem o apoio e a mobilização das massas, essas iniciativas de segmentos da esquerda brasileira além de não obterem êxito,

aparentemente, legitimaram a radicalização da repressão do regime sobre a sociedade civil organizada.

Nesse contexto, o PCB passou por grandes dificuldades pois perdera um número elevado de experientes dirigentes entre 1962 e 1967 (Diógenes Arruda, João Amazonas, Pedro Pomar, Mauricio Grabois, e mais tarde, Mário Alves, Jacob Gorender, Apolônio de Carvalho, Jover Teles, Carlos Marighella e Joaquim Câmara Ferreira, dentre outros). Em face desses fatos, foi colocada na ordem do dia a questão do aperfeiçoamento dos métodos de direção coletiva no Partido.

O seqüestro do embaixador norte-americano, no ano de 1969, impeliu os dirigentes do PCB a uma crítica mais explícita da política adotada por diversas organizações “esquerdistas”. Prestes sustentava na *Voz Operária* de abril daquele ano, que não seria possível derrotar a ditadura militar somente com atos de repercussão isolados (assaltos a bancos ou seqüestros de membros do corpo diplomático internacional), sem o apoio e a participação das massas. Na visão desses líderes, tais ações desestimulariam a organização dos trabalhadores na medida em que os militantes se colocavam como heróis que poderiam agir em nome do proletariado (Konder, 1980:121).

Durante o Governo Médici, as ações repressivas do regime militar se acirraram e o PCB precisou se ocupar da sua própria sobrevivência, o que o impediu de aprofundar sua concepção acerca da democracia. A partir da crise do “milagre” econômico, o regime foi impelido a adotar a “distensão lenta, gradual e segura”, nas palavras do sucessor de Médici, o General Geisel. Nesse quadro, as forças de oposição, incluindo o PCB, puderam intensificar suas intervenções políticas e se engajar na campanha eleitoral de 1974.

Todavia, foi nesse período que houve seqüestros e assassinatos de vários integrantes do Comitê Central do PCB, além do impedimento da circulação da *Voz Operária*. Tais fatos se explicam pela adoção de medidas de liberalização restrita pelo regime militar associadas a ações repressivas voltadas, especialmente, para os segmentos mais combativos da oposição organizada.

Dessa forma, a direção do PCB precisou deixar o Brasil, passando a intervir politicamente no exterior. A partir de abril de 1976, a *Voz Operária* (produzida fora do país) voltaria a circular, retomando a reflexão sobre a “questão democrática”. Um ano depois, o Comitê Central do PCB publica uma Resolução Política na qual afirmava que os comunistas não apostam no agravamento contínuo da tensão social e política como saída para crises no Brasil, mas, na democracia (“a aspiração básica da maioria da população”). Nessa concepção, os problemas nacionais somente seriam equacionados mediante um

amplo debate democrático entre as forças políticas organizadas que expressavam os diversos interesses e projetos presentes na sociedade brasileira (Konder, 1980).

Em maio de 1978, a *Voz Operária* publica uma nota da Comissão Executiva do PCB em relação do período eleitoral na qual proclamava a posição favorável ao pluripartidarismo que iria contribuir para a existência de uma democracia efetiva no Brasil, bem como para a construção posterior do socialismo.

Em novembro daquele mesmo ano, uma Resolução Política do Comitê Central do PCB sustentava que toda a rede de organizações não partidárias (de bairro, culturais, artísticas, recreativas, esportivas e religiosas) presentes na sociedade brasileira seria fundamental na luta pela democracia em nosso país. Por isso, os comunistas deveriam contribuir para desenvolver essas organizações, defender seus interesses específicos e encaminhá-las na direção da conquista das liberdades democráticas. Nesse documento havia a clara referência a uma *democracia de massas* que organizada “de baixo para cima” poderia assegurar a constituição e participação crescentes de um amplo bloco democrático, antiimperialista e antimonopolista na política nacional (Konder, 1980:133).

Naquele momento, os dirigentes do PCB consideravam indispensável a ação conjunta com seus aliados na formulação de uma alternativa concreta e viável que remetia à ampliação e consolidação de uma base consensual entre as diversas forças sociais presentes na sociedade brasileira. Como mencionado, a proclamação da luta armada seria concebida aqui como um empecilho a essa base consensual, contribuindo para isolar as vanguardas revolucionárias. Por isso, os objetivos vitais do proletariado e do povo deveriam ser conquistados através de uma luta árdua, plena de contradições e choques que poderia evitar o derramamento de sangue na insurreição armada ou na guerra civil (Id, *ibid*: 105; 133).

Em sua trajetória o PCB e suas ramificações, principalmente a partir dos anos sessenta, se empenharam em realizar uma revolução democrática no Brasil que generalizasse o estatuto da cidadania, desenvolvesse as forças produtivas do capital, extirpasse a ignorância e a fome das massas proletárias e erigisse um Estado nacional-democrático. Quanto ao tema da democracia, nesse cenário, este nunca esteve desvinculado dos seus fundamentos econômico-sociais: como a revolução em nosso país era concebida como de natureza social burguesa, a concretização da democracia demandava o desenvolvimento da industrialização no seio das relações sociais de produção, a superação do poder agrário oligárquico e do monopólio da propriedade da terra. Com efeito, a questão essencial nas intervenções teórico-políticas consistia em

identificar as forças sociais capazes de concretizar esse processo sócio-histórico (Del Roio, 2003:293).

Entre os comunistas brasileiros, a exemplo do que ocorreu no conjunto do movimento comunista nos países capitalistas periféricos, a “questão nacional” foi considerada central naqueles anos e estabelecia o nexos entre problemas interligados como a soberania do Estado no quadro internacional, o desenvolvimento das forças produtivas, a identidade e a cultura nacional-popular, elementos constitutivos da revolução burguesa nacional-democrática. *“A ponderável componente militar nas fileiras do PCB e a orientação política operário-sindical conivente com o corporativismo instruíram o comunismo brasileiro a operar dentro da dimensão estatal, de modo a se definir como um importante sujeito político de vanguarda da revolução burguesa pela via passiva que se realizou no Brasil”* (Del Roio, 2003:295).

Toda a trajetória do PCB foi marcada pelo vínculo com a Revolução Russa e a Internacional Comunista, definindo o caráter internacionalista do Partido. A sua fragmentação ideológica e orgânica ocorrida a partir da década de sessenta está vinculada, sem dúvida, às questões de política internacional sobre as distintas análises do imperialismo, mas, sobretudo, aos desdobramentos das revoluções na União Soviética, na China e em Cuba (Id, *ibid*:296-197).

Na década de oitenta, o tempo histórico da revolução burguesa no Brasil e da experiência do socialismo de Estado no Leste Europeu estava se concluindo. Assim, em meados de 1992, num cenário marcado pela ofensiva do capital em todas as frentes¹¹⁶, o PCB convocou um congresso destinado a encerrar sua trajetória após setenta anos de intervenção política no contexto nacional. A maioria dos seus integrantes, que se decidira antes pela incorporação de componentes oriundos de outras tradições da esquerda reformista, se voltou para a constituição de um novo agrupamento definido como “esquerda democrática”, sob a insígnia de Partido Popular Socialista (PPS). Neste último predominou uma perspectiva social-liberal centrada no discurso da democracia como um

¹¹⁶ Desde o final de 1970, uma revolução técnico-científica e gerencial promovia uma desconstrução da classe operária e de suas instituições, como o sindicato e o partido de massa, sob a égide da ideologia neoliberal. *“A desestabilização do socialismo de Estado nucleado na URSS e a ofensiva econômica e militar nas áreas desobstruídas, por um lado, e o ataque contra os direitos e as condições de vida do mundo do trabalho, por outro, colocaram em dúvida a própria possibilidade de uma alternativa socialista. O resultado foi uma ampla passagem das organizações sindicais e políticas de algum modo vinculadas à classe operária, para a esfera da influência da ideologia do capital e de suas instituições estatais e supranacionais”*. Del Roio, M. *op. cit.* 2003:296.

fim em si mesmo, visando se configurar como uma tendência de esquerda do regime neoliberal.

Uma parcela difusa dos que resistiram ao fim do PCB se aproximaria do PCdoB que conseguiu atravessar essa crise (que incidiu sobre toda a base organizativa e ideológica do movimento socialista e operário internacional) sem maiores problemas. Tal fato poderia ser creditado ao forte “doutrinarismo” ideológico que atravessa o PCdoB, encobrindo as contradições na análise do processo histórico e mantendo a unidade partidária. No entanto, este seria o seu limite no cenário nacional para um eventual crescimento e capacidade de hegemonia (Del Roio, 2003:296-297).

No Brasil, a relevância da intervenção teórico-política dos comunistas na luta contra a dominação oligárquica, o integralismo e a ditadura militar é de fato indubitável e esta sempre foi no sentido da garantia, da consolidação e do aprofundamento das liberdades democráticas. Todavia, devemos reiterar que o objetivo primordial dos comunistas nessa intervenção consistia em viabilizar a transição socialista na direção de uma sociedade sem classes, não se limitando à defesa da democracia política, de suas instituições e à realização de reformas.

Nunca é demais recordar que a revolução socialista não se restringe à ação insurrecional e muito menos à “escolha entre insurreição ou eleições”, como têm sustentado a direita e mesmo segmentos da esquerda. De fato, a insurreição constitui somente o ponto inicial do processo revolucionário que não remete, necessariamente, ao derramamento de sangue, podendo se realizar a partir da prévia desagregação política das instituições burguesas e do reconhecimento da legitimidade das organizações dos trabalhadores pelas massas. Nessa perspectiva, a transição socialista não se realiza de um só golpe, ao contrário, ela se configura como um complexo processo sociopolítico, econômico e cultural, sobretudo, naqueles países onde as instituições da democracia burguesa gozam de grande prestígio e legitimidade diante das massas (Mandel, 1978:233).

A partir da análise do debate da esquerda brasileira, percebemos que a ênfase sobre a “questão nacional” e a luta antiimperialista antecedeu a relevância que tem sido atribuída no período mais recente à “questão democrática”. Antes da década de 1970, era claro o destaque para a “questão nacional” e à luta antiimperialista, mas, no final dessa década, a “questão democrática” tem ocupado essa posição devido às experiências do nazifascismo e do stalinismo (na esfera internacional) e da ditadura militar (na esfera nacional) que atingiram duramente o proletariado e as massas em geral.

Nos dias de hoje, a valorização da democracia política (burguesa) se deve, sobretudo, àquelas experiências, o que é compreensível e justificável. No entanto, a burguesia tem se aproveitado dessa nova situação utilizando-a como uma das suas principais armas ideológicas ao propugnar falsos axiomas, isto é, a suposta impossibilidade de haver liberdade política e individual sem a democracia parlamentar burguesa. Como aludido antes, o Parlamento não é uma instituição “imposta” à burguesia pela luta dos trabalhadores, mas uma instituição de origem burguesa destinada a controlar a utilização dos impostos pagos pela burguesia. Por isso, tradicionalmente, a burguesia se contrapunha ao sufrágio universal visando assegurar aos proprietários o direito de eleger seus parlamentares. Deve-se reiterar que as demais instituições burguesas têm essa mesma gênese e essa mesma função, isto é, assegurar os interesses dos proprietários na sociedade de classes (Mandel, 1978:233).

Por outro lado, o sufrágio universal consiste numa conquista do movimento operário, com algumas exceções como o caso da Alemanha. Da mesma forma, o são as liberdades de associação, manifestação e de imprensa, bem como o direito de greve. Historicamente, a burguesia tem buscado restringir a extensão das liberdades democráticas das massas para que estas não entrem em contradição com a defesa da propriedade privada, seu interesse primordial. Nesse cenário, somente o avanço do movimento organizado dos trabalhadores pôde suprimir uma parte daquelas limitações e garantir a realização de alguns direitos da coletividade.

Logo, deve-se enfatizar que o movimento proletário organizado não é indiferente ao grau de extensão das liberdades democráticas das massas no interior do Estado burguês, pois a forma democrática parlamentar viabiliza o desenvolvimento da luta e organização dos trabalhadores, a expansão do seu movimento, a acumulação de experiências e a possibilidade de educação que são imprescindíveis ao desenvolvimento da consciência de classe.

A defesa das liberdades democráticas das massas e seu aprofundamento tem sido uma bandeira histórica dos comunistas, isso é inegável. Por outro lado, é importante reiterar que o aprofundamento dessas liberdades certamente se chocará com as estruturas do Estado burguês, mesmo as democráticas-parlamentares. Nesse quadro, que denota a emergência de um processo revolucionário, os comunistas devem preconizar o pluralismo dos partidos políticos e a liberdade de expressão de todas as correntes ideológicas, políticas e culturais, tendo em vista o nível de experiência e consciência das massas proletárias nos

países capitalistas avançados. Se não for dessa maneira, o empreendimento revolucionário não será exitoso (Mandel, 1978:233).

No que concerne ao mencionado privilegiamento da “questão nacional” ou da “questão democrática” no debate da esquerda brasileira em períodos determinados, este tem incidido tanto sobre a concepção de revolução quanto sobre as estratégias de luta política das classes trabalhadoras. Nessas polêmicas, o deslocamento da ênfase da “questão nacional” e da luta antiimperialista para a “questão democrática” e/ou a dissociação entre ambas, não são casuais e expressam os posicionamentos assumidos pelos autores que extrapolam seu cunho teórico-metodológico.

Nas propostas e lutas de segmentos do PCB em torno da “questão nacional” se destacavam as reformas de estrutura (dentre elas, a reforma agrária) e o papel do Estado na sua concretização. Naquela perspectiva, ainda que fosse admitida a aliança com as forças “progressistas” da sociedade, inclusive segmentos da burguesia nacional, *o papel central desse processo sociopolítico cabia ao proletariado*, não à burguesia, como ocorreria mais tarde, na década de 1980, quando a direção do PCB passou a dissociar a “questão nacional” e a luta antiimperialista da “questão democrática”. Assim, o conteúdo revolucionário do programa nacional-democrático foi se desvanecendo no cariz burguês que se conformaria a partir daí.

Em nossa pesquisa optamos por abordar mais especificamente a “questão democrática” e por esse motivo não nos detivemos nas controvérsias acerca da “questão nacional” ainda que, devido à sua relevância, esta última perpassasse as inúmeras polêmicas entre os autores com quem trabalhamos.

Desse modo, após discorrer sobre a formação social brasileira e o contexto sociopolítico e histórico no qual emerge a chamada “questão democrática”, com destaque para a intervenção do PCB, analisamos mais detidamente a concepção de revolução e o significado atribuído à democracia política no debate da esquerda que se configuram como temas estruturais nessas polêmicas. Nessa direção, se torna imprescindível a referência às teses sobre os “restos feudais” no Brasil e a “revolução em etapas”, ambas defendidas pelo PCB, em conformidade com as orientações da Internacional Comunista. Estas teses foram hegemônicas até pelo menos 1960 quando surgiram as análises críticas de Caio Prado Júnior que tiveram grande repercussão no seio da esquerda.

Além dessas teses, se destaca a do “valor universal” da democracia sustentada por Carlos Nelson Coutinho (1979) que tem suscitado acesas controvérsias, já que preconiza o abandono do legado teórico-político de Lênin e uma reformulação estratégica e

programática. Desde então, houve desdobramentos diversos que têm conformado as principais teses da chamada “esquerda democrática”, também abordadas nesse capítulo. Nosso objetivo aqui consiste em identificar essas teses no debate da esquerda visando apreender sua essência e seu significado para as lutas dos trabalhadores, bem como sua problematização. Nesse aspecto, a ênfase se coloca sobre aquelas teses que preconizam a democracia como um “valor em si” e contestam o seu caráter de classe (burguês). A nosso ver, tais teses podem deslizar para a renúncia efetiva de uma perspectiva classista revolucionária, pois tendem a superestimar os elementos de continuidade e obscurecer os de ruptura entre liberalismo e socialismo.

3.5. As Teses dos “Restos Feudais” no Brasil e da “Revolução em Etapas”

No debate acerca da formação social brasileira se destacam as vertentes mais relevantes que direcionaram as análises e intervenções dos comunistas, isto é, as teorias dos “restos feudais” no Brasil e da “revolução em etapas” nas quais residem interpretações da realidade nacional elaboradas a partir de transposições mecânicas e, de certa maneira, reducionistas dos processos histórico-particulares europeus e a tentativa de Caio Prado Júnior de compreender as especificidades históricas da nossa realidade articulando-as à perspectiva marxiana.

Nesse contexto, tanto a teoria dos “restos feudais” como da “revolução em etapas” têm sua origem nas análises da Internacional Comunista sobre as especificidades dos países latino-americanos, inclusive o Brasil. Mas, é importante ressaltar que a presença dessas análises pautadas em teses sobre a existência de elementos sociais de caráter “feudal” em nosso país são anteriores à introdução das teses da Internacional pelo PCB¹¹⁷.

Com efeito, as teses da Internacional Comunista, especialmente as advindas do VI Congresso de 1928, nas quais se enfatiza a existência de “relações feudais” no continente latino-americano, foram bem aceitas pela intelectualidade de esquerda da América latina porque a própria historiografia já considerava a existência de estruturas feudais nesse continente. Tais análises interpretativas apresentavam uma visão universalista e fortemente eurocêntrica priorizando o aspecto jurídico-político na instituição da organização da

¹¹⁷ Capistrano de Abreu em *Capítulos de História Colonial* (1907) destacava os “elementos feudais” na organização das capitânicas hereditárias, mas tarde, outros importantes pensadores brasileiros, como Oliveira Vianna (1952) e Nestor Duarte (1939), foram nessa mesma direção. Mazzeo, A.C. *op. cit.* 2003, p.153-170.

estrutura colonial, isto é, a herança dos aspectos histórico-estruturais de ordem feudal que se mantinham nas formas administrativas das metrópoles ibéricas.

Assim, ao não considerar as especificidades latino-americanas, essas análises viabilizavam a analogia com os países europeus e foi nessa tradição teórico-histórica que os primeiros estudos de corte marxiano sobre a América Latina se inspiraram. Além disso, “o marxismo chega ao continente permeado pela hegemonia filosófica de viés positivista, outro componente estrutural na construção das formas analíticas da realidade latino-americana e de uma intelectualidade situada na periferia do capitalismo e permeada pela ideologia da conciliação, cuja base de fundamento era o positivismo” (Mazzeo, 2003:154).

Nesse aspecto, deve-se atentar para o fato de que o positivismo se constitui na ideologia da reação conservadora a partir do século XIX, como “razão” da ordem burguesa na Europa. Na América Latina, o positivismo emerge como fundamento teórico no processo de formação dos Estados nacionais plasmado no contexto histórico do capitalismo tardio das metrópoles ibéricas que incorporam com grande retardo a Ilustração, a partir de um viés ideológico influenciado, mais tarde, pelo liberalismo conservador, anti-revolucionário e de caráter eclético-positivista (Id, *ibid*).

Ademais, o marxismo latino-americano faz sua interlocução com interpretações advindas de imigrantes europeus que traziam concepções socialistas apoiadas por uma literatura militante, em geral, simplista e vulgarizadora que difundia um marxismo permeado pelo positivismo cientificista.

Por conseguinte, o marxismo dominante nessa época, a exemplo do que ocorrera na Europa, se caracteriza pelo ecletismo atravessado por concepções lassalianas, comteanas, darwinistas e spencerianas. E essas influências se encontram nas pioneiras elaborações que buscavam analisar as realidades latino-americanas a partir dos instrumentos conceituais marxianos¹¹⁸.

Mas foi no cenário da criação do *Bureau Sul-Americano da Internacional Comunista*, em meados de 1925, sediado em Buenos Aires (Argentina), que se inicia de fato um esforço articulado para o desenvolvimento de reflexões teóricas sobre a América Latina, de cariz marxista.

Entre a fundação do Bureau Sul-Americano da Internacional Comunista e a realização da I Conferência dos Partidos Comunistas Latino-Americanos (01 e 12 de junho

¹¹⁸ Dentre essas primeiras elaborações, a do argentino Juan B. Justo que definia a luta pela emancipação do nosso continente como antifeudal. Mazzeo, A.C. *op. cit.* 2003, p.157.

de 1929), emergem diversos trabalhos teóricos, de corte marxista e grande originalidade. No entanto, essas tentativas de apreender as especificidades das realidades nacionais na América Latina ainda trazem a presença desse marxismo eclético¹¹⁹. *“A constatação da presença de elementos ecléticos nas formulações de importantes teóricos marxistas latino-americanos vem confirmar as análises contemporâneas que ressaltam a dificuldade encontrada pelo movimento operário dos finais do século XIX e dos inícios do século XX - inclusive na Europa -, em compreender na sua complexidade, a profundidade das categorias analíticas desenvolvidas por Marx. Não por acaso, todo debate desse período desenvolve-se em torno da questão reforma/evolução/revolução, no contexto no qual se inserem as discussões travadas no âmbito teórico, onde estão presentes as elaborações e os embates de Lênin e de Rosa Luxemburgo e, posteriormente, do jovem Lukács com o marxismo dogmático e evolucionista da Segunda Internacional”* (Mazzeo, 2003: 156-157).

Como referido há pouco, a criação do Bureau Sul-Americano da Internacional Comunista viabilizou uma rápida circulação da produção teórica de intelectuais revolucionários, mas, ao mesmo tempo, a difusão de um marxismo reducionista que passa a predominar na Internacional a partir de 1924, quando se realiza o seu V Congresso, o primeiro após a morte de Lênin.

Nesse V Congresso, a posição crítica recomendada pelo IV Congresso aos partidos comunistas dos países coloniais, em relação à colaboração com a “burguesia nacional” dessas localidades, se modifica. Assim, aquela colaboração antes vista com reservas passa a ser enfatizada implicando na “incorporação das frações de classe burguesa e pequeno burguesa, agora consideradas ‘progressistas’, ao bloco operário e camponês. Objetivamente, o V Congresso da IC afasta-se das elaborações criativas dos períodos anteriores, acabando por cair em análises esquemáticas e arquetípicas das realidades dos países orientais e coloniais. Essa tendência reducionista acentua-se sobremaneira no VI Congresso de 1928, quando da institucionalização da teoria da revolução feita por etapas” (Mazzeo, 2003:157).

Desse modo, a Internacional Comunista passa a classificar os países por meio de “modelos de desenvolvimento histórico” congregados em três grandes blocos - países de alto desenvolvimento, países de médio desenvolvimento e países coloniais e semicoloniais

¹¹⁹ Tal assertiva poderia ser demonstrada até mesmo nos escritos políticos de Astrojildo Pereira e no clássico *7 Ensayos de Interpretación de la Realidad Peruana* de José Carlos Mariátegui. Mazzeo, A.C. *op. cit.*, p.156.

-, que seriam utilizados para análise e construção de uma intervenção política naquelas realidades.

No caso da América latina e dos países do Oriente, essas teses sustentavam a existência de “resquícios feudais” originários do processo de colonização que os caracterizavam como países “coloniais e semicoloniais”, incluindo aí China e Índia, Brasil e Argentina, nos quais havia germes de indústrias ou um desenvolvimento industrial insuficientes para a construção independente do socialismo.

Nessa concepção, tanto na economia como na superestrutura política desses países predominavam relações de modo de produção asiático ou relações feudal-medievais. Destarte, a luta fundamental nessas realidades seria contra o feudalismo e as formas pré-capitalistas de produção que se concretizaria nas lutas pelo desenvolvimento agrário, pela independência nacional e contra o imperialismo (Mazzeo, 2003:158).

Entretanto, no interior da Internacional Comunista havia outras análises como as do suíço Jules Humbert-Droz¹²⁰ que ressaltavam os aspectos particulares da realidade latino-americana e apreendia o caráter de subordinação estrutural das burguesias “nacionais” da América Latina em relação ao imperialismo (inglês e norte-americano), bem como a oscilação dessas burguesias “autóctones” entre esses dois pólos, basicamente, nos países com relativo grau de desenvolvimento industrial. Nessas análises não havia referências a “formas feudais” na América Latina, mas os conceitos de “semicolônia” e “regime colonial capitalista”.

Como essas considerações estavam ausentes no VI Congresso da Internacional Comunista, houve o predomínio da formulação que ressaltava a existência de “formas ou relações feudais” na América Latina incorporada e referendada na Conferência dos Partidos Comunistas Latino-Americanos em 1929. A partir daí, foram elaborados os elementos gerais de uma teoria da revolução para a América Latina tendo como referência a revolução mexicana e, particularmente, a revolução chinesa, cujo impacto permitiu a emergência da idéia de uma “via chinesa” latino-americana.

A seguir, buscaremos analisar como essas orientações da Internacional Comunista incidiram sobre a esquerda brasileira, em especial sobre o PCB, e as críticas que suscitaram naquela época.

¹²⁰ Humbert-Droz era assistente da Internacional Comunista para os países latino-americanos (politicamente vinculado a Bukharin) e de certo modo suas formulações se antecipam às teses de Caio Prado Júnior. Mazzeo, A.C. *op. cit.* 157-159.

3.5.1. A Crítica de Caio Prado Júnior

No Brasil, um ponto crucial inerente ao debate de idéias no PCB concerne à recorrente defesa da necessidade de se abolir os traços “semifeudais” de exploração da terra, pautada na tese da aliança operário-camponesa para superar os “resquícios das relações feudais” em nosso país mediante uma revolução democrático-burguesa. Como referido há pouco, esta tese contemplava as análises teórico-políticas da Internacional Comunista para os países latino-americanos, especialmente Brasil e Argentina.

Caio Prado Júnior foi o primeiro a elaborar uma crítica contundente a essa interpretação, embora não tenha avançado na direção de uma estratégia política alternativa àquela modalidade de revolução preconizada pelo PCB que ele contestava. Para o autor, a tese da feudalidade no Brasil não encontrava sustentação na agricultura nacional e isso se explica porque os formuladores dessa teoria - a Terceira Internacional (Comunista) e o Bureau Sul-Americano da Internacional - pouco ou nada sabiam da realidade brasileira. Tudo o que se escrevia sobre nosso país, naquele período, não se fundava em nenhuma análise séria e rigorosa dos fatos econômicos, sociais e políticos (Caio Prado Júnior, 1987:36-37 *apud* Priori, 2003:78-81).

Os equívocos dessas teses residiam no fato de a Internacional Comunista visualizar os países latino-americanos, inclusive o Brasil, como países em transição do feudalismo ao capitalismo que deveriam eliminar os seus “restos feudais”, a exemplo do que ocorrera nos países da Europa. Nessa perspectiva, a revolução seria de natureza democrático-burguesa, conforme o modelo leninista aplicado na Rússia czarista, também um país atrasado, do ponto de vista capitalista, emergindo dos remanescentes do feudalismo para o capitalismo (Caio Prado Júnior, 1987:36).

O autor assevera que o Brasil não apresenta nada que justifique uma teoria dos “restos feudais”, pois para haver “restos” deveria ter existido aqui um sistema feudal, semifeudal ou algo similar ao feudalismo. A seu ver, a incorporação dessas teses pelo PCB e o debate colocado a partir daí seria muito simplório nesse aspecto. Os teóricos dos documentos e manifestos relativos a esse tema afirmavam que as formas feudais se caracterizavam, de modo geral, pelo sistema de parceria (sobretudo, a “meia” e a “terça”) e pela exigência do trabalho compulsório gratuito em algumas relações de emprego.

A sustentação anterior dessas teses foi desconstruída por Caio Prado Júnior através de argumentos consistentes - a parceria configurava uma simples relação de emprego, cujo

pagamento se realizava através de uma parcela do produto; já os trabalhos compulsórios gratuitos, mediante a troca do direito e utilização da terra (“cambão”) ou o fornecimento de gêneros alimentícios aos trabalhadores pelos proprietários, de forma geral a preços extorsivos (“barracão”). Nas suas análises, o autor concluía que nessas relações não se constituía qualquer traço feudal (Caio Prado Júnior, 1987:42 *apud* Priori, 2003:80).

A partir do exposto, o autor afirma que o PCB não compreendia a realidade do campo no Brasil e por essa razão preconizava uma reforma agrária de tipo camponês embora a grande maioria dos trabalhadores rurais estivesse vinculada à grande propriedade, inserida no setor produtivo, como vendedora de força de trabalho. Todavia, como mencionado, o autor não elaborou uma nova estratégia política que substituísse aquela que refutava. Sua proposta nesse quadro remetia somente à necessidade de se criar uma legislação trabalhista no campo e ampliar o processo de sindicalização nesse âmbito (Priori, 2003:81).

Em suas formulações, Caio Prado Júnior propunha para o Brasil um desenvolvimento autônomo em bases nacionais. Nesse ponto, ele aparentemente se aproxima dos segmentos da esquerda que preconizavam uma revolução democrático-burguesa para o nosso país, mas sem acreditar na existência de uma burguesia nacionalista e antiimperialista, tampouco na necessidade de superar os “restos feudais”, já que o Brasil há muito se constituía como uma formação social de características marcadamente capitalistas. *“Suas propostas, que consistiam basicamente na incorporação da massa de excluídos como cidadãos plenos na vida nacional, poderiam ser consideradas tímidas. Mas em um país marcado por profundas desigualdades sociais, pelo racismo, pela arrogância das classes dominantes e pelo autoritarismo, a plena incorporação social, econômica e política do conjunto dos dominados na sociedade brasileira, conferindo-lhes a possibilidade de serem senhores de seus destinos, representaria, sem dúvida uma revolução”* (Corsi, 2003:151).

Entretanto, na contemporaneidade, esta possibilidade parece se tornar cada vez mais remota, já que a atual fase do capitalismo aponta para a inviabilidade de um desenvolvimento autônomo de base nacional, como aquele sugerido por Caio Prado Júnior. Diante desse quadro, torna-se cada vez mais premente a organização e articulação do movimento dos trabalhadores que transcendam a esfera nacional, isto é, a retomada do internacionalismo.

No que se refere à tese da “revolução por etapas” institucionalizada no VI Congresso da Internacional Comunista de 1928, esta serviu como parâmetro para a

definição do caráter da revolução brasileira e as formas de luta que deveriam corresponder às táticas compatíveis com aquela estratégia definida pela Internacional.

A construção de um referencial que correspondesse às diretrizes teórico-políticas da Internacional Comunista iria conformar a linha política histórica do PCB, hegemônica na esquerda brasileira, até pelo menos o V Congresso do Partido (1960) quando surgem as mencionadas teses de Caio Prado Júnior contestando a teoria do feudalismo ou dos “restos feudais” aplicadas em nosso país. Conseqüentemente, todo o conjunto tático-estratégico da revolução brasileira preconizada pelo PCB até aquele momento também foi questionado.

Na interpretação da realidade nacional elaborada pelo PCB, a “etapa” da revolução foi especificada naquele quadro como de natureza “democrática, antifeudal e antiimperialista”. Sendo assim, a luta contra os “elementos feudais” presentes na formação social brasileira foi considerada fundamental, pois nessa luta estava contido o combate ao imperialismo que, naquela perspectiva, se configurava como aliado estrutural dos latifundiários. *“No centro dessa visão tático-estratégica - a revolução em etapas -, colocava-se a tarefa da realização da etapa democrático-burguesa da revolução, que viria exatamente como resultado da luta antifeudal e antiimperialista. O elemento fulcral dessa definição tático-estratégica dos comunistas era a aliança com os chamados ‘setores democráticos e progressistas’ de uma ‘burguesia nacional’, que estaria em contradição estrutural com o imperialismo. Nessa concepção, a burguesia ‘progressista’ em sua ‘contradição’ com o imperialismo, teria um papel decisivo na consolidação de uma democracia e de um capitalismo de caráter nacional que ao desenvolver-se, dissolveria os ‘resquícios feudais’ presentes na formação social brasileira”* (Mazzeo, 2003:159-160).

A construção desse elemento analítico central - a “revolução por etapas” e, por conseguinte, o “feudalismo no Brasil” - resultante das análises da Internacional Comunista (no aludido VI Congresso de 1928) incorporadas e reelaboradas pelo V Congresso do PCB (1960), teve como um dos seus teóricos mais relevantes o historiador marxista Nelson Werneck Sodré¹²¹. É importante dizer que esse elemento analítico central foi mantido até a grave crise do PCB em 1992.

Naquele cenário, o V Congresso do PCB de 1960 refletia não somente a radicalização da crise interna ocasionada pelo aprofundamento das divergências ideológicas no Partido, no caso, as reações à Declaração de Março de 1958, mas o próprio

¹²¹ O pioneirismo, inclusive temático, desse autor no cenário nacional foi salientado por José Paulo Netto recentemente em um ensaio intitulado: Nelson Werneck Sodré e a fundação da história marxista da literatura brasileira. Netto, J.P. in *Marxismo Impenitente*. op. cit. 2004, pp.175-201.

contexto internacional. “*Objetivamente, a crise do PCB constitui-se na particularidade brasileira de uma crise geral do movimento comunista, que tem seu início com a desarticulação do Komintern, determinada pela falência da perspectiva de uma revolução socialista na Europa a curto e médio prazo. Era a adaptação brasileira às resoluções feitas no Kominform, sobre a nova política soviética*” (Mazzeo, 2003:160).

No mencionado Congresso do PCB, havia dois tipos de divergência com o núcleo hegemônico do seu Comitê Central - o primeiro relacionado à condução prático-política do PCB, expresso nas críticas de João Amazonas, Maurício Grabois e Pedro Pomar que daria origem ao PCdoB (1962) e o segundo, de caráter teórico-interpretativo, representado pelas formulações de Caio Prado Júnior.

O primeiro tipo não questionava a teoria da “revolução por etapas” e a tese do feudalismo no Brasil, justamente por não romper com os fundamentos teóricos peculiares às interpretações da realidade brasileira e tampouco com as influências das análises sobre as formações sociais elaboradas pela Internacional Comunista. Visando sustentar sua divergência com o PCB, o núcleo dirigente do PCdoB retoma as teses centrais do Manifesto de Agosto de 1950, incorpora as resoluções do IV Congresso e radicaliza a crítica a Krushev e à nova linha político-ideológica implementada por Moscou (Id, *ibid*:160-161).

A constituição do PCdoB expressava uma profunda cisão no movimento comunista brasileiro e a importância histórica desse partido se deve ao fato de ter sido responsável pela introdução da corrente política maoísta na América Latina - o “cerco das cidades pelo campo” e a teoria do Bloco das Quatro Classes (formulada no V Congresso da Internacional Comunista, em 1924); esta última foi implementada pelo PCB no fim da década de 1920, quando Octávio Brandão e Astrojildo Pereira formulam sua criativa teoria da “revolução democrático-pequeno-burguesa”. Deve-se enfatizar que se o PCdoB não conseguiu superar o arcabouço teórico cristalizado que direcionava a ação dos comunistas brasileiros, outros segmentos da esquerda também encontraram dificuldades para ultrapassar as análises do PCB e da Internacional Comunista¹²².

O segundo tipo de divergência com a direção do PCB se configurava nas aludidas críticas de Caio Prado Júnior que apresentavam uma consistente análise refutando não só a

¹²² Esse é o caso da ALN, de Carlos Marighella e Joaquim Câmara que, apesar de defender a luta armada para derrubar o regime militar, apontava a necessidade da construção de um movimento nacional-libertador, no qual não se desconsiderava a possibilidade de uma aliança tática com setores da pequena burguesia e dos pequenos empresários. Outros grupos mais à esquerda propunham táticas de ação visivelmente inspiradas na linha “classe contra classe” também advinda da Internacional Comunista. Mazzeo, A.C. *op. cit.* p. 161.

tática partidária, no caso, a política de alianças, mas principalmente os elementos teórico-estratégicos que a constituíam. O autor contestava a visão positiva do PCB sobre o processo de desenvolvimento do capitalismo brasileiro e a tese sobre o feudalismo ou “restos feudais” em nosso país, bem como suas implicações políticas.

Essa crítica de Caio Prado Júnior foi direcionada ao aspecto central da análise do PCB sobre a realidade nacional, isto é, o caráter da revolução brasileira. Na visão do autor, o elemento basilar da política dos comunistas deveria estar nucleado pelo proletariado e não subordinado à burguesia nacional. No processo de sua organização, o proletariado construiria alianças, inclusive com setores da burguesia que, em momentos determinados, se opusessem aos interesses do imperialismo. Aqui o autor destacava que a burguesia brasileira não apresenta, em sua essência, um caráter nacional e por isso não se constitui como adversária do imperialismo. Essa análise se distingue profundamente do projeto de unidade subalternizada proposto pela direção do PCB naqueles anos e se aproxima das referidas formulações de Humbert-Dorz no interior da Internacional Comunista *“Um ponto central atacado por Prado Jr. é a questão agrária, subordinada à noção da existência de ‘relações feudais’ no campo brasileiro. A questão de fundo coloca-se, para Prado Jr., na modernização das relações de trabalho numa ruralidade já integrada e subsumida ao capital. Daí sua proposição para a reforma agrária ter um caráter de radicalidade que vai além da mera distribuição de terras a trabalhadores rurais e ter uma perspectiva de organização da massa de trabalhadores que, lutando por sua inclusão no direito trabalhista, supere a condição material posta pelas relações de produção capitalista”* (Mazzeo, 2003:162).

Deve-se ressaltar que a ênfase da análise de Caio Prado Júnior residia justamente na impossibilidade histórica da existência de um capitalismo nacional e autônomo em um país como o Brasil, onde a burguesia demonstrou sua incapacidade na realização de sua tarefa histórica fundamental, isto é, a revolução burguesa. Ao não superar sua “raiz colonial”, nosso país se inseriu tardiamente no processo de industrialização e, por conseguinte, de modo subordinado no sistema capitalista internacional (Id, *ibid*:164).

Ademais, Caio Prado Júnior definia a formação social brasileira como uma forma *capitalista não-clássica*, já que a transição da economia mercantil para o processo de industrialização se realizou sem romper com a estrutura colonial - um desenvolvimento subordinado e a permanência da relação capital-trabalho que remetia em suas características fundamentais ao passado escravista, particularmente no campo.

Nesse aspecto, o maior mérito de Caio Prado Júnior consiste na percepção de que é próprio da processualidade histórica do nosso país o elemento colonial-escravista na constituição do capitalismo. Em sua comparação entre a processualidade da formação social brasileira com a particularidade histórica da Rússia czarista - cuja estrutura agrária se fundava na pequena agricultura camponesa -, Caio Prado Júnior se aproxima dos conceitos lenineanos ao identificar o “não-classicismo” do capitalismo no Brasil que tem sua organização agrária baseada no latifúndio escravista. A partir do exposto, verifica-se que a inovadora análise de Caio Prado Júnior constitui um marco de ruptura nas formulações dos comunistas brasileiros e pode contribuir para novas interpretações mais apropriadas à nossa realidade (Mazzeo, 2003:165).

Historicamente, a base da hegemonia burguesa em nosso país tem sido o permanente alijamento das massas trabalhadoras das instâncias de decisão, seja mediante a coerção explícita, expressa em governos autocrático-bonapartistas, seja pela via da autocracia burguesa institucionalizada. Com efeito, em ambas, tem prevalecido o projeto da modernização subordinada do capitalismo brasileiro.

Portanto, diante do grau em que se consolidou contemporaneamente o capitalismo, será inviável para um país com as características do Brasil, que não superou sua “raiz colonial”, chegar a “etapas” que possibilitem o desenvolvimento de um capitalismo autônomo e de base nacional. *“Ao contrário, a perspectiva é o aprofundamento da subordinação e o estreitamento das conquistas dos trabalhadores, com a paulatina perda de seus direitos e a conseqüente miserabilização das massas populares. Assim, não podemos mais uma vez, reproduzindo os erros do passado, adentrar em ilusões de que as mudanças que devem ser realizadas - e o necessário aprofundamento da democracia, na perspectiva dos trabalhadores - possam ser levadas em alianças com uma burguesia historicamente golpista, antinacional e pró-imperialista. As tarefas democráticas do Brasil e a ruptura com a via colonial somente serão concluídas se construirmos a via revolucionária sob a hegemonia dos trabalhadores”* (Id, ibid:170).

Após abordar a crítica de Caio Prado Júnior às teses dos “restos feudais” no Brasil e da “revolução em etapas” assumidas pelo PCB, em conformidade com as orientações da Internacional Comunista, naqueles anos, nos voltaremos a seguir para a análise de outro momento importante no debate da esquerda nacional relacionado às elaborações de Carlos Nelson Coutinho (1979).

3.6. A Tese do “Valor Universal” da Democracia

Em nosso país, até meados dos anos sessenta, a esquerda brasileira se mobilizava em torno das reformas sociais, das campanhas nacionalistas e da defesa do desenvolvimento econômico. Já a partir dos anos setenta, até o período mais recente, em face das duras experiências do socialismo real, na esfera internacional, e da ditadura militar, na esfera nacional, a esquerda passou a considerar necessidade de repensar a “questão democrática”. Desde então, segmentos da esquerda têm preconizado o compromisso amplo, irrestrito e incondicional com a democracia para superar todos os equívocos do passado, em especial, aquela concepção anterior da democracia como um meio ou instrumento para a realização do socialismo. Como referido anteriormente, esse novo posicionamento tem gerado intensos embates político-ideológicos no seio da esquerda.

Nesse contexto, se sobressai a publicação do conhecido ensaio de Carlos Nelson Coutinho *A Democracia como Valor Universal* (1979) onde o autor refuta a tese leninista segundo a qual “*não existe democracia pura, a democracia sempre é burguesa ou proletária*” e procura invalidá-la apoiando-se na experiência histórica do Leste Europeu, na própria tradição marxista, especialmente Gramsci, e nos teóricos do eurocomunismo¹²³.

Coutinho (1994) ressalta em seus argumentos que a socialização da política expressa na emergência de uma complexa rede de organizações coletivas (partidos de massa, sindicatos, associações profissionais, comitês de empresa e de bairro, organizações culturais, etc.), entre a segunda metade do século XIX e durante todo o século XX, trouxe como conseqüência a emergência de sujeitos políticos coletivos, algo não previsto pela tradição liberal. E estas transformações reportam aos processos de socialização das forças produtivas impulsionados pelo próprio capitalismo, sobretudo pelo capitalismo tardio. O autor sustenta que devido a essas profundas transformações ocorridas no cenário

¹²³ Como referido antes, os teóricos eurocomunistas tinham como teses principais: a defesa da necessidade do consenso da maioria da população e a conservação das instituições parlamentares burguesas (que gozam do apoio dessa maioria); a possibilidade de esvaziamento do conteúdo de classe (burguês) dessas instituições; a negação de um confronto direto entre a burguesia e o proletariado (que resultaria na derrota do proletariado e na destruição das instituições parlamentares burguesas, retardando a possibilidade de ruptura); a conquista de maiorias parlamentares significativas (apoiadas pela pressão e mobilização das massas); a obtenção de reformas estruturais que transformariam gradualmente o sistema capitalista; e a constituição de uma aliança anti-monopolista (incluindo a classe operária e a massa de assalariados, uma parte do campesinato e da pequena e média burguesia). Nessa perspectiva, o êxito da aliança antimonopolista dependeria do não questionamento da propriedade privada dos meios sociais de produção. Dessa forma, essas medidas, aliadas a mecanismos de democratização da economia e da gestão do Estado, viabilizariam o fortalecimento das classes trabalhadoras na sociedade capitalista, conduzindo ao socialismo. Mandel, E. *op. cit.*, 1978, pp.161-162.

internacional e sua incidência sobre a sociedade brasileira, aquela estratégia tradicional da esquerda, preconizada sobretudo pelo PCB, se tornaria anacrônica.

Dessa maneira, o Estado se amplia e deixa de ser um instrumento exclusivo de uma classe¹²⁴ para se converter na arena privilegiada da luta de classes¹²⁵ e isso remeteria à necessidade de um novo conceito de revolução (processual) que se concretiza através de reformas contínuas, objetivando aprofundar a democracia e superar o capitalismo. Assim, para o autor, a democracia se torna indispensável não só na luta pelo socialismo, mas, do mesmo modo, para sua posterior construção e organização, por isso, “o caminho do socialismo é a democracia e não pode existir socialismo sem democracia” (Coutinho, 2000).

Nas polêmicas estabelecidas no interior da esquerda brasileira a partir da publicação desse ensaio de Coutinho, se destacam, fundamentalmente, as relativas à negação do caráter de classe (burguês) das democracias modernas e a atribuição da criação das instituições democráticas a uma classe específica, seja a burguesia seja o proletariado, e não como resultante de um complexo processo sociopolítico no qual nem sempre os agentes sociais vêm realizados seus objetivos iniciais.

As críticas de Coutinho em seus vários escritos, desde 1979 até o período mais recente, incidem basicamente sobre a concepção da democracia como uma etapa preliminar na direção do socialismo que deveria ser descartada no momento em que se instaurasse a ditadura do proletariado. Essa concepção foi denominada pelo autor como uma visão “estreita, instrumental, puramente tática da democracia” e estaria pautada numa equivocada concepção da teoria marxista do Estado, numa falsa e mecânica identificação entre democracia política e dominação burguesa, além de uma visão “etapista” da revolução¹²⁶.

Os escritos de Coutinho se configuram como um divisor de águas na esquerda brasileira já que preconizam uma *ruptura doutrinária* e uma tentativa de *reformulação*

¹²⁴ Como Marx e Engels sustentavam no Manifesto em 1848, correspondendo à realidade daquele período histórico e sociopolítico.

¹²⁵ De acordo com Poulantzas (1985:162), o poder consiste em uma série de relações entre as diversas classes sociais, concentradas por excelência no Estado, poder que é constituído pela condensação de uma relação de forças entre as classes.

¹²⁶ As críticas de Coutinho se relacionam aqui à concepção da “revolução em etapas” e também à teoria dos “restos feudais” que foram hegemônicas na esquerda brasileira, particularmente no PCB, até a década de sessenta, quando vieram à tona as críticas de Caio Prado Júnior. E aquelas teses têm sua origem nas análises da Terceira Internacional (VI Congresso, 1928) sobre os países considerados “coloniais” ou “semicoloniais”, incluindo China e Índia, Brasil e Argentina, nos quais havia germes de indústria ou um desenvolvimento industrial insuficiente para a construção do socialismo. Vide o item 3.5 desse capítulo que aborda essas questões.

estratégica e programática, isto é, o abandono da tese marxista, enfatizada por Lênin, de que a democracia se configura como uma forma de dominação política do Estado capitalista, a diluição da idéia de revolução na de evolução (a ampliação da democracia seria a forma política do socialismo)¹²⁷, bem como a suposta necessidade de resgatar elementos da tradição liberal.

Visando fundamentar sua tese sobre o “valor universal” da democracia, Coutinho recorre naquele ensaio a Lukács (1979:86) que demonstrou como objetivações de valor surgem articuladas, em última instância, com o processo de crescente socialização do trabalho, através do qual ocorre um progressivo “recoo das barreiras naturais” e uma ampliação da liberdade humana. Nesse processo, através do qual o homem cria a si mesmo, vão se multiplicando e complexificando tanto os carecimentos quanto as faculdades humanas, ou seja, surgem ao mesmo tempo, num processo dialético, o carecimento de determinadas objetivações e a capacidade que torna possível a satisfação de tal carecimento. E essas objetivações podem ocorrer em qualquer esfera do ser social, da estética à política.

Ademais, Coutinho também recorre a Agnes Heller (1972)¹²⁸, argumentando que a autora definiu como valor tudo o que integra o ser genérico do homem e contribui, direta ou indiretamente, para a sua explicitação. “(...) *Os componentes da essência genérica do homem são, para Marx, o trabalho (a objetivação), a socialização, a universalidade, a consciência e a liberdade (...). Pode-se considerar ‘valor’ tudo o que, em qualquer das esferas [do ser social] e em relação à situação de cada momento, contribua para o enriquecimento daqueles componentes essenciais. (...) O valor, portanto, é uma categoria ontológico-social e, como tal, é algo objetivo (...). É independente das avaliações dos indivíduos, mas não da atividade dos homens, pois é expressão e resultante de relações e situações sociais*” (Heller, 1972: 03-05 *apud* Coutinho, 2000: 22-23).

Coutinho considera que nesse procedimento se deva agregar ao substantivo valor o qualificativo universal porque historicamente as objetivações democráticas têm sido capazes de promover essa explicitação e esse enriquecimento na sociedade capitalista e certamente ocorrerá o mesmo no socialismo (Coutinho, 2000).

Logo, na visão do autor, as múltiplas objetivações que constituem a democracia moderna surgem como respostas, dadas em determinado nível concreto do processo de

¹²⁷ Quartim de Moraes, J. A Universalidade da Democracia: Esperanças e Ilusões. In: *Ad Hominem*, Tomo I - Marxismo. São Paulo: Edições Ad Hominem. 1999:160.

¹²⁸ No passado, Agnes Heller foi discípula de Lukács, mas, hoje suas posições evidenciam o distanciamento da tradição marxista.

socialização do trabalho, ao desenvolvimento correspondente dos carecimentos de socialização da política.

Deve-se ressaltar que em 1999, Coutinho inseriu uma modificação na sua tese sobre o “valor universal” da democracia, ele passou a sustentar que, na verdade, o mais adequado seria considerar o processo de “democratização” como um valor universal e não propriamente a democracia. Coutinho argumenta que as múltiplas objetivações que constituem a democracia moderna se desenvolvem gradualmente, apesar de formarem um conjunto sistemático, por isso Lukács, ao falar de democracia, prefere utilizar o termo “democratização” por se tratar, ontologicamente, de um processo não de um estado. E esse processo de democratização torna-se um valor por contribuir para explicitar e desenvolver os componentes essenciais do ser genérico do homem.

No que concerne à suposta necessidade de a esquerda resgatar elementos da tradição liberal, Coutinho (2000) assevera que tal procedimento não significaria ocultar as diferenciações substantivas entre a concepção liberal e a concepção marxista da democracia, sendo seu ponto de discriminação o conceito de hegemonia. O liberalismo, especialmente o contemporâneo, considera a democracia como sinônimo de pluralismo e a hegemonia como totalitarismo ou despotismo. Todavia, a seu ver, esse aspecto da crítica liberal não encontra mais sustentação, pois o socialismo democrático reconhece o pluralismo, ou seja, a autonomia e a diversidade dos múltiplos sujeitos coletivos, bem como preconiza a divisão do poder mediante sua descentralização.

Coutinho pondera em suas formulações que apesar de grande parte das liberdades democráticas modernas (o princípio de soberania popular, o reconhecimento legal do pluralismo, etc.) terem nas revoluções burguesas ou nos amplos movimentos populares, as condições históricas da sua gênese, para o materialismo histórico, não existe identidade mecânica entre gênese e validade. Nesse aspecto, Marx observou que a arte de Homero não perdia sua validade universal e sua função de modelo com o desaparecimento da sociedade grega primitiva que constituía o pressuposto necessário de sua gênese histórica. *“Se, como acreditamos, a observação de Marx tem alcance metodológico geral (independentemente das concretizações a serem feitas em cada esfera específica do ser social), podemos extrair dela uma conclusão acerca da questão da democracia: nem objetivamente, com o desaparecimento da sociedade burguesa que lhes serviu de gênese, nem subjetivamente, para as forças empenhadas nesse desaparecimento, perdem seu valor universal muitas das objetivações ou formas de relacionamento social que compõem o arcabouço institucional da democracia política”* (Coutinho, 1980:22-23).

Tendo como suporte essas análises, Coutinho argumenta que depois de décadas de vigência do socialismo real teria sido suficientemente demonstrado que a inexistência dos chamados aspectos formais ou procedimentais da democracia implicaria também na perda de seus elementos substantivos. “*Portanto, a relação da democracia de massas (ou socialista) com a democracia liberal não é uma relação de negação, mas de superação dialética: a primeira conserva e eleva a nível superior as conquistas da segunda*” (Coutinho, 2000:38).

Por outro lado, o autor também enfatiza que não pode haver democracia sem socialismo, já que está em voga no campo da esquerda o abandono e até mesmo a recusa da palavra socialismo em discursos, programas de governo, etc. Desse modo, o necessário reexame da herança do leninismo e do bolchevismo não significa que se deva abandonar o marxismo, pois este conserva seu valor analítico e sua atualidade prática, particularmente a contribuição de Gramsci, sobretudo após o colapso do Leste Europeu.

Destarte, para Coutinho, ao contrário do que supunha Bernstein, não se trata de abandonar o “objetivo final” quando se opta por uma política de reformas, na verdade, é o “objetivo final” ou o projeto de uma nova sociedade que dará a pauta para a hierarquização das reformas, para a definição dos atores (e das alianças) que podem executá-las, para a constante avaliação do seu êxito e do seu fracasso. “*Um reformismo que tem como objetivo explícito aprofundar a democracia e superar o capitalismo é um reformismo revolucionário. Nas sociedades onde o Estado se ‘ampliou’ (...) esse reformismo radical é o novo nome da revolução*” (Coutinho, 1992:46).

Referindo-se a esse debate, Quartim de Moraes (1999:160) sustenta que, filosoficamente, atribuir universalidade a um valor é enunciar um juízo analítico, pois todo valor como idéia é universal e dizê-lo nada acrescenta ao seu intrínseco significado, a questão consiste em determinar o estatuto dessa universalidade. Assim, o mero reconhecimento de que a democracia envolve valores políticos, éticos e jurídicos não suscita questionamentos.

A trajetória do chamado eurocomunismo que visava encontrar entre o comunismo e a social-democracia uma “terceira via” para o socialismo, inspirada por Berlinguer, ao invés de confirmar-lhe essas expectativas otimistas conduziu à própria degeneração do Partido Comunista Italiano. Dessa forma, quem retrocedeu no campo da *democracia realmente existente* não foi o “adversário de classe” mas os herdeiros de Berlinguer que foram incapazes de contrapor uma alternativa concreta à ofensiva neoliberal. Ainda que não se estabeleça um vínculo direto entre a adoção do “valor universal da democracia” e a

bancarrota do Partido Comunista Italiano, é inegável que “Berlinguer e seus sucessores semearam ilusões e desarmaram teoricamente a esquerda quando deslizaram da crítica ao socialismo real à renúncia ao comunismo e depois ao marxismo” (Quartim de Moraes, 2001:10-11).

Nos dias de hoje, o significado do termo “democracia” que se tornou dominante, através da força econômica e militar do imperialismo norte-americano, está muito distante daquelas expectativas otimistas. Já no terreno em que retrocederam os sucessores de Berlinguer foi se configurando o predomínio da concepção liberal, através do êxito da sua ofensiva (privatização, terceirização, dolarização, degradação dos serviços públicos, subordinação dos interesses coletivos à lógica do capital e supressão de direitos conquistados mediante lutas históricas dos trabalhadores) que, por sua vez, foi favorecido pela crise do Leste Europeu e pelo conseqüente retrocesso do movimento socialista e operário internacional. Nesse cenário, “beatificar a democracia contribui sobretudo para superestimar os elementos de continuidade e obscurecer os de ruptura entre liberalismo e socialismo, alimentado ilusões desmobilizadoras” (Id, *ibid*:17).

Entre o princípio democrático da soberania popular e o princípio liberal do primado dos interesses individuais (dentre eles, a propriedade) sobre os interesses coletivos, existe uma contradição que pode ser institucionalmente administrada (como nas “democracias ocidentais”), mas não suprimida em seu fundamento. O compromisso das classes dominantes com a democracia nunca ultrapassa os limites da ordem burguesa, pois isso implicaria no questionamento dessa ordem. Quando um governo eleito pelo sufrágio universal ousa ameaçar os privilégios e interesses desses segmentos, estes não se submetem passivamente e não descartam o recurso da ditadura para preservá-los (Id, *ibid*:20-21).

Nesse quadro, a tese de Coutinho sobre o “valor universal” da democracia remete a um socialismo ético, isto é, mais igualdade, mais cidadania, mais “justiça social”, mais participação, menos excluídos, menos repressão. Além disso, Agnes Heller, mencionada por Coutinho como apoio à sua tese, retrocedeu aquém de Hegel que compreendia a “essência genérica do homem” no processo do autodesenvolvimento do espírito e não como um atributo estático e virtualmente dado desde sempre. Este “homem” concebido pela autora refere-se a uma essência meta-histórica, pressupondo o processo de hominização no sentido biológico e arqueológico. *“Discorrer no abstrato sobre os predicados do ‘homem’ é um procedimento totalmente estranho ao método científico de Marx. Não só o de O Capital, mas também o das Teses sobre Feuerbach, da VI, em que,*

rejeitando as instituições transcendentais sobre a 'essência humana', determina-lhe o sentido teoricamente objetivo (isto é, não-metafísico, não-teológico) como conjunto das relações sociais" (Quartim de Moraes, 2001:28-30).

O empenho de Coutinho em se apoiar num pensamento duvidoso como o de Agnes Heller revela a dificuldade em compatibilizar o materialismo histórico com a "canonização" de uma categoria política. E apesar de o autor ter introduzido (em 1999) aquela modificação terminológica em sua tese, de que seria mais adequado atribuir valor universal ao processo de "democratização", apoiando-se novamente em Lukács, isso não alterou substancialmente seu conteúdo. Assim, o argumento de Coutinho aparentemente se resume ao seguinte silogismo: os componentes essenciais do ser genérico do homem são valores universais; a democratização é componente essencial do ser genérico do homem, logo a democratização é valor universal (Id, *ibid*:30-31).

Entretanto, como mencionado, na perspectiva política, a tese de Coutinho apresenta de fato duas novidades: uma *ruptura doutrinária* e uma tentativa de *reformulação estratégica e programática*, respectivamente, o abandono pelo comunismo italiano ou eurocomunismo da tese marxista, enfatizada por Lênin, de que a democracia constituía uma forma de dominação política do Estado capitalista e a diluição da idéia de revolução na de evolução (Quartim de Moraes, 1999:160).

Nesse ponto, cabe questionar se a tese do "valor universal" da democracia, original e inovadora da perspectiva dos comunistas italianos, não constituiria a mera reiteração, da perspectiva liberal, de uma concepção bem conhecida expressa concisamente por Giovanni Sartori (1973) em seus estudos sobre o ideário democrático, isto é, "a democracia é antes de mais nada, um princípio de legitimidade". Esta fórmula de Sartori pautada na legitimidade da democracia seria muito mais precisa do que a de Coutinho sobre o seu "valor universal", já que determina a natureza daquela universalidade. Como aludido há pouco, todo valor é universal, a questão consiste em determinar o estatuto dessa universalidade e Sartori o determina como um princípio ético-político. A legitimidade constitui uma categoria meta-jurídica ou, pelo menos, meta-legal. Para que se decida se um corpo de leis é legítimo ou ilegítimo é necessário que se apóie num critério extra (meta) legal. Tal critério poderia ser designado como "ideológico", mas a expressão "ético-político" seria mais apropriada por evidenciar o caráter complexo e problemático da noção de legitimidade (Id, *ibid*:160-161).

A caracterização da democracia como um "valor" remete a uma determinada interpretação de Coutinho que deve ser elucidada: "embora tenha sua gênese histórica nas

revoluções burguesas, o arcabouço institucional da democracia política não perde seu valor universal com a superação da sociedade burguesa, pois Marx observara que a arte de Homero não perde sua vitalidade universal e sua função de modelo com o desaparecimento da sociedade grega primitiva que constitui sua necessária gênese histórica” (Coutinho, 1980:36).

Esta tese de Coutinho foi baseada em um texto de Marx que trata da arte grega na Antiguidade e sua “permanência” em nossos tempos e se encontra na parte final da *Introdução à Crítica da Economia Política* (1857). Na verdade, Marx demonstra que a arte e a epopéia gregas “ainda nos proporcionam prazer estético” e valem como “normas e modelos inatingíveis” por não serem mais reproduzíveis, como se pode constatar nessa passagem. *“O encanto que a sua arte exerce sobre nós não está em contradição com o caráter primitivo da sociedade em que ela se desenvolveu. Pelo contrário, é uma consequência desse caráter primitivo e está indissoluvelmente ligado ao fato de as condições sociais insuficientemente maduras em que esta arte nasceu - nem poderia ter nascido em condições diferentes - nunca mais poderem repetir-se”* (Marx, 1971: 238-240).

Destarte, as formas artísticas estão vinculadas “a determinados estágios do desenvolvimento social” e as formas artísticas da Antiguidade ainda são capazes de nos proporcionar prazer estético e de se constituírem, em certos aspectos, em modelos porque aquelas condições insuficientemente maduras não retornarão jamais. Por isso, aplicar essa tese às formas políticas, como faz Coutinho, conduz à conclusão oposta a do valor perenemente universal da democracia, isto é, as formas democráticas estão vinculadas a determinados estágios do desenvolvimento social. Marx se ocupa em suas investigações de um objeto preciso, a relação entre o desenvolvimento material e a produção artística, não erigindo essa referência ao campo da arte em “regra metodológica” de validade geral (Naves, 1981:113-116; Quartim de Moraes, 1999:161-163; 2001:22-25).

Como na tese de Coutinho (1980) a democracia constitui o centro da questão política, tanto a transição socialista quanto a constituição de uma nova sociedade exigem a conservação das categorias e “institutos” políticos da democracia liberal. Naves (1981) sustenta que o projeto de Coutinho consiste, efetivamente, na recuperação da democracia burguesa e de todas as suas categorias (pluralismo, autonomia, legitimação, consenso majoritário, etc). *“A ausência de distinção entre o conteúdo de classe da democracia burguesa e da democracia operária (ditadura do proletariado), e a recusa em perceber o vínculo necessário entre a democracia e a reprodução das condições econômicas, políticas e ideológicas para a acumulação do capital, permitem a Coutinho pensar a*

democracia como uma eterna continuidade que vai se aperfeiçoando na história” (Naves, 1981:113).

Somente através desse procedimento a democracia pode ser desvinculada de sua gênese, adquirir valor universal e ser conservada na luta pelo socialismo e na sua concretização. Assim, ocorre a diluição tanto da luta de classes quanto do papel da violência necessária para destruir o poder do capital, em prol de uma “unidade” considerada estratégica na “renovação democrática” da sociedade brasileira. Daí decorre a ênfase na noção burguesa de “consenso majoritário”, expresso por meio da vontade da maioria, que se exprime através do pluralismo político assegurado pelo chamado Estado de direito. Dessa forma, o acirramento da luta operária e seu enfrentamento com a burguesia são visualizados como resultado de uma “tentação golpista ou militarista”. Isso reporta à concepção de que as lutas dos trabalhadores deveriam transcorrer no interior dos aparelhos controlados pela ideologia burguesa, especialmente pela ideologia jurídica que visa legalizar a luta de classes (Id, *ibid*).

Nessa perspectiva, a “via democrática” concomitantemente implicaria e excluiria a alternativa de uma “via autoritária” ou “golpista”. No fundo, seria uma simples “opção” entre duas estratégias e dois modelos para o socialismo, pois as condições históricas e a “tomada de consciência” dos agentes viabilizariam, agora, escolher as vantagens da adoção de “métodos democráticos”. Balibar (1976:23-24 *apud* Naves, 1981:118) denunciou esse tipo de procedimento dizendo que essa colocação supunha a existência na história de formas de Estado muito gerais, regimes de tipo diferente como “a ditadura” ou “a democracia”, que preexistissem à eleição de uma via de transição ao socialismo e de uma forma política para o socialismo. Logo, a alternativa entre ditadura e democracia seria exterior ao campo da luta de classes e à sua história, sendo aplicada posteriormente, seja do ponto de vista da burguesia ou do proletariado.

Naves (1981) afirma que Coutinho (1980) pode conceber a via revolucionária e o próprio socialismo como um *alargamento* da democracia porque não reconhece a relação entre o movimento do capital e a “sociedade democrática”. Nesse aspecto, Lênin assevera que a ditadura do proletariado não se limita a um mero alargamento da democracia; a “marcha em frente” a partir da democracia burguesa não conduz a uma democracia mais aperfeiçoada, ao contrário, o caminho para o comunismo passa pela ditadura do proletariado, pois é necessário quebrar a resistência da classe dominante (Lênin, *O Estado e a Revolução*, p.101 *apud* Naves, 1981:121).

Na verdade, Coutinho concebe a transição não apenas sob a forma de um “alargamento” da democracia, mas chega mesmo a propugnar que “a classe operária deve garantir a realização do projeto democrático burguês”. Lênin, ao comentar uma afirmação de Kautsky de que “o proletariado cumpre o programa democrático que defendera em outros tempos a burguesia”, assim se expressa: “nem uma palavra sobre a peculiar conjugação da democracia com a ditadura do proletariado; precisamente, não o mesmo programa” (Lênin, *El marxismo y el Estado*, s/d, p.6 *apud* Naves, 1981:122).

Por essa razão, o discurso de Coutinho não é capaz de produzir a noção de *ruptura* e estabelecer uma linha de demarcação clara entre a democracia burguesa e a democracia socialista, ou seja, pensar uma estratégia revolucionária liberta do domínio da ideologia burguesa. Desse posicionamento do autor decorre a concepção de que a democracia se constituiria num objetivo estratégico, não um mero objetivo tático imediato, mas o conteúdo estratégico da etapa atual da revolução brasileira (Naves, 1981:122).

De acordo com Naves (1981), esta concepção de Coutinho remete a um equívoco entre poder de Estado e forma de Estado, pois o objetivo perseguido pelo proletariado na dinâmica da luta de classes, sua meta estratégica, é a conquista do poder político (poder de Estado) e não uma das formas pelas quais esse poder é exercido (formas de Estado). “*Esta questão, em não pouca medida, está vinculada à questão da ‘universalidade da democracia’. Se a classe operária, antes mesmo de alcançar o poder político, se põe como objetivo a forma desse poder (a ‘Democracia’), como condição para dele se apropriar, então o fio condutor que torna inteligível a sua prática é uma idéia, uma representação, a que cumpre preencher o vazio com o conteúdo pleno do poder. Em outros termos, a forma (de Estado) passa a ter anterioridade em relação ao poder de Estado, passa a determinar a conquista e o funcionamento do poder. Portanto, a Democracia surge como o elemento fundante do Estado proletário (a luta de classes, a materialidade do processo revolucionário, simplesmente desaparecem)*” (Naves, 1981:122).

Considerar a democracia como um objetivo estratégico seria o mesmo que lhe atribuir um estatuto de universalidade, isto é, “se a democracia é a meta final, ela somente pode ser preservada, garantida, estabelecida, para todo o sempre” e nesse ponto é que residiria o problema. Naves (1981) considera que a raiz das dificuldades de Coutinho em suas formulações se encontra na sua leitura de Marx que é fortemente influenciada por Lukács.

Entretanto, nos deparamos com os escritos de Netto (1990), também marcados pela influência de Lukács, que possuem diferenciações (às vezes sutis) em relação a Coutinho

(1980), o que demonstra que não se deve somente a Lukács as distintas leituras de ambos sobre a democracia política. Em alguns momentos, Netto se aproxima daquela análise de Coutinho, por exemplo, quando o primeiro afirma que “a democracia política moderna constitui uma conquista social que transcende os horizontes de classes e se configura como um dado relevante no processo global de criação do mundo social pelo homem tomado como gênero”, também quando assevera que “fora dos quadros da democracia política não será possível a organização eficiente da força político-social das classes e segmentos sociais comprometidos com a superação do capitalismo” ou ainda quando sustenta que “a democracia não consiste em um instrumento alternativo entre outros, mas o único que, na sua operacionalização, antecipa um modo de comportamento social genérico que tenderia, pela prática política organizada e direcionada pela teoria social, a permear todas as instâncias da vida social” (Netto, 1990:79-105).

Por outro lado, Netto se distancia claramente de Coutinho quando atribui à democracia um *valor instrumental estratégico* e preconiza que se deva romper com a *hipostasia* da democracia que pode inviabilizar o desenrolar dos processos revolucionários e comprometer seus objetivos, isto é, a democracia não deve ser tomada abstratamente como um “valor em si”, mas com uma função concreta nesses processos (Netto, 1990:82-86). Nos escritos de Netto se evidencia a influência das análises de Lênin sobre o Estado capitalista e a democracia burguesa que, por sua vez, Coutinho considera inadequadas para se pensar estratégias de luta dos trabalhadores na contemporaneidade. Isso demonstra uma nítida diferenciação entre as posições políticas de Netto e Coutinho, apesar de suas afinidades públicas e notórias.

Netto argumenta que nas formações econômico-sociais capitalistas a democracia se caracteriza por um limite absoluto - sua generalização e universalização estão hipotecadas ao não questionamento da propriedade privada dos meios sociais de produção. Portanto, na ordem do capital, a democracia não implica numa igualdade social real, isto é, na igualdade diante dos meios sociais de produção (a propriedade, a posse e a gestão)¹²⁹. Por essa razão, a estrutura capitalista somente é compatível com a “democracia-método” e a manutenção desta restritividade se torna imperativa para o capitalismo. Nesse aspecto, não é casual que historicamente as lutas das classes e segmentos sociais que visam a superação da ordem do capital (como condição para o exercício pleno e concreto da sua participação

¹²⁹ Nesse ponto, se destaca uma outra diferenciação significativa entre Netto e Coutinho, pois o primeiro aborda, além do caráter de classe da democracia moderna e de suas instituições, a questão da propriedade privada dos meios sociais de produção e a necessidade de sua crítica e superação como algo imprescindível à constituição de uma nova sociabilidade.

sociopolítica) tenham sempre apontado para a universalização do ordenamento democrático (Netto, 1990:76-77).

Na perspectiva do pensamento socialista revolucionário, as exigências democráticas não se referem à polêmica em torno das formas jurídico-constitucionais de que pode se revestir um ordenamento democrático, mas, sobretudo, à sua *natureza* determinante. Nesse sentido, os argumentos de Cerroni (1968, 1977 *apud* Netto, 1990)¹³⁰ são profícuos por distinguirem *democracia-método* e *democracia-condição social*, esclarecendo o problema do estatuto das exigências democráticas no pensamento socialista revolucionário e, por conseguinte, o problema da estratégia no movimento socialista revolucionário.

No que diz respeito à *democracia-método*, esta consiste no conjunto de mecanismos institucionais que numa determinada sociedade, sob formas diversas, relativamente flexíveis, viabilizam (mediante a vigência de garantias individuais), a livre expressão de opiniões e opções políticas e sociais. Já a *democracia-condição social*, não constitui um mero conjunto de institutos cívicos, ela remete a um ordenamento societário em que todos, a par da livre expressão de opiniões e opções políticas e sociais, têm iguais chances de intervir ativa e efetivamente nas decisões que interferem na gestão da vida social (Netto, 1990:84-85).

Essa distinção é fundamental ainda que, à primeira vista, possa parecer singela. Isso por vários motivos. Em primeiro lugar, ela evidencia a complexidade das conexões entre estrutura econômica e ordenamento político, na medida em que a natureza essencial do ordenamento democrático não é nem um *a priori* nem um *a posteriori*, mas resulta das mediações das lutas sociopolíticas; tanto que a democracia-método pode não ser simultânea à democracia-condição social¹³¹.

Em segundo, explicita claramente os motivos que conduzem o pensamento socialista revolucionário, desde sua gênese, a criticar acerbamente o ordenamento democrático peculiar à estrutura capitalista, isto é, o fato de ele ser *insuficientemente* democrático, restringindo-se à democracia-método.

Em terceiro, demonstra que a conquista da democracia-condição social institui um ordenamento sociopolítico no qual se inicia a etapa de desenvolvimento da sociedade

¹³⁰ As obras de Cerroni aqui mencionadas são *La Libertá dei moderni* (1968) e *Crisi ideale e transizione al socialismo* (1977) *apud* Netto *op. cit.* 1990, pp.84-85.

¹³¹ “De um ponto de vista puramente teórico, pode-se ter um regime político aristocrático baseado no método da livre confrontação de opiniões políticas sem uma autêntica condição social de participação igual e universal na referida confrontação; e, reciprocamente, pode-se ter uma democracia que parta da igualdade das condições reais de todos e precisamente por isto limite, de certo modo, a liberdade de alguns”. Cerroni, U. *La libertad de los modernos*, p. 184 *apud* Netto, *op. cit.*, 1990, p.85.

humana onde o projeto socialista revolucionário pode se concretizar, isto é, “a democracia-condição social leva a cabo a destruição do caráter alienado do poder político, criando as condições para a supressão do Estado e o desaparecimento da separação governantes-governados” (Netto, 1990:85).

Nessa ótica, a democracia adquire o estatuto de um *valor instrumental estratégico*, não um instrumento alternativo entre outros, mas o único que, na sua operacionalização, antecipa um modo de comportamento social genérico que, no desenrolar do processo revolucionário, mediante rupturas sucessivas, tenderá pela prática política organizada e direcionada pela teoria social, a permear todas as instâncias da vida social (Netto, 1990:86).

Sendo assim, a valorização da democracia não consiste na restauração abstrata de um novo valor e nem de um valor com cunho ético. Com efeito, as exigências democráticas inerentes ao pensamento socialista revolucionário se assentam, concretamente, na sua funcionalidade no interior dos processos revolucionários. E estes processos são concebidos de modo muito mais complexo do que a mera tomada do poder político e as medidas revolucionárias subseqüentes a ela, implicando em intervenções organizadas das massas sem as quais os golpes de mão e as minorias iluminadas estariam irremediavelmente condenados ao fracasso (Id, *ibid*:81-83).

Nas candentes polêmicas da esquerda que poderiam ser sintetizadas naquela interpelação, já mencionada, se “*a democracia deveria ser entendida agora como um meio ou como um fim*”, salta aos olhos o estabelecimento de uma suposta autonomia entre meios e fins, configurando um aparente impasse.

Entretanto, esta autonomia sugerida pelo debate é muito reduzida, pois os meios não são indiferentes aos fins e sua implementação já contém a estrutura embrionária e antecipada dos objetivos finais. Por outro lado, deve-se reconhecer que a íntima vinculação existente entre meios e fins não significa que se possa identificá-los, pois há entre ambos uma tensionalidade dialética (Netto, 1990:86).

Nessa concepção, a democracia política figura, simultaneamente, como uma necessidade e como um limite para o projeto histórico emancipador da classe operária enquanto agente primordial da emancipação das classes e camadas subalternas: constitui uma necessidade, por se apresentar como o modo mais viável para que o proletariado se insira como protagonista reconhecido e legitimado no processo político-social e, um limite, por se situar no contexto político da ordem social burguesa. Isso significa dizer que as lutas pela conquista da democracia política e pelo seu aprofundamento se tornam fundamentais

para a constituição da hegemonia do proletariado e das classes subalternas e, por conseguinte, de uma nova sociabilidade, daí o *valor instrumental estratégico* da democracia política. Assim, se evidencia a necessidade de que essas lutas além de buscar a garantia e o aprofundamento das prerrogativas da democracia política para as massas devem, ao mesmo tempo, deslocar a legitimação da ordem burguesa (Id, ibid).

Naves (1981), numa outra direção, argumenta que a esquerda precisa resgatar o *sentido tático* da democracia, pois uma noção justa da luta de classes a libertaria do falso dilema da aceitação dos valores democrático-burgueses e das suas conseqüências para pensar a democracia como um objeto de instrumentalização. Lênin, nesse ponto, diz que a forma de opressão não é indiferente para o proletariado, pois uma forma mais ampla, mais livre, da luta de classes facilita de modo considerável a luta do proletariado para a supressão das classes em geral (O Estado e a Revolução, p.91). “*A democracia interessa à classe operária e seus aliados exatamente porque ela se constitui no ‘campo’ que mais favorece o proletariado na luta de classes; interessa porque é preciso que as classes dominadas reúnam as melhores condições para o enfrentamento com a burguesia. Ora, a forma democrática de domínio do capital surge como o espaço privilegiado para a organização e mobilização das camadas exploradas, organização e mobilização para a luta, para o enfrentamento (considerada a correlação de forças em cada etapa), o que implica ao mesmo tempo o permanente desmascaramento da ideologia e das ‘instituições’ democráticas, que atuam para dissolver a luta de classes, instaurando a ‘paz burguesa’ pelo recurso a um Estado de direito que opera a administração dos conflitos*” (Naves, 1981:123-124).

Como mencionado, os escritos de Carlos Nelson Coutinho constituem, indubitavelmente, um divisor de águas na esquerda brasileira por preconizarem uma *ruptura doutrinária* e uma tentativa de *reformulação estratégica e programática*, isto é, o abandono da tese marxista (ênfaticada por Lênin) segundo a qual a democracia se configura como uma forma de dominação política do Estado capitalista, a diluição da idéia de revolução na de evolução (Quartim de Moraes, 1999:160) e o resgate de elementos da tradição liberal. Essas análises de Coutinho contribuíram para a constituição do debate acerca da “questão democrática” em nosso país e, conseqüentemente, de intensos embates político-ideológicos no campo da esquerda brasileira, sobretudo entre os marxistas.

Depois de ter explicitado a tese de Coutinho sobre o “valor universal” da democracia e sua problematização por alguns autores que consideramos relevantes e

representativos das distintas posições manifestas nesse debate, nos deteremos nos desdobramentos dessa tese sobre a esquerda em nosso país.

3.6.1. As Principais Teses da Esquerda “Democrática”

Na atualidade, as teses da chamada esquerda “democrática” têm sido quase unânimes no Brasil refletindo o quadro internacional caracterizado pela profunda crise instalada desde a queda do socialismo real e, por conseguinte, o retrocesso do movimento socialista e operário mundial. Essas teses têm como eixo central a defesa da democracia como um “fim em si” e a negação do seu conteúdo de classe (burguês). Diante disso, consideramos procedente problematizar algumas dessas teses que se encontram especialmente em dois conhecidos escritos, no mencionado *A Democracia como Valor Universal* (1979) de Carlos Nelson Coutinho¹³² e *Por que Democracia?* (1984) de Francisco Weffort¹³³. Essas teses que têm alimentado o debate no seio da esquerda brasileira são basicamente quatro¹³⁴:

1) Não faz mais sentido utilizar a noção de “democracia burguesa” para identificar os regimes existentes nas sociedades capitalistas contemporâneas, pois a democracia moderna não tem mais caráter de classe;

2) Hoje a democracia é fundamentalmente um poder exclusivo das classes trabalhadoras, ou seja, a democracia política serve prioritariamente aos trabalhadores e não às classes dominantes;

3) O socialismo somente se concretizará quando o projeto socialista tiver ampla hegemonia dos trabalhadores e das classes populares;

¹³² Coutinho (1994:73) sustenta que com o pleno “florescimento dos institutos políticos democráticos”, ou seja, com a radicalização da democracia, o Estado moderno “deixa de ser o instrumento de uma classe para se converter numa arena privilegiada da luta de classes” onde “as classes subalternas conseguem implantar e expandir posições de poder no seio dos aparelhos de Estado”. Essa “ampliação” do Estado remeteria à necessidade de uma nova concepção de revolução (processual) e ao reconhecimento da democracia como um “valor universal”, além do resgate de elementos da tradição liberal. Nesses argumentos do autor se evidenciam as referências ao revisionismo bernsteiniano e às teses do eurocomunismo.

¹³³ Weffort (1984:03) considera que denominar as modernas democracias européias atuais como burguesas constitui um equívoco analítico e político: “seria mais correto dizer que são democracias sob hegemonia burguesa, aliás hegemonia em permanente disputa por parte dos trabalhadores. O problema dos trabalhadores nas democracias modernas é o de conquistar a hegemonia no campo de uma democracia que consideram sua”.

¹³⁴ Navarro de Toledo, 1994, *op. cit.*:130-136.

4) O socialismo somente será viável e democrático se sua construção for estritamente através de meios consensuais, isto é, democráticos.

A primeira tese sustenta que o predomínio da burguesia sobre as instituições estatais e privadas, hoje, já não se realizaria necessariamente e que a ampliação e radicalização da democracia, empreendida pelas lutas dos trabalhadores, conduziria gradualmente à realização de uma hegemonia operária ou popular sobre o conjunto da institucionalidade democrática.

Como referido antes, a equivocada identificação entre a experiência histórica stalinista e as idéias de Lênin tem sido responsável pela proscricção desse grande pensador e revolucionário do meio da esquerda e, conseqüentemente, pela refutação (parcial ou total) da tese marxista, enfatizada por Lênin, segundo a qual a democracia se configura como uma forma de dominação política do Estado capitalista, isto é, de que “não existe democracia em geral, sem conteúdo de classe, não existe democracia pura, a democracia sempre é burguesa ou proletária”¹³⁵.

Nesse momento, deve-se reiterar que as insuficiências e contradições da experiência histórica stalinista estavam relacionadas à sua degenerescência burocrática e não a uma “opção ideológica” ou o produto automático das “condições objetivas”, mas aos interesses de uma burocracia que se apropriou do Estado e do partido e se impôs politicamente sobre seus adversários. Isso significa dizer que buscar os “germes” de tudo o que é deplorável no stalinismo desde a Revolução de Outubro, em Lênin e nos bolcheviques, remete a um equívoco grosseiro, pois para se instalar a ditadura stalinista precisou destruir o partido de Lênin (Mandel, 1978:80; 90).

Com efeito, a crise do socialismo real foi ocasionada pela ausência de uma plena socialização do poder político, pois a superação da ordem burguesa implica numa radical democratização da vida econômica, social e política, incompatível com os limites do movimento do capital e, do mesmo modo, com as restrições de uma ditadura imposta ao proletariado, ainda que esta tenha sido realizada em seu próprio nome. Logo, tal crise colocou em questão uma vertente teórica da tradição marxista - a stalinista - não o legado marxiano que constitui “a teoria do ser social na ordem burguesa e o método para dar continuidade à investigação desta ordem enquanto ela se mantiver enquanto tal” (Netto, 1993:70-73).

¹³⁵ Esta tese de Lênin se encontra em sua obra *O Estado e a Revolução* (1917) que foi analisada no primeiro capítulo da nossa tese no item 1.1. que trata do legado teórico-político leninista.

No que concerne à negação do caráter de classe (burguês) das democracias modernas surgidas das revoluções burguesas, presente nas teses da esquerda “democrática”, sua gênese reside no posicionamento da corrente política dominante na Segunda Internacional e suas expressões mais sistemáticas, isto é, nos escritos de Karl Kautsky (*A Ditadura do Proletariado*) e Max Adler (*Democracia e Conselhos Operários; Democracia Social e Democracia Política*)¹³⁶.

Nessa perspectiva, há uma separação radical entre instituições democráticas e Estado burguês baseada na tese segundo a qual nas formações sociais capitalistas democráticas seria possível uma transição ao socialismo pela via legal, parlamentar ou pelo sufrágio universal. Como as instituições democráticas poderiam se tornar instrumento dessa transição seria incorreto classificá-las como burguesas.

Na verdade, essa concepção se sustenta na tese de que a democracia moderna não teria caráter de classe (burguês) porque sua criação foi fruto das lutas sociopolíticas do proletariado ou do conjunto das classes dominadas, não das intervenções da burguesia. Isso não significa apenas que o proletariado ou as classes dominadas participaram ativamente das revoluções democráticas no século XIX, mas que a criação das instituições democráticas teria correspondido integralmente aos objetivos, intenções ou finalidades do proletariado e não aos da burguesia.

Esta idéia está contida nas aludidas obras de Kautsky e Max Adler, denotando claramente sua vinculação com a defesa da transição socialista mediante a via eleitoral na formulação austro-marxista acerca da “violência defensiva” do proletariado, isto é, o proletariado, sendo guardião da democracia política, somente deveria utilizar a violência contra a burguesia, caso esta última, sentindo-se ameaçada pela possibilidade de conquista (por via eleitoral) do poder político pelos trabalhadores, buscasse liquidar as instituições democráticas (“violência defensiva” ou “legítima defesa” do proletariado). Também são partidários dessa tese os eurocomunistas (os Partidos Comunistas da Itália e da Espanha), por serem herdeiros teóricos e políticos do kautskismo e do austro-marxismo: Umberto Cerroni, por exemplo, considera as instituições democráticas do século XIX como um embrião de Estado proletário no interior do Estado liberal e Santiago Carrillo sustenta que

¹³⁶ Essas referências acerca da origem das teses que contestam o caráter de classe da democracia ou que atribuem a criação das instituições democráticas a uma classe específica (seja a burguesia ou o proletariado), bem como a abordagem de Engels sobre esse complexo processo sociopolítico e o significado das lutas populares no século XIX, se pautaram nas análises de Ronaldo Coutinho em seu escrito *“Democracia Burguesa x Perspectiva Revolucionária: um embate necessário* (2002); como mencionado, esse texto, ainda inédito, nos foi gentilmente cedido pelo autor.

“a democracia não é uma criação histórica da burguesia”, sendo anterior a ela, e chega às mesmas conclusões de Cerroni.

Nessas polêmicas sobre a criação das instituições democráticas, isto é, qual classe teria realizado esse feito, Trotsky (1905 - Balanço e Perspectivas; Revolução e Contra-Revolução na Alemanha) se constitui como um dos mais destacados defensores da tese segundo a qual teria sido a burguesia quem criou estas instituições. Segundo Trotsky, as palavras de ordem democráticas (liberdade, igualdade) soldaram a aliança de classes entre a burguesia e o proletariado contra a nobreza feudal e através dessas palavras de ordem a burguesia iludiu e submeteu ideologicamente o proletariado. Além do mais, o autor argumenta que a democracia na sua fase de ascensão (a luta contra a nobreza feudal) e a ditadura na fase imperialista (a luta contra o proletariado revolucionário) seriam dois estilos diversos de dominação de classes sucessivamente utilizados pela burguesia.

A problemática teórica presente entre eurocomunistas e trotskistas, está relacionada à suposição de que a democracia burguesa, como produto histórico e concreto de práticas de classe, teria que corresponder necessariamente e de modo integral aos objetivos, intenções ou finalidades de uma só dentre as classes sociais antagônicas, isto é, a democracia deveria corresponder aos objetivos, intenções e finalidades do proletariado ou aos da burguesia.

Engels em seu ensaio *Ludwig Feuerbach e o Fim da Filosofia Clássica Alemã* analisou esta complexidade do processo sociopolítico e demonstrou que na história da sociedade, os agentes são homens dotados de consciência que agem impelidos por reflexões ou paixões, perseguindo determinados fins. Entretanto, raramente se concretiza o desejado e, na maioria das vezes, os diversos fins almejados se inter cruzam e se contradizem, quando não são inatingíveis por si mesmos ou quando os meios disponíveis são insuficientes para alcançá-los. Desse modo, os fins que os homens buscam com sua ação são intencionais, mas as suas resultantes não o são. Embora aparentemente se adaptem, a princípio, ao fim desejado, suas resultantes posteriores são muito distintas daquelas que foram almejadas.

Isso significa que, na maioria dos casos, o resultado concreto de um processo sociopolítico não corresponde às intenções dos agentes envolvidos. Geralmente, isso ocorre com o processo da dimensão política de classe, isto é, sua forma objetiva não corresponde nem à intenção da classe exploradora e nem à da classe explorada. “*A prática da classe explorada, de resistência à dominação de classe, cria obstáculos à concretização das intenções da classe exploradora (maximização da exploração, até o limite da*

sobrevivência física da classe explorada); mas as concessões (materiais, no plano do discurso), com as quais a classe exploradora responde à prática de resistência, desencaminham a classe explorada, levando-a a agir por vias que não levam à concretização de sua intenção (a supressão da dominação de classe e da exploração do trabalho)” (Ronaldo Coutinho, 2002:10).

De fato, as massas populares¹³⁷ estiveram presentes na revolução de 1789-1794, na França, nas revoluções subseqüentes, em 1848, no movimento cartista, nas reformas eleitorais na Inglaterra, etc. No entanto, no século XIX, as massas populares não estavam lutando pela criação de instituições políticas democráticas, o que naquele momento as impulsionava não era a aspiração ao sufrágio universal, à representação popular ou ao Parlamento, mas a distribuição da riqueza material. “*O impulso ideológico que as empurra para a ação não é, portanto, o democratismo republicano, e sim o igualitarismo sócio-econômico, em suma aquilo que Mao Tsé-Tung designa como igualitarismo absoluto*” (Id, *ibid*:11).

Essa aspiração a uma distribuição igualitária da riqueza constitui um elemento ideológico peculiar às classes dominadas de todos os modos de produção (escravista, feudal, capitalista). Todavia, enquanto que para escravos, camponeses e artesãos, o igualitarismo absoluto se constitui como a ideologia dos tempos de submissão e dos tempos de revolta, para o proletariado este representa um estágio de consciência pré-revolucionária. Essa aspiração a uma distribuição igualitária da riqueza social, comum a todas as classes exploradas, é que conduz o proletariado a reivindicar melhores salários, melhores condições de moradia, de vida, etc. Somente quando o proletariado rompe com esse igualitarismo, identificando a apropriação coletiva dos meios de produção como seu interesse histórico e compreendendo a necessidade de destruir o aparelho de Estado burguês para realizá-lo, é que o proletariado alcança um estágio de consciência revolucionária (Id, *ibid*:12).

Sendo assim, tanto a negação da natureza de classe das instituições políticas vigentes no capitalismo como a defesa da possibilidade da hegemonia dos trabalhadores nos regimes democráticos modernos não têm levado em conta a complexidade desse processo sociopolítico, sobretudo, nos dias de hoje.

Além disso, esse posicionamento tem implicado na admissão de uma suposta neutralidade dos aparelhos repressivos e ideológicos existentes (estatais ou privados), isto

¹³⁷ Nesse caso, o campesinato, a pequena burguesia urbana e o proletariado incipiente.

é, de que não haveria limites ou obstáculos estruturais para as intervenções das massas trabalhadoras voltadas à ampliação e ao aprofundamento da democracia política, o que não corresponde à realidade da dinâmica da luta de classes na sociedade capitalista (Navarro de Toledo, 1994:131).

É óbvio que o Estado moderno é objeto e espaço da luta de classes, ou seja, “o Estado é a condensação material de uma correlação de forças entre classes e frações de classe, e no seu interior as classes populares e trabalhadoras buscam conquistar posições e espaços políticos” (Poulantzas, 1985), mas, cabe perguntar se a democratização do Estado, na plena vigência da ordem capitalista, permitiria às classes trabalhadoras e subalternas alcançar e controlar os núcleos estratégicos do poder político. Bobbio (1983), a despeito de sua postura liberal, já observou que as classes trabalhadoras e subalternas têm cada vez menos acesso a estas instituições políticas, o que inviabiliza seu controle pela coletividade. Isso significa dizer que enquanto essas instituições que congregam o poder político na sociedade capitalista não forem enfrentadas e transformadas através de sucessivas intervenções coletivas com nítido caráter de classe não será possível a concretização de uma ruptura.

No tocante à segunda tese da esquerda “democrática” que afirma ser a democracia nos dias de hoje, fundamentalmente, um poder exclusivo das classes trabalhadoras, isto é, que a democracia política serviria prioritariamente aos trabalhadores, não às classes dominantes, deve-se admitir que a supressão da democracia política poderia prejudicar muito os trabalhadores e nunca lhes será indiferente a instituição de um regime de democracia liberal ou de uma ditadura. *“No entanto, não se pode subestimar a realidade de que o funcionamento regular das instituições democráticas também tem contribuído eficientemente para a legitimação da ordem burguesa. Não se deve, pois, esquecer que a realização da democracia representativa, na ordem capitalista, constitui e difunde a ideologia do Estado neutro, do Estado acima das classes e representante da totalidade da população”* (Navarro de Toledo, 1994:131).

Quando Fukuyama proclamou que a democracia liberal representa a mais alta e perfeita criação da civilização humana nada mais fez que retomar um lugar-comum do pensamento político burguês. Diante da experiência do Leste Europeu não se pode deixar de reconhecer a ressonância que a tese da suposta superioridade da democracia liberal alcança nos dias de hoje, especialmente entre os intelectuais. Por outro lado, é inegável que a burguesia em todo o mundo não tem hesitado em romper com as regras do “jogo democrático”, recorrendo inclusive a formas fascistas e ditatoriais, quando surgem

momentos que lhe são politicamente desfavoráveis. Por isso, a proclamação da democracia como um fim “em si” não consiste num obstáculo para a dominação capitalista (Id, *ibid*:132-133).

A democracia, como se sabe, tem convivido com a miséria, a pobreza, a desigualdade, até mesmo com distintas formas de opressão (de gênero, etnia, entre outras) e isso pode ser constatado em países tão diferentes como os Estados Unidos, a Itália, a Inglaterra ou o Brasil. De fato, a democracia política é necessária para viabilizar as lutas dos trabalhadores e para realizar mudanças estruturais, mas, deve-se reconhecer também que a democracia é insuficiente para a superação das contradições que caracterizam a sociedade capitalista moderna (Moisés, 1989:119-177).

Portanto, deve-se reiterar que a democracia sendo necessariamente limitada e limitadora, no âmbito do capitalismo, não deve ser venerada nem hipostasiada, porque ela, “por si mesma”, não garante nem implica numa sociedade sem exploração e sem desigualdades sociais. *“Nesse sentido, os socialistas não podem fazer da democracia uma panacéia. O valor da democracia política – na ordem do capital – reside nas possibilidades abertas para os trabalhadores se organizarem politicamente e combaterem a hegemonia cultural e ideológica da burguesia. A democracia política cria, assim, as melhores condições para os trabalhadores e os setores populares lutarem pela construção de uma sociedade sem privilégios e discriminações”* (Navarro de Toledo, 1994:133).

Denominar este posicionamento como “instrumentalista” implica em exigir que os trabalhadores se comprometam com a democracia, não por razões políticas e de classe, mas, por motivações ético-humanitárias. Quando a burguesia adere à democracia suas motivações certamente não são estas últimas. Portanto, o comprometimento das classes trabalhadoras e subalternas com a defesa da democracia política visa seu aprofundamento e sua radicalização não somente na esfera do Estado, mas em todas as esferas da sociedade (Id, *ibid*:133-134).

Com relação à terceira tese da esquerda “democrática” que sustenta a necessidade da ampla hegemonia das classes trabalhadoras e subalternas para realizar o projeto socialista, de fato a experiência concreta dos países do socialismo real demonstrou a pertinência desta tese. *“Em muitos países, imposto de fora para dentro (via militar) e raramente incorporando política e ideologicamente as massas trabalhadoras na tarefa de sua construção, o socialismo não poderia senão fracassar. (...) No socialismo de caserna, os históricos ideais do igualitarismo, da emancipação humana, da solidariedade internacional foram rara ou episodicamente praticados. A miséria econômica, a repressão*

política e as ideologias de granito contribuíram decisivamente para o fascínio que o mercado e a democracia liberal exerceram sobre o conjunto das populações desses países” (Id, ibid:134).

Hoje, a superação da ordem burguesa remete a uma vontade e iniciativa políticas que, mediante novos padrões organizativos, possam mobilizar e auto (direcionar) as massas para a construção de uma ordem societária que erradique as bases estruturais do capitalismo - *a propriedade privada dos meios fundamentais de produção, a lógica do capital e as mediações sociais centradas na dinâmica do mercado*. Nessa direção, devem ser implementadas amplas reformas que viabilizem tanto a socialização da economia quanto a socialização do poder político, descartando o reformismo limitado e os modelos de desenlaces explosivos e insurrecionais. Contudo, isso não significa que nesse processo não ocorrerão momentos traumáticos para os quais as massas devem se preparar politicamente (Netto, 1993:53).

Desse modo, as classes trabalhadoras e subalternas devem buscar na prática a generalização e a universalização da democracia política e, ao mesmo tempo, deslocar a legitimação da ordem burguesa ainda no seu interior, conjugando a ação mediatizada pela burguesia (parlamentos, partidários, etc.) com uma rede de organizações de base (sindicatos, comissões de empresa, organizações profissionais e de bairro, movimentos democráticos, culturais e patrióticos, comunidades de inspiração religiosa, entidades que congreguem categorias, etc). Esta redefinição da democracia política, pelo seu componente de massas, ainda sem quebrar a estrutura capitalista, pode viabilizar a democratização da sociedade e do Estado, introduzindo o proletariado e seus aliados estratégicos nas atividades da gestão social (Netto, 1990:126).

No que diz respeito à quarta e última tese da esquerda “democrática”, esta sustenta que a construção do socialismo deve se realizar por meios estritamente consensuais ou democráticos. Nesse aspecto, tal posicionamento poderia conduzir a um equívoco idealista, isto é, de que a luta social se faça sem contradições, antagonismos e, por conseguinte, sem possíveis confrontos de classe. Se o socialismo deve ser concebido como resultante da radicalização da democracia, esse processo não deve ser mistificado a ponto de se negar a possibilidade de confrontos e rupturas com as classes dominantes. *“Historicamente, a contraviolência das classes subalternas nada mais tem sido que a resposta à sistemática violência perpetrada pelas classes dominantes diante das suas mais justas reivindicações”* (Navarro de Toledo, 1994:135).

Ora, na política brasileira a aceitação das “regras do jogo” democrático, por parte das classes dominantes, nunca constituiu um artigo de fé. Mas isso não significa que se deva promover a luta armada como um dogma ou que se transforme a luta armada num princípio estratégico e numa fatalidade histórica. Por outro lado, as classes trabalhadoras e subalternas têm o direito de tematizar a possibilidade de sua autodefesa quando não lhes restarem outras alternativas políticas concretas. Nesse sentido, deve-se admitir que ao não abordar essa possibilidade de ruptura política, alguns segmentos da esquerda têm feito uma ampla concessão ao pensamento liberal e social-democrata (Id, *ibid*).

Como mencionado antes, a relevância da intervenção dos comunistas na luta pela garantia, consolidação e aprofundamento das liberdades democráticas das massas é inegável e esta tem sido de fato uma bandeira histórica dos comunistas. Mas, deve-se reiterar que o objetivo fundamental dos comunistas reside justamente em viabilizar a transição socialista para uma sociedade sem classes, isto é, uma ruptura com a ordem capitalista. Por isso, o sentido de sua intervenção não se restringe à defesa da democracia (burguesa), de suas instituições e nem à realização de reformas.

Como o aprofundamento das liberdades democráticas das massas certamente se chocará com as estruturas do Estado burguês, mesmo as democráticas-parlamentares, os comunistas devem preconizar o pluralismo dos partidos políticos e a liberdade de expressão de todas as correntes ideológicas, políticas e culturais, ou o processo revolucionário configurado nesse cenário não logrará êxito (Mandel, 1978:233).

Após a exposição dessas considerações, se evidencia que o debate no seio da esquerda sobre a relação entre socialismo e democracia (a “questão democrática”) apresenta um nítido caráter político-ideológico que ultrapassa seu cunho teórico-metodológico, daí sua grande complexidade. Pode-se inferir então que, devido à sua relevância, esse debate continua demandando análises que possam apreender seus acertos e também identificar seus equívocos visando uma alternativa concreta para a superação da ordem burguesa e a constituição de uma nova sociabilidade pautada na hegemonia das classes trabalhadoras e subalternas. Para tanto, torna-se imprescindível considerar a dinâmica da luta de classes nos contextos nacional e internacional, bem como as formulações teórico-políticas que têm buscado apreender esse processo.

Nesse aspecto, a construção da teoria da transição socialista¹³⁸ deve se referir necessariamente ao capitalismo como sistema e totalidade, além da pluralidade de

¹³⁸ Como aludido no primeiro capítulo, para Lênin, “sem teoria revolucionária não existe movimento revolucionário” e a essência do marxismo consiste justamente na “análise concreta de situações concretas”.

alternativas possíveis e prováveis de ruptura com a ordem burguesa (Netto, 1990:105) já que “o comunismo não é um estado que deve ser estabelecido, um ideal para o qual a realidade terá que se dirigir. Denominamos comunismo o movimento real que supera o estado de coisas atual” (Marx e Engels, 1991:52). Assim, não há garantia da vitória, mas há tendências e possibilidades concretas e estas se relacionam à tomada de consciência das massas proletárias e às suas intervenções direcionadas pela Teoria Social, por partidos revolucionários e suas vanguardas. Como dizia Marx, a revolução é uma velha toupeira que prossegue necessária e incansavelmente, independente das vitórias ou derrotas momentâneas. Aliás, Rosa Luxemburgo também sustentava que as derrotas são muito importantes no processo de lutas sociopolíticas, pois é delas que o proletariado extrai sua experiência histórica, seu conhecimento e sua força.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No período mais recente, no interior da esquerda internacional (e nacional), integrada por correntes marxistas e não-marxistas, parece consensual a tese de que sem democracia não há socialismo, mas cabe perguntar quais seriam as implicações desse posicionamento. A princípio, se constata que a democracia é condição necessária mas não suficiente do socialismo havendo a possibilidade de haver democracia sem socialismo. Contudo, há a ressalva de que não pode haver socialismo sem democracia, numa clara referência à experiência dos países do Leste Europeu nos quais se instaurou uma forma radicalmente democrática do poder político que se cristalizou no coletivismo estatal.

Seria então o caso de considerar que “essencialmente o socialismo consiste na democracia”, ou, mais exatamente, “a dimensão econômica da democracia”? Na verdade, se pressupõe aqui a possibilidade de “corrigir as falhas do mercado” por meio da “justiça social”, sem tocar nas estruturas econômicas e sociopolíticas do sistema capitalista. Mas, o mercado nunca se configurou como um mecanismo espontâneo de auto-regulação das relações econômicas, por isso essa concepção que restringe o socialismo ao aspecto econômico da democracia não remete ao estatismo ou intervencionismo, como sustenta a perspectiva neoliberal. Nesse caso, o que realmente está por trás dessas controvérsias são as prioridades do Estado, isto é, em que medida devem ser considerados os interesses da coletividade. *“A identificação do socialismo à democracia [...] partilha na prática, senão na teoria, da idéia de que o mercado e a lógica objetiva da valorização do capital constituem o ‘fim da história’, ou, pelo menos, o fim da evolução das relações econômicas”* (Quartim de Moraes, 1999:171-172).

Nesse cenário, a questão contemporânea fundamental para a esquerda consiste em saber se o aprofundamento da democracia supõe a socialização do controle dos principais meios sociais de produção. Mais ainda, se a concretização da democracia, isto é, a realização política de sua universalidade normativa ou a superação da contradição entre o ideário democrático e a *democracia existente* também supõe, na esfera econômica, o predomínio dos interesses coletivos sobre os interesses privados de minorias detentoras da propriedade dos meios sociais de produção.

A grande lição para a esquerda depois da crise do socialismo real consiste no reconhecimento de que, em condições revolucionárias, a estatização dos meios de produção não tende automaticamente à sua apropriação real na sociedade. E a apropriação

coletiva dos meios de produção não pode ser visualizada como apropriação social quando o Estado se autonomiza relativamente em relação à sociedade, erigindo-se, junto com o partido, em poder burocrático. Logo, a tese “sem democracia não há socialismo”, em seu sentido revolucionário, significa que o povo (a sociedade enquanto corpo político) é quem deve definir os interesses coletivos e, conseqüentemente, as grandes metas da planificação social. “*A democracia é revolucionária na medida em que assegura que a planificação estatal não há de se crispar em seu componente burocrático, mas deve evoluir para a apropriação social dos meios sociais de produção*” (Quartim de Moraes, 1999:172-173).

A concepção de que “a democracia seria uma idéia muito mais radical, muito mais subversiva que o próprio socialismo” presente em segmentos da esquerda tem sua inspiração em Norberto Bobbio (1983) e esta tem se disseminado na “redefinição do socialismo como uma especificação setorial da democracia”, isto é, “no controle do poder econômico por uma extensão das chamadas regras do jogo democrático à fábrica ou à firma em geral, e não a transição de um modo de produção para outro” que envolveria uma “coletivização geral dos meios de produção”. Com efeito, essa reconceituação do socialismo como essencialmente uma “democracia econômica” tem respondido objetivamente aos interesses de classe da burguesia (Perry Anderson, 2002:234-235) e, por conseguinte, à manutenção da ordem do capital, remetendo à concepção da democracia como “método” e do marxismo como determinismo histórico.

Nessa proposta de Bobbio se evidencia a tentativa de esvaziar o conteúdo classista revolucionário do projeto socialista e de o submeter completamente ao ideário liberal, superestimando os traços de continuidade entre a democracia liberal e o socialismo e obscurecendo os seus traços de ruptura, o que tende a se tornar uma perversa apologia do *status quo*.

Portanto, nos dias de hoje, torna-se imprescindível para a esquerda resgatar o legado teórico-político de Marx e Engels, inclusive seu caráter humanista e libertário, bem como os legados de outros importantes pensadores desta tradição como Lênin, Rosa Luxemburgo, Lukács e Gramsci, à luz das experiências concretas do movimento socialista e operário internacional.

Nesse empreendimento, alguns dos objetivos centrais consistem em retomar o internacionalismo proletário e superar a disjuntiva entre reforma e revolução estabelecida desde as polêmicas da Segunda Internacional. Além disso, desvendar os interesses e necessidades político-classistas nas lutas sociais contemporâneas, reiterando o protagonismo do proletariado nos processos revolucionários e resgatando a crítica à

propriedade privada dos principais meios de produção e à lógica do capital, o que implica em aprofundar a questão da unidade de ação das classes trabalhadoras e das suas possíveis alianças.

Desde a instauração da crise do Leste Europeu e seus desdobramentos, a democracia liberal vem sendo colocada como um modelo limitado, mas único plausível e viável na atualidade, tanto pela direita quanto por segmentos da esquerda, deslizando para a afirmação da ausência de alternativas à sociedade capitalista e, por conseguinte, para sua legitimação.

A resultante desses fatos tem sido a desqualificação e a “flexibilização” de direitos e garantias conquistados por lutas históricas dos trabalhadores, favorecendo os interesses das classes dominantes em detrimento dos interesses e necessidades da coletividade, isto é, a afirmação de interesses privados e da lógica de mercado, bem como o questionamento da intervenção do Estado no controle social e na elaboração/implementação de políticas públicas.

Como aludido, o debate no seio da esquerda sobre a relação entre socialismo e democracia (ou melhor, sobre a “questão democrática”) apresenta um nítido caráter político-ideológico que ultrapassa seu cunho teórico-metodológico, daí sua grande complexidade. Pode-se inferir então que, devido à sua importância, esse debate continua demandando análises que possam apreender seus acertos e identificar seus equívocos¹³⁹ visando uma alternativa concreta para a superação da ordem burguesa e a constituição de uma nova sociabilidade pautada na hegemonia das classes trabalhadoras e subalternas.

Deve-se reiterar, nesse momento, que na tradição marxista a consideração da relevância da democracia política nas lutas do proletariado está intimamente vinculada à superação da ordem do capital e à construção de uma nova sociedade, implicando de fato numa ruptura com essa ordem. Nesse sentido, o legado de Lênin mantém sua atualidade e não remete a um “desdobramento autoritário inevitável”, aos “germes” do stalinismo, como tem sido afirmado pela direita e também por segmentos da esquerda. Na verdade, as insuficiências e contradições daquele sombrio período estão relacionadas à ascensão de uma burocracia autoritária e a vitória política desta sobre seus adversários que foram perseguidos, presos e até mesmo assassinados como ocorreu com Trotsky, uma das mais expressivas lideranças da Revolução de Outubro.

¹³⁹ Dentre esses equívocos, “a teoria do socialismo em um só país”, algo estranho a Marx e Engels que seria adotado mais tarde por Stálin, a substituição da intervenção do proletariado por instâncias burocráticas, a imposição de um partido único e a supressão das divergências teórico-políticas.

Apesar de essas polêmicas acerca da relação entre socialismo e democracia não se configurarem como objeto específico do Serviço Social, sua importância para o debate profissional pode ser verificada na análise da própria trajetória da profissão já que desde o final da década de 1960, período no qual emerge e se desenvolve o chamado *Movimento de Reconceituação*, segmentos da categoria se aproximaram da tradição marxista empreendendo análises profícuas que têm sido diretrizes relevantes nas intervenções teórico-metodológicas e políticas dos Assistentes Sociais.

Ademais, no *Código de Ética (1993)* se evidencia a referência explícita ao projeto socialista e à tradição democrática como fios condutores das intervenções profissionais quando se preconiza a “opção por um projeto profissional vinculado ao processo de construção de uma nova ordem societária, sem dominação-exploração de classe, etnia e gênero”, que remete à “defesa do aprofundamento da democracia, enquanto socialização da participação política e da riqueza socialmente produzida”.

Assim, em conformidade com aqueles segmentos profissionais e o Código de Ética ambos pautados na *perspectiva da totalidade e centralidade do trabalho que visa a construção de um projeto ético-político vinculado ao projeto histórico das classes trabalhadoras*, podemos sustentar nossa oposição ao liberalismo, ao humanismo abstrato e à vertente marxista anti-humanista. Seria um truísmo mencionar o fato de que essa postura está na contra-mão da realidade atual e que não deixa de suscitar acesas polêmicas. Por outro lado, devemos reconhecer que a defesa dessa postura extrapola o âmbito do Serviço Social reportando, sem dúvida, ao conjunto das forças sociopolíticas comprometidas com aquela perspectiva e às lutas empreendidas pela sua hegemonia na sociedade capitalista.

Como “sem teoria revolucionária não existe movimento revolucionário” e esta reporta à “análise concreta de situações concretas”, a elaboração da teoria da transição socialista deve considerar necessariamente o capitalismo como sistema e totalidade, além da pluralidade de alternativas possíveis e prováveis de ruptura com essa ordem (Netto, 1990:105).

De fato, não se vislumbra no horizonte a garantia da vitória do projeto socialista revolucionário, ao contrário, se configura uma fragorosa e amarga derrota que tem se traduzido no arrefecimento do movimento proletário e na aparente ausência de alternativas. Mas, existem tendências e possibilidades concretas de constituição de uma nova sociedade e estas implicam na tomada de consciência das massas proletárias e nas suas intervenções organizadas direcionadas pela Teoria Social, por partidos revolucionários e suas vanguardas. A negação dessas tendências e possibilidades significa a incorporação da tese

do suposto “fim da história”, isto é, de que o capitalismo seria o ápice das conquistas e realizações da humanidade, o que resolutamente não é o nosso caso.

Desse modo, independente das vitórias ou derrotas momentâneas que fazem parte do longo e árduo processo de luta do proletariado, hoje, mais do que nunca está na ordem do dia a célebre frase de Marx, retomada por Rosa Luxemburgo, “socialismo ou barbárie”. Se a democracia é intrínseca ao socialismo, como sustentava Lênin, sua plena realização se encontra na superação da ordem do capital que implica em *extrapolar o universo da democracia burguesa, histórica e realmente existente*, através da ação consciente e organizada de homens que a essa imprescindível tarefa se propuserem, pois, o que está em jogo é o futuro da própria humanidade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Abbagnano, N. *Dicionário de Filosofia*. São Paulo: Martins Fontes, 2000.
- Almeida, L.F.R. Insistente Desencontro: o PCB e a Revolução Burguesa no Período 1945-1964. In: Mazzeo, A.C. & Lagora, M.I. (Orgs.) *Corações Vermelhos: Os Comunistas Brasileiros no Século XX*. São paulo: Cortez, 2003, pp. 83-122.
- Althusser, L. *Escritos (1968-1970)*. Barcelona: Laia, 1975.
- _____. *Pour Marx*. Paris: Maspero, 1967.
- Anderson, P. As Afinidades de Bobbio. In: *Afinidades Seletivas*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2002, pp. 196-242.
- Antunes, R. *Os Sentidos do Trabalho – ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho*. São Paulo: Boitempo Editorial, 1999.
- Arblaster, A. *A Democracia*. Lisboa: Editorial Stampa, 1988.
- Arcary, V. Kautsky e As Origens Históricas do Centrismo na Esquerda. In: *Revista Outubro* (07). *Revista do Instituto de Estudos Socialistas*. São Paulo, 2002.
- Balibar, E. *Sobre la Dictadura del Proletariado*. México: Siglo XXI, 1977.
- Barbalet, J.M. A Cidadania. *Temas Ciências Sociais* (11). Lisboa: Editorial Stampa, 1989.
- Barroco, M.L.S. *Ética e Serviço Social: Fundamentos Ontológicos*. 3a Edição, São Paulo: Cortez, 2005.
- Berman, M. Tudo que é Sólido Desmancha no Ar: Marx, modernismo e modernização. In: *Tudo que é Sólido Desmancha no Ar*. São Paulo: Companhia das Letras, 1986, Cap. 2.
- Bertelli, A. R. (Org.). *Lênin - Estado, Ditadura do Proletariado e Poder Soviético*. Belo Horizonte: Oficina de Livros, 1988.
- Biondi, A. *O Brasil Privatizado – um balanço do desmonte do Estado*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1999.
- Blackburn, R. et al. *O Mundo Depois da Queda*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.
- _____. *Depois da Queda – o fracasso do Comunismo e o futuro do Socialismo*. São Paulo: Paz e Terra, 1993.

- Bobbio, N. *O Futuro da Democracia*. São Paulo: Paz e Terra, 7ª Edição revista e ampliada, 2000.
- _____. *Direita e Esquerda: razões e significados de uma distinção política*. São Paulo: UNESP, 1995.
- _____. *A Era dos Direitos*. Rio de Janeiro: Campus, 9ª Edição, 1992.
- _____. *As Ideologias e o Poder em Crise: pluralismo, democracia, socialismo, comunismo, terceira via e terceira força*. Brasília: Editora UnB/ São Paulo: Polis, 1988.
- _____. *Qual Socialismo? Debate sobre uma alternativa*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 3ª Edição, 1983.
- _____. *O Conceito de Sociedade Civil*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1982.
- Bobbio, N.; Mateucci, N. & Pasquino, G. *Dicionário de Política*. Brasília, DF: Unb, 1993, Vols 1 e 2.
- Bobbio, N., Boffa, M. et al. *O Marxismo e o Estado*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.
- Bottomore, T. *Dicionário do Pensamento Marxista*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1988.
- Butson, T. Gorbachev. *Os Grandes Líderes do Século XX*. São Paulo: Nova Cultural, 1990.
- Callinicos, A. *A Vingança da História – o marxismo e as revoluções do Leste europeu*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1992.
- Cardoso, F.H. C. et al. *Visões da Transição*. São Paulo: CEDEC/ Documentos, 1989, Vols 1 e 2.
- Carlo, A. *A Concepção do Partido Revolucionário em Lênin*. São Paulo: Estudos CEBRAP (15), pp. 65-113, jan./março, 1976.
- Carrillo, S. *“Eurocomunismo” e Estado*. Rio de Janeiro, São Paulo: DIFEL, 1978.
- Cerdeira, B. Bolchevismo e Stalinismo: um velho debate. In: *Revista Outubro (03)*. Revista do Instituto de Estudos Socialistas. São Paulo, 1999.
- Cerroni, U. *Teoria do Partido Político*. São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas, 1982.

- Chasin, J. Democracia Política e Emancipação Humana; Democracia Direta Versus Democracia Representativa; Marx – A Determinação Ontonegativa da Politicidade. In: *Ensaio AD Hominem/Estudos e Edições AD Hominem* (1), Tomo III, São Paulo, 2000.
- _____. *O Integralismo de Plínio Salgado*. São Paulo, Ciências Humanas, 1978.
- Chauí, M. Democracia e Socialismo: participando do debate. In *Cultura e Democracia – o discurso competente e outras falas*. 8ª Edição, São Paulo: Cortez, 2000.
- Claudín, F. *A Crise do Movimento Comunista*. Vol. 1 – A Crise da Internacional Comunista. São Paulo: Global Editora, 1985.
- Coggiola, O. O Trotskismo no Brasil (1928-1964). In: *Corações Vermelhos: Os Comunistas Brasileiros no Século XX*. Mazzeo, A. C. & Lagoa, M. I. (Orgs). São Paulo: Cortez, 2003, pp.239-269.
- _____. (Org.) *Marxismo Hoje*. São Paulo: Xamã, FFLCH/USP, Depto de História, 1994.
- Colletti, L. *Ultrapassando o marxismo e as ideologias*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1983.
- Corsi, F.L. Caio Prado Júnior e a Questão do Desenvolvimento. In: *Corações Vermelhos: Os Comunistas Brasileiros no Século XX*. Mazzeo, A. C. & Lagoa, M. I. (Orgs). São Paulo: Cortez, 2003, pp.135-151.
- Coutinho, C.N. *Contra a Corrente – Ensaio sobre Democracia e Socialismo*. São Paulo: Cortez, 2000.
- Coutinho, C.N. et al; Reis Filho, D.A. (org.). *O Manifesto Comunista 150 Anos Depois*. Rio de Janeiro: Contraponto; São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1998.
- Coutinho, C.N. *Notas sobre Cidadania e Modernidade*. Rio de Janeiro: UFRJ/PPGESS, Vol. 1, (1), 1º semestre de 1997.
- _____. *Marxismo e Política – a dualidade de poderes e outros ensaios*. São Paulo: Cortez, 1994.
- _____. *Democracia e Socialismo – questões de princípio e contexto brasileiro*. São Paulo: Cortez, 1992.
- _____. *Gramsci – um estudo sobre seu pensamento político*. Rio de Janeiro: Campus, 1992.

- _____. Os Intelectuais e a Organização da Cultura. In: *Temas de Ciências Humanas (10)*. São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas, 1981.
- _____. Gramsci. Porto Alegre: L & PM, 1981.
- _____. *A Democracia como Valor Universal – notas sobre a questão democrática no Brasil*. São Paulo: Ciências Humanas, 1980.
- _____. A Democracia como Valor Universal. *Encontros com a Civilização Brasileira (9)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.
- _____. *Realismo e Anti-realismo na literatura brasileira*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1968.
- Coutinho, R.L. “*Democracia Burguesa x Perspectiva Revolucionária: Um Embate Necessário*”. Palestra Proferida no Seminário Democracia, Socialismo e Capitalismo, promovido pelo CRESS/ 7ª Região, setembro, 2002. Texto ainda inédito, cedido pelo autor.
- Dagnino, E. Os Movimentos Sociais e a Emergência de Uma Nova Noção de Cidadania. In: Dagnino, E. (org.). *Anos 90: Política e Sociedade no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1994.
- Del Roio, M. De um Século a Outro: Trajetória e Atualidade da Questão Comunista no Brasil. In: *Corações Vermelhos: Os Comunistas Brasileiros no Século XX*. Mazzeo, A. C. & Lagoa, M. I. (Orgs). São Paulo: Cortez, 2003, pp.281-300.
- _____. Política Operária: há futuro? In: *Revista Outubro (7)*. *Revista do Instituto de Estudos Socialistas*. São Paulo, 2002.
- Dias, E. F. O Possível e o Necessário: as estratégias das esquerdas. In: *Revista Outubro (03)*. *Revista do Instituto de Estudos Socialistas*. São Paulo, 1999 (a).
- _____. A Liberdade (Im) Possível na Ordem do Capital – reestruturação produtiva e passivização. *Textos Didáticos (29)*, 2ª Edição revista e ampliada. Campinas, São Paulo: IFCH/UNICAMP, set/1999 (b).
- Engels, F. *A Situação da Classe Trabalhadora na Inglaterra*. Coleção Bases – História (47). São Paulo: Global, 1985.
- _____. *Do Socialismo Utópico ao Socialismo Científico*. São Paulo: Editora Moraes Ltda, s/d.

- Ettinger, E. *Rosa Luxemburgo – Uma Vida*. Tradução Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1989.
- Fausto, B. *História Concisa do Brasil*. São Paulo: USP, 2001.
- Fernandes, F. *Em Busca do Socialismo – últimos escritos e outros textos*. São Paulo: Xamã, 1995.
- _____. (org.). Lênin: Política. *Coleção Grandes Cientistas Sociais (05)*. São Paulo: Ática, 1989.
- _____. *A Revolução Burguesa no Brasil – ensaio de interpretação sociológica*. 3ª Edição. Rio de Janeiro. Editora Guanabara S.A., 1987.
- _____. *Capitalismo Dependente e Classes Sociais na América Latina*. 3ª Edição, Rio de Janeiro: Zahar, 1981.
- _____. *Apontamentos sobre a “Teoria do Autoritarismo”*. São Paulo: Hucitec, 1979.
- Furtado, C. O Brasil “Pós-Milagre”. 3ª Edição. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981, p.49.
- Figueiredo, M. F. & Cheibub, J.A.B. *A Abertura Política de 1973 a 1981: Quem Disse o Quê, Quando – Inventário de Um Debate*. Rio de Janeiro: BIB (14), pp.29-61, 2º semestre, 1982.
- Finley, M.I. *Democracia Antiga e Moderna*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1988.
- Fiori, J. L. *Os Moedeiros Falsos*. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 3ª Edição, 1997.
- Furtado, C. O Brasil “Pós-Milagre”. 3ª Edição. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.
- Frederico, C. *Crise do Socialismo e Movimento Operário*. São Paulo: Cortez, 1994.
- _____. *A Esquerda e o Movimento Operário: 1964-1984*. São Paulo: Novos Rumos, Vol.1, 1987.
- Garcia, M.A. Esquerdas: rupturas e continuidades, In: Dagnino, E. (org.). *Anos 90 – política e sociedade no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1994.
- Garza, H. Trotsky. *Coleção Os Grandes Líderes do Século XX*. São Paulo: Nova Cultural, 1990.
- _____. Mao Tse-Tung. *Coleção Os Grandes Líderes do Século XX*. São Paulo: Nova Cultural, 1990.
- Gemkow, H. *Marx e Engels – Vida e Obra*. São Paulo: Alfa-Ômega, 1984.

- Geras, N. Poder Burguês e Democracia Socialista: sobre a relação entre os fins e os meios. In: *A Actualidade de Rosa Luxemburgo*. Coleção Biblioteca Comunista (5), pp.151-222. Lisboa: Edições Antídoto, 1978.
- Gorbachev, M. *Perestroika – Novas Idéias para o meu País e o Mundo*. São Paulo: Best Seller, 1987.
- Gorender, J. *Marcino e Liberatore: Diálogos sobre Marxismo, Social-Democracia e Liberalismo*. São Paulo: Ática, 1992.
- _____. *Combate nas Trevas – A Esquerda Brasileira: das ilusões perdidas à luta armada*. São Paulo: Ática, 1987.
- Guerra, Y.D. *A Racionalidade Hegemônica do Capitalismo no Brasil: uma análise de suas principais determinações*. Tese de Doutorado. São Paulo: PUC/SP, 1998.
- _____. *A Instrumentalidade do Serviço Social*. São Paulo: Cortez, 1995.
- Guimarães, J. *Democracia e Marxismo – Crítica à Razão Liberal*. São Paulo: Xamã, 1998.
- Gustafsson, B. *Marxismo y Revisionismo – la crítica bernsteiniana del marxismo y sus premisas histórico-ideológicas*. Barcelona – Buenos Aires- México, D.F: Ediciones Grijalbo, 1975.
- Hecker, A. O Socialismo Brasileiro: a outra esquerda. In: *Corações Vermelhos: Os Comunistas Brasileiros no Século XX*. Mazzeo, A. C. & Lagoa, M. I. (Orgs). São Paulo: Cortez, 2003, pp.271-180.
- Hirst, P. *A Democracia Representativa e seus Limites*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editores, 1992.
- Hoobler, D. T. Stálin. *Coleção Os Grandes Líderes do Século XX*. São Paulo: Nova Cultural, 1990.
- Hobsbawm, E. *Era dos Extremos – o breve século XX 1914-1991*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- Iamamoto, M. V. *O Serviço Social na Contemporaneidade: Trabalho e Formação Profissional*. São Paulo: Cortez, 1998.
- _____. *Renovação e Conservadorismo no Serviço Social – ensaios críticos*. São Paulo: Cortez, 1992.

- Iamamoto, M.V. & Carvalho, R. *Relações Sociais e Serviço Social no Brasil – esboço de uma interpretação histórico-metodológica*. 6ª Edição. São Paulo; Lima; Peru: Cortez/CELATS, 1988.
- Ianni, O. *Dialética e Capitalismo – ensaio sobre o pensamento de Marx*. 3ª Edição revista e ampliada. Petrópolis: Vozes, 1988.
- _____. (org.). Marx/ Engels: História. *Coleção Grandes Cientistas Sociais* (36). São Paulo: Ática, 1989.
- _____. *O Ciclo da Revolução Burguesa no Brasil*. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 1985.
- _____. O Ciclo da Revolução Burguesa no Brasil. In: *Temas de Ciências Humanas* (10). São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas, 1981.
- _____. *O Colapso do Populismo no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.
- _____. *Estado e Planejamento Econômico no Brasil (1930-1970)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1971.
- Ingrao, P. *As Massas e o Poder*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980.
- Kautsky, K. *O Caminho do Poder*. São Paulo: Hucitec, 1979.
- Kellner, D. Che Guevara. *Coleção Os Grandes Líderes do Século XX*. São Paulo: Nova Cultural, 1990.
- Kinzo, M.D.G. A Democratização Brasileira – Um Balanço do Processo Político desde a Transição. São Paulo. *Revista São Paulo em Perspectiva*, 15 (4), 2001.
- Konder, L. *A Democracia e os Comunistas no Brasil*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1980.
- Labica, G. *As “Teses Sobre Feuerbach” de Karl Marx*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1990.
- Lápine, N. *O Jovem Marx*. Lisboa: Editorial Caminho, SARL, 1983.
- Lenine. V.I. Que Fazer? In: *Obras Escolhidas*. São Paulo: Alfa-Ômega, 2ª Edição, 1988, Vol. 1, pp.79-214.
- _____. As Três Fontes e as Três Partes Constitutivas do Marxismo. In: *Obras Escolhidas*. São Paulo: Alfa-Ômega, 2ª Edição, 1988, Vol. 1 pp. 35-39.
- _____. O Estado e a Revolução. In: *Obras Escolhidas*. São Paulo: Alfa-Ômega, 2ª Edição, Tomo 2, 1988, pp. 218-305.

- _____. Conferência sobre o Estado. In: *Obras Escolhidas*. São Paulo: Alfa-Ômega, 2ª Edição, 1988, Vol. 2, pp. 176-189.
- _____. I Congresso da Internacional Comunista. In: *Obras Escolhidas*. São Paulo: Alfa-Ômega, 2ª Edição, 1988, pp.77-88.
- _____. A Revolução Proletária e o Renegado Kautsky. In: *Obras Escolhidas*. São Paulo: Alfa-Ômega, 2ª Edição, 1988, Vol. 3, pp. 01-75.
- _____. Duas Táticas da Social-Democracia na Revolução Democrática. In: *Obras Escolhidas*. São Paulo: Alfa-Ômega, 2ª Edição, 1988, pp. 382-472.
- _____. A Doença Infantil do Esquerdismo no Comunismo. In: *Obras Escolhidas*. São Paulo: Alfa-Ômega, 2ª Edição, Tomo 3, 1988, pp. 246-349.
- _____. Marxismo e Revisionismo. In: *Obras Escolhidas*. São Paulo: Alfa-Ômega, 2ª Edição, 1988, Vol. 1, pp. 40-46.
- _____. A Que Herança Renunciamos? In: *Obras Escolhidas*. São Paulo: Alfa-Ômega, 2ª Edição, 1988, Vol. 1, pp. 47-78.
- _____. A Catástrofe que nos Ameaça e como Combatê-la. In: *Obras Escolhidas*. São Paulo: Alfa-Ômega, 2ª Edição, Tomo 2, 1988, pp.165-200.
- _____. Sobre as Tarefas do Proletariado na Presente Revolução. In: *Obras Escolhidas*. São Paulo: Alfa-Ômega, 2ª Edição, Tomo 2, 1988, pp.10-47.
- _____. A Economia e a Política na Ditadura do Proletariado. In: *Obras Escolhidas*. São Paulo: Alfa-Ômega, 2ª Edição, 1988, pp.202-209.
- _____. O Imperialismo, Fase Superior do Capitalismo. In: *Obras Escolhidas*. São Paulo: Alfa-Ômega, 2ª Edição, 1988, Vol. 3, pp. 558-671.
- Lesbaupin, I. & Mineiro, A. *O Desmonte da Nação em Dados*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.
- Lesbaupin, I. (org.). *O Desmonte da Nação – Um Balanço do Governo FHC*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1999.
- Löwy, M. *A Teoria da Revolução no Jovem Marx*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.
- _____. Leon Trotsky, Profeta da Revolução de Outubro. In: *Revista Outubro (03)*. *Revista do Instituto de Estudos Socialistas*. São Paulo, 1999.

- Lukács, G. *Ontologia do Ser Social – os princípios ontológicos fundamentais de Marx*. São Paulo: Ciências Humanas, 1979.
- _____. *Lukács sobre Lênin 1924-1970*. Barcelona-Buenos Aires-México, D.F: Grijalbo, 1974.
- _____. *El Asalto a la Razón*. Barcelona-México: Grijalbo, 1968.
- Luxemburgo, R. A Revolução Russa. Tradução, introdução e notas de rodapé de Izabel Maria Loureiro. *Coleção Clássicos do Pensamento Político*. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 1991.
- _____. Questões de Organização da Social-Democracia Russa. Tradução, introdução e notas de rodapé de Izabel Maria Loureiro. *Coleção Clássicos do Pensamento Político*. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 1991.
- _____. O Que Quer a Liga Spartakus? Tradução, introdução e notas de rodapé de Izabel Maria Loureiro. *Coleção Clássicos do Pensamento Político*. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 1991.
- _____. *Reforma, Revisionismo e Oportunismo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira; Lisboa, Porto, Luanda: Centro do Livro Brasileiro Ltda, 1975.
- Luxemburgo, R. & Lênin. *Partido de Massas ou Vanguarda? Polêmica Rosa, Lênin*. Coleção Polêmicas Operárias. São Paulo: Ched Editorial, 1981.
- Malina, S. Problemas Históricos do PCB. In: *Temas de Ciências Humanas* (10). São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas, 1981.
- Mandel, E. Os Grândrisse ou a Dialética do Tempo de Trabalho e do Tempo Livre. In: *A Formação do Pensamento Econômico de Karl Marx*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1968, pp.104-120.
- _____. *Crítica do Eurocomunismo*. Editora Antídoto, 1978.
- Marshall, T.H. *Cidadania, Classe Social e Status*. Rio de Janeiro: Zahar, 1967.
- Marx. *Coleção Os Pensadores*. Tradução de Edgard Malagodi, colaboração de José Arthur Gianotti. São Paulo: Nova Cultural, 2000.
- Marx, K. *O Capital – Crítica da Economia Política*. Livro Primeiro, Vols 1 e 2; Livro Segundo; Livro Terceiro, Vol. VI. Tradução de Reginaldo Sant’Anna. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira; Bertrand Brasil S.A., 1998; 2000; 1991.

- _____. *O Dezoito Brumário de Louis Bonaparte*. São Paulo: Centauro Editora, 2000.
- _____. *A Liberdade de Imprensa*. Tradução de Cláudia Schilling e José Fonseca. Porto Alegre: L&PM, 1999.
- _____. *A Questão Judaica*. São Paulo, Editora Moraes, 1991.
- _____. *A Miséria da Filosofia*. Tradução e Introdução de José Paulo Netto. *Coleção Bases - Teoria* (46). São Paulo: Global Editora, 1985.
- _____. *Crítica ao Programa de Gotha*. In: *Obras Escolhidas – Marx/Engels*. São Paulo: Alfa-Ômega, Vol. 2.
- _____. *Manuscritos Econômico-Filosóficos e outros textos*. São Paulo: Abril Cultural, 1978.
- _____. *A Crítica da Filosofia do Direito de Hegel*. In: *Manuscritos Econômico-Filosóficos. Texto Integral*. Tradução Alex Marins. São Paulo: Martin Claret, 2002.
- _____. *Contribuição à Crítica da Economia Política*. Lisboa: Editora Estampa, 1971.
- Marx, K. & Engels, F. *Manifesto do Partido Comunista*. URSS: Edições Progresso, 1987.
- _____. *Manifesto do Partido Comunista*. São Paulo: Novos Rumos, 1986.
- _____. *Manifesto do Partido Comunista*. Prólogo de José Paulo Netto. São Paulo: Cortez, 1998.
- _____. *A Ideologia Alemã (Feuerbach)*. São Paulo: Hucitec, 1991.
- _____. *As Lutas de Classe na França de 1848 a 1850*. *Textos*, Vol.3, São Paulo, Edições Sociais, Editora Alfa-Ômega, 1977.
- Mattick, P. *Rebeldes y Renegados – la función de los intelectuales y la crisis del movimiento obrero*. Barcelona: ICARIA Editorial S.A., 1978.
- Mazzeo, A. C. *O Partido Comunista na Raiz da Teoria da Via Colonial do Desenvolvimento do Capitalismo*. In: Mazzeo, A. C. & Lagoa, M. I. (Orgs). *Corações Vermelhos – Os Comunistas Brasileiros no Século XX*. São Paulo: Cortez, 2003, pp.153-170.
- Merquior, J.G. *O Liberalismo - antigo e moderno*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2ª Edição, 1991.

- Mészáros, I. *O Século XXI – Socialismo ou Barbárie?* São Paulo: Boitempo Editorial, 2003.
- _____. A Crise Estrutural do Capital. In: *Revista Outubro* (04). *Revista do Instituto de Estudos Socialistas*. São Paulo, 2000.
- _____. *A Necessidade do Controle Social*. São Paulo, Ensaio, 1987.
- _____. A Crise Atual. Ensaio. São Paulo, Ensaio n. 17-18, 1989.
- Moisés, J.A. Dilemas da Consolidação Democrática no Brasil. In : Moisés, J.A. & Guilhon Albuquerque, J.A. (org.). *Dilemas da Consolidação da Democracia*. São Paulo, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989, pp.119-177.
- Moreira Alves, M.H. *Estado e Oposição no Brasil: 1964-1984*. Petrópolis: Vozes, 1984.
- Navarro de Toledo, C. As Esquerdas e a Redescoberta da Democracia. In: E. Dagnino (org.): *Anos 90 – política e sociedade no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1994, pp.127-136.
- Naves, M. B. A Transição Socialista e a Democracia. In: *Revista Outubro* (04). *Revista do Instituto de Estudos Socialistas*. São Paulo, 2000.
- _____. Contribuição ao Debate sobre a Democracia. In: *Temas de Ciências Humanas* (10). São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas, 1981.
- Negrão, J.J. *Para Conhecer o Neoliberalismo*. São Paulo: Publisher Brasil, 1998.
- Netto, J. P. Lênin e a instrumentalidade do Estado. In: *Marxismo Impenitente: contribuição à história das idéias marxistas*. São Paulo: Cortez, 2004.
- _____. Florestan Fernandes: uma recuperação marxista da categoria revolução. In: *Marxismo Impenitente: contribuição à história das idéias marxistas*. São Paulo: Cortez, 2004.
- _____. Astrojildo Pereira: política e cultura. In: *Marxismo Impenitente: contribuição à história das idéias marxistas*. São Paulo: Cortez, 2004.
- _____. *Crise do Socialismo e Ofensiva Neoliberal*. São Paulo: Cortez, 1993.
- _____. As Condições Histórico-Sociais da Emergência do Serviço Social. In: *Capitalismo Monopolista e Serviço Social*. São Paulo: Cortez, 1992, pp. 11-77.

- _____. A Autocracia Burguesa e o “Mundo da Cultura” In: *Ditadura e Serviço Social: uma análise do Serviço Social no Brasil pós-64*. São Paulo: Cortez, 1991, pp.15-112.
- _____. *Democracia e Transição Socialista – escritos de teoria e política*. Belo Horizonte: Oficina de Livros, 1990.
- _____. *O que é Marxismo*. São Paulo: Brasiliense, 1985 (a).
- _____. *O que é Stalinismo*. São Paulo: Nova Cultural; Brasiliense, 1985 (b).
- _____. (org.). Engels: Política. *Coleção Grandes Cientistas Sociais* (17). São Paulo: Ática, 1981.
- Nisbet, R. As Fontes do Conservadorismo/Dogmática do Conservadorismo. In: *O Conservadorismo*. Lisboa: Estampa, 1987, Caps 1 e 2.
- _____. Conservantismo. In: Bottomore, T. & Nisbet, R. *História da Análise Sociológica*. Rio de Janeiro: Zahar, 1980.
- Oliveira, E. F. *Rosa Luxemburg: Reforma e Revolução*. Tese de Doutorado. Rio de Janeiro: UFRJ/ESS/PPGSS, 2001.
- Outwaite, W. & Bottomore, T. et al. *Dicionário do Pensamento Social do Século XX*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1996.
- Pacheco, E. *O Partido Comunista Brasileiro (1922-1964)*. São Paulo: Alfa-Ômega, 1984.
- Pinto, M.B. *Democracia, Socialismo e Serviço Social – dando continuidade a um debate*. Dissertação de Mestrado: ESS/UFRJ, Rio de Janeiro, agosto de 1994.
- Polanyi, K. *A Grande Transformação*. São Paulo: Campus, 1980.
- Pontes, R.N. *Mediação e Serviço Social – um estudo preliminar sobre a categoria teórica e sua apropriação pelo Serviço Social*. São Paulo: Cortez; Belém, PA: Universidade da Amazônia, 1995.
- Poulantzas, N. *O Estado, o Poder, o Socialismo*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1985.
- Prado Júnior, C. *A Revolução Brasileira*. São Paulo: Brasiliense, 1987.
- _____. *História Econômica do Brasil*. 24ª Edição. São Paulo: Brasiliense, 1980.
- Quartim de Moraes, J. VPR: os Leninistas e os Outros. In: *Corações Vermelhos: Os Comunistas Brasileiros no Século XX*. Mazzeo, A. C. & Lagoa, M. I. (Orgs). São Paulo: Cortez, 2003, pp.227-238.

- _____. *Contra a Canonização da Democracia. Revista Crítica Marxista* (12). São Paulo: Boitempo Editorial, 2001.
- _____. *A Universalidade da Democracia: Esperanças e Ilusões*. In: *Ad Hominem*, Tomo I, Marxismo. São Paulo: Edições AD Hominem, 1999.
- _____. (org.). *História do Marxismo no Brasil*. Vol. II. Os Influxos Teóricos. Campinas, São Paulo: Editora da UNICAMP, 1995.
- _____. (org.). *História do Marxismo no Brasil*. Vol. III. Teorias. Interpretações. Campinas, São Paulo. Editora da UNICAMP, 1998.
- Quirino, C.G. & Montes, M.L. *Constituições Brasileiras e Cidadania*. São Paulo: Ática, 1987.
- Rezende, A.P. *História do Movimento Operário no Brasil*. São Paulo: Ática, 1986.
- Ridenti, M. Nota sobre o PCB, suas Dissidências Armadas e Carlos Marighella. In: *Corações Vermelhos: Os Comunistas Brasileiros no Século XX*. Mazzeo, A. C. & Lagoa, M. I. (Orgs). São Paulo: Cortez, 2003, pp.207-215.
- Rosdolsky, R. *Genesis y Estructura de El Capital de Marx. Estudios sobre los Grundrisse*. México: Siglo XXI, 1986.
- Rosenberg, A. *Democracia e Socialismo - História dos Últimos 150 anos (1789/1937)*. São Paulo: Global, 1986.
- Rouanet, S.P. Iluminismo ou Barbárie In: *Mal-Estar na Modernidade*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993, Cap.1.
- Rousseau, J.J. *Discurso sobre a Origem e os Fundamentos da Desigualdade entre os Homens*. São Paulo: Martins Fontes, 1993.
- _____. *O Contrato Social – princípios de direito político*. Rio de Janeiro: Ediouro, 1999.
- Sader, Eder. *Quando Novos Personagens Entraram em Cena – experiências e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo 1970/1980*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.
- Saes, D. *República do Capital - Capitalismo e Processo Político no Brasil*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2001.
- _____. *Democracia*. São Paulo: Ática, 1987.

- Sales, M. A. *Marxismo, Ética e Socialismo*. Dissertação de Mestrado: ESS/UFRJ, Rio de Janeiro, 1993.
- Santana, M.A. A Queda do Equilibrista: O PCB e os Sindicatos no Brasil (1945-1952). In: *Corações Vermelhos: Os Comunistas Brasileiros no Século XX*. Mazzeo, A. C. & Lagoa, M. I. (Orgs). São Paulo: Cortez, 2003, pp.171-205.
- Santos, C. *Reforma/Revolução – Pólos de Tensão na Constituição do Movimento Socialista*. Tese de Doutorado. São Paulo: PUC/SP, 1998.
- Santos, W.G. *Cidadania e Justiça*. Rio de Janeiro: Campus, 1979.
- Sartori, G. *Théorie de la Democratie*. Paris:Armand Collin, 1973, p.369.
- Segato, J. O PCB e a Revolução Nacional-Democrática. In: *Corações Vermelhos: Os Comunistas Brasileiros no Século XX*. Mazzeo, A. C. & Lagoa, M. I. (Orgs). São Paulo: Cortez, 2003, pp. 123-134.
- _____. *J. Reforma e Revolução – As Vicissitudes Políticas do PCB 1954/1964*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1995.
- Schumpeter, J. A. *Capitalismo, Socialismo e Democracia*. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1961.
- Silva, A. O. *História das Tendências no Brasil (Origens, Cisões e Propostas)*. São Paulo: Dag Gráfica e Editorial, s/d.
- Silveira, P. (org.) & Fernandes, F. (coord.). Poulantzas. *Coleção Grandes Cientistas Sociais* (47). São Paulo: Ática, 1984.
- Skidmore, T. *Brasil de Castelo a Tancredo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.
- _____. *Brasil de Getúlio Vargas a Castelo Branco – 1930/1964*. Rio de Janeiro: Saga, 1969.
- Singer, P. *A Crise do “Milagre” – interpretação crítica da economia brasileira*. 4ª Edição. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.
- _____. *A Formação da Classe Operária*. 3ª Edição. São Paulo: UNICAMP/Atual Editora, 1986.
- Souza, M.A.M. *Palmiro Togliatti e a Construção da Via Italiana ao Socialismo*. Tese de Doutorado. Rio de Janeiro: CFCH/ESS, 1998.

- Texier, J. *Revolução e Democracia em Marx e Engels*. Tradução Duarte Pacheco Pereira. Rio de Janeiro; Editora UFRJ, 2005 (Pensamento Crítico, v.3).
- Togliatti, P. *O Caminho Italiano para o Socialismo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966.
- _____. *O Memorial de Ialta*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966.
- Vacca, G. *Pensar o Mundo Novo - rumo à democracia do século XXI*. São Paulo: Ática, 1996.
- Vieira, E. *Estado e Miséria Social no Brasil: de Getúlio a Geisel – 1951 a 1978*. 4ª Edição. São Paulo: Cortez, 1995.
- _____. *Democracia e Política Social*. São Paulo: Cortez/ Autores Associados, 1992 (Coleção Polêmicas do nosso Tempo, v.49).
- Vinhas, M. *O Partidão – a luta por um partido de massas (1922-1974)*. São Paulo: Hucitec, 1982.
- Weffort, F. *Por que Democracia?* São Paulo: Brasiliense, 1985.
- Werneck Sodré, N. Contribuição à História do PCB. In: *Temas de Ciências Humanas (10)*. São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas, 1981.

Documentos

- CFESS (Conselho Federal de Serviço Social). *Código de Ética Profissional do Assistente Social e Lei 8662/93 que regulamenta a profissão de Assistente Social*. Aprovado em 13 de março de 1993 com as alterações introduzidas pelas resoluções CFESS nº 290/94 e 293/94.
- PCB. *Uma Alternativa Democrática para a Crise Brasileira. Encontro Nacional pela Legalidade do PCB*. São Paulo: Editora Novos Rumos Ltda, 1984.
- PCB. *Teses para um Debate Nacional de Comunistas pela Legalidade do PCB*. São Paulo: Editora Juruá, 1981.
- PCB. *Resolução Política do CE da Guanabara do PCB (março/1970)*.